

ESTAMOS PRONTAS

LIÇÕES DE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS COLETIVAS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

**FABIANA PINTO E
TAINAH PEREIRA
(ORGS)**



★
PREFÁCIO DE ANIELLE
FRANCO E POSFÁCIO DE
BENEDITA DA SILVA
★

Editora Responsável Dayse Sacramento

Organizadoras Fabiana Pinto e Tainah Pereira

Assistência Editorial e Revisão (PT) Luana Souza

Tradução e revisão (ESP) Camila Barros

Ilustrações MAREACAROL

Projeto Gráfico e Diagramação e capa Luis Duarte

Produção Executiva Técia Santos

Realização Fundação Rosa Luxemburgo, Instituto
Marielle Franco e Mulheres Negras Decidem

Direção Fundação Rosa Luxemburgo Andreas Behn

**Coordenadora de Projetos Fundação
Rosa Luxemburgo** Christiane Gomes

Estamos prontas : lições de mulheres negras lideranças coletivas
nas eleições brasileiras / Fabiana Pinto, Tainah Pereira (Orgs.) –
Salvador: Diálogos Insubmissos, 2024.

210 p. : il.

ISBN 978-85-996370-7-0

1. Mulheres negras. 2. Lideranças coletivas. 3. Eleições brasileiras. I.
Pinto, Fabiana. II. Pereira, Tainah. III. Título

CDD: 320.981

Índice para catálogo sistemático

1. Mulheres negras na política brasileira 320.9810820968

Bibliotecário responsável: Gabriel Justino de Souza CRB-8/10242



**ESTAMOS
PRONTAS**

**NOSSA
FORÇA
MOVE O
BRASIL**

Sumário

Agradecimentos 6

Prefácio | Futuro político do Brasil: uma renovação liderada por Mulheres Negras
Anielle Franco 10

Apresentação | Um novo chamado para organização política de Mulheres Negras
Fabiana Pinto | Tainah Pereira 14

**As 27 lideranças coletivas que tornaram o
Estamos Prontas realidade** 24

Mulheres Negras nas Eleições de 2022: transformando a política e redefinindo a democracia no Brasil e na América Latina 42
Fabiana Pinto | Tainah Pereira

Política se faz no território: articulação e mobilização para o fortalecimento de Mulheres Negras nas Eleições de 2022 no Brasil
Nathalia Carlos 46

Comunicação em campanhas políticas e o Movimento de Mulheres Negras
Adriane Primo | Jheniffer Ribeiro56

Desenvolvimento de habilidades
Beatriz Amparo | Stephane Ramos66

O movimento afrodescendente no Chile
Milene Molina..... 84

Posfácio | “Estamos sempre prontas!”
Benedita da Silva92

Anexo I | “Nossos passos vêm de longe”: Mulheres Negras que marcaram a história política no Brasil 98

Anexo II | Entrevista com Vilma Reis
por Jhennifer Ribeiro 110



JUSTIÇA
ELEITORAL

1	2	3
4	5	6
7	8	9
0		





Agradecimientos

É com grande responsabilidade e profundo apreço que expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível a concretização deste projeto. Estamos Prontas: Lições de Mulheres Negras Lideranças Coletivas nas Eleições Brasileiras não é apenas um livro; é um testemunho poderoso, uma narrativa coletiva que ecoa vozes, resistências e conquistas.

Queremos expressar nossa sincera gratidão à Fundação Rosa Luxemburgo, cujo comprometimento com a justiça social e a promoção de ideias transformadoras permitiu que este livro florescesse. O apoio inabalável de Christiane Gomes, que não apenas viabilizou a publicação deste livro, mas também fortaleceu e segue fortalecendo diariamente a causa que ele representa.

À Editora Diálogos Insubmissos, nossa profunda admiração por transformar palavras e histórias em uma obra que transcende páginas. A dedicação de Dayse Sacramento e Luana Souza à publicação de narrativas que desafiam, inspiram e provocam reflexão é evidente em cada detalhe deste livro. Obrigada por serem catalisadoras de vozes que muitas vezes são marginalizadas, mas que têm o poder de transformar o mundo.

À equipe que trabalhou ao longo de todo ano de 2022 conosco para que essa iniciativa se materializasse, Adriane Primo, Beatriz Amparo, Fabiana Pinto, Nathalia Carlos, Tainah Pereira, Weyni Rodrigues, Marianne Rocha, nossa imensa gratidão por toda trajetória percorrida. Agradecemos fortemente às nossas estrategistas territoriais, Karine Corrêa, Leila Cantuária, Aniely Mirtes, Stella Carvalho, Romilda Pizani, Ludmila Almeida, Joa Assumpção, Priscila Trindade e Shayene Ferreira.

Às autoras deste livro e todas que aparecem nele com alguma colaboração, nosso agradecimento: Adriane Primo, Nathalia Carlos, Jhennifer Ribeiro, Beatriz Amparo e Stephanie Ramos, Milene Molina Arancibia, Anielle Franco, Benedita da Silva e Vilma Reis.

À agência SILVA, em especial Clarice Roza, que transformou nossa imaginação em uma identidade visual marcante e que deu forma a nossa iniciativa e agora se materializa neste livro.

À Marcelle Decothé e Ana Carolina Lourenço, por idealizarem coletivamente os primeiros passos dessa iniciativa e por toda contribuição à construção de um

novo imaginário social para as mulheres negras brasileiras, que tem como ponto chave esta iniciativa, mas não se encerra nela. Que possamos seguir sonhando e construindo junto um futuro o qual já estamos prontas para liderar.

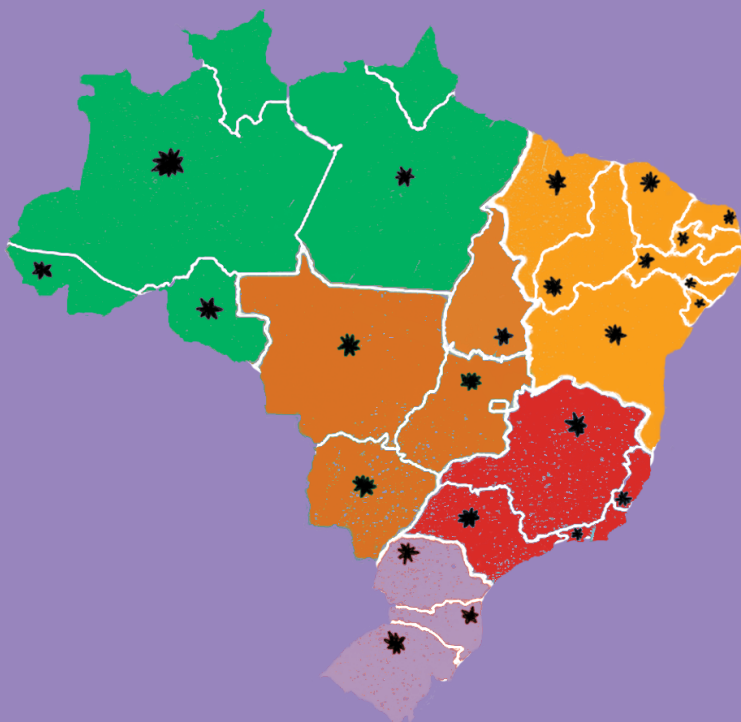
À todas e todos financiadores, parceiras e parceiros, movimentos sociais, organizações e demais apoiadores do Instituto Marielle Franco e do Movimento Mulheres Negras Decidem que colaboraram para a realização desta iniciativa e para a solidificação do projeto coletivo que representamos.

Não podemos deixar de reconhecer, celebrar e agradecer às equipes incansáveis do Instituto Marielle Franco, na figura da diretora executiva, Lígia Batista, e do Movimento Mulheres Negras Decidem, na figura da Coordenadora Política, Tainah Pereira, Pela dedicação à causa dos direitos humanos, especialmente das mulheres negras, IMF e MND são faróis de esperança em um mundo que muitas vezes negligencia as vozes daquelas que mais precisam ser ouvidas. Agradecemos pela resiliência, paixão e pelo impacto que as organizações têm na construção de um futuro mais igualitário e justo.

Este livro é uma celebração, uma ode à força coletiva, à resiliência e à determinação. Agradecemos sobretudo às nossas 27 lideranças coletivas por compartilharem conosco suas histórias, visões e lutas. Que este livro seja um impulso para inspirar futuras gerações de mulheres negras na política.



Prefácio



Futuro político do Brasil: uma renovação liderada por Mulheres Negras

ANIELLE FRANCO

Desde o 14 de março de 2018, dia em que tiraram Marielle da minha família e da sociedade brasileira, tenho dedicado cada minuto da minha vida a lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes de minha irmã. Nesse caminho, foram as mulheres negras que seguraram minha mão e ajudaram a produzir sentido para tamanha dor e, por isso, nada faria mais sentido para mim, já nas primeiras eleições desde o assassinato de minha irmã, do que trabalhar para fortalecer mais mulheres negras no poder e foi isso que fizemos em 2022: este trabalho coletivo que este livro simboliza.

O livro “Estamos Prontas” pode ser entendido como um manual de táticas, um livro de memórias, ou ainda um documento que se tornará histórico. Fabiana Pinto, pelo Instituto Marielle Franco, e Tainah Pereira, pelo movimento Mulheres Negras Decidem, conduziram uma iniciativa que foi sonhada por muitas mentes e construída pelas mãos de mulheres negras. Eu tive grande orgulho de participar, em diversos momentos, desse sonho coletivo.

No início de 2022, mesmo antes do projeto ter iniciado, as equipes do Instituto Marielle Franco e do Movimento Mulheres Negras Decidem estiveram na Colômbia e no Chile para se conectar às experiências latino-americanas. Na Colômbia, a então candidata a vice-presidente Francia Marquez entrava na reta final da campanha eleitoral e reunia apoiadores, com movimentos do campo. Naquele momento, aproveitamos para visitar organizações e movimentos de periferias, bem como nos conectar com lideranças negras para compreender o caminho que estava sendo trilhado e que levaria ao feito histórico da Colômbia: enfim, ter a primeira vice-presidente negra da história do país. Já no Chile, Gabriel Boric tomava posse como o presidente mais jovem eleito na história, nos conectamos com movimentos de jovens feministas, que foram as grandes responsáveis pelo impulsionamento daquela vitória que parecia impossível no início.

O ano de 2022 foi decisivo para a retomada da democracia brasileira, e os movimentos de mulheres negras foram centrais para que isso acontecesse. Neste ano, foi que, durante o segundo turno da campanha eleitoral, em um momento em que todas as pesquisas indicavam, o que viria a ser o resultado real – uma pequena diferença percentual entre os dois principais candidatos e uma diferença imensa entre os projetos políticos que os dois representavam – que ativistas de favelas e do movimento de mulheres negras organizaram um evento, o qual ficaria para a história do segundo turno das eleições: a ida de Lula ao Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Esse evento também seria decisivo para desenhar os projetos políticos que cada um dos candidatos representava.

De um lado, um presidente que se conecta com a população mais representativa de um dos maiores colégios eleitorais do país, vai às ruas, ouve lideranças

importantes para aqueles territórios e se compromete com seus eleitores. Do outro, um candidato covarde, que tenta associar moradores de favelas à criminalidade, em uma visível expressão do racismo e classicismo, de quem é incapaz de ouvir aqueles mais pobres. A perseguição ocorrida após aquele ato histórico simbolizou o que ocorre com lideranças negras, de favelas e com as periferias todos os dias. Tentam, a todo custo, deslegitimar ou neutralizar a potência transformadora da nossa existência, mas nós não recuamos e não iremos recuar.

Com a vitória do nosso campo, a retomada de um governo democrático e popular no Brasil e o convite do presidente Lula para que eu assumisse o primeiro Ministério da Igualdade Racial, afirmei com coração aberto e certa do tamanho do desafio que me era confiado: sim, estou pronta para mudar a realidade da população negra brasileira. Essa vitória e esse compromisso foram plantados para garantir a responsabilidade do Estado na promoção de direitos para as pessoas negras, que somam 56% da população brasileira. Hoje, o Brasil cresce e se fortalece como nação quando a memória do povo negro e a luta por igualdade racial passam a ser compromisso coletivo dentro dos espaços onde se tomam as decisões que mudam a vida das pessoas.

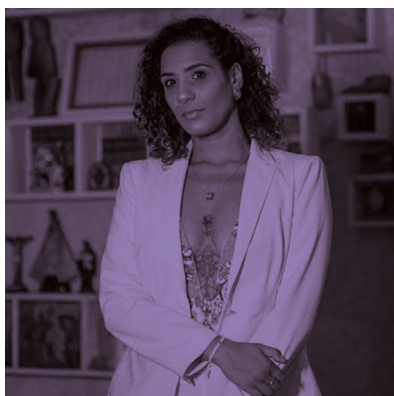
Como Ministra da Igualdade Racial do Brasil e recém filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), me orgulho de reconhecer que toda a construção realizada até este momento, tão bem representada pelas 27 lideranças, as quais têm suas histórias e lições de campanha compartilhadas neste livro, reflete o que nós, mulheres negras, enfrentamos todos os dias. Se, por um lado, os resultados eleitorais, mesmo grandiosos, não deram conta da potência que foi a campanha de cada uma dessas companheiras; por outro, avançamos um passo a mais no debate público o qual reconhece que a saída para as mais profundas crises da nossa jovem democracia saiu das mãos de mulheres negras.

Sueli Carneiro, em entrevista, apontou o lado e a função do movimento de mulheres negras dentro de partidos e da política institucional. Ela disse: “Nós temos lado e a nossa função é empurrar a esquerda para a esquerda”. A radicalização de um projeto político para o Brasil ocorre pelas mãos de mulheres negras. Se o mundo em que queremos viver é um mundo onde todas as pessoas tenham o igual direito e as oportunidades de serem felizes, com sua liberdade, respeitando uns aos outros, em paz, harmonia, justiça e dignidade, já passou da hora de pararmos de repetir as fórmulas fracassadas que não entregam nada disso. Um projeto de país em que uma mulher negra possa acessar e permanecer em diferentes espaços de tomada de decisão da sociedade, sem ser interrompida ou violentada. Um projeto de país em que uma mãe de um jovem negro não sofra todos os dias com a dúvida se o seu filho vai voltar pra casa, porque ele corre o

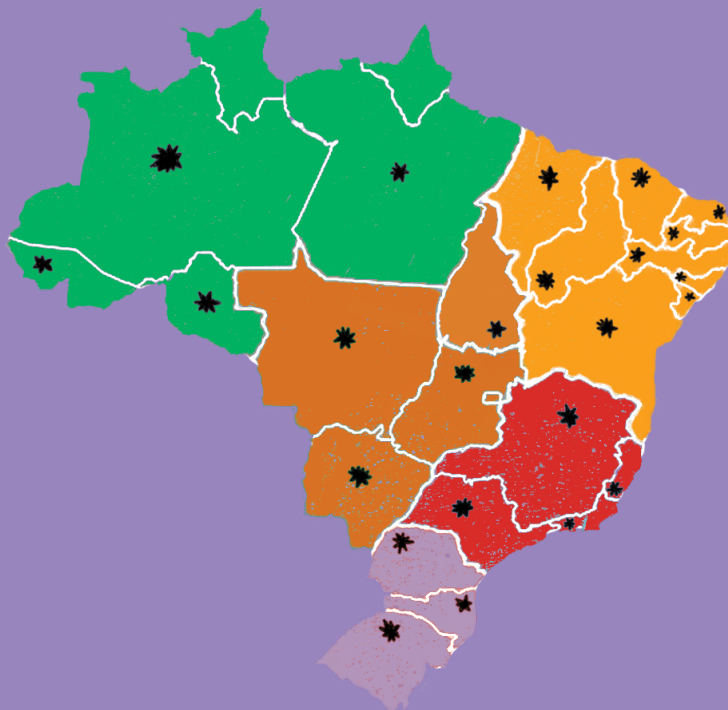
risco de ser assassinado pelo próprio estado. Um projeto de país em que nossos jovens negros possam ter acesso a educação pública, gratuita e de qualidade, através de escolas, universidades e serviços públicos que lhes permitam sonhar e construir outras possibilidades de futuro.

Fabiana e Tainah organizam, neste livro, em um momento de eleições municipais, lições importantes da campanha eleitoral que marcou a história do nosso país, organizam e apresentam a reafirmação do compromisso político que todas temos com as mulheres negras na política institucional. Nós estamos prontas para fazer política para população brasileira que quer viver e sonhar. Estamos prontas, porque nossa ancestralidade nos conduziu até esse momento e sabemos, como poucos, pensar e efetivar políticas públicas para aqueles que, assim como nós, sabem como a política transforma vidas. Estamos prontas, porque sonhamos todos os dias com um futuro com dignidade e segurança para nossas crianças, com justiça reprodutiva e respeito para as mulheres negras cis, trans e travestis. Mas, mais que sonhar, estamos prontas, pois sabemos como dar materialidade a esse futuro que queremos. O futuro que queremos já está sendo construído por nossas mãos. Por isso, seguimos avançando.

Anielle Franco é Ministra da Igualdade Racial do Brasil, jornalista, professora, mãe de Mariah e Eloah, filha de Marinete e Antônio, irmã de Marielle Franco e tia de Luyara Franco.



Apresentação



Um novo chamado para organização política de Mulheres Negras

FABIANA PINTO | TAINAH PEREIRA

O livro “Estamos Prontas” surge como uma expressão viva dos desafios e das conquistas de mulheres negras na política brasileira durante o ciclo eleitoral de 2022. Este livro não é apenas uma coleção de histórias, mas um testemunho do poder de transformação que reside na comunicação política e comunitária, na educação política e na resiliência coletiva. Por meio de uma abordagem multifacetada, o livro desdobra a jornada do projeto “Estamos Prontas”, uma iniciativa que se posicionou no cerne dos desafios políticos e sociais enfrentados pelas mulheres negras na política.

Nossa iniciativa é mais uma expressão da frutífera parceria entre o Instituto Marielle Franco (IMF) e o movimento Mulheres Negras Decidem (MND). O IMF é uma organização de direitos humanos fundada pela família de Marielle Franco, vereadora assassinada em 14 de março de 2018, que tem como missão inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário. O MND é um movimento que atua a partir da qualificação e da promoção da agenda liderada por mulheres negras na política institucional para o fortalecimento e a inovação da democracia brasileira, usando como estratégia a superação da falta de representatividade de mulheres negras – o maior grupo demográfico da população brasileira – em instâncias de poder.

O Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem ousaram desenvolver uma iniciativa que realmente se comprometeu em cumprir uma abrangência nacional e superar as hierarquias regionais que comumente dão mais peso e centralidade ao Sudeste em detrimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apoiar uma liderança, em cada um dos 27 estados do país, foi um desafio enorme, mas também traduziu-se em uma grande oportunidade de comprovar a capilaridade do projeto político de Mulheres Negras por todo o Brasil. Para pavimentar as reflexões provocadas pela experiência do Estamos Prontas, de início, resgatamos o caráter ancestral de nossa luta e alguns marcos importantes da história do movimento brasileiro de mulheres negras.

A luta das mulheres negras no Brasil remonta ao tráfico transatlântico que arrastou para esse continente uma infinidade de povos africanos. Apesar do colonialismo ter investido deliberadamente na fragmentação social e histórica desses povos, conseguimos preservar muitas tradições e dar continuidade histórica às nossas lutas (Nascimento, 2018). Muitas das ancestrais que aqui desembarcaram já haviam travado, em África, batalhas contra as violências do colonialismo. Essas mulheres não apenas preservaram tradições e formas de combatividade, como também desenvolveram novas estratégias e técnicas de resistência e poder.

Somos herdeiras de um povo que acreditou na liberdade, mesmo quando este projeto parecia uma ficção. Somos fruto da tradição de Mulheres Negras guerreiras em sua luta diária pela sobrevivência. Somos descendentes das centenárias irmandades religiosas femininas negras que lutaram pela própria liberdade e que libertaram os nossos. Somos herdeiras diretas da irmandade da Boa morte, somos filhas, netas e bisnetas de Mãe Stela de Oxóssi, de Makota Valdina e de tantas outras lideranças religiosas do candomblé que resistiram com silêncio ou com feitiço ao Estado. Somos um projeto de luta contínua por liberdade. (Fórum Marielle de Salvador, 2020)¹

Apesar de não serem reconhecidas, nossas formas de organização política precedem e transcendem o que a narrativa hegemônica da esquerda e do feminismo hegemônico costuma destacar como luta das mulheres e da classe trabalhadora. Apesar do recorrente silenciamento, as mulheres negras seguem disputando os rumos da luta política (Carneiro, 2019). Na década de 1980, essa disputa tornou-se ainda mais significativa, pois foi quando, segundo Sueli Carneiro (2018, p. 180)², “as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram suas vozes, brigaram por representação e fizeram-se presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher hoje”.

¹ Trecho do Manifesto do Fórum Permanente de Formação e Fortalecimento Político de Mulheres Negras Marielle Franco, lançado em Salvador no ano de 2020.

² CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2018. Disponível em: https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 26 jun. 2024.

³ Sobre o protagonismo das mulheres negras e a densidade dos debates travados na Conferência, sugerimos o artigo A batalha de Durban, em que Sueli Carneiro (2019, p. 189) destaca: “Sob muitos aspectos, poderíamos, sem exagero, falar na batalha de Durban”. Nela aflorou, em toda a sua extensão, a problemática étnico/racial no plano internacional, levando à quase impossibilidade de alcançar um consenso mínimo entre as nações para enfrentá-lo. O que parecia retórica de ativista antirracista se manifestou em Durban como de fato é: as questões étnicas, raciais, culturais e religiosas, e todos os problemas no quais elas se desdobram — racismo, discriminação racial, xenofobia, exclusão e marginalização social de grandes contingentes humanos considerados ‘diferentes’ — têm potenciais para polarizar o mundo contemporâneo”.

De lá pra cá, a emergência de várias organizações de mulheres negras e nosso protagonismo em fóruns, eventos nacionais e internacionais passou a reverberar na formulação das bandeiras de luta dos movimentos sociais e passou a pautar também as políticas públicas. A exemplo do protagonismo que a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, coordenada pelas organizações Criola (Rio de Janeiro), Geledés – Instituto da Mulher (São Paulo) e Maria Mulher (Rio Grande do Sul), assumiu na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada, em 2001, em Durban, África do Sul.³

Ressaltamos também a importância da I Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de julho de 2015. Organizada por meio de comitês locais que desenvolveram uma gama de estratégias e táticas de articulação política e mobilização, além de contar com uma forte liderança da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, a Marcha reuniu, em Brasília, cerca de 50 mil mulheres negras de todos os cantos do país. Na ocasião, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) apresentou ao país um programa político consistente que está sendo desdobrado e aprofundado há cerca de 10 anos. Assim, o 25 de Julho – Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha, que, no Brasil, também se comemora o dia Tereza de Benguela, tem tido cada vez mais peso e importância na agenda nacional de lutas de movimentos sociais.

Especialmente, a partir de 2016, muitas mulheres negras lideranças coletivas se lançaram na disputa eleitoral. As eleitas levaram para o interior das casas legislativas nossos acúmulos históricos e o fizeram lançando mão de novas formas de construir mandatos. A exemplo da Mandata da Vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, que, em apenas um ano de exercício, conduziu grandes feitos e movimentou de tal forma as estruturas da Câmara e do poder local, o ponto de ter sido alvo de uma emboscada que ceifou sua vida e de seu motorista, Anderson Gomes. Sabemos que, ao interromper a vida de Marielle Franco, esperavam interromper o ciclo de avanços que ela representava. Enganaram-se, porque, apesar da crescente insegurança política e das violências racistas diárias, não recuamos das “formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação” (Gonzalez, 2018, p. 316).

Apesar da ascensão da extrema-direita, as eleições de 2018 e 2020 foram um avanço para o Movimento de Mulheres Negras. Em todo o país, tivemos candidaturas que ampliaram o alcance das nossas pautas e muitas foram vitoriosas, apresentando projetos coletivos radicais. No entanto, as barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo persistem, dificultando e inviabilizando o aumento da

representação feminina negra nas casas legislativas e nos cargos de tomada de decisão.

Não temos ilusão com os espaços de poder da política institucional. Sabemos que foram erguidos para perpetuar o racismo e para atender aos interesses do capital. Compreendemos perfeitamente que não é dali que virá nossa libertação e isso nos coloca novas contradições e novos desafios. “Queremos construir um novo modelo de participação política para que o isolamento não seja a marca e um desestímulo para nossa atuação” e sabemos que, ao ocupar a política institucional, criamos novos instrumentos para um processo muito mais amplo de resistência e de poder. Processo esse que vem sendo gestado pelo Movimento de Mulheres Negras, mas também pelas muitas mulheres negras anônimas, que tocam a luta diária, em suas famílias e em seus territórios. Conforme Lélia Gonzalez (2018, p. 51)⁵:

Mas sobretudo a mulher negra anônima, o sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel - apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

O dia 14 de março de 2018 marcou a história do Movimento de Mulheres Negras no Brasil e mudou, definitivamente, o rumo do que viriam a ser as iniciativas da sociedade civil brasileira em torno da agenda de fortalecimento de lideranças e renovação de quadros políticos do campo da esquerda. O MND e o IMF, que lideraram, em 2022, a iniciativa Estamos Prontas, estiveram no centro do reposicionamento das ações políticas desenvolvidas para enfrentar o avanço da extrema direita no Brasil, na resposta à pandemia da Covid-19 e na construção de condições mais justas para a disputa eleitoral durante o ciclo de 2020.

Resgatando essa relação, em 2020, em meio a crise da Covid-19, elaboramos a pesquisa “Para Onde Vamos”, que apresentou o papel crucial das mulheres

⁴ Trecho do Manifesto do Fórum Permanente de Formação e Fortalecimento Político de Mulheres Negras Marielle Franco, lançado em Salvador no ano de 2020.

⁵ GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... In.: Primavera para as rosas negras. Rio de Janeiro: Editora Filhos da África, 2018.

negras ativistas em resposta à pandemia da Covid-19. O estudo forneceu dados de 245 mulheres negras ativistas, para garantir o reconhecimento e a valorização das experiências e das contribuições dessas mulheres, desafiando a noção de que são apenas beneficiárias de programas emergenciais, e mostrando que são, na verdade, criadoras e implementadoras de soluções em contextos de emergência.

No mesmo ano, com o objetivo de transformar as estruturas do sistema político brasileiro, por meio de eleições antirracistas, o Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem, em conjunto com a Coalizão Negra por Direitos e a Educafro, pressionaram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e conseguiram a aprovação da consulta da deputada federal Benedita da Silva.

A consulta aprovada pedia a garantia de distribuição proporcional de financiamento de campanha e tempo de propaganda em TV e rádio para candidaturas negras nas eleições daquele ano.

Já em 2021, Anielle Franco e Ana Carolina Lourenço lançaram a Radical Imaginação Política das Mulheres Negras Brasileiras, uma contribuição no processo de visibilização das respostas e das soluções empreendidas pelas mulheres negras brasileiras frente ao atual contexto de crise social, política e econômica. E, no mesmo ano, nosso estudo “Para Onde Vamos” se transformou em série de TV, que, por meio de entrevistas realizadas com Anielle Franco, Áurea Carolina, Elaine Ferreira do Nascimento, Paula Beatriz de Souza Cruz e Vilma Reis respondemos de onde movimento de mulheres negras brasileiro parte, como estamos atuando naquele momento e, finalmente, para onde vamos. Parece que essa resposta foi concretizada nas eleições de 2022.

Na certeza de que os acúmulos apreendidos desde as campanhas eleitorais de 2016 precisavam ser postos em benefício de mulheres negras que, assim como Marielle Franco e tantas outras, se colocavam à disposição da disputa política, lançamos o “Estamos Prontas”, com o objetivo de fortalecer lideranças coletivas de mulheres negras em todo o país. Entre os pré-requisitos fundamentais para integrar essa iniciativa, estava ser uma liderança coletiva e estar associada a um movimento social e político de seu território, município ou estado. Ou seja, as protagonistas deste livro são, acima de tudo, mulheres que compreendem e atuam na mudança de suas realidades locais.

O livro é dividido em seções temáticas, cada uma oferecendo um olhar profundo sobre aspectos variados dessa jornada que marcou o período que antecedeu as eleições mais importantes de nossas vidas e a retomada democrática de nosso país, após quatro anos de um governo de violações, mas também de grandes enfrentamentos. Em sua abertura, é apresentada uma análise de conjuntura da situação da democracia no Brasil e do superciclo eleitoral da América Latina,

destacando avanços e recuos do campo de esquerda na política institucional e as contribuições do movimento afrolatino para a consolidação de uma agenda política. Em seguida, tratamos do percurso de estratégias políticas adotadas por meio de nossa rede de articuladoras políticas durante e após o ano eleitoral. O capítulo seguinte discute o papel da comunicação e do marketing político durante as eleições, com ensinamentos e experiências trazidas tanto pelas campanhas eleitorais das 27 lideranças, quanto pela própria comunicação de nosso projeto antes e durante o processo eleitoral. Encerrando a sistematização da experiência de nossa iniciativa, trazemos o relato inspirador do nosso ciclo de desenvolvimento de habilidades. Em um contexto em que as formações políticas tiveram um local privilegiado, decidimos mostrar um novo olhar para a construção do relacionamento com as pré-candidatas. Em formato de anexos, o livro apresenta ainda registros, entrevistas e falas que contam sobre a grandiosidade do que foi a ação política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, e quais as principais ideias que nos guiaram.

O desenho deste livro ocorre imediatamente após o resultado do primeiro turno das eleições gerais de 2022. Com a expectativa do segundo turno da presidência e um resultado pouco animador nas casas legislativas do Brasil e no Congresso, sabíamos que contar a história deste projeto e compartilhar as lições aprendidas durante as eleições de nossas vidas, seria fundamental para pensar os desafios futuros.

O fim das eleições de 2022, trouxe uma vitória histórica para o campo da esquerda e de grupos minorizados do Brasil, com a eleição de Lula como presidente e o anúncio de lideranças negras e indígenas a frente de diversas pastas, a exemplo de Anielle Franco, como Ministra da Igualdade Racial; Margareth Menezes, como Ministra da Cultura; Marina Silva, como Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima; Silvio de Almeida, como Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania e Sônia Guajajara, como Ministra dos Povos Indígenas. Ao mesmo tempo, o ano da retomada da democracia, começou com um episódio que ficará marcado para sempre em nossa história, em 8 de janeiro de 2023, grupos de extremistas, aliados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, realizaram um ataque sem precedentes ao Palácio do Planalto e à Praça dos Três Poderes, símbolo da democracia brasileira após o processo de redemocratização e constituinte no Brasil. Naquele momento, nos primeiros dias do ano, ocorria, em clima de celebração, a posse de ministras e ministros de estado; no dia 8, apenas duas ministras ainda não tinham tomado posse, a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Nos dias que seguiram os atos golpistas em Brasília, foi decidido que a posse das ministras ocorreria conjuntamente no Palácio do Planalto. E assim, em 11 de janeiro de 2023, apenas três dias depois dos ataques de Brasília, “O turbante e o cocar tomam posse hoje!” e, com a presença do Presidente Lula, as ministras discursaram e celebraram. Anielle Franco (2023), em seu discurso de posse, afirmou o compromisso político de mulheres negras de honrar suas ancestrais e firmar um pacto político para retomada de poder

É preciso reconhecer que este país foi sedimentado sob hierarquias raciais, consequências do colonialismo escravocrata, das políticas eugenistas, e das narrativas pautadas na desigualdade racial. Aqui se desenvolveu o ‘racismo a brasileira’, negando a nossa história e falseando uma memória em prol da farsa da democracia racial. O racismo merece um direito de resposta eficaz e nós gostaríamos de convidar a todas, todos e todes, negros e brancos, para que possamos formular e executar juntas essa proposta.

Naquele momento, o recado simbólico e político era nítido: o novo governo não iria tolerar ataques à democracia; e mais que isso, o movimento de mulheres negras, naquele momento, representado pela Ministra Anielle Franco, não iriam recuar um centímetro na luta por uma sociedade livre do racismo e do sexismo, e onde mulheres negras tivessem voz e vez.

Decididas a produzirmos uma resposta necessária para os incontáveis obstáculos que lideranças negras do campo progressista enfrentaram naquele período para se eleger, e certas de que, ainda que o resultado eleitoral de 2022 para o legislativo tenha sido insuficiente ao tamanho dos nossos esforços, naquele ano tivemos lições valiosas. Este livro não pretende ser um guia para a atuação em campanhas eleitorais, mas sim um conjunto de pistas dos principais obstáculos e das estratégias utilizadas em uma iniciativa de abrangência nacional. Queremos que os esforços desempenhados no projeto Estamos Prontas sirvam de farol para demais iniciativas de fortalecimento de lideranças progressistas em todo o Brasil.

Nesse sentido, o Estamos Prontas é fruto do salto organizativo e potencial transformador que fez brotar uma verdadeira primavera para as rosas negras. A crescente auto-organização e o exercício da autodeterminação das mulheres negras se impõem e nos desafiam a seguirmos aprimorando nossas estratégias de articulação e disputa do imaginário social sobre a participação política das mulheres negras brasileiras, e é isto que pretendemos entregar neste livro para você que o lê.

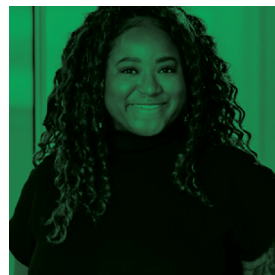
Esperamos que esta obra possa inspirar e acender o potencial transformador, além de ajudar no reconhecimento de que mulheres negras estão mais que preparadas para assumir seu lugar de protagonismo na disputa democrática do Brasil. Nossa hora é agora!

Boa leitura!

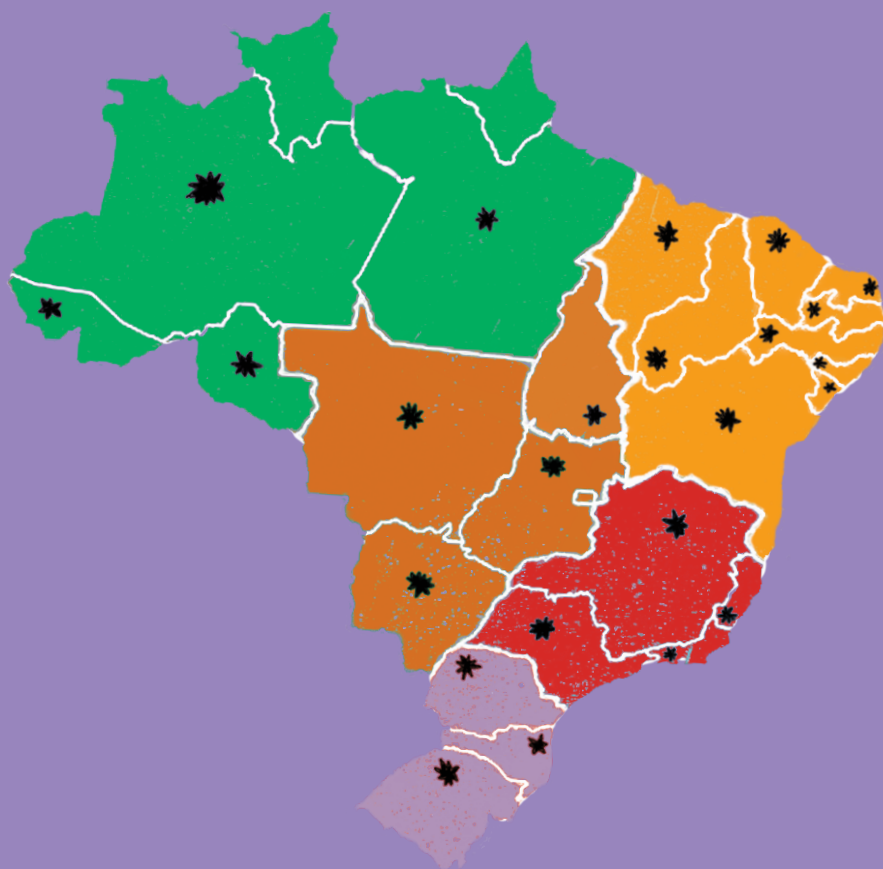


Fabiana Pinto é sanitarista, bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestranda em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz. Atuou como Coordenadora de Incidência e Pesquisa no Instituto Marielle Franco e foi co-coordenadora da iniciativa Estamos Prontas (2022). Hoje é Coordenadora de Desenvolvimento de Lideranças e Cuidados Coletivos no Movimento Mulheres Negras Decidem, que integra desde sua fundação, em 2018.

Tainah Pereira é americana, nascida e criada no subúrbio do Rio de Janeiro nos melhores dias. É formada em Relações Internacionais, Mestra em Ciência Política e doutoranda em Economia Política Internacional. Desde 2018, faz parte do Movimento Mulheres Negras Decidem, do qual se tornou Coordenadora Política em 2022. Também foi coordenadora do Estamos Prontas.







**As 27 lideranças
coletivas que tornaram
o Estamos
Prontas realidade**



ACRE

Nome: Kelly Cristina

Partido: PSB

Biografia: Quele Cristina Oliveira da Silva tem 43 anos, é casada, mãe de 4 filhos e natural de Porto Velho – RO, mora em Cruzeiro do Sul – AC. É formada em técnica de enfermagem e atua como cabeleireira especialista em cabelo afro e cacheados. Foi candidata a vereadora, em 2020. Militante da luta étnico-racial, integra a Associação das

Mulheres Negras do Acre e foi presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR). Fundadora e idealizadora do projeto Meu Cabelo Minha Identidade que tem sido desenvolvido em escolas e territórios da sua cidade, é pré-candidata a deputada estadual pelo PSB.

Rede Social: @kellyquele

AMAPÁ

Nome: Suane Brazão

Partido: SOLIDARIEDADE

Biografia: Suane Brazão é

quilombola e dialoga intensamente com 5 dos 62 territórios quilombolas do Amapá. Teve a irmã assassinada (feminicídio), em 2016, e precisou se deslocar do território para lidar com o luto. Morando em São Paulo, fundou o Amazonizando e, a partir desse trabalho, expandiu sua rede e apoiou outras iniciativas de mulheres negras amazônidas quilombolas e ribeirinhas, sempre tendo como referência o território do Amapá. Tornou-se referência sobre o tema “Amazônia Negra”, chegando a receber o título de utilidade pública no estado de São Paulo.

Rede Social: @suane_brazao



Pautas: direitos dos quilombolas, direitos das mulheres e justiça ambiental/preservação da Amazônia.

AMAZONAS



Nome: Coletiva Bancada Amazônida ou Coletiva das MNYAMA – Língua Zulu = Pretas.

Francy Júnior (liderança EP), Florismar Ferreira, Elisiane Andrade, Luzarina Varela, Marinete Almeida, Mariana Ferreira

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografias: Francy Júnior é natural de Manaus, tem 55 anos e é uma mulher lésbica. Tem um filho de 35 anos e cria 4 netos, de sangue

e de consideração. Vive na periferia da Zona Norte de Manaus, numa ocupação (Bairro Monte das Oliveiras) fundada por uma freira, mulher negra. Iniciou seu ativismo a partir de um episódio de violência sexual contra uma mulher que vivia no seu território. A partir disso, começou a se organizar com o Núcleo de Educação Popular da UFAM e do PT. Fundou a Associação de Moradores de sua comunidade, para a qual apresentou na câmara local uma proposta de urbanização. Movimento Comunitário Vida e Esperança (MCVE) educação para mulheres e meninas, esforço escolar e área missionária. Em 2002, foi assessora de projetos sociais da Cáritas de Manaus. Em 2006, fundou o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus e foi aprofundando no tema do ecofeminismo. Na Rede de Educação Cidadã (RECID), foi educadora da Região Norte, fez parte da comissão política e da linha dos Direitos Humanos das Mulheres.

Florismar Ferreira tem 59 anos, alfabetizadora, educadora popular, feminista e fundadora do Partido dos Trabalhadores no Amazonas, é natural de Porto Velho, mas veio ainda criança para o Amazonas, junto com seus pais e irmãos, estabelecendo residência no município de Itacoatiara, onde viveu sua infância e juventude. Viúva, mãe de 4 filhos, filha de mãe dona de casa e pai caixeiro viajante, sendo a segunda mais velha entre oito irmãos.

Professora Elisiane, mulher, negra, moradora da periferia da cidade, a terceira de uma família de 10 irmãos. Fui mãe ainda na adolescência, tenho 3 filhos, os

quais assumi sozinha a responsabilidade de criá-los. Sou chefe de família, assim como muitas mulheres corajosas e valorosas que assumem a responsabilidade do sustento do lar, educação e criação dos filhos. Sinto-me honrada em ter minha história de vida cruzada com a história de muitas mulheres pobres da periferia, que, assim como eu, enfrentam de cabeça erguida as adversidades, seguem em frente e passam a ajudar outras pessoas e a lutar por uma sociedade mais justa.

Desde 2005, faço parte do quadro de professores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), onde ministro aulas nos anos iniciais e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nas turmas da EJA, sempre desenvolvi palestras com foco na juventude e sobre a violência contra a mulher, além de atividades de promoção da cultura popular e afro-brasileira. Desde então, ingressei no Movimento de Professores, engajei-me nas lutas e, junto com os demais colegas, organizamos grandes atos em defesa da valorização dos/as profissionais da educação e em defesa da educação pública de qualidade.

Minha história de vida levou-me também para o Movimento de Mulheres e para a militância partidária. Sou filiada ao Partido do Trabalhadores, desde 2008, fui da Secretaria Estadual de Mulheres do PT, no período de 2017 a 2019. Tenho me aprofundado nas lutas em defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento a todas as formas de violências e exclusão. Tenho somado forças com as companheiras da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), movimento do qual faço parte. A pauta das mulheres e a pauta antirracista, da juventude tem feito parte da minha vida de lutas e acadêmica, sou membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Neste grupo, tenho aprimorado os estudos sobre as diversas temáticas que envolvem a vida das mulheres nos inúmeros espaços da sociedade.

Mariana Ferreira Pinto nasceu no interior de Uruapiara. Filha do professor João Andrades Pinto, da parteira Maria Raimunda Ferreira da Silva e neta do curandeiro benzedor Luiz Marques da Silva. Cresci no município de Humaitá Amazonas, hoje com 43 anos, sou mãe de João Mariano e Sophia Alexandra. Estou divorciada há 3 anos, trabalho no Distrito e venho lutando pra concluir minha faculdade na área de Engenharia Civil no Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Minha caminhada política iniciou, em 2004, participando de encontros e formações. Fui candidata a deputada estadual por duas eleições e candidata a vereadora uma vez, foi uma honra ter contribuído com as companheiras.

Rede Social: @francyjunior53

Pautas: Direitos da população negra, indígena e LGBTQIA+



PARÁ

Nome: Bia Caminha

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Bia Caminha é a vereadora mais jovem da história do município de Belém. Feminista negra e uma mulher bissexual, é vice-presidenta do PT Pará e líder da bancada petista na Câmara Municipal de Belém. Filha de militantes e fundadores do Partido dos Trabalhadores no Pará, é estudante de Arquitetura e Urbanismo pela UFPA, onde foi duas vezes eleita

coordenadora geral do maior DCE do Brasil em número de estudantes. À frente da entidade, liderou os atos do #EleNão em seu estado e fundou nacionalmente o Movimento Popular da Juventude, um coletivo organizado de juventude petista, feminista, antirracista e LGBTQIA+.

Rede Social: @beatrizcaminha

RONDÔNIA

Nome: Léo Simão

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Léo Simão tem 53 anos, é professora, está próximo de se aposentar. Atualmente, está no segundo mandato como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO). É do interior de Rondônia, de Cacoal, onde já atuou como secretária do PT. Atualmente, mora em Porto Velho. Também é militante do Movimento Negro, Grupo União e Consciência Negra. Participou de pastorais (criança, juventude) onde passou pela formação Fé e Política e passou atuar nas questões relativas ao direito à terra.

Rede Social: @leosimao_ro



RORAIMA



Nome: Sirdennys Silva

Partido: Partido dos trabalhadores (PT)

Biografia: Sirdennys Silva é uma mulher de descendência Negra e Indígena da etnia Wapixana, tem dois filhos e é Professora da rede pública de ensino do município de Boa Vista. Filiada ao PT desde 2010, foi candidata a vereadora em 2020. É ativista e liderança da luta dos profissionais da educação de sua região. Constrói o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMURR).

Rede Social: @professorasirdennys

TOCATINS

Nome: Ana Cleia Kika

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Ana Cleia Kika, mulher, negra, feminista, ativista, pesquisadora, esposa, mãe do Samuel e do Matheus Felipe. Cientista Social. Mestranda em Comunicação e Sociedade/UFT. Defensora dos Direitos Humanos. Defensora Popular. Conselheira do Conselho Municipal da Juventude de Município de Porto Nacional. Militante do Movimento Negro Unificado/TO. Integrante do Coletivo de Mulheres em Movimento de Porto Nacional e do Movimento de Mulheres Negras e Populares. Participa do ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins. Professora Convidada do Curso de Ciências Sociais, na UFT, no Campus de Porto Nacional. Foi candidata a vereadora no Município de Porto Nacional em 2020.



Atualmente, é Presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT) de Porto Nacional e pré-candidata a Deputada Estadual/PT.

Rede Social: @anacleiakika



ALAGOAS

Nome: Débora Marcolino

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Débora Marcolino é liderança do MST, assentada no município de Flexeiras. Tem 45 anos e tem 2 filhas, uma de 25 e outra de 14 anos. Tem descendência indígena, a mãe é negra e o pai indígena da Aldeia Valcir Cocal. Ingressou no MST, no final de 1997, e no PT está filiada desde 1998.

Já foi candidata duas vezes a vereadora no município de Flexeiras pelo PT (2016 e 2020). Foi dirigente nacional do MST, em Alagoas, sua candidatura está sendo pautada pela base do MST da região.

Rede Social: @deboramarcolino77

BAHIA

PRETAS PELA BAHIA



(Marcia Ministra é a liderança EP – a esquerda)
(Cleide Coutinho é a cabeça de chapa – a direita)

Nome: Pretas pela Bahia – Marcia Ministra, Cleide Coutinho, Dulce e Iracema Santos

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: Márcia Ministra (liderança EP) é coordenadora de um quilombo educacional. Formada em Ciências Sociais pela UFBA, é ex-empregada doméstica e hoje trabalha como educadora na Odara – Instituto da Mulher Negra e é articuladora do Fórum Marielles da Bahia. Atua também num projeto de Comunicação e Direitos Humanos em escolas. Passou a integrar o Movimento de Mulheres Negras de Salvador, onde trabalhou com Vilma Reis. É a 10ª de 11 filhos. É uma mulher de Candomblé. Ativista de Direitos Humanos, também trabalha com um grupo de mulheres vítimas violência de Estado e com o tema de violência doméstica.

Cleide Coutinho é dirigente nacional do Movimento de Luta por Moradia.

Rede Social: @pretaspelabahia

CEARÁ

Nome: Adriana Geronimo

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: É covereadora em Fortaleza, no Ceará. É assistente social, moradora da Comunidade Lagamar, cofundadora da FavelAfro, cooperativa de mulheres periféricas do Lagamar. Integra o Grupo Jovens em Busca de Deus (JBD), a Frente de Luta por Moradia Digna, o Campo Popular do Plano Diretor e o Fórum Popular de Segurança Pública.

Rede Social: @adriana_geronimovs/@nossacaramandata/





MARANHÃO

Nome: Creuzamar de Pinho

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Nascida no município de Codó, adotada aos 13 anos pelo município de São Luís, iniciou sua militância nos grupos de Jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Fundou o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, a Cooperativa Habitacional do Zumbi dos Palmares, a União Estadual

por Moradia Popular no Maranhão e o Centro Educacional e Profissional do Coroadinho. Formada em Serviço Social, já foi Secretária Adjunta de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão. É Coordenadora da União Estadual de Apoio a Moradia Popular e também é Membro da Coordenação Nacional da União Nacional de Moradia Popular. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 01 de novembro de 1990, foi candidata a deputada estadual, em 2018, e a vereadora em 2020, o que resultou em ser suplente de Vereadora da Capital de São Luís.

Rede Social: @creuzamardepinho

PARAÍBA

Nome: Bianca Quilombola

Partido: REDE Sustentabilidade

Biografia: Bianca Quilombola é nascida e criada em Cruz da Menina, tem dois filhos, um de 19 e outro de 8 anos. Iniciou no ativismo aos 12 anos, em defesa da comunidade quilombola. Lançou-se candidata a vereadora, em 2016, e também em 2020. Luta pelo reconhecimento de sua comunidade e por políticas e serviços públicos para os quilombos. Promoveu processo de autorreconhecimento como negros e



remanescentes de quilombos, mas ainda seguem sem a demarcação do território. Também teve contato com o Movimento de Apoio Popular (MAP), onde formou um grupo de dança afro. A partir desse grupo, composto por meninas e meninos adolescentes, a comunidade ganhou projeção. Também faz parte do MNU e do coletivo de mulheres da CONAQ.

Rede Social: @bianca.jussie/@biancaquilombolaoficial



PERNAMBUCO

Nome: Elaine da Silva (Pretas Juntas)

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: Pretas Juntas é uma candidatura coletiva que, atualmente, ocupa um cargo de vereança na cidade de Recife. Para a disputa à Assembleia Legislativa de Pernambuco, sairá Elaine da Silva, mulher negra, mãe, antiproibicionista e articuladora da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA). Elaine foi a segunda mulher

do Nordeste a conseguir habeas corpus para plantação de cannabis e tem uma forte agenda de lutas antirracista, feminista e antiproibicionista.

Rede Social: @elacristiina/@maeantiproibicionista/@maesind

PIAUI

Nome: Rosalina Quilombola

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Maria Rosalina dos Santos é uma referência na luta pelos direitos quilombolas. Conhecida na sua terra natal por Maria do Povo, também é líder sindical, ex-vereadora, trabalhadora rural, coordenadora estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí e integra a Coordenação Nacional de Articulação



das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Rosalina, mulher quilombola, agricultora e militante dos movimentos sociais, mora no quilombo Tapuio. Em sua trajetória política no Partido dos Trabalhadores (PT), já foi candidata à prefeita, vereadora e deputada estadual. Lançou sua candidatura à prefeitura de Queimada Nova, em 2004, foi eleita em dois mandatos de vereadora de 2008 a 2016 e foi candidata à deputada estadual em 2014 e 2018. Maria Rosalina é fundadora do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Queimada Nova, coordenadora executiva da CONAQ, é membra da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ) e secretaria de formação do Diretório Municipal do PT.

Rede Social: @rosalinaquilombogm

RIO GRANDE DO NORTE

Nome: Tati Ribeiro

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: Tatiane Ribeiro tem 33 anos é uma mulher negra bixessual. Educadora popular há quase 10 anos. Estudante de jornalismo, militante feminista e antirracista. Nascida em São Paulo, iniciou sua militância no movimento estudantil. Mudou-se para Natal para construir, no RN, a Rede Emancipa, da qual é coordenadora Nacional. Foi candidata a vereadora, em 2020, e ficou como suplente. Atualmente, é Presidenta do PSOL em Natal. Além da luta pela educação, desenvolve um trabalho de proteção de animais através de sua inserção na ONG Amor por Toda a Vida.

Rede Social: @tateribeiro



SERGIPE

Nome: Iya Lúgia de Exú (Mãe Lúgia)

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Lúgia Borges (Iya Lúgia de Exú) é ialorixá, iniciada no candomblé há 20 anos. Vive em Aracaju, mas é de Maceió – AL. Tem duas filhas e um neto de 7 anos. É casada há 30 anos. É artesã e oriunda do movimento negro de cultura. Foi presidenta de um bloco afro em Aracaju. Fundadora do Fórum Estadual de



Mulheres Negras, do Fórum Sergipano dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e do Movimento de Artesãs e Artesãos Negros. Articulou cestas básicas com Ministério Público (MP) no contexto mais agudo da pandemia. É organizadora da Caminhada para Oxalá contra discriminação religiosa. A decisão pela candidatura foi coletiva, tomada dentro do terreiro e articulada com as lideranças do povo cigano, a Igreja Presbiteriana Renovada, a Universidade Federal e o

Movimento Quilombola (Quilombo Maloca, primeiro quilombo urbano de Sergipe). Faz parte da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Participa do Eu Voto em Negra.

Rede Social: @b.ligia

DISTRITO FEDERAL

Nome: Mariana Almada

Partido: Partido Verde (PV)

Biografia: Mariana Almada é natural de Brasília, onde vive e atua nas áreas de Artes Visuais (fotografia e arte educação), Teologia, Psicanálise e Constelação Sistêmica. Concluiu a Educação Básica em escolas públicas, estudou na Escola de Música de Brasília. Graduação em Teologia e Artes Visuais, com especialização em História da Arte, Arte e Tecnologia e Psicanálise (saúde mental), consciência e Constelação Sistêmica. Suas abordagens apontam mudanças intra e interpessoais, a imagem e seus desdobramentos, o ser humano e suas perspectivas de vida, competências socioemocionais, autoestima e razões para viver. Prevenir é a melhor forma de acertar para a vida.



Rede Social: @profmariana.almada



GOIÁS

Nome: Lucilene Kalunga

Partido: Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Biografia: Lucilene Kalunga. Lucilene Santos Rosa (o sobrenome Kalunga se remete ao quilombo do qual vive) tem 40 anos, 11 anos e se divide entre a capital Goiânia e seu território no município de Cavalcante, o Quilombo Kalunga. Considerado o maior quilombo em extensão territorial do Brasil, Kalunga reúne

três comunidades quilombolas com cerca de 600 famílias. Se organizou, em um primeiro momento, no Grupo de Mulheres Negras Malunga que trabalha com saúde da mulher, anemia falciforme e saúde reprodutiva. Bacharel em Turismo, começou a trabalhar no SEBRAE onde liderou processo de organização do seu território para gerar desenvolvimento econômico através do turismo. Em 2004, o Quilombo Kalunga foi escolhido pelo então presidente Lula para lançar o projeto Brasil Quilombola. Foi secretária municipal de Igualdade Racial, em Cavalcante – Goiás (2009 – 2010). Em 2010, fez o 1º Encontro de Cultura Negra Kalunga no município de Cavalcante. Trabalhou com a vereadora Cristina Lopes do PSDB. Foi coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Goiânia e coordenou o projeto Parlamento Jovem.

Rede Social: @lucilenekalunga

MATO GROSSO DO SUL

Nome: Professora Bartô

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Professora Bartô tem 59 anos, é viúva e tem um filho de 18 anos. É professora sênior no curso de mestrado profissional em educação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Ativista desde o final dos anos 1980, foi sindicalista e já atuou como gestora de políticas públicas. É filiada ao PT desde 1997. A partir dos anos 2000 passou a construir o Movimento Negro, se tornando a Presidenta do grupo TEZ (primeiro grupo do movimento negro do MS). Foi candidata a vereadora em Campo Grande – MS, em 2020.



Rede Social: @ProfessoraBarto



MATO GROSSO

Nome: Professora Graciele

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Formada em Pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Primeira da família a acessar o Ensino Superior, foi mãe aos 15 anos, o filho hoje tem 20 anos. Cofundadora da Central Única das Favelas em Sinop. Em sua juventude, atuava na cultura hip hop. Em 2008, se

aproximou do movimento negro e do movimento estudantil. Atuou na criação do Centro de Referência de Direitos Humanos, coordenou um projeto chamado Jovens Agentes de Direitos Humanos e trabalhou por 5 anos no projeto Sinop Para Elas, que é de acolhimento de mulheres que sofrem violência.

Redes Sociais: @profagraciele

ESPÍRITO SANTO

Nome: Camila Valadão

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: Camila Valadão é vereadora em Vitória – ES. Assistente Social e Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ela é feminista, negra, mãe e militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Atuou no movimento estudantil da UFES, foi presidenta do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH). Sua militância é dedicada à luta em defesa das mulheres, da negritude, da juventude e dos direitos humanos. Foi candidata a vereadora, em 2016, a governadora, em 2014 e a deputada estadual, em 2018. Em 2020 foi eleita a segunda vereadora mais votada na Capital com 5.626 votos feministas, antirracistas, antifascistas e antiLGBTfóbicos. Está como vereadora com seu Mandato coletivo Ilma Viana que é desenhado por mulheres e homens que desejam uma cidade democrática, participativa, transparente, feminista, antirracista, plural e solidária.

Redes Sociais: @camilavaladaopsol



MINAS GERAIS

Nome: Mulheres Negras Sim – Tainá, Lauana e Juhlia (Candidatura Coletiva)

Partido: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Biografia: Mulheres Negras Sim é construída em parceria com o Círculo Palmarino a Juventude Manifesta o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTTL) e Mulheres Negras Decidem. Lauana, Juhlia e Tainá compartilham trajetórias e lutas semelhantes. Mães, ativistas e mulheres de terreiro, se reconhecem como corpos dissidentes e juntas na militância têm a luta antirracista e antiLGBTfóbica como ponto de partida para sua atuação social. Suas pautas nascem com suas próprias histórias, corpos e territórios, em torno da afirmação dos direitos das mulheres da população negra e da população LGBTQIA+, do direito à cidade para todas as pessoas e da diversidade como um valor para a cultura como valor para superação das opressões. Lauana Chantal é Assistente Social, especialista em Gestão Estratégia em Políticas Públicas, mulher de axé, mãe de Caio Zulu e Odara, é doula e milita pela humanização do parto. Ativista do hip hop desde os anos 2000, iniciou como MC cantando rap e realizando eventos. Desde então, é defensora dos direitos humanos, mulheres, juventudes e da negritude. Juhlia Santos é mulher trans preta, quilombola do Quilombo Manzo, mulher de tradição, viveu grande parte da sua infância e juventude em Ribeirão das Neves, ativista que se vale da arte como forma de discussão sobre as dissidência de raça, classe, gênero e, sobretudo, a condição de humanidade, graduada em comunicação, pesquisadora de gênero há treze anos, conselheira no Quilombo Manzo atua também como agitadora cultural em diversos cenários na cidade de Belo Horizonte, militante autônoma LGBT com recorte nas causas trans, atuou e atua na retomada do carnaval de rua de Belo Horizonte, compondo vários blocos da cidade, integrante das Pretas Em Movimento, coletiva antirracista, passou pela MUITAS pela Cidade que Queremos em que disputou as últimas eleições estaduais, tendo votação expressiva. Foi assessora parlamentar, atuando diretamente com os territórios e atualmente integra a coletiva Mulheres Negras Sim.

Redes Sociais:@mulheresnegrassim



RIO DE JANEIRO

Nome: Rafaela Albergaria

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Rafaela Albergaria é cria da Baixada, articuladora política do movimento Mulheres Negras Decidem, ativista pelo direito à vida de pessoas negras e periféricas. Sendo Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela UFRJ, Rafaela luta pelo direito à cidade a partir da luta por segurança, acessibilidade, dignidade e gratuidade nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro; pela construção de políticas públicas de reparação às populações negras e pela reconstrução do direito e acesso à justiça que alcance os grupos historicamente criminalizados e marginalizados. Luta também contra o encarceramento em massa, prisões ilegais, tortura e tratamentos cruéis em prisões e instituições de confinamento e por políticas de vida para mulheres. Rafaela tem especializações e experiência em gestão nas temáticas de política para mulheres, sistema de justiça, garantias legais e políticas de ação afirmativa. Além disso, é pré-candidata a deputada estadual no Rio de Janeiro.

Redes Sociais:@rafaalbergaria



SÃO PAULO

Nome: Carmen Silva

Partido: Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Biografia: Carmen Silva é líder do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), mãe de 8 filhos, e professora do Núcleo de Mulheres e Territórios do Insper. Saiu da Bahia em 1994. Em São Paulo, ficou em situação de rua, depois foi morar em um albergue. Em 2000, fundou com outras mulheres o MSTC. Foi candidata a vereadora, em 2020. Atualmente, está na suplência da Câmara Municipal, atuando na Região Central com 5 ocupações.

Redes Sociais:@carmensilvamstc/



PARANÁ

Nome: Juliana Mittelbach

Partido: Partido dos Trabalhadores

Biografia: Juliana Mittelbach é casada, tem 2 filhos (11 e 9 anos). Nasceu em Porto Alegre – RS, mas foi para o Paraná ainda criança e vive em Curitiba. É enfermeira e trabalha no hospital das clínicas com pacientes com câncer. Filha de militar, já viveu em vários

estados do país. É doutoranda em Saúde Pública na Fiocruz. Estuda violência obstétrica. Fez parte do sindicato dos profissionais de saúde e foi conselheira municipal de saúde. Participou do coletivo de mulheres da CUT e dos coletivos feministas (marxistas) da faculdade. Ainda participa da construção da Marcha Mundial das Mulheres e integra a Rede de Mulheres Negras do Paraná. É conselheira estadual de direitos humanos e vice-presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Redes Sociais: @julianamittelbach



SANTA CATARINA

Nome: Cirene Cândido, Vanda Pinedo e Marlinda (Candidatura Coletiva)

Partido: Partido dos Trabalhadores (PT)

Biografia: Cirene Cândido tem 51 anos e mãe de uma filha de 22 anos. Nasceu em Londrina, no Paraná, e, desde pequena, foi trabalhadora rural em plantações de

Algodão. Já trabalhou como Agente comunitária de saúde e também como diarista. Formada em Gestão Ambiental, fez um curso da Fiocruz sobre Saúde do Trabalhador e Movimentos Sociais. É filiada ao PT, partido pelo qual foi candidata a vereadora em Florianópolis e hoje está como suplente e é articuladora de Economia Solidária. Faz parte da construção do 8M. Integra o Bloco Cores de Aidê, formado por 80 mulheres ativistas.

RIO GRANDE DO SUL

Nome: Laura Sito

Partido: Partido dos Trabalhadores
(PT)

Biografia: Laura é uma jovem negra e jornalista, mãe do Pedro, filha de empregada doméstica e cria da periferia de Porto Alegre. Começou a luta cedo, aos 13 anos, no Movimento Negro e no Movimento Estudantil. Foi Presidenta do Grêmio



do Julinho, escola estadual com forte história política e Diretora de Direitos Humanos da UNE, quando lutou pela efetivação das políticas de ação afirmativa e acompanhou a sua implementação no Brasil. Em 2016, concorreu a vereadora e ficou como suplente, tendo a oportunidade de apresentar Projetos de Lei voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à geração de renda para mulheres negras e ao acolhimento de crianças e adolescentes. Em 2020, foi eleita vereadora, sendo a mais jovem da Câmara Municipal ao integrar a primeira bancada negra da cidade. Desde então, teve aprovado dois projetos: um que obriga as repartições públicas a oferecerem salas de aleitamento materno e outro que institui o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Porto Alegre, inserindo-se no tema do combate à fome, prioritário do mandato.

Redes Sociais: @laura.sito





Mulheres Negras nas Eleições de 2022: transformando a política e redefinindo a democracia no Brasil e na América Latina

FABIANA PINTO | TAINAH PEREIRA

O cenário político no Brasil se desenha com contornos significativos em 2022, marcando um capítulo crucial na democracia do país. Com a aproximação das eleições, a atmosfera política está carregada de debates muito polarizados, refletindo a busca por direções políticas que moldarão o futuro. Esse momento está inserido em um contexto mais amplo, uma vez que a América Latina enfrenta um superciclo eleitoral, influenciando dinâmicas políticas em vários países da região.

Diversos países enfrentam eleições cruciais, contribuindo para uma mudança significativa na dinâmica regional. A interconexão de eventos políticos cria um ambiente em que as decisões em um país reverberam em outros, influenciando a geopolítica e as relações internacionais. Particularmente, as experiências de Chile e Colômbia influenciaram sobremaneira a elaboração do projeto Estamos Prontos. Entre fevereiro e março de 2022, uma comitiva de organizações negras brasileiras visitou os dois países para acompanhar a posse do Presidente eleito Gabriel Boric e a campanha pré-eleitoral da atual vice-presidenta Francia Marquez.

Tal como testemunhou-se nas eleições colombianas, a participação política das mulheres negras emerge como uma peça fundamental na composição do quadro eleitoral brasileiro. Igualmente, no Chile, mulheres afrochilenas e imigrantes negras acentuam a importância do reconhecimento de suas identidades e reivindicam participação ativa na elaboração da nova Constituição.

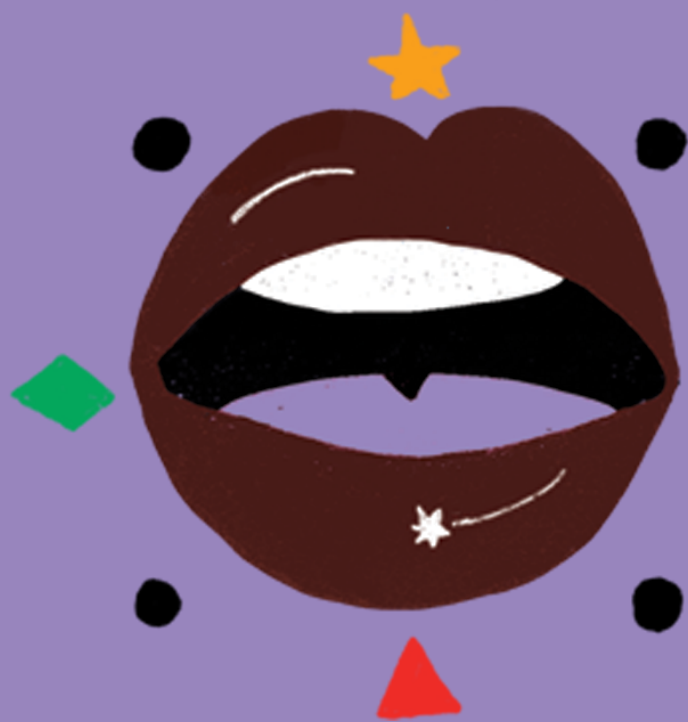
Confrontando barreiras históricas e estruturais, mulheres negras têm se destacado como agentes de mudança. Nesse sentido, o Estamos Pronta fortalece não apenas a presença, mas também a liderança dessas mulheres, refletindo a diversidade e a riqueza das vozes que buscam a transformação social no Brasil, na América Latina e no mundo. Analisando os resultados eleitorais, é crucial notar os avanços e os desafios enfrentados por mulheres negras. O aumento da participação é evidente, mas persistem obstáculos, como a violência política de gênero e raça, a distribuição desproporcional de recursos e tempo de propaganda e o descompasso da legislação eleitoral, dos partidos e de parte significativa do eleitorado com o aperfeiçoamento da política institucional oportunizado pelo maior grupo demográfico do Brasil: as mulheres negras.

O papel das mulheres negras na política institucional é pauta central nas expectativas políticas. A ascensão dessas lideranças coletivas não apenas redefine a representatividade, mas também transforma a agenda política. Iniciativas como o Estamos Prontos são catalisadoras desse processo, enfatizando a necessidade do aprofundamento da democracia participativa, requisito para a efetivação de

políticas públicas que abordem a interseccionalidade de raça e gênero mais capazes de promover mudanças estruturais, portanto.

Os impactos políticos do ciclo eleitoral de 2022 incluem a revitalização do debate em torno do enfrentamento às violências sistêmicas (notadamente a extrema pobreza, o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia), da defesa dos direitos humanos e da necessidade de inovação da democracia dado o persistente ambiente de desconfiança nas instituições democráticas. As mulheres negras emergem como agentes de mudança capazes de projetar horizontes radicais de transformação e orientar as massas em direção a uma democracia mais inclusiva e participativa.

Em síntese, as eleições de 2022 e o superciclo eleitoral na América Latina convergem em um momento crucial. As mulheres negras não apenas participam ativamente desse processo, mas também subvertem as narrativas e as direções políticas. As práticas das mulheres negras desafiam paradigmas e ajudam a construir um futuro pautado pelo Bem Viver. Esse é um capítulo importante na história política, no qual a força motriz para uma sociedade mais justa, solidária, pacífica e democrática é a presença das mulheres negras lideranças coletivas.





**Política se faz no
território:** articulação
e mobilização para
o fortalecimento de
Mulheres Negras nas
Eleições de 2022 no Brasil

NATHALIA CARLOS

O presente artigo sintetiza a experiência desenvolvida pela equipe de Articulação Política e Territorial da iniciativa Estamos Prontas. A dimensão territorial do Estamos Prontas nos permitiu ter um amplo diagnóstico sobre as barreiras impostas, mas também sobre as estratégias de resistência, incidência e articulação políticas de mulheres negras nos diferentes territórios. Nesta produção, apresentamos os acúmulos gerados por meio de nossa estratégia de acompanhamento contínuo, pautado no acolhimento e na mentoria, de nossa estratégia de mobilização e de nossa incidência política junto a partidos políticos e nos territórios. Importante destacar que esse trabalho só foi possível a partir do investimento na conformação de uma equipe de estrategistas de âmbito nacional, com atuação em todas as regiões do Brasil.

O primeiro desafio dessa frente de articulação foi a busca pela equipe de estrategistas territoriais. Por sabermos que a organização e o movimento têm sua história de atuação iniciada principalmente na região Sudeste, entendemos, desde o princípio, ser fundamental a contribuição de companheiras de outras regiões do país. A busca ativa por articuladoras e mobilizadoras experientes e com conhecimento da conjuntura política de suas regiões garantiu que o Estamos Prontas concretizasse o compromisso de apoiar e fortalecer igualmente todas as lideranças e seus grupos políticos. Como dito por uma das nossas lideranças no encontro de encerramento do projeto, em dezembro de 2022, “Não há hierarquia territorial. No Estamos Prontas, todas têm a mesma importância”.

O cuidado e o acolhimento como prática política

Um diferencial do Estamos Prontas foi o acompanhamento contínuo, cuidadoso e personalizado de cada uma das lideranças, que significou, entre outras coisas, o estabelecimento de vínculo profundo, por meio de trocas, e do estabelecimento de confiança mútua que nos permitiu conhecer e valorizar a trajetória de cada uma. Assim, pudemos dialogar com as particularidades das realidades de nossas lideranças e da conjuntura política e eleitoral de seus respectivos estados. Nos primeiros meses, esse acompanhamento foi realizado pela Coordenação de Articulação Política e Territorial, com apoio da Coordenação Geral do projeto. Pela abrangência nacional e as particularidades territoriais, verificamos a necessidade de contar com uma equipe extensiva de alcance nacional. Para tal, empreendemos uma busca ativa por articuladoras políticas e mobilizadoras experientes, conhecedoras da realidade e da conjuntura política das cinco regiões do país. Dessa forma, montamos uma equipe de nove estrategistas regionais, o que nos permitiu manter contato diário e, em alguns estados, a presença direta

no dia a dia das campanhas. Sob a coordenação de Nathalia Carlos, as estrategistas foram responsáveis por acompanhar e apoiar o processo de construção das lideranças, pensar estratégias de mobilização, incidência e articulação política e garantir que chegassem ao final do processo eleitoral fortalecidas, mobilizadas e bem posicionadas em seus respectivos estados.

Quadro 1 – Equipe de estrategistas regionais

Região	Nome completo	Estado	Cidade	Estados para acompanhar
Norte	Karine Corrêa	Tocantins (TO)	Palmas	TO/RR/PA/AP
	Leila Cantuária	Amazonas (AM)	Manaus	AC/RO/AM
Nordeste	Aniely Mirtes	Paraíba (PB)	João Pessoa	PB/MA/PI/RN/CE
	Stella Carvalho	Sergipe (SE)	Aracaju	BA/SE/AL/PE
Centro-Oeste	Romilda Pizani	Mato Grosso do Sul (MS)	Campo Grande	MS/MT
	Ludmila Almeida	Goiás (GO)	Goiânia	GO/DF
	Joa Assumpção	Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro	MG/SP
Sudeste	Priscila Trindade	Rio de Janeiro (RJ)	São Gonçalo	RJ/ES
	Shayene Ferreira	Santa Catarina (SC)	Brusque/SC	PR/RS/SC

Fonte: elaborado pela autora

O período pré-eleitoral e a incidência política em partidos e atores estratégicos

A Coordenação de Articulação Política e Territorial, juntamente com a equipe de estrategistas regionais, desenvolveu um trabalho de monitoramento e acompanhamento de cada uma das etapas do processo eleitoral do ano de 2022, o que se mostrou fundamental para prever e incidir sobre as crises que colocavam em risco as lideranças e suas candidaturas. Intervimos junto aos partidos para assegurar a homologação das candidaturas e as estrategistas regionais monitoraram a realização das convenções partidárias. Assim, conseguimos assegurar que as 27 lideranças fossem candidatas e pudemos analisar como cada uma estava

posicionada nos partidos. Com isso, fomos capazes de desenvolver estratégias de articulação e de fortalecimento.

O processo de homologação das candidaturas de nossas lideranças foi marcado por diversas intercorrências e episódios de violência política de gênero e raça perpetrada pelos próprios partidos políticos. O Estamos Prontas foi acionado para atuação junto aos partidos políticos no sentido de assegurar a homologação de candidatura, e também as condições necessárias para campanha eleitoral nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Minas Gerais, Tocantins, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina.

O calendário eleitoral, divulgado geralmente no começo do ano pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi o norte para a atuação de nossa equipe durante o período pré-eleitoral, nosso monitoramento das etapas da pré-campanha foi importante para identificar que algumas lideranças corriam risco de não terem suas candidaturas homologadas. Muitos foram os casos em que a liderança sofreu assédio de dirigentes partidários para que abrissem mão de se candidatar, sendo desencorajadas a se candidatar com os argumentos comuns de inviabilidade eleitoral. Conscientes da importância de seus projetos políticos e amparadas por nossa iniciativa, todas se mantiveram firmes e chegaram ao final das eleições sabendo que, mesmo que não fossem eleitas, ao final do percurso estariam fortalecidas e seus projetos políticos mais robustos. Entre os casos emblemáticos durante esse processo, destacamos alguns a seguir, com cuidado para garantir a não identificação das lideranças.

No Nordeste, fomos acionadas por uma liderança ainda no período de pré-campanha, quando dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) tentavam inviabilizar sua candidatura. No momento, ela ocupava um cargo na gestão estadual e sua chefia a vinha assediando para desistir de ser candidata e apoiar a candidatura de um homem branco. O partido também vinha descumprindo acordos prévios de subsídio e apoio ao grupo político da liderança. Nos reunimos com a direção do partido naquele estado para posicionar e fortalecer a pré-candidata, o que resultou, segundo a própria liderança, na mudança de postura por parte da sua chefia e de outras pessoas dirigentes. Além disso, nossa incidência corroborou para que essa campanha tenha recebido uma parcela significativa – embora insuficiente – do fundo eleitoral.

No Norte, uma de nossas lideranças enfrentou dificuldades para ter sua candidatura homologada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nossa estrategista, Leila Catuário, com sua profunda experiência no interior de uma direção partidária, realizou e apoiou no enfrentamento a essa possibilidade de desmonte de candidatura. Mantendo contato diário com a liderança, analisou

cada movimentação do partido político e a orientou sobre algumas brechas e armadilhas dessa etapa, como orientações confusas ou às vezes erradas sobre o acerto de contas com a Justiça Eleitoral e as etapas necessárias para homologação das candidaturas.

Nesse período, ficou nítida a capacidade política da liderança que criou estratégias para se reposicionar no interior do partido. Porém, no dia anterior à convenção partidária, foi avisada por dirigentes partidários que seria candidata a Deputada Federal. Essa manobra autoritária deixou a equipe de articulação política do Estamos Prontas em alerta para a intenção de transformá-la em candidatura “laranja” e direcionar sua parcela do fundo eleitoral para o candidato do partido ao senado. Novamente, a estrategista regional teve papel determinante, acompanhando e pensando com a liderança cada passo no sentido de impedir que a campanha fosse inviabilizada e o recurso apropriado. Amparada e fortalecida por nossa iniciativa, a liderança posicionou-se de maneira contundente e, como é comum às mulheres negras, passou a sofrer retaliações e isolamento no interior do partido.

A liderança chegou a organizar uma movimentação junto às outras mulheres, pré-candidatas do partido, com intenção de denunciar a violência política de gênero que as estava atingindo. Entretanto, verificamos que as demais candidatas não estariam realmente empenhadas nessa denúncia e nossa liderança ficaria ainda mais exposta se levasse adiante a denúncia sozinha. Nesse caso, identificamos mais uma vez o quanto é comum que mulheres negras sejam incentivadas a enfrentar sozinhas os problemas estruturais e o quanto isso as expõem às diferentes expressões de violência política de gênero e raça. Diante desse contexto, nossa liderança ficou muito fragilizada. O acolhimento e o aconselhamento da equipe do Estamos Prontas foi fundamental. Como tática de incidência política, nossa equipe, nas figuras da Direção Executiva e da Coordenação Geral das duas organizações, se reuniu com a Secretária Nacional de Mulheres do partido para demonstrar preocupação e sinalizar que estávamos prontas para agir junto à candidata caso o partido impedisse a homologação da candidatura e o desenvolvimento da campanha.

Monitoramento de campanhas e o fenômeno da violência política de gênero e raça

Há anos o movimento de mulheres negras denuncia o subfinanciamento como um dos maiores obstáculos enfrentados pelas campanhas eleitorais desse grupo. Embora nossas campanhas sejam marcadas pelo desenvolvimento de

estratégias para lidar com a escassez e a falta de infraestrutura, em muitos casos, a ausência e a insuficiência de recursos inviabilizam campanhas muito promissoras. As eleições de 2022 iniciaram marcadas pela conquista junto ao TSE da distribuição equânime do financiamento de campanha e do tempo de propaganda. Mas, infelizmente, terminaram marcadas pela constatação de que as estruturas partidárias, mesmo do campo progressista, desenvolveram uma gama de estratégias para descumprir a legislação e subverter esse avanço.

A partir do acompanhamento das lideranças do Estamos Prontas, verificamos que o subfinanciamento de candidaturas de mulheres negras é uma expressão evidente de como o racismo institucional opera no interior dos partidos de esquerda e/ou progressistas, fragilizando ou mesmo inviabilizando nossas candidaturas. Constatamos que, em todos os partidos e nas diferentes regiões do país, o subfinanciamento é justificado por pretensas análises de viabilidade eleitoral, as quais, em geral são dirigidas por pessoas brancas que desconhecem ou não reconhecem nossas formas de luta, nossas táticas de articulação política, nossa capacidade de incidência e a capilaridade dos nossos trabalhos territoriais.

No interior dos partidos, as candidaturas de mulheres negras e LGBTQIA+ seguem sendo enquadradas na categoria “voto de opinião”. Um enquadramento reducionista e equivocado que esvazia nosso projeto político e nos reduz ao que consideram identitarismo. No entanto, sabemos que lançam mão dessa distorção com objetivos de manter o supremacismo branco no interior das instituições. Isso expõe a urgência de termos não apenas candidatas e parlamentares negras, mas também dirigentes em todas as instâncias partidárias.

Sobre a repartição equânime do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o Estamos Prontas, ao ser acionado, incidiu diretamente no apoio aos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao fim do ciclo eleitoral, realizamos uma pesquisa junto às 27 lideranças sobre a distribuição do recurso de campanha. Das 27 lideranças, 8 consideraram o fundo destinado como satisfatório e 19 avaliaram que o valor foi insatisfatório e incompatível com a proporção da campanha. Entre os aspectos identificados nas campanhas eleitorais, os que apresentaram maior fragilidade foram: (1) falta de recurso para transporte, circulação e cumprimento de agendas; (2) falta de recurso para cumprir protocolos de segurança diante de ameaças e incidentes; (3) falta de recursos para ter equipes profissionalizadas e garantir uma boa estratégia de comunicação; (4) falta de recursos para produzir e distribuir materiais de divulgação.

Para enfrentar o subfinanciamento das campanhas, lançamos mão da estratégia gestada coletivamente no Encontro Nacional de Mulheres Negras “Radicalizando o Imaginário Coletivo e Político de Esquerda”, realizado em Salvador, em abril de 2022, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Na ocasião, debatemos pautas estruturantes para o sistema político brasileiro e lançamos uma Carta direcionada às direções partidárias, problematizando o subfinanciamento de campanhas negras e sinalizando que, ao longo do ano, estaríamos vigilantes e combativas para assegurar a repartição equânime do FEFC.

A estratégia de incidência política desenvolvida no âmbito de nossa iniciativa desdobrou-se ao longo do ano eleitoral de 2022 em várias táticas, entre elas, a análise de conjuntura eleitoral de cada um dos estados; o levantamento de dados sobre os pleitos eleitorais anteriores, como o número de candidaturas de mulheres negras e o número de eleitas nas casas legislativas; a racialização dos votos dos partidos e a comparação com a distribuição dos recursos dos FEFC. Além disso, tem-se a ocorrência de reuniões com dirigentes partidários estaduais e nacionais de todos os partidos que tínhamos lideranças filiadas; o envio de ofícios posicionando que a pré-candidata era uma liderança apoiada pelo Instituto Marielle Franco e pelo movimento Mulheres Negras Decidem, bem como o envio da Carta lançada no Encontro Nacional de Mulheres Negras “Radicalizando o Imaginário Coletivo e Político de Esquerda”, que posicionava para os partidos que todas as organizações signatárias estavam cobrando o cumprimento da nova legislação de repartição do FEFC. Por fim, como tática, tem-se ainda o mapeamento dos critérios partidários adotados para o monitoramento da distribuição dos recursos e questionamento aos dirigentes partidários sobre os valores e os atrasos no repasse desses recursos.

O Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem trabalham com a categoria de violência política de gênero e raça, por entenderem que, além do sexismo e do machismo, o racismo configura-se como um fator determinante na experiência de mulheres negras nos espaços de poder. Sobre isso, o Instituto Marielle Franco (2023) reforça:

Demarcar a dimensão de raça é imprescindível em decorrência da forma pela qual o racismo se apresenta na operacionalização da violência política de gênero e raça, fenômeno histórico e que estrutura as bases de formação do nosso país.¹

¹ Pesquisa Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: dois anos da Lei 14.192/2021, desenvolvida e publicada pelo Instituto Marielle Franco no ano de 2023. Disponível em: <https://www.violencia-politica.org/2023>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Nesse sentido, o Estamos Prontas foi pensado para apoiar as lideranças vítimas de violência política de gênero e raça, que foi uma tônica do ano eleitoral de 2022. Diante da ascensão da extrema direita e em meio à disputa majoritária polarizada, partimos do prognóstico de que as lideranças iriam lidar com ameaças, desinformação, discurso de ódio e incidentes de segurança, o que realmente se comprovou. Entre as lideranças que relataram terem vivenciado pelo menos um tipo de violência política de gênero e raça e acionaram a equipe do Estamos Prontas para obter orientações sobre as ameaças, partindo de opositores de partidos de direita, destacamos as lideranças dos estados de Maranhão, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Amapá e Paraná.

Faz-se necessário destacar que o acompanhamento contínuo junto às lideranças nos fez constatar que a maioria dos casos de violência política de gênero e raça sofrida pelas candidatas não se restringiram a opositores e partiram também de “aliados”, membros de seus partidos e movimentos sociais e não de opositores de extrema direita. Esse diagnóstico nos colocou diante do desafio de acolher e orientar muitas situações de assédio e silenciamento que se desdobravam em adoecimento e fragilização das lideranças e também de outras mulheres negras que compunham os grupos políticos que construíram as 27 campanhas. Além disso, ficou nítido que o subfinanciamento é uma expressão sistemática da violência política de gênero e raça que opera nas estruturas partidárias para manutenção da supremacia branca e inviabilização do fortalecimento das mulheres negras lideranças coletivas.

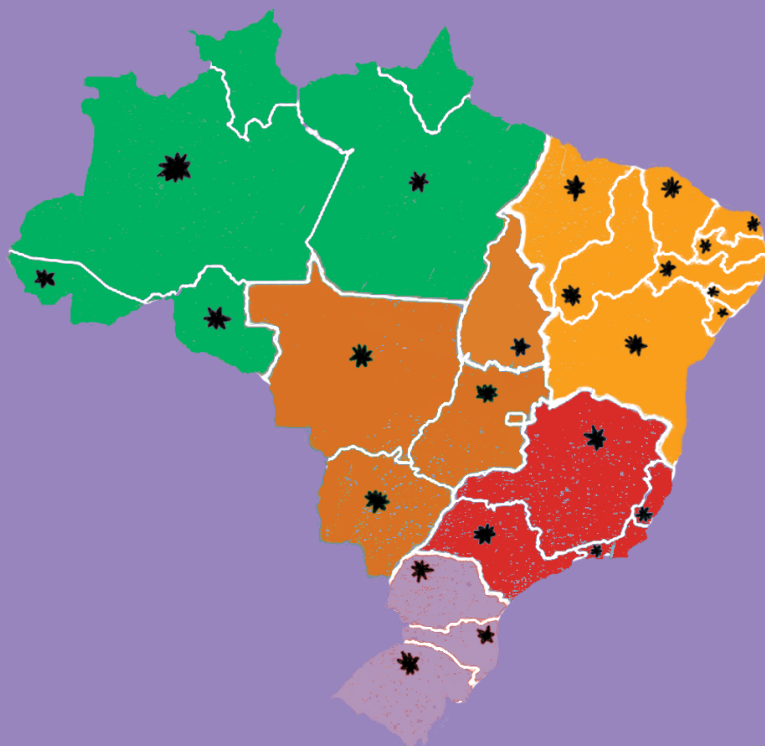
A experiência do Estamos Prontas evidencia o papel vital do trabalho territorial na política, especialmente, na luta das mulheres negras no Brasil. Através de um acompanhamento contínuo e uma equipe de estrategistas regionais, conseguimos não apenas compreender, mas também enfrentar as barreiras impostas a essas mulheres, enfatizando a importância da resistência e da articulação política.

Essa jornada de desafios e conquistas sublinha um futuro esperançoso, marcado pela resiliência e pela capacidade de superação. As mulheres negras, apoiadas por uma rede de solidariedade e estratégia política, mostram que, mesmo diante de obstáculos significativos, é possível avançar na construção de um cenário político mais inclusivo e representativo. Deixo, portanto, não só como um registro de experiências e estratégias, mas um manifesto de otimismo e determinação, reforçando que as mulheres negras, unidas e bem articuladas, estão mais do que prontas para moldar um futuro político mais justo e equitativo no Brasil.

Nathalia Carlos é Assistente Social, Mestra em Desenvolvimento Regional pela UFF, onde também foi professora da Escola de Serviço Social. Já atuou como gestora de políticas públicas, assessora parlamentar e de movimentos sociais. É desenvolvedora de projetos de implementação da Lei 10.639/2003 e co-fundadora do Coletivo Alagbara, que promove a organização política e autonomia financeira de mulheres negras e periféricas. Atualmente, é Coordenadora de Articulação Política e Mobilização







Comunicação em campanhas políticas e o Movimento de Mulheres Negras

ADRIANE PRIMO | JHENIFFER RIBEIRO

Construir um modo de Comunicação que possa influenciar ou transformar a percepção dos indivíduos sobre debates e temas de interesse público é um dos resultados mais esperados na seara da Comunicação Política. Assim, a Comunicação é uma das mais desafiadoras ferramentas, é uma peça chave para se manusear na elaboração da campanha eleitoral de mulheres negras. Por dois motivos patentes: as limitações orçamentárias e a virada semiótica para construção de novos imaginários sociais.

O primeiro é reflexo da burocratização do sistema democrático por meio da lógica partidária que requer, entre outras coisas, a instrumentalização das candidatas para **apropriação dos códigos políticos de comunicação**. Uma preparação que exige financiamento suficiente para montar uma equipe multicultural, atenta e especializada que deve atuar antes, durante e depois do processo eleitoral. O segundo motivo demanda não somente das competências técnicas e do arcabouço financeiro, mas de uma condução orientada na **produção de sentido** sobre a importância de mulheres negras ocuparem espaços de poder dentro da política institucional, já tão desgastado pelos esquemas da branquitude.

Na Comunicação do Estamos Prontas, nos deparamos com esses dois desafios de forma descentralizada, em maior ou menor grau, com as 27 lideranças de todos os estados brasileiros que compuseram a iniciativa, ao mesmo tempo que também lidamos com a construção de valor do próprio projeto para os públicos envolvidos. Durante seis meses, produzimos conteúdos autorais para multimeios, refinamos táticas para impulsionar as lideranças do projeto em seus territórios e encorajamos espaços para práticas autônomas e colaborativas. Assim, operamos, nos meios digitais, através das redes sociais, site e newsletter; e, nos meios off-line, com a realização do “Encontro Nacional Estamos Prontas” e a assessoria de imprensa.

As métricas de avaliação obtidas por meio da análise do engajamento, interesse, comentários de referência, sentimento, feedback, taxa de conversão e alcance das ações de comunicação, nos deram saldos positivos. Mas, infelizmente, não foram suficientes para eleger a quantidade de lideranças que apostamos – apenas Laura Sito, do Rio Grande do Sul, e Camila Valadão, do Espírito Santo, foram eleitas. Entretanto, qualificou, fortaleceu e ampliou as atuações políticas de todas as lideranças envolvidas, nos territórios de origem e em âmbito nacional. Além disso, também reforçou a importância das organizações da sociedade civil no processo eleitoral para a garantia do estado democrático de direito, através de fomento a projetos como o Estamos Prontas.

I. Desafios e aprendizados da comunicação política descentralizada

No momento em que o Brasil vivia sob a ótica do conservadorismo e a política de genocídio das populações vulnerabilizadas pelo governo bolsonarista, o **Estamos Prontas** se fez necessário para frear tais avanços. Nesse sentido, a Comunicação teve papel fundamental para fomentar de maneira ampliada uma contranarrativa, com o desafio de evidenciar mulheres negras com um projeto político progressista e empenhadas em diminuir as violências do Estado.

Nesse sentido, a mensagem central que precisávamos ecoar como resposta para fortalecer as companheiras que colocaram seu corpo na violenta disputa eleitoral e para esperar a população era aparentemente simples: **“Não há democracia plena sem a energia das mulheres negras e sem o protagonismo dessas mulheres na política institucional”**.

Iniciamos o processo de planejamento delineando as abordagens nas frentes de trabalho no âmbito da Comunicação, com estratégias de incidência on-line e off-line, debruçadas na produção de conteúdo que promovesse conexões simbólicas e ruptura dos defasados valores-notícia ainda embrenhado nos veículos de comunicação com maiores alcances de audiência. No on-line, optamos pela rede social do projeto, usando a plataforma Instagram; um site institucional e uma newsletter semanal. No off-line, montamos um encontro presencial, o “Encontro Nacional Estamos Prontas” e assessoria de imprensa.

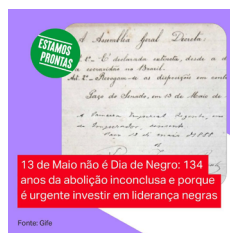
Comunicação on-line e Redes Sociais

A criação da página do projeto no Instagram (@estamosprontas) foi essencial para impulsionar os conteúdos produzidos pelas lideranças. Tanto as que já tinham uma rede estruturada, quanto aquelas que não tinham, além de implementar a voz do projeto durante o processo eleitoral. Afinal, o ativismo político de mulheres negras tem sido profundamente impactado pela ascensão das redes sociais nas últimas décadas. De maneira significativa, as plataformas digitais tornaram-se ferramentas poderosas durante os processos eleitorais em diferentes contextos políticos.

Entendemos que, ao mesmo tempo que fornecem um espaço de mobilização política, com a possibilidade de compartilhamento de informações, narrativas e dados relacionados às questões de gênero e raça, existe uma dinâmica própria do funcionamento das redes sociais que acaba por privilegiar

determinadas narrativas em detrimento de outras. Por isso, não poderíamos deixar de usar uma ferramenta tão poderosa.

Nesse sentido, compartilhamos informações, narrativas e dados relacionados a questões de raça e gênero em tempo real, alcançando um público nacional. Através de hashtags, vídeos ao vivo e campanhas virais, conseguimos chamar a atenção para questões urgentes, desde denúncia de violência política de gênero durante o processo eleitoral à realocação do olhar social sobre a necessidade de eleger mulheres negras nos cargos em disputa. Tudo isso possibilitou uma maior sensibilização do público e pressionou os partidos a agir com mais cautela.



Apesar do Instagram ter um acesso mais rápido e fácil, não poderíamos deixar de ter o site do projeto (www.estamosprontas.org). Até porque, por mais que houvesse o esforço de criar uma linha narrativa nas redes sociais, sabemos que os conteúdos chegavam de forma fragmentada devido à própria dinâmica da plataforma. Além disso, nossa comunicação tinha base descentralizada e o campo de disputa por engajamento e público nas redes era grande naquele momento. Por isso, o site institucional se apresentou como uma ferramenta capaz de condensar e alinhar todas as informações que o eleitorado precisava para respaldar o projeto e as lideranças, sobretudo as que se mostraram mais frágeis na comunicação da campanha por falta de financiamento adequado.

No site, reunimos o conteúdo institucional do projeto, evidenciando fatos históricos sobre a participação de mulheres negras na política institucional,

o legado deixado pelas que vieram antes e a desconstrução de alguns mitos eleitorais que assombram o imaginário social sobre a atuação das mulheres negras na política. Também pudemos trazer as biografias das lideranças que compuseram o projeto, para que o eleitorado acessasse cada uma delas e passasse a acompanhar suas atividades. Além disso, deixamos linkadas uma série de matérias e artigos que foram veiculados na imprensa da América Latina sobre o projeto, os pontos de vista e os temas que as lideranças defendiam.

Esse movimento/estratégia foi realizado tendo em vista uma série de conteúdos que estavam sendo veiculados naquele momento e que consideramos importantes para o fortalecimento das lideranças do projeto. Nesse sentido, precisávamos ainda de um canal de comunicação mais direto com as lideranças para deixá-las informadas de tudo o que estava sendo levantado, debatido e construído por ativistas, intelectuais e pelo Movimento Negro. Dessa forma, mensalmente enviamos uma newsletter com uma curadoria focada em linearizar as lideranças sobre os assuntos que se destacaram na semana e ainda recapitular as atividades que havíamos feito nos ciclos formativos, melhor descrito mais à frente no capítulo que trata sobre a experiência do Ciclo de Desenvolvimento de Habilidades, que se encarregou dessa ação.

Comunicação Off-line e Imprensa

A comunicação off-line se deu a partir de atividade presencial e assessoria de imprensa. O “Encontro Nacional Estamos Prontas: Mulheres Negras na Política” mostrou-se fundamental para azeitar a relação que vínhamos construindo há meses entre a equipe, entre as lideranças e entre a equipe e as lideranças.

O evento aconteceu na sede nacional da Ação da Cidadania, no Rio de Janeiro, em setembro, e contou com a presença de Anielle Franco, diretora executiva do Instituto Marielle Franco, e alguns membros da família de Marielle Franco. Também contou com a presença da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL); da Deputada Estadual Benny de Briolly (PSOL); da vice-presidenta do Conselho Curador do Ibase, Wania Sant’anna; da ativista Jurema Batista; da ex-coordenadora do Comitê Pró-equidade de Gênero, Raça e Etnia da Casa da Moeda do Brasil do governo Dilma Rousseff, Helena Theodoro; e da liderança do Quilombo Ferreira Diniz Glória Rio de Janeiro, Érida Ferreira,. Houve ainda

¹ O evento completo pode ser assistido em www.youtube.com/@InstitutoMarielleFranco.

a participação virtual da co-deputada estadual Robeyonce Lima (PSOL) e da presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

Dividido em dois momentos, a manhã do encontro foi recheada de afeto e trocas de experiências entre as lideranças após meses de atividade on-line. Massagem, maquiagem, gravação de vídeo, dinâmica de acolhimento e entrega do kit de autocuidado. No período da tarde, teve início a atividade oficial do evento, com apresentação musical e a mesa “Mulheres negras e as políticas públicas no Brasil: contribuições para um futuro governo”, que contou com a participação de Wania Sant’anna, Érida Ferreira, Helena Theodoro e mediação de Fabiana Pinto, coordenadora do projeto Estamos Prontas. Também ouvimos falas inspiradoras das convidadas e pudemos conhecer ainda mais cada uma das lideranças do projeto que pegou o microfone para reverberar seus pensamentos políticos.¹

Criar valor notícia também foi um ponto importante para o projeto. Por isso, a atividade de assessoria de imprensa foi essencial, visto que a circulação de notícias sobre a participação de mulheres negras na política institucional ainda estava (está) muito atrelada à ausência e à violência. Pautamos, sobretudo, nossas lutas por espaço de Norte a Sul do país, mas também nossos projetos por um legislativo com equidade, respeitoso e defensor das causas prioritárias para reerguer a democracia; afirmamos que não ficaríamos para depois; discutimos cultura, meio ambiente, saúde, maternidade e política inerente a esses assuntos.

Não foi fácil pautar a imprensa com esses debates. Primeiro porque há uma cultura editorial enraizada que reforça o pacto da branquitude (Cida Bento, 2022) e que escanteia a importância das mulheres negras no processo eleitoral. Essa prática reverbera mais na veiculação de notícias ligadas às violências sofridas por mulheres negras que pleiteiam espaços de poder na política institucional do que em notícias que abordem seus projetos políticos. Ou seja, existe uma tentativa da mídia tradicional em manter um olhar monocromático que reforça os imaginários sociais de que política é coisa de homem e coisa de homem branco ao conceder espaços de discurso de maior evidência a esses perfis que, por sua vez, reforçam uma visão de mundo falida.

É um campo de disputa elevado que requer jogo de cintura e tato. Felizmente, veículos “independentes” estiveram conosco possibilitando que nossas pautas estivessem enquadradas durante todo o percurso do projeto. Essas mídias que estão fora do eixo hegemônico de dominação dos multimeios de comunicação no Brasil, mas que em tempo alcança um público crescente de interessados em rupturas radicais, foram essenciais, sobretudo, para perpetuar contranarrativas sobre a participação de mulheres negras no processo eleitoral.



Mulheres negras e indígenas resistem à violência política no estado mais branco do Brasil



ESPECIAL | Política
MULHERES NEGRAS ASSUMEM LIDERANÇA EM COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
Parlamentares de três estados falam sobre a importância de ocupar esses espaços para garantir os direitos das populações mais vulnerabilizadas
Por [Sally Rêgo](#)

notícias

Vice-presidente da Colômbia participa de evento de incentivo à mulher negra na política

Francisca Márquez estará no encerramento do projeto 'Estados Prontos', que fomenta a candidatura de 21 deputadas estaduais

4 ago 2022 às 21:00

4 votos 9 98%

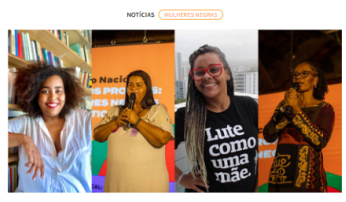
A vice-presidente eleita da Colômbia [Francisca Márquez](#) participará, por videoconferência, do Encontro Nacional Estados Prontos Mulheres Negras na Política, que acontece nesta sexta-feira (4) no Rio de Janeiro. O evento é organizado pelo projeto "Estados Prontos", iniciativa do Instituto Manólio Ferraz e do movimento Mulheres Negras Decidem, com a colaboração da comissão de articulação política do movimento nacional

notícias da folha no seu email

inscreva-se aqui

relacionadas

188 Notícias relacionadas



Candidatas negras para ficar de olho nas eleições 2022

Nelas, conseguimos não somente contar as histórias dessas mulheres, mas valorizar suas cosmovisões para a construção de um país democrático.

II Comunicação comunitária em tempos de desinformação

Mesmo com todas as estratégias que desenvolvemos, estávamos cientes que não alcançaríamos as 27 regiões envolvidas no projeto com a mesma intensidade. Por isso, a equipe de mobilização e articulação foi essencial para a comunicação. Com ela pudemos mapear e acionar veículos e influenciadores locais para enviar materiais de imprensa trazidos pelas articuladoras locais que somaram ao projeto.

Entendemos que a comunicação comunitária era (é) ainda a melhor forma de se aproximar do eleitorado. Além do incentivo a redações de foco local, em que possamos comunicar transversalmente de – para – com. O famoso corpo a corpo tem sua potência. Isso porque não adianta montar uma super estrutura de comunicação on-line (site, rede social, etc), se não houver humanidade nagô

(Muniz Sodré, 2017), pois não se pode perder de vista que estamos falando com, para e sobre pessoas. Isso significa afirmar que estamos lidando com um campo vasto e subjetivo: ansiosos, angústias, desejos, fé, esperança... sentimentos que requer acima de tudo a prática radical do afeto. Mas, como promover afeto em pleno processo eleitoral?

Muitas lideranças já sabiam, mas nós reforçamos sempre que a prática radical do afeto era um dos trunfos da radical imaginação política de mulheres negras brasileiras (Ana Carolina Lourenço e Anielle Franco, 2021). Na prática, estávamos falando sobre escuta. E essa escuta poderia ser feita em reuniões com lideranças comunitárias, mulheres, mães, encontros com jovens, pessoas LGBTQUIAP+, visitas a espaços religiosos, sindicatos... Tudo isso faz parte de uma comunicação comunitária que é base para a construção de uma boa candidatura. E, apesar de não garantir eleição, garante que a mensagem chegue à base e, principalmente, garante uma comunicação ética, inclusiva e responsável para a promoção da democracia e do desenvolvimento social.

Não estamos aqui romantizando nada. O que estamos dizendo é: as informações veiculadas durante o processo eleitoral não chegam para todo mundo da mesma forma; principalmente, para as populações vulnerabilizadas e distantes dos grandes centros urbanos. Há a cultura na mídia de minimizar informações, ocultar dados importantes para eleitor e visibilizar mais alguns do que outros candidatos, o que gera desinformação e votos nefastos.

Esse foi (e é) um dos pontos cruciais para nós, porque, com a experiência da eleição de 2018 que culminou no bizarro ensaio fascista no poder, havia a preocupação em combater a proliferação de notícias falsas que compromettesse não somente a candidatura das lideranças, mas sua reputação enquanto mulher negra comprometida com os Direitos Humanos. Essa tentativa ainda chegou a nos assombrar por um momento com a candidata do Estado do Pará, Bia Caminha, então, vereadora mais jovem de Belém. Bia foi alvo de fake news sobre sua conduta nos bastidores da política, mas não se intimidou e ganhou apoio do partido, o qual entendeu que ela estava sendo vítima de racismo institucional e perseguição de gênero. O caso ficou comprovado durante sua campanha por uma cadeira no legislativo, pois foi ameaçada de morte. Mas, Bia não seria (e nem será) interrompida!

Ao sermos informadas da situação da liderança, a comunicação acionou a rede para que estivesse ciente do que estava havendo com uma candidata que seria a primeira mulher, jovem, negra, defensora dos Direitos Humanos, LGBTQUIAP+, do Norte do país a ocupar a assembleia legislativa do Pará como Deputada. Havia muito em jogo!

Vitórias políticas e vitórias eleitorais em campanhas

Apesar de Bia Caminha não ter sido eleita, podemos dizer que ela foi uma das lideranças que mais se destacaram no Estamos Prontas. Com uma comunicação digital direcionada ao público jovem e universitário no Pará, Bia conseguiu 16 mil votos e uma projeção saudável para as próximas eleições, seja dando continuidade a vereança seja como deputada.

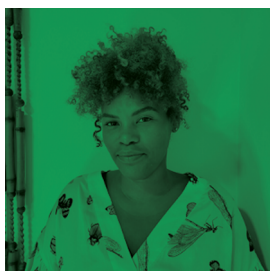
O mesmo aconteceu com outras lideranças que estiveram conosco. Lucilene Kalunga, uma liderança quilombola de Goiás, obteve votos expressivos (10.703 mil) mesmo em um território com forte atuação do agronegócio. Carmen Silva, liderança de São Paulo e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto do Centro (MSTC), com forte articulação de base comunitária no centro de São Paulo, teve uma campanha de comunicação bem estruturada, mas enfrentou dificuldades em um território de grande disputa eleitoral, como é a capital paulista. Mas, ainda assim, levou 24.829 mil votos.

Outros exemplos incluem Elaine Cristina, liderança de Pernambuco, mãe atípica que levantou o debate sobre antiproibicionismo e acesso à saúde pública no Nordeste. Com mandato coletivo do Pretas Juntas, Elaine não levou como deputada, teve 2.965 votos, mas assumiu como vereadora ao lado de Débora Aguiar, após a rodada das cadeiras da Câmara de Recife. E hoje, ambas possuem grande articulação política em seu território. Também não podemos deixar de falar de Laura Sito, liderança jovem do Rio Grande do Sul que trouxe o importante debate sobre a fome durante a pandemia. Laura foi eleita com 36 mil votos e foi a primeira deputada estadual negra a assumir a cadeira no legislativo gaúcho, também assumindo a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Um avanço para a população local e nacional, que tem visto sua dedicação para enfrentamento do trabalho escravo na região.

Tivemos ainda Rosalina Santos, liderança quilombola do Estado do Piauí que levantou o debate sobre a democratização da conectividade. Durante o projeto, Rosalina foi a que mais “sofreu” com a falta de acesso aos meios digitais, perdendo facilitações e conversas importantes. Mas, ao mesmo tempo, nos lembrou que independente de estar conectada, não há garantias de nada na política institucional, exceto que, ao nos juntarmos e compartilharmos nossas vivências, nosso devir negro mulheril (bell hooks, 2022) no mundo, confluímos

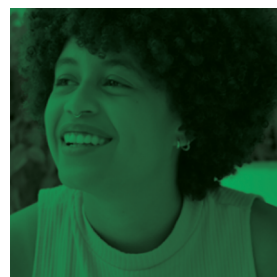
nutrientes de inteligência coletiva para conseguir imaginar e elaborar novas formas de fazer política.

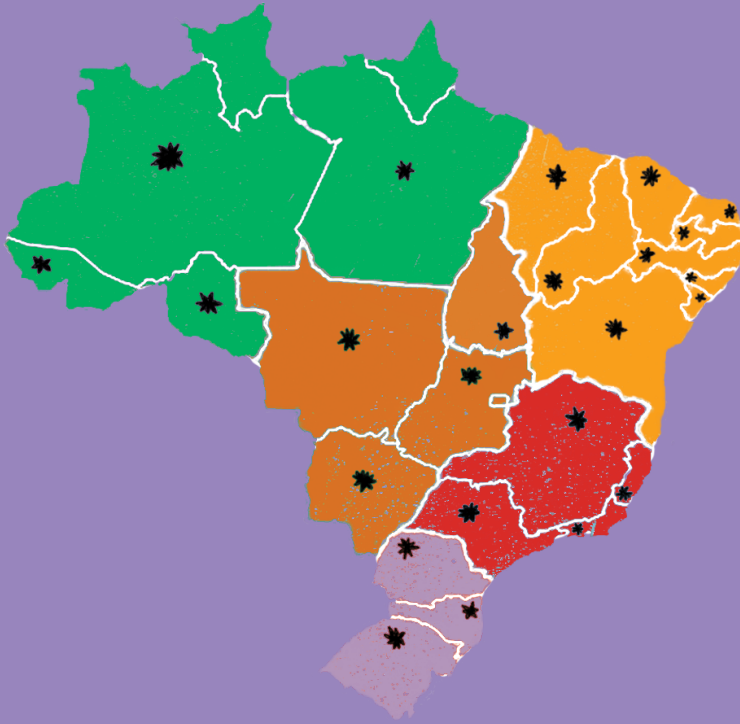
As campanhas com as quais trabalhamos, apesar de enfrentarem desafios como a desinformação e a resistência de estruturas políticas tradicionais, conseguiram não só ampliar a visibilidade de mulheres negras na política, mas também fortaleceram suas posições em seus territórios e no cenário nacional. Esse progresso ressalta a importância de uma comunicação estratégica e adaptativa, capaz de conectar e mobilizar comunidades, respeitando suas singularidades; e, daqui em diante, seguimos prontas para continuar a disputa do campo democrático brasileiro e tornar a política um espaço verdadeiramente representativo.



Adriane Primo é nascida em Ilhéus, no sul da Bahia, em 1987. Jornalista com atuação em organizações públicas e privadas do campo da política e cultura, como Secretária de Cultura do Estado da Bahia, Instituto Marielle Franco, movimento Mulheres Negras Decidem, Produtora Portátil, Jornal A Tarde, entre outros. É bacharel em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e, atualmente, dedica-se ao estudo da comunicação em afroperspectiva.

Jheniffer Ribeiro é jornalista e historiadora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou diversos artigos na imprensa sobre mulheres negras na política e agendas relacionadas a mitigação das desigualdades de raça e gênero no contexto brasileiro. Possui ampla trajetória em organizações da sociedade civil e movimentos sociais como Repórteres sem Fronteiras, Instituto Marielle Franco, movimento Mulheres Negras Decidem e GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares das Ações Afirmativas do IESP-UERJ). No ano de 2023, coordenou a campanha “Ministra Negra Já” que reivindicava a nomeação de uma mulher negra para o Supremo Tribunal Federal, tornando-se um marco de campanhas eficazes de comunicação estratégica.





Desenvolvimento de habilidades

BEATRIZ AMPARO | STEPHANE RAMOS

Sem contar que sabem mais de solidariedade do que de competição, de coletivismo do que de individualismo. Nesse contexto, há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras, que do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria (GONZALEZ, 2020, p.269)

INTRODUÇÃO

Entre os dias 26 de abril e 30 de julho de 2022, realizamos o Ciclo de Desenvolvimento de Habilidades para 27 mulheres negras lideranças coletivas com o objetivo principal de fortalecer suas capacidades e conexões. Tanto as lideranças selecionadas quanto seus grupos políticos puderam acessar informações sobre as temáticas essenciais ao processo eleitoral brasileiro e ao legado histórico da participação de mulheres negras na política institucional, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica.

O ciclo de desenvolvimento de habilidades abarcou uma concepção analítica interseccional, reconhecendo o protagonismo e os acúmulos históricos das organizações negras brasileiras e latinoamericanas incluindo as das próprias lideranças na agenda política, com uma abordagem participativa, inter e multidisciplinar, levando conteúdos teóricos dialogados simultaneamente com práticas e experiências territorializadas, dos contextos regionais e saberes locais, e com respeito e valorização das diversidades.

Ao realizar esse tipo de formação, não deslocamos as particularidades dos contextos dessas lideranças, mas, pelo contrário, reconhecemos e valorizamos suas histórias, as quais foram moldadas por suas identidades, territórios e trajetórias políticas. Essas características individuais não foram apenas reconhecidas, mas também utilizadas como pontos de partida para construir elos entre as experiências das lideranças, também para compartilhar ferramentas e desenvolver estratégias de enfrentamento aos obstáculos emergentes. Entre esses desafios, destacam-se: a escassez de recursos para campanhas, a desvalorização de seus esforços e discursos, bem como a presença do assédio e da violência no espaço político.

A proposta é que, neste capítulo, possamos relatar o resultado do reconhecimento dessas produções intelectuais presentes em diferentes formas e plataformas. A metodologia de aprendizagem teve encontros expositivos-dialogados, síncronos e assíncronos. O Ciclo foi dividido em duas partes: um eixo estruturante e síncrono, composto por 18 módulos, e outro de temas eleitorais específicos, e assíncronos, composto por 4 módulos. O que se percebe é que, mais do que um ciclo formativo, uma rede de mulheres negras se formou

a partir dessas conversações, para fortalecer e ampliar entre si o repertório de tecnologias de mobilização, comunicação e articulação em territórios e outros temas. Inspiradas por vozes que ecoam em nossas lutas há décadas, como as de Lélia Gonzalez, Benedita da Silva e bell hooks, embarcamos com a intenção de criar um espaço em que o conhecimento não é apenas feito unilateralmente, mas é construído e compartilhado constantemente de forma coletiva. À medida que exploramos as histórias de mulheres negras lideranças coletivas de diferentes gerações, territórios e identidades de gênero, testemunhamos como essas vozes entrelaçadas enriqueceram as discussões e fortaleceram o tecido da rede. A seguir, iremos mobilizar alguns dos encontros no sentido de sublinhar momentos importantes em nosso Ciclo.

O Ciclo de Desenvolvimento de Habilidades

A escolha de todas as pessoas convidadas a conduzir nossos encontros foi pensada de forma a seguir uma narrativa coesa para a construção de uma campanha política. Não por acaso, a condutora que abriu os trabalhos com as lideranças foi a historiadora e militante do movimento de mulheres negras Wania Sant'anna, que possui uma larga experiência ao lado de grandes nomes da política nacional. As contribuições da historiadora sobre as possibilidades de incidência para aquelas lideranças foi fundamental no sentido de dar o tom de qual seria a abordagem adotada pelo Ciclo.

A interação entre Wania e todas as participantes inclusive membros da equipe Estamos Prontas foi muito potente. Além de contar um pouco sobre sua trajetória como ativista pelo Bem Viver de mulheres negras, pontuando episódios importantes no contexto do pós-redemocratização, a historiadora nos trouxe reflexões sobre o enfrentamento do racismo e estratégias para ampliação de nossa participação político-partidária. Após o encontro, Wania nos presenteou com a elaboração de um texto intitulado “Sim, estamos prontas, mas podemos nos preparar mais”, que trouxe dois artigos abordando os enfrentamentos ao racismo na sociedade brasileira, sob uma perspectiva interseccional. O material complementar foi muito bem recebido por todas. Já no início, também tivemos a importante presença de Letícia Carvalho para construir a relatoria gráfica de algumas de nossas sessões, o que também serviu como material de apoio para aquelas interessadas em lembrar os tópicos abordados. Não há dúvidas que a ideia de iniciar os encontros com um relato e troca como essa impulsionou as futuras candidatas a se sentirem mais à vontade em falar sobre suas próprias

experiências e como estas seriam fundamentais para a consolidação da vitória de suas respectivas campanhas.

Figura 1: relatoria gráfica do encontro com Wania Sant’anna



Fonte: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mulheres Negras Decidem (2022)

É imprescindível destacar que o movimento de mulheres negras não se confina a espaços formais de produção de conhecimento e estratégias políticas. Ao contrário, sua força reside na presença e no fortalecimento de espaços alternativos, historicamente moldados e liderados por elas próprias. Esses espaços não apenas servem como arenas para a troca de experiências, mas também como

fontes cruciais para a produção de conhecimento crítico e a elaboração de estratégias de ação que reflitam as realidades específicas das comunidades envolvidas.

O trajeto Estamos Prontas

Após o encontro de abertura, o percurso começou com dois encontros dedicados ao Direito Eleitoral, em parceria com o Instituto de Referência Negra Peregum. Especialistas como Paula Bernardelli, advogada especializada no âmbito do Direito Público, e Mariane Almeida, advogada, mestra em Direito Constitucional e Eleitoral, compartilharam reflexões sobre as permissões e restrições no momento de pré-campanha e campanha, estratégias de arrecadação, restrições, prestações de contas e outros pontos que se relacionam com os direitos de cada candidata. Para apoiar as lideranças sobre os processos legais que acompanharam as eleições de 2022, a equipe do Neisser & Bernardelli Advocacia organizou uma cartilha com as orientações mais importantes para a campanha eleitoral de 2022,¹ com um panorama da legislação e do processo eleitoral, seus principais requisitos, critérios, marcos temporais e vedações para as eleições.



Em seguida, Nina Valentini², que nos últimos 15 anos se dedicou a construir a transformação social no Brasil, criando novas soluções de impacto social para que pessoas, empresas e organizações sociais possam se potencializar para resolver os desafios da atualidade, compartilhou alguns ensinamentos sobre captação de

¹ Neisser Bernardelli Advocacia. Eleições 2022: orientações para campanhas e partidos. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.nebadvocacia.com.br/wp-content/uploads/2022/07/eleicoes2022_nb.pdf Acesso em: 26 jun. 2024.

² Administradora pública, agitadora popular e empreendedora social.

recursos para as campanhas eleitorais. Foi uma troca importante sobre planejamento, construção de narrativas que possibilitem alcançar recursos financeiros, referenciais e algumas dicas sobre prestação de contas aos doadores.

Os três encontros supracitados foram em parceria com o Instituto Peregum, o que nos possibilitou um compartilhamento de ideias com um grupo mais amplo de candidaturas.

O ciclo também abordou o tema crucial da violência política de gênero e raça com Daniele Duarte³ e Fabiana Pinto⁴. Daniele compartilhou reflexões sobre a defensoria dos Direitos Humanos e como as concepções de proteção integral devem ser vistas como uma dimensão dos Direitos Humanos. Já Fabiana falou sobre os tipos de violência política e sobre a Lei 14.192/21, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições legislativas, com seus avanços e limitações.



³ Especialista em assistência social e direitos humanos e mestra em Serviço Social. Daniele é pesquisadora na Justiça Global - na área de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos

⁴ Sanitarista, coordenadora de incidência e pesquisa do Instituto Marielle Franco e co-coordenadora da iniciativa Estamos Prontas.

Dentre as ideias-chaves dialogadas, havia a proteção contra violência política como uma forma de autocuidado. Os materiais disponibilizados neste encontro trouxeram insumos para o debate, com estatísticas atuais de violência e dados eleitorais, os avanços e as limitações da legislação brasileira, bem como as perspectivas de conjuntura atual. As pesquisas sobre Violência Política de gênero e raça, realizadas pelo Instituto Marielle Franco, também foram apontadas durante a discussão. Nossa intenção aqui foi a de centralizar as discussões sobre violência política a partir do viés institucional.

Sobre comunicação política, o Estamos Prontos contou com a participação de Luna Costa⁵ e Rithyelle Dantas⁶ que explicaram sobre o planejamento estratégico da comunicação para campanhas ativistas, construção de narrativas, cuidados com as redes sociais, materiais de campanha e métodos de organização das equipes de campanha.

Essa foi uma das aulas disparadoras para elaboração dos diagnósticos das redes sociais de cada uma das lideranças apoiadas pelo Estamos Prontos. O mapeamento com recomendações foi realizado pela equipe de comunicação do projeto e compartilhado com as participantes, de modo que pudessem impulsionar suas redes sociais no período de pré-campanha e posteriormente as redes sociais foram um canal importante de diálogo com eleitores e de apresentação de propostas, para estabelecerem suas plataformas políticas.

Ainda sobre comunicação, Rose de Paula – então Gestora de Comunidades do Movimento Mulheres Negras Decidem, formada em Ciências e Humanidades e Políticas Públicas, Larissa Santos⁷ e Rafael Rezende⁸, compartilharam metodologias e estratégias de campanhas eleitorais, a partir das experiências de gestão de comunidades de movimentos de mulheres negras e captação de contatos e aprendizados sobre campanhas abertas.

⁵ Comunicadora Social, com extensão em Mídia, Violência e Direitos Humanos na UFRJ, mestranda em Cultura e Territorialidades pela UFF, e pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Comunicação, Cultura e Sociedade. Atualmente é gestora de comunicação do Ministério da Igualdade Racial.

⁶ Jornalista, formada pela FACHA e chefe de comunicação do Ministério da Igualdade Racial.

⁷ Formada em Letras, cofundadora do Clube do Livro Moçambique e gestora de comunidades da Rede de Sementes do Instituto Marielle Franco.

⁸ Gestor de sustentabilidade e cuidados coletivos do Instituto Marielle Franco.

A introdução do Canvas Eleitoral, sob a orientação de Dandara Rudsan⁹, trouxe uma abordagem prática e metodológica para desenhar e sistematizar estratégias de campanha. Além dessa aula, Dandara Rudsan conduziu mais alguns encontros regionais com as participantes (em grupos) para que pudessem desenhar suas estratégias e solucionar algumas das dúvidas referentes aos planos e aos princípios das campanhas.

O encontro sobre a Formação de Rede e Articulação política contou com a presença de Mônica Oliveira¹⁰. Neste encontro, Mônica compartilhou os princípios básicos para formação e atuação em rede, como: democracia, horizontalidade, respeito e transparência. E também apresentou os níveis de articulação e estratégias de articulação política para campanhas eleitorais. Vejam a relatoria gráfica com destaques das principais reflexões do encontro, por Letícia Carvalho.

⁹ Bacharel em Direito, especialista em Métodos Consensuais de resolução de conflitos socioambientais. Dandara é defensora e pesquisadora em Direitos Humanos Socioambientais na Amazônia paraense.

¹⁰ Educadora, comunicadora, membra da Coordenação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, da Articulação Negra de Pernambuco e da Operativa Nacional da Coalizão Negra por Direitos e, então, Assessora Parlamentar das Juntas Codeputadas (PSOL-PE).

Figura 2 – Relatoria gráfica do encontro com Mônica Oliveira



Fonte: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mulheres Negras Decidem (2022)

Campanhas políticas na América Latina

Em 29 de maio, aconteceu o 1º turno da eleição presidencial na Colômbia. Gustavo Petro (Pacto Histórico) e Rodolfo Hernández (independente) foram os escolhidos para disputarem, no 2º turno, o cargo da presidência. Essas eleições foram marcadas pelos debates sobre a economia, condições sociais da população e o combate à corrupção. A chapa do ex-guerrilheiro Petro também representou a possibilidade de a Colômbia ter a primeira mulher negra como vice-presidenta do país.

Antes do segundo turno das eleições colombianas (29 de junho), que elegeram Gustavo Petro e Francia Marquez – ativista ambiental e símbolo da luta antirracista; que vem, da cidade de Suárez no Estado de Cauca, região de maioria negra e com uma proposta radical para o governo na Colômbia –, estivemos com Isabel Córdoba, colombiana, advogada, defensora de direitos humanos e

atuante na campanha de Francia Márquez a vice-presidência da Colômbia, e com Michel Ange Joseph, mulher negra haitiana imigrante no Chile há mais de sete anos e ativista afrofeminista. Nesse encontro, falamos sobre as campanhas políticas na América Latina para promoção da agenda programática de mulheres negras. Esse encontro também contou com a presença de Tainah Pereira¹¹, que trouxe alguns destaques do cenário eleitoral brasileiro. Os tópicos chave foram registrados na relatoria gráfica abaixo.

¹¹ Internacionalista, Mestra em Ciência Política e doutoranda em Economia Política Internacional. Tainah é Coordenadora Política do movimento Mulheres Negras Decidem e co-coordenadora geral do Estamos Prontas.

Figura 3 – Relatoria gráfica do encontro sobre campanhas políticas no Brasil e na América Latina¹²



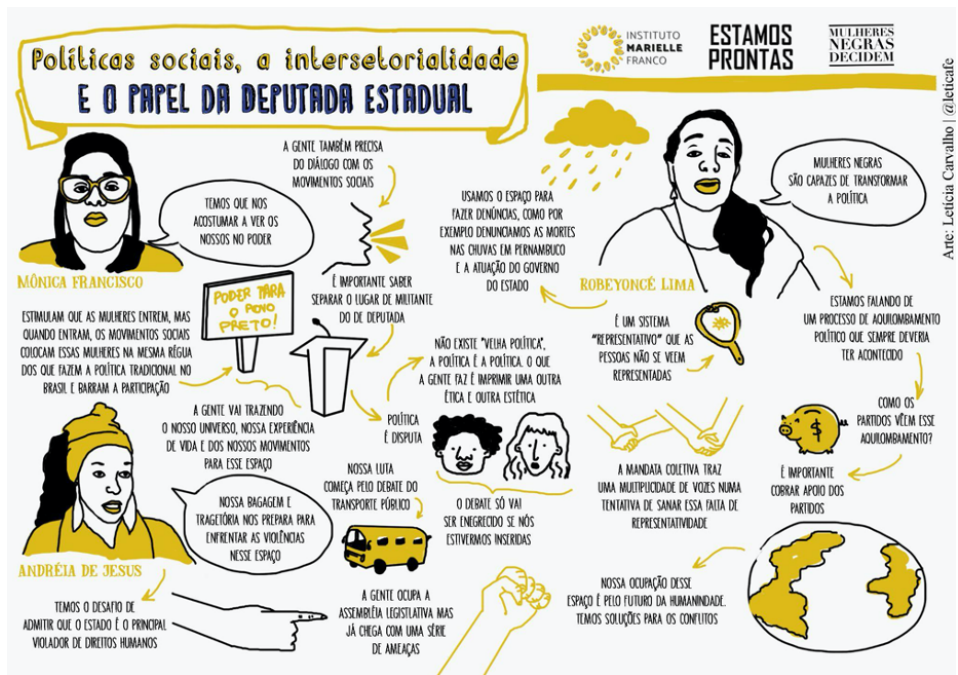
Políticas sociais, a intersetorialidade e o papel da Deputada Estadual

Sobre a temática de políticas sociais, a intersetorialidade e o papel da Deputada Estadual, contamos com a presença das Deputadas Andréia de Jesus (PT-MG), Mônica Franciso (PSOL-RJ) e Robeyoncé Lima (PSOL-PE) para apresentar ferramentas de incidências que deputadas estaduais têm ao seu alcance para acolher e apoiar as demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil.

¹² Como a língua nativa das convidadas deste encontro é o espanhol, contamos com o apoio de três sementes da Rede de Sementes do Instituto Marielle Franco, Rita, Marcia e Lu Mattos, que ficaram responsáveis pela tradução simultânea do evento.

nesse encontro, tivemos a facilitação gráfica por Leticia Carvalho e encerramos o momento de diálogo e escuta com a certeza de que nós, mulheres negras, temos o poder para transformar a política.

Figura 4 – Facilitação gráfica do encontro com deputadas estaduais de 2022



Fonte: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mulheres Negras Decidem (2022)

Cuidados integrais

Com foco no momento especial de acolhida e afeto, sobretudo em um período próximo de campanha eleitoral, o ciclo de habilidades agregou duas dimensões de cuidados. Os cuidados digitais como um tema que se conecta mais ao contexto comportamental da segurança digital, buscando alterar a cultura de entendimento sobre a importância deste tema no dia-a-dia das pessoas e a saúde mental e estratégias de autocuidado durante a campanha eleitoral.

Para a frente dos cuidados digitais, contamos a parceria do Instituto Da Hora, organização liderada por Nina da Hora¹³ e Gustavo Souza¹⁴. No tópico de Cuidados Digitais, Nina e Gustavo conduziram quatro encontros que tiveram

o autocuidado e o cuidado coletivo como ferramentas importantes no processo de mudança de perspectiva sobre o digital.

Para abordar o autocuidado, convidamos Ingrid Farias¹⁵ e Iyá Mônica¹⁶. Esse encontro não foi gravado para garantir a privacidade das trocas entre as lideranças.

Captação de recursos

Durante os encontros, foram mapeadas as principais dúvidas das lideranças a respeito de Crowdfunding (financiamento coletivo). A partir disso, recebemos Larissa Novais¹⁷, da Benfeitoria, para uma oficina extra sobre Comunicação de Financiamentos Coletivo. Larissa trouxe elementos da construção de vaquinhas de financiamento, assim como dicas sobre storytelling¹⁸ e o mapeamento de possíveis doadores. Além da parte teórica, esse encontro contou com a produção das mensagens de doação pelas lideranças e revisão da comunicação sobre crowdfunding eleitoral, por parte da especialista.

Agenda da vida real

No dia 21 de julho de 2022, aconteceu o último encontro-oficina. Nesse encontro, a proposta foi discutir sobre a agenda prioritária de Mulheres Negras lideranças coletivas nos estados, e elaborar um documento de compromisso do Estamos Prontas. Os insumos dessa discussão foram organizados na ferramenta Slice pelas lideranças e pela equipe do Estamos Prontas e contribuíram com a Agenda Marielle Franco 2022.

¹³Cientista da Computação, Pesquisadora, Hacker Antirracista, com foco na emancipação dos direitos digitais e fundadora do Instituto da Hora.

¹⁴Pesquisador e gestor de projetos no Instituto da Hora.

¹⁵Ativista negra feminista, integrante da RENFA e da Coalizão Negra por Direitos, pesquisadora sobre participação política e violência de gênero e raça e então coordenadora de formação do Instituto Update Brasil.

¹⁶Educadora, mestre em educação, Psicomotricista e Terapeuta Holística.

Comunicadora e produtora cultural. Sócia e Diretora de Comunidades da Benfeitoria.

Storytelling é um termo em inglês. “Story” significa história e “telling”, contar. Mais que uma mera narrativa, storytelling é a arte de contar histórias, usando técnicas inspiradas em roteiristas e escritores para transmitir uma mensagem de forma única e marcante.

Figura 5 – Oficina Agenda da Vida Real



Fonte: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mulheres Negras Decidem (2022)

Além dos encontros realizados ao vivo entre os meses de abril e julho, o ciclo formativo divulgou uma série com 4 vídeo-aulas, contendo os seguintes conteúdos:

1 – Estrutura das Assembleias Legislativas

O primeiro conteúdo disponibilizado foi sobre a Estrutura das Assembleias Legislativas com Nathalia Sant’anna¹⁹.

Nathália compartilhou sobre os bastidores das tramitações das Assembleias Legislativas brasileiras e as atribuições e a rotina de uma deputada estadual. Nessa videoaula, as lideranças puderam conhecer com mais profundidade os seguintes aspectos: a estrutura de uma Câmara; as principais atribuições de uma deputada estadual; como estruturar um Projeto de Lei (PL); o que é Comissão de Ética; como dialogar e fiscalizar a atuação do Executivo Estadual. Além de aprender sobre outros aspectos da atuação parlamentar, que também foram elencados no material de apoio sobre o legislativo elaborado pela especialista.

2 – Comunicação de Dados para sua campanha eleitoral

A Diretora de conteúdo da Gênero e Número – organização de jornalismo de dados que trabalha com 3 eixos: raça, gênero e direitos no Brasil e América Latina – compartilhou algumas estratégias de uso sobre dados na campanha e como os dados podem se tornar uma ferramenta para a plataforma política das campanhas. Além do vídeo, Maria Martha compartilhou uma apresentação com várias referências de fontes e formas de comunicar os dados.

3 e 4 – Para inspirar: experiências de mobilização para campanhas eleitorais

Nessa temática, foram produzidos dois vídeos: o primeiro com a Danúbia Gardênia, que é socióloga e fez parte da equipe do mandato da então deputada federal Áurea Carolina (PSOL-MG).

Nesse vídeo, ela compartilhou exemplos reais e práticos que podem servir de inspiração para mobilização eleitoral.

Os exemplos são muitos: Banquinha Agroecológica – Marquito Florianópolis, Frertaço – Bancada ativista em SP, Café da Cida na Rua – BH, Moldura de foto criativa com a Mônica Francisco e muito mais.

No segundo vídeo, Dani Assis, jornalista e analista de redes e mídias da ONG NOSSAS, trouxe algumas experiências internacionais que podem ser aplicadas em contextos brasileiros. Os exemplos são desde campanhas nos Estados Unidos até da América Latina, Zâmbia e Índia.

O trabalho participativo e coletivo para impulsionar mais mulheres na política

No ciclo de desenvolvimento de habilidades, que aconteceu entre os meses de abril e julho, contamos com o apoio e a parceria de muitas pessoas. Nesta seção, ressaltamos o enorme agradecimento a todes, sem os quais não seria possível caminhar tão longe.

¹⁹ Advogada, Mestre em Direito pela UFRJ e com ampla experiência em Advocacy no terceiro setor. Dentro do seu caminho profissional, foi estagiária, assessora e coordenadora de mandatos parlamentares no Rio de Janeiro, especializada em processo legislativo e articulação política.

Às/Aos especialistas convidada/os: Dandara Rudsan; Danielle Assis; Danielle Duarte; Danúbia Gardênia; Deputada Andréia de Jesus; Deputada Mônica Francisco; Co-deputada Robeyonce Lima; Gustavo Souza; Ingrid Farias; Isabel Córdoba; Iyá Monica Ferreira; Larissa Novais, da Benfeitoria; Larissa Santos; Luna Costa; Maria Martha, da Gênero e Número; Mariane Almeida; Michel Ange Joseph; Natália Sant’anna; Nina da Hora; Nina Valentini; Paula Bernardelli; Rafael Rezende; Rithyelle Dantas; Rose de Paula e Wania Sant’anna.

Aos parceiros: do Instituto da Hora, no ciclo de cuidados digitais; com o Instituto Peregum nos encontros de direito eleitoral e captação de recursos; Neisser & Bernardelli advocacia com apoio e orientação jurídica; e a Rede A Ponte com dados e revisão de plataformas políticas. Também com a ActionAid e Rede de Sementes do Instituto Marielle Franco que disponibilizaram plataforma

e tradutoras de espanhol, respectivamente, para o encontro internacional com companheiras do Chile e da Colômbia: o nosso muito obrigada!

ESTAMOS PRONTAS: para além do ciclo formativo

Mesmo com o encerramento dos encontros semanais do ciclo formativo, o fortalecimento e o apoio, as atividades de incidência, a articulação política e territorial e a comunicação (imprensa e audiovisual) continuaram.

No grupo de Whatsapp, os informes do calendário eleitoral e outros avisos pertinentes ao período eleitoral foram comunicados às lideranças coletivas. E o escopo do boletim foi ampliado e revisto: tornou-se público e mensal para compartilhar as notícias das lideranças coletivas, a memória e o legado de mulheres negras.

Por fim, no dia 05 de agosto de 2022, aconteceu o “Encontro Nacional Estamos Prontas: Mulheres Negras na Política”, na sede nacional da Ação da Cidadania, no Rio de Janeiro. O evento marcou o encerramento da primeira etapa do projeto “Estamos Prontas”. Além das pré-candidatas que fazem parte do projeto, estiveram presentes no encontro outras figuras políticas do campo democrático, mulheres negras intelectuais e ativistas que contribuem com a política brasileira. A retransmissão do evento completo está disponível no canal do youtube do Estamos Prontas.

No fim das contas, o Ciclo de Desenvolvimento de Habilidades não foi apenas um curso, mas um chamado à ação, uma resposta à urgência de transformar nosso cenário político. Foi a afirmação coletiva de que nós, mulheres negras, estamos prontas para sermos protagonistas em todas as esferas, prontas para

moldar políticas que reflitam nossa diversidade e anseios. Nossa jornada contínua, nossas vozes ecoam e nossos passos firmes nos conduzem em direção a um Brasil mais justo e igualitário.



REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

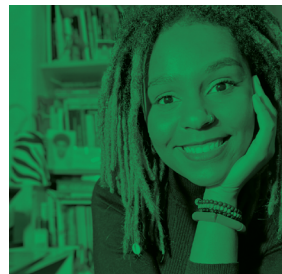
hooks, bell. Vivendo de amor. **Portal Geledés**. Trad. Maísa Mendonça. São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 26 jun. 2024.

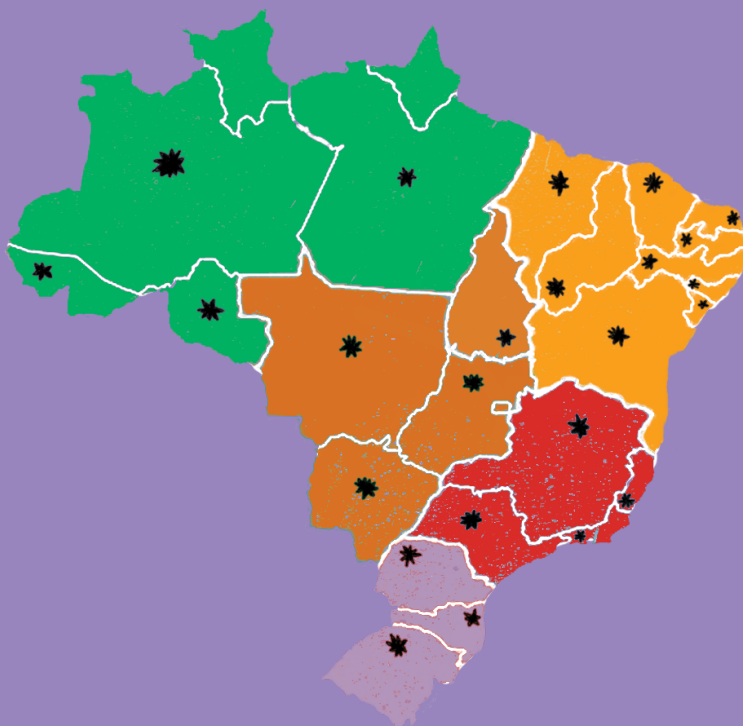


Beatriz Amparo

Socióloga, pesquisadora e articuladora política. Pós-graduanda em ciências humanas e pensamento decolonial na PUC SP. Atualmente é gestora de campanhas do Instituto Marielle Franco e conselheira do movimento Mulheres Negras Decidem. Dedicar-se aos seguintes áreas: sociedade, política e cuidados digitais, com ênfase em estratégia, dados e narrativas.

Stephane Ramos é Doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília, Mestre e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Visiting Fellow pela Harvard University (2022-2023), ela possui diversos artigos relacionados à História da educação negra no Brasil e arquivos familiares. Possui experiência profissional em organizações tais quais Mulheres Negras Decidem, Redes Maré, Iniciativa Pipa, Projeto NICA, além de trabalhos como consultora de pesquisa, intérprete e professora de história. É articuladora política do movimento Mulheres Negras Decidem e compõe a Rede de Historiadorxs Negrxs.





O movimento afrodescendente no Chile

MILENE MOLINA

O movimento afrodescendente no Chile começou a ser articulado no final dos anos 2000, materializando-se, em abril de 2001, com a criação da ONG Oro Negro. Desde seu início, esse movimento foi liderado majoritariamente por mulheres, situação que se mantém até hoje. Considero muito necessário destacar a figura de Sonia Salgado Henríquez, uma mulher afro-chilena que foi eleita prefeita na comuna de Camarões.

Alguns membros de Oro Negro já haviam lido a contingência do final do século XX sob a mesma perspectiva. Sonia Salgado, a prefeita de Camarões, uma comuna pertencente à I Região de Tarapacá naquela época - hoje XV Região de Arica e Parinacota -, já estava levantando suas preocupações sobre sua condição identitária dentro do espaço político institucional: “Este é um país racista, altamente discriminatório, desconfiado e pouco pluralista (...) Não estou onde estou por simpatia, mas porque tive a oportunidade de estudar e fui batalhadora, sempre estive nos primeiros lugares e conquistei espaços...” -referindo-se ao seu papel como prefeita e líder política.

Sonia, que ocupava o cargo de prefeita de Camarões desde 1994, no final de 2000, formaria, junto com vários membros de sua família, a organização Oro Negro, um espaço a partir do qual ela buscava articular aqueles que se sentiam parte dessa identidade afrodescendente e reconhecer e estimar quantos deles existiam no Chile e na região. Ao mesmo tempo, seus objetivos eram abordar, a partir de um ponto de vista global, os problemas de racismo, discriminação e xenofobia no Chile.

“Processo político do povo Tribal Afrodescendente Chileno do Século XXI”.

Escritório de Desenvolvimento Afrodescendente / Município de Arica.
Segunda edição da versão digital, 2020.

Até então, a afrodescendência não era um tema de interesse ou de diálogo nos espaços sociais. Ainda não havia uma consciência afrodescendente de interesse público na comunidade de Arica ou na comuna de Camarões, muito menos no Chile. Foi Sonia Salgado Enríquez quem deu início ao movimento afro-chileno. Durante seu mandato como prefeita, ela conheceu líderes afrodescendentes internacionais e foi quando começou a tomar medidas políticas em relação aos afrodescendentes. Junto a suas irmãs Marta e Olga, participaram da Cúpula das Américas, um evento realizado em Santiago do Chile em 2000.

Somos um grupo que tem orgulho de ser negro. Durante muito tempo, sentimos que não éramos nem daqui nem dali. Fomos deixados para trás, apagados do

mapa, mas nunca perdemos a alegria de viver...”, disse a prefeita de Camarões naqueles anos, Sonia Salgado, à imprensa nacional.

Durante esses dias, a capital do país reuniu diversos atores sociais, que participaram da “Conferência Cidadã contra o racismo, a xenofobia, a intolerância e a discriminação”, uma instância na qual abriram o debate sobre essas questões, a fim de conter sua preponderância latente no Chile e no continente. Nessa instância, e junto com representantes de povos indígenas do norte, centro e sul do país, os afrodescendentes teriam um lugar de destaque, em parte graças ao contratempo vivido pela mais alta autoridade governamental, o presidente Ricardo Lagos, que, ao ser perguntado se havia populações afrodescendentes no Chile, respondeu prontamente que não. Diante de tal negação, os representantes do povo afrodescendente levantaram suas vozes, circunstância que reforça seu aspecto de identidade social e cultural, o que os levaria a assumir sua própria consciência étnica. “Entramos como negros e saímos como afrodescendentes”, disseram os líderes presentes na conferência após seu término.

“Processo político do povo Tribal Afrodescendente Chileno do Século XXI”.
Escritório de Desenvolvimento Afrodescendente / Município de Arica.

Foi na Cúpula das Américas que se chegou ao acordo de que, a partir daquele dia, a palavra AFRODESCENDENTE seria usada para se referir aos descendentes de africanos. Esse momento e esse espaço não ficaram isentos de polêmicas, disputas e discussões, pois as propostas de como deveríamos nos denominar eram variadas. Sendo a palavra Afrodescendentes a que acabou se impondo sobre as demais propostas. O que o mundo afrodescendente ou os descendentes de africanos buscavam era que não continuássemos a ser chamados pelo nome que o escravizador nos deu (Negras, Negros).

Foi nesse momento da história que uma consciência afrodescendente começou a despertar em nível local. Pouco a pouco, vão nascendo outras organizações em que a presença ativa feminina se repete, já que são as mulheres que têm um ativismo constante e evidente.

Hoje podemos dizer que na cidade de Arica e Parinacota existem 54 organizações focadas em diferentes áreas como: políticas, sociais, culturais, espirituais, esportivas, sindicais, feministas etc., e uma das características que devemos destacar é que a direção dessas organizações está, em sua maioria, a cargo de mulheres. Já se passaram 22 anos desde a criação da primeira organização afrodescendente de Arica.

Atualmente, isso se repete em nível nacional, existindo muitas organizações que se definem como afrodescendentes em diferentes cidades por todo o Chile, e ainda segue mantendo uma notável presença de mulheres militando e liderando.

Como nos relacionamos entre nós

Ao longo dos anos, o movimento afrodescendente chileno experimentou diferentes etapas. Colocando muita força e trabalho na visibilização da afrodescendência no Chile o qual não está isento do negacionismo, já que o Estado chileno e a sociedade chilena em geral só veem ou consideram os afrodescendentes a partir de seus imaginários coloniais e cheios de racismo, vendo-os como algo distante do país. A partir daí, são associados a pessoas com pele muito escura e traços africanos muito marcados, situação que não existe na afrochilenidade.

O trabalho que nós, mulheres, e alguns de nossos colegas temos realizado, no início, foi nutrido por relatos orais de nossas famílias, e depois o reforçamos com antecedentes históricos e científicos. Realizamos a visibilidade pela dança e pelo cultural, sendo o artesanato, as comidas e os tambores algumas das muitas formas de fortalecer também a identidade de afrodescendentes e de que a sociedade nos veja como somos, onde estamos e como nos definimos: **Afrodescendentes ou Afro-chilenas**, mercedores de Direitos Coletivos.

A partir de nossa condição humana, lamentavelmente vivemos em um constante debate interno em busca de protagonismo e acredito que, mais do que protagonismo, é a necessidade de ser aceito pelo outro. Por aqueles que administram o poder. Por aqueles que têm os recursos econômicos. E às vezes ficamos deslumbradas quando esse outro começa a nos levar em consideração. Convidam-nos para ir a lugares bonitos, convidam-nos para falar em eventos públicos. Acho que nesses momentos que caímos em confusão e, em vez de pensar que esses são espaços que devemos aproveitar para apresentar nossas demandas políticas, sociais, econômicas, culturais e das mulheres afrodescendentes, preferimos usá-los para fortalecer nossas figuras individuais, pois acabamos sendo seduzidas pelo neoliberalismo que evidencia nossas deficiências e potencializa nosso ego. Inclusive, começamos a sentir que somos mais importantes ou melhores do que nossas irmãs afrodescendentes, esquecendo nossa luta antirracista e anticolonial.

Lamentavelmente, querendo ou não, acabamos nos tornando instrumentos das estruturas de poder, que nos dividem e nos impedem de avançar no ritmo que precisamos avançar. Damos dois passos para frente e um passo para trás e, às vezes, até dois passos para trás, porque somos ofuscados pelos prazeres do

sistema neoliberal e não conseguimos perceber que somos a cota de diversidade em espaços políticos e sociais, origem e estrutura colonial. Não somos convidados porque nos consideram inteligentes, muito menos capazes. Eles não nos convidam para isso, mas para cumprir suas cotas sociais e para que possamos ser vistos como mais humanos.

Quando vamos entender que nós somos a cota? A cota que está nos espaços brancos e brancas, a cota que pode pegar um microfone e falar, a cota que está nas organizações ou nos partidos políticos. Nós somos a cota! Essa cota que é usada para dizer: está vendo que trabalhamos ou que também trabalhamos com pessoas afrodescendentes? “Está vendo como somos boas e bons?”, “Está vendo como damos espaço à diversidade?”, “Como abrimos caminho para que eles transmitam suas mensagens?”.

Tudo isso acaba nos dividindo. Tudo isso vai se transformando em uma carga pesada que vai nos desgastando, porque estamos constantemente tentando ficar em nossos espaços, onde os holofotes estão brilhando sobre nós e queremos ser vistos, mas não fazemos a reflexão de que somos a cota e eles realmente não se importam conosco. Eles realmente não se interessam por nossas tristezas ou alegrias. Eles não estão interessados em nossos povos. Nós somos as marginalizadas, aquelas que vêm da periferia, aquelas que olham para o centro e querem chegar a esse centro para que os holofotes brilhem sobre nós. Somos empobrecidas pelo sistema. Somos historicamente escravizadas, escravizadas pelo sistema, como disse Frank Fanon: “somos os condenados da terra”.

Isso, no entanto, não significa que deixaremos de pensar e dizer que merecemos tudo o que queremos ter. Merecemos tudo o que nos foi negado. Temos de encontrar uma maneira de poder, um dia, viver e desfrutar de tudo o que nos foi negado por causa de nossas origens, por nossa cor de pele, porque as riquezas ou grande parte das riquezas do mundo foram construídas sobre nossas costas, sobre nossas vidas.

A Disputar o Poder

No Chile, como no mundo, há um pequeno grupo de pessoas que historicamente administra o poder, assim como há uma maioria de pessoas que não gosta de falar sobre o poder. Às vezes, acho que fomos ensinados, ou conscientizados, a sermos subalternas e marginalizadas. Ver o poder como algo negativo, que só o fato de nomear a palavra nos custa ou nos faz questionar e nos sentirmos como pessoas ruins, provavelmente porque associamos o poder à ambição ou a tantas outras coisas negativas, mas acontece que temos de lutar por ele.

Temos que conseguir, em algum momento, ser aquelas que também administram o poder, e não estou dizendo que temos que remover algumas para que se coloquem outras, porque o Mundo não é de uma cor só. Ele é de muitas cores e, entre esses seres de muitas cores, devemos administrar o poder. Como uma aquarela com matizes e não apenas uma cor, como é atualmente.

Temos de fortalecer as mulheres Afrodescendentes. Temos que nos educar para poder disputar o poder. Se não alcançarmos esses espaços, será difícil conseguir políticas públicas e ações afirmativas em favor dos afrodescendentes ou pessoas negras. Devemos trabalhar duro para que nossos irmãos afrodescendentes, e nós mesmas, possamos lutar pelo poder. Algumas de nós provavelmente ficaremos pelo caminho, outras poderão chegar lá, mas não nos esqueçamos, quando chegarmos à administração do poder, o porquê de estarmos lá. Essa é mais uma de nossas estratégias de sobrevivência, a luta pelo poder.

Atualmente, no Chile, conseguimos progredir nesses espaços de poder, o que foi difícil de assumir, que era um caminho que deveríamos percorrer. E as primeiras de nós que, em algum momento, decidimos seguir esses caminhos, fomos criticadas e rejeitadas pelas pessoas ao nosso redor. Até mesmo falar sobre feminismo também provocava rejeição em nosso meio. Agora entendo por que as pessoas afrodescendentes reagiram dessa forma. Porque fomos educados de tal forma que presumimos que a administração do poder corresponde a outras pessoas e não a nós, e querer chegar lá era, e é, visto como algo pecaminoso. Atualmente, no Chile, contamos com companheiras, irmãs afrodescendentes, em espaços de poder. Talvez ainda sejam espaços muito pequenos, mas temos de avançar pouco a pouco. Esses pequenos espaços permitiram que nos tornássemos um pouco mais visíveis. Devemos nos livrar do estigma de que as mulheres negras só servem para o trabalho doméstico, que fazemos muito bem, porque isso faz parte da vida das mulheres em geral. Que só servimos para preparar uma boa refeição, que só servimos ou que só devemos fazer o prazer dos outros. Não tem sido fácil mudar essas opiniões sobre nós. Não posso dizer que não somos mais vistas dessa forma, mas posso dizer que hoje é possível afirmar: as mulheres afrodescendentes também são médicas, professoras, cientistas, engenheiras, esportistas, empresárias, políticas etc., trilhando seu caminho rumo a esses espaços de poder. **O feminismo será antirracista ou não será!**

Muitas vezes me questiono se quero ou não ser chamada de feminista ou se os espaços feministas são espaços cômodos, bons ou saudáveis para nós, mulheres afrodescendentes, já que também acredito que nesses espaços somos a cota que serve ao feminismo hegemônico, um feminismo que não é muito gentil com nós, mulheres afrodescendentes. Vou compartilhar com vocês algo que escrevi

há algum tempo para uma revista de esquerda aqui no Chile, refletindo sobre o que o 8 de março significa para mim.

Em quais mulheres você pensa no dia 8 de março?

Como todos os anos desde 1910, comemoramos um novo 8 de março em que nossas ações e pensamentos se concentram nos direitos das mulheres, meninas e adolescentes. E é nesse momento que paro e pergunto: em que tipo de mulher pensamos no dia 8 de março? Pensamos nas trabalhadoras, em todas as trabalhadoras? Ou apenas naquelas que conseguiram se educar e, portanto, estão cientes de que têm direitos e que esses direitos são historicamente violados pelo patriarcado? Será que pensamos na chamada dona de casa ou nas trabalhadoras domésticas ou na feirante que se levanta quase todos os dias às 4 horas da manhã para ter verduras frescas para nossas famílias ou naquelas que fazem o trabalho de limpeza nos grandes edifícios e que hoje em dia são, em sua maioria, migrantes, ou na mulher que faz a limpeza do jardim ou da escola de nossos filhos, ou na vendedora da loja ou nas mulheres que trabalham nas casas noturnas etc.? Definitivamente, acho que não pensamos nelas e que de forma inconsciente não as integramos às lutas e demandas que o feminismo levanta; nossa visão não é suficiente para enxergá-las. Não acho que seja nossa culpa não ver elas, já que o feminismo como teoria não nasce nos setores populares onde vive a maioria das mulheres, mas acredito firmemente que é nesses territórios que o feminismo é mais fortemente vivenciado. É lá que as mulheres devemos aprender a cuidar de nós mesmas desde cedo para não sermos abusadas, a trabalhar desde muito pequenas cuidando de nossas irmãs e irmãos enquanto a mãe sai para trabalhar fora de casa a fim de trazer comida para casa, onde não há tempo para ficar doente nem dinheiro para se curar. Nesses espaços que nos organizamos com as panelas comuns para alimentar quem precisa, mas são justamente essas mulheres que, em sua maioria, desconhecem a origem do dia 8 de março e da luta feminista e inclusive a existência de algo chamado patriarcado ou feminismo, e que este último se esforça para deslocar a ordem social e econômica estabelecida pelo patriarcado, para alcançar o progresso em direção à igualdade entre os gêneros, à qual eu também acrescentaria a igualdade entre as mulheres.

Hoje, certamente comemoraremos nas ruas o progresso em termos de direitos políticos, a tão esperada paridade na convenção, onde não posso deixar de mencionar que o povo tribal afro-chileno, legalmente reconhecido pela lei 21.151, foi arbitrariamente excluído do processo constituinte ao ser negado seu direito legítimo a um assento reservado na discussão parlamentar.

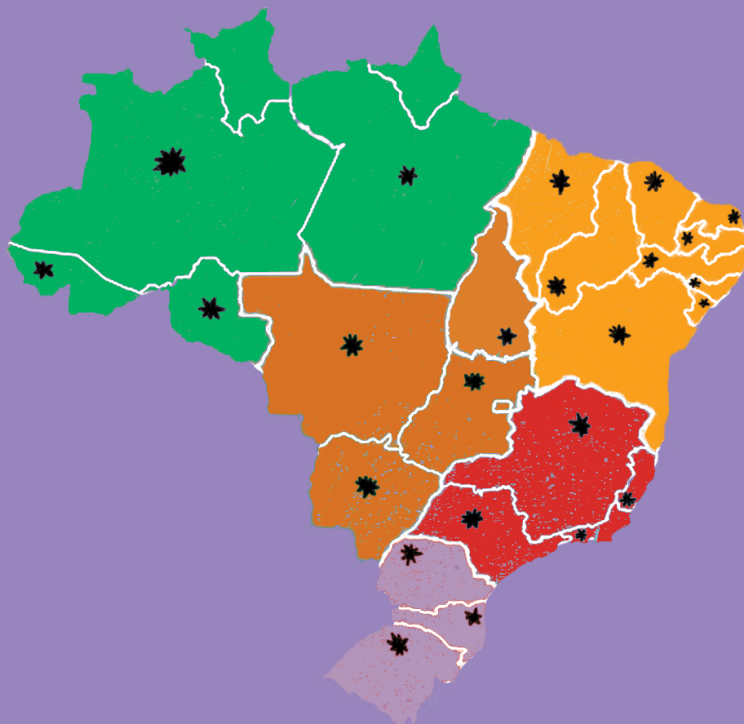
Não estamos todas, faltamos as afrodescendentes.



Milene Molina Arancibia

Ativista, feminista antirracista, representante da Coletiva de Mulheres Afrodescendentes Luanda, Coordenadora Cone Sul Rede MAAD, Frente de Mulheres Afro políticas.

Posfácio



**“Estamos
sempre prontas!”**

BENEDITA DA SILVA

Muito me honra fazer o posfácio do livro “Estamos Prontas: Lições de Mulheres Negras Lideranças Coletivas nas Eleições Brasileiras”, organizado por Fabiana Pinto e Tainah Pereira que também escreveram a sua Apresentação.

Em um ano de eleições municipais, ainda dentro um contexto de polarização com a extrema-direita, que não desiste de conspirar para trazer de volta o seu governo antidemocrático, misógeno, racista e homofóbico, o lançamento desse livro, com ricos relatos de experiências de mulheres negras nas eleições, também pode servir como verdadeiro roteiro para a luta. É esse sentido prático para o nosso movimento que destaco nesse importante livro.

Mas que movimento é esse que resiste há vários séculos de opressão, discriminação e de tentativas de silenciamento e invisibilidade – porém, sempre frustrados por nossa resistência?

As raízes do movimento de mulheres negras estão na luta por liberdade de nossas ancestrais que, a exemplo de Tereza de Benguela e Dandara dos Palmares, resistiam à escravidão, cuidando da vida na senzala e fugindo para criar, juntamente com os negros escravizados, inúmeros quilombos. A força inesgotável do movimento de mulheres se alimenta da resistência secular de nossas ancestrais.

Esse papel central de referência familiar e de defesa da vida das mulheres negras escravizadas continuou depois da chamada abolição. Desde então, as mulheres têm atuado como chefe de família e organizadoras sociais nas favelas e periferias, defendendo a vida e a cultura. As mulheres negras cumpriam e ainda cumprem esse papel de provedoras com seus empregos de trabalhadora doméstica mal remunerada e sem nenhum direito trabalhista. Uma relação de trabalho humilhante e super-explorada, herança direta da escravidão.

É nesse ponto que gostaria de tratar da experiência de minha vida, que, em todos os quesitos, dos piores aos melhores, segue o roteiro de vida das inúmeras gerações de mulheres negras que sempre sofreram com o triplo preconceito: raça, gênero e origem social.

Fiz trabalho infantil, não consegui estudar no tempo certo e passei fome junto com meus filhos. Embora sempre sofresse a discriminação por ser negra, mulher e favelada, o meu temperamento nunca me deixou baixar a cabeça e me conformar com essa situação de cidadã de segunda ou mesmo terceira classe que a sociedade racista e machista nos impunha.

Posso afirmar que eu não fiz opção pela política, como se costuma dizer. Como muitas mulheres nas mesmas condições, eu fui empurrada para a política por não aceitar a situação de miséria social em que vivia com a minha família e na minha comunidade – o Morro do Chapéu Mangueira.

Foi participando da Associação de Moradores que descobri a imensa força da mulher quando ela toma consciência de sua situação. Daí, criei o primeiro departamento feminino de uma Associação de Moradores ainda nos tempos de chumbo da ditadura militar.

Apesar dos avanços obtidos na fase final da ditadura, sobretudo contra a política de remoção de favelas, eu sentia que não éramos ouvidas e que continuávamos sem ter vez e voz!

Em 1979, ouvindo falar da organização de um partido político dos próprios trabalhadores, dirigido por um operário metalúrgico, eu e outros líderes comunitários logo nos engajamos para ajudar a construir esse partido em que estaríamos de fato representados. Foi nessa rica experiência ao mesmo tempo de luta e de organização que vi toda a força e potencial dos movimentos negro e de mulheres.

Desde o movimento comunitário, eu sentia a discriminação machista. Ao participar da construção do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, vi a necessidade de atuar simultaneamente como mulher e negra, fundindo numa mesma luta o combate ao racismo, ao machismo e contra a desigualdade social – as três chagas sociais que andam sempre juntos no capitalismo brasileiro.

Afinal, a nossa luta de mulheres negras oprimidas e discriminadas é parte essencial da conexão profunda entre raça, gênero e classe na qual não há espaço para hierarquia, pois todos os seus termos se entrelaçam, com a mesma importância, no horizonte da luta comum.

Vimos isso, na prática, durante a atuação da bancada negra na Constituinte, na eleição de Lula, em 2002, com o seu governo (inclusive o atual) criando os ministérios de promoção da igualdade racial e de gênero, a política de cotas e programas sociais em que a mulher era colocada como a titular do benefício.

Vimos isso no governo da presidenta Dilma com a aprovação da PEC das Domésticas, igualando os direitos trabalhistas da categoria dos trabalhadores domésticos, em sua grande maioria formada por mulheres negras, mas também vimos o retrocesso de todas essas conquistas com a vitória do golpe de Estado contra a presidenta Dilma, em 2016, porque as mulheres e o povo consciente não tiveram forças para impedir.

Entendo que o movimento negro e de mulheres obtiveram essas conquistas, porque ao lado de seus movimentos específicos, se uniram à luta geral do povo por democracia, soberania, inclusão social e combate ao racismo e à discriminação de gênero. Considero esse ponto como essencial para nós, mulheres negras: quanto mais forte, amplo e enraizado for o nosso movimento, mais peso teremos na luta geral do povo e dos partidos de esquerda que elegem seus representantes.

Fizemos isso no meu partido, o PT, quando, com a pressão das mulheres, conquistamos a paridade em todos os seus órgãos de direção.

Querendo parar a luta da mulher negra, em 2018, com o assassinato brutal da vereadora Marielle Franco, a direita fascista não esperava a grande reação popular, que não apenas exigiu a punição dos mandantes como elegeu várias mulheres negras para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

Reforçando essa tendência positiva e contando com a pressão do movimento negro, em parceria com a Educafro, fiz uma consulta ao TSE, que foi aprovada, e resultou na garantia da distribuição proporcional do financiamento de campanha e tempo de propaganda em TV e rádio para candidaturas negras.

Este deve ser o foco de nossa luta: aumentar incessantemente a nossa representação política em todas as instâncias de poder da República. Afinal, nós, mulheres conscientes, almejamos representar a maioria da população brasileira, a qual é composta por mulheres, mas que, em seu interior, a presença das mulheres negras tem um peso demográfico muito grande.

Para finalizar, gostaria de citar mais uma vez Angela Davis que, referindo-se à mulher negra nos EUA (mas válido também para o Brasil) como o setor da população trabalhadora mais explorado, oprimido e discriminado, afirmou que ela representa a chave da mudança social, pois:

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.



Benedita da Silva é formada em Auxiliar de Enfermagem e Serviço Social, Benedita da Silva, exerce, atualmente, o sexto mandato de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. A sua trajetória de lutas e conquistas quebrou todos os tabus das esferas políticas no Brasil, pois ela foi: – primeira mulher negra a ocupar o cargo de vereadora no município do Rio de Janeiro; – deputada federal na Assembleia Constituinte de 1988; c. primeira senadora negra eleita da República; – vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro; – governadora do Estado do Rio de Janeiro; Ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social (no primeiro governo do presidente Lula); Presidenta da Comissão de Cultura na Câmara dos Deputados; coordenadora-geral da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados.

Entre as principais conquistas de Benedita da Silva estão:

- A PEC das Domésticas, que garantiu direitos trabalhistas às empregadas domésticas.

- Transformou o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

- Inseriu Zumbi dos Palmares no Panteão dos Heróis e Heroínas Nacionais.

- Como presidenta da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em 2019, atuou na defesa da cultura brasileira no primeiro ano da guerra cultural imposta pelo governo Bolsonaro, criou o partido da Cultura como meio de pactuar alianças em defesa de todo o setor cultural no parlamento brasileiro.

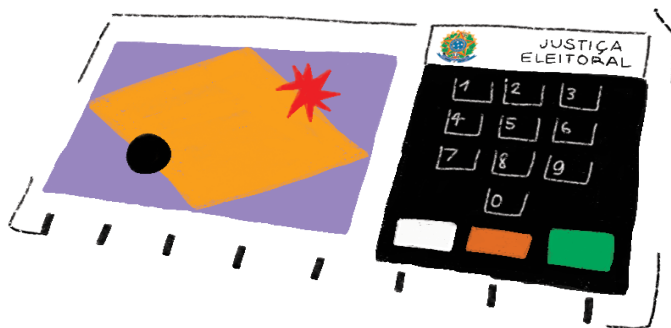
- Nessa ocasião foi relatora da CPI da Rouanet, da construção do relatório que regulamenta o Sistema Nacional de Cultura e o relatório do VOD, que propõe a regulamentação do streaming para os meios de transmissão e divulgação da produção audiovisual brasileiro.

- Foi autora do PL que cria o novo marco regulatório para as políticas de fomento cultural (PL 3905/2021). Todas as propostas seguem em tramitação na Câmara dos Deputados.

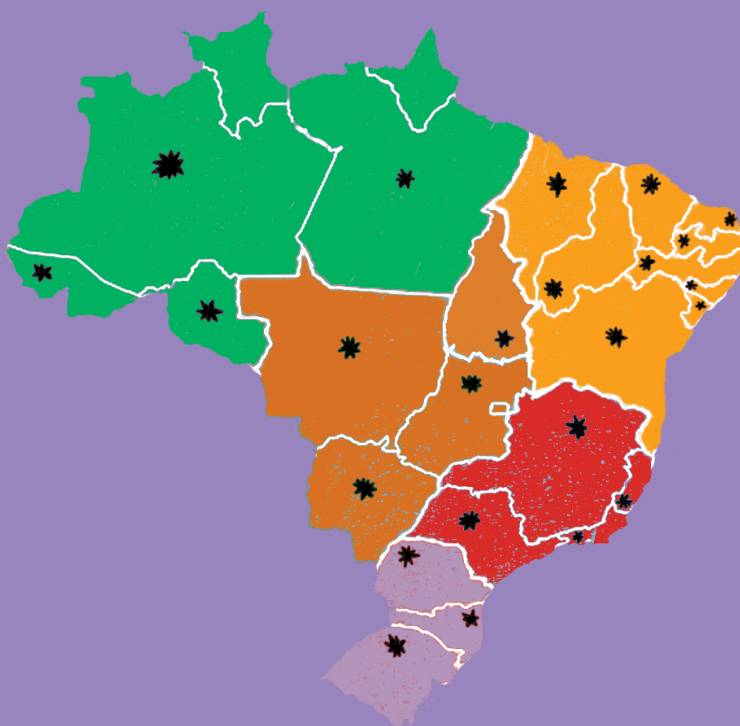
- Foi autora do projeto de lei que deu origem a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc criada durante a pandemia da Covid e que mudou o cenário da cultura, tanto pela ousadia da proposta que distribuiu para amparar o setor cultural.

- Graças a sua consulta junto ao TSE, as candidaturas de pessoas negras conquistaram, em 2020, a redistribuição do fundo partidário e do tempo de propaganda eleitoral, o que já permitiu maior representatividade para a população negra na política.

Em 2022, aos 80 anos de vida, Benedita da Silva se reelegeu deputada federal com mais de 113 mil votos e é um dos grandes nomes na luta em defesa da classe trabalhadora, da democracia, da soberania do nosso país e da luta para reconstruir o país ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Anexo I



“Nossos passos vêm de longe”: Mulheres Negras que marcaram a história política no Brasil

Durante o ciclo formativo, mobilizamos as trajetórias de algumas das ativistas negras que marcaram a história da política no Brasil. Esse breve repositório narrativo das trajetórias foi um importante elemento de comunicação e conexão com as lideranças e ativistas que participaram do projeto diante de um contexto eleitoral desafiador para o aperfeiçoamento e o fortalecimento da democracia. A seguir, compartilhamos essas 11 trajetórias de mulheres negras brasileiras, na mesma ordem e estrutura narrativa compartilhada com as lideranças nos boletins informativos.

1. LÉLIA GONZALEZ



Não poderíamos deixar de estreitar sem a presença daquela que ainda hoje é uma das maiores contribuintes do pensamento social brasileiro: Lélia Gonzalez (1935-1994).

Lélia é amplamente conhecida como uma das maiores pensadoras do século XX, suas obras trazem a temática da interseccionalidade a partir das suas reflexões sobre raça, gênero e classe nas sociedades americanas. Como muito salienta a historiadora Raquel Barreto (2018), Lélia é uma “intérprete negra do Brasil” e constrói um conceito de “Amefricanidade”, ferramenta chave para compreensão das experiências negras do continente americano em um sentido de se aproximar de uma unidade inspirada em modelos africanos.

Além disso, o que por vezes não mencionamos são suas contribuições nos processos eleitorais, visto que ela foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). No primeiro, ela se candidatou ao cargo de Deputada Federal e, no segundo, ao cargo de Deputada Estadual. Em ambos, ela se manteve na posição de suplente. Nesse sentido, mencionamos aqui um trecho da pesquisa “Violência Política de Gênero e Raça no Brasil – 2021”, do Instituto Marielle Franco, no qual temos acesso ao processo de desfiliação de Lélia no Partido dos Trabalhadores.

A carta de desfiliação de Lélia Gonzalez voltou a circular em grupos de ativistas, em outubro de 2021, após a divulgação de uma fotografia do ex-presidente Lula junto a bancada do PT na Câmara dos Deputados revelar o que já era de

conhecimento de todos: apesar de o partido ser hoje uma das maiores bancadas do campo progressista na Câmara e representar, em boa medida, os interesses de trabalhadores e grupos minorizados, quando se trata da representação da população negra, parece que o mesmo não avançou tanto quanto poderia. Essa questão já havia sido apontada por Lélia, em 1985, em sua carta e no artigo “Racismo por omissão”, publicado anos antes, em 1983, no qual apresenta críticas ao programa eleitoral de TV do partido em uma época que, segundo a ativista:

Tratou dos mais graves problemas do país, exceto um, que foi “esquecido”, “tirado de cena”, “invisibilizado”, recalcado. É a isto, justamente, que se chama de racismo por omissão. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de democracia racial, ela aí está, não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça” das elites ditas pensantes como a das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias. (GONZALEZ, 2018, p. 180)¹

Benedita da Silva, ao falar das discussões ocorridas, em 1989, acerca da apresentação de seu nome ao cargo de vice-presidência de Lula para aquele ano, aponta que dentro da tendência em que se organizava na época “era difícil a gente conseguir um grande apoio, porque as nossas tendências sequer tinham como prioridade a questão racial”. Além disso, afirmou que, apesar de considerar a decisão acertada para o momento, reconhece que o movimento de disputa de quais pautas deveriam estar no centro de uma candidatura à presidência fora feito essencialmente pelos negros e negras do partido, à revelia do que as direções e demais tendências acreditavam ser essencial na época: a causa operária.

Mais de 30 anos depois, uma situação similar fez moverem novamente as estruturas do partido político de Benedita. Dessa vez, impulsionada pela pré-candidatura à prefeitura de Salvador, na Bahia, da socióloga e ativista Vilma Reis. A pré-candidatura lançada em abril de 2019 durante o dia de independência da Bahia com apoio de movimentos sociais de Salvador, sofreu um veto da direção partidária municipal do PT. Para o partido, aquele ainda não era o momento

¹ GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

de uma candidatura proveniente essencialmente de movimentos sociais e, em especial, do movimento de mulheres negras de Salvador.

A disputa interna fez surgir o movimento “Agora é Ela” em apoio à candidata. Isso não foi suficiente, e mesmo com a movimentação popular, o partido decidiu indicar uma major da Polícia Militar para disputar a prefeitura. A candidata era também uma mulher negra, a major Denice Santiago e em que pesem as contribuições para a luta das mulheres e para o combate à violência contra a mulher, major Denice estava longe de ser a representação política defendida pelos movimentos feminista e negro de Salvador, inclusive militantes do próprio partido.

2. ANTONIETA DE BARROS

Nesta semana, falaremos sobre uma personalidade que, para além de suas grandes contribuições no campo da educação, esteve na vanguarda do movimento de candidaturas femininas e negras: Antonieta de Barros. Em 1934, ela foi eleita Deputada Estadual em Santa Catarina, o que a tornou a primeira mulher negra a conseguir este feito em todo território nacional. A vitória aconteceu apenas 2 anos após a conquista de voto pelas mulheres, por meio do Decreto 21.076, em 1932.



Filha de escravizada liberta, Antonieta nasceu na então cidade de Desterro (hoje Florianópolis) e, desde cedo, encarou a luta contra o analfabetismo como central para o desenvolvimento do país. Ela, que havia tido a oportunidade de ser alfabetizada, iniciou a profissão docente aos 17 anos, quando gestou o projeto particular “Antonieta de Barros” e, logo em seguida, lecionou em alguns colégios destacados da época.

As contribuições dessa ativista também estiveram nas páginas de jornais, visto que ela escreveu centenas de artigos em veículos jornalísticos, a maior parte deles sobre a temática da educação. Ainda nesse sentido, após sua vitória na eleição, Antonieta ressignificou a data da primeira lei voltada a instrução no Brasil (que determinava um currículo e espaços escolares diferentes para meninos e meninas) para sancionar uma lei que criava o Dia do Professor, em todo 15 de outubro, comemorado até os dias de hoje.

Antonieta viveu entre os anos de 1901 e 1952, mas ainda hoje é um grande exemplo de ativismo a favor da educação e direito das mulheres. A trajetória de ativismo de Antonieta tem muito a nos ensinar e pode ser utilizada como referência para caminhar com a certeza de que nossos passos vêm de muito longe.



3. KÁTIA TAPETY

Se hoje temos o privilégio de eleger figuras como Erica Malunguinho e Érika Hilton, precisamos também agradecer a quem esteve na vanguarda desse movimento, e uma delas certamente é Kátia Tapety.

Nascida em 24 de abril de 1949, Kátia foi a primeira mulher trans a se eleger a um cargo político, como vereadora no município de Colônia do Piauí, ao sul do estado de Teresina. Antes disso, ela havia terminado sua educação básica por correspondência e fez o curso técnico para se tornar Auxiliar de Enfermagem, destacando-se mais ainda no município de sua residência. No campo eleitoral, suas vitórias ocorreram em 1992, 1996 e 2000 e se destacava sempre como a mais votada. Kátia também atuou como presidenta da Câmara Municipal, entre 2001 e 2002, e, em 2004, foi eleita vice-prefeita. Ainda hoje ela é uma referência na luta LGBTQIA+ e na luta contra HIV/AIDS, mantendo seu ativismo por demandas sociais.

Para mais informações sobre essa importante personalidade que merece muita atenção, indicamos também um documentário intitulado “Kátia”, produzido no ano de 2013, com direção e roteiro Karla Holanda, na seção para ver, ler e ouvir da nossa newsletter. O filme é resultado de 20 dias de convívio com ela em seu pequeno município, no sertão do Piauí.

O Instituto Internacional de Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Raça e Igualdade) promoveu o lançamento da Escola de Formação Política Kátia Tapety. A Escola de Formação Política visa preparar mulheres (negras, LBTI, indígenas e quilombolas) para participar do processo eleitoral de maneira segura e democrática. Para que possam enfrentar a violência política e eleitoral de gênero, as organizações – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Articulação Brasileira de Lésbicas (Rede ABL) e Rede Nacional de

Negras e Negros LGBT (Rede Afro LGBT) – serão responsáveis pela indicação de mulheres de suas redes para participarem da Escola de Formação Política. Aula Inaugural da Escola de Participação Política Kátia Tapety está disponível no Youtube do Instituto Race and Equality.

4. SUELI CARNEIRO

Na coluna de hoje, vamos falar sobre uma das personalidades que temos o privilégio de saudar ainda em vida. Trata-se de Sueli Carneiro, mulher negra que se faz presente no pensamento social brasileiro a partir de suas produções intelectuais.



Aparecida Sueli Carneiro nasceu em 24 de agosto de 1950 e dedica-se à luta por direitos e bem viver da população negra brasileira. A escritora, na década de 1980, atuou em órgãos do governo de São Paulo e Brasília para tornar mais visível os debates sobre o feminismo negro, direitos políticos e violações de direitos humanos.

Sua tese em Filosofia, intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” e defendida pela Universidade de São Paulo, em 2005, não foi a única obra de Sueli. Podemos ter acesso às suas produções em “Mulher negra: Política governamental e a mulher”, de 1985 (em coautoria de Thereza Santos e Albertina de Oliveira Costa), “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”, de 2011, e “Escritos de uma vida”, de 2018. Além disso, Sueli ainda, em 1988, foi a fundadora do “Geledés: instituto da mulher negra”, uma organização



que é referência ainda nos dias atuais, além de ser eleita a Personalidade Literária do Ano pela 64ª edição do Prêmio Jabuti.



Hoje e sempre agradecemos pela perseverança e tantos ensinamentos.

5. TERESA FRANCO

A data 14 de março é marcada pelo nascimento de figuras como Carolina Maria de Jesus e Abdias do Nascimento, personalidades importantes para se compreender a história de nosso país. Mas, a mulher que falaremos hoje também se insere nesse grupo de pessoas que nasceu nesta data e se destacou social e política-

mente. Nesta semana, falaremos de uma figura que esteve entre as primeiras mulheres negras a se tornarem parlamentares em cargos políticos de nosso país. Trata-se de Teresa Franco, eleita vereadora de Porto Alegre, em 1997, e até 2020 ela havia sido a única mulher negra eleita a esse cargo como titular até então.

Nascida em 1938 na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, Teresa trabalhou por muitos anos nas ruas, até se aproximar dos movimentos sociais e sua carreira como radialista, em que sua fama se expandiu significativamente. Ela se apropriou de seu apelido “Nega diaba” até mesmo enquanto era parlamentar. Teresa faleceu em 2001, mas sua trajetória nos serve de ensinamento até os dias atuais.

6. THEODOSINA ROSÁRIO RIBEIRO

Theodosina Rosário Ribeiro nasceu no ano de 1930 na cidade de Barretos, em São Paulo. Após estudar Letras, iniciou seus trabalhos como professora na capital do estado de São Paulo. A futura parlamentar também trabalhou como diretora em escolas



e advogada, mas, dentre todos os cargos que exerceu, foi o de vereadora o que mais chamou atenção. Theodosina foi a primeira mulher negra a ser eleita à vereança pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em São Paulo, no ano de 1968. Dois anos depois, ela foi eleita como deputada estadual, cargo que permaneceu até o ano de 1983.

Entre suas principais pautas, estava a questão educacional e racial. Segundo ela: “Seria bom se mais professores seguissem a carreira política, já que eles têm uma boa noção da realidade do País”. Mesmo tendo sido parlamentar no período em que o Brasil vivia sob regime militar, Theodosina relata que, mesmo em tempos arbitrários, ela não deixava de se preocupar com questões sociais, raciais e de gênero.

Em 2020, a ex-parlamentar nos deixou, mas, até os últimos anos de vida, ela não deixou de participar e organizar palestras para mobilizar a presença de mulheres – com enfoque em mulheres negras – na política.

Você conhecia essa personalidade tão importante para a história de nosso país? Essa é mais uma confirmação de que nossos passos vêm de longe e conhecer essas experiências nos impulsionam a seguir em frente.

7. LUCIA XAVIER

Na maior parte das vezes, esta seção traz nomes de mulheres negras que têm uma relação com a política enquanto parlamentares. Mas hoje, falamos de uma destacada ativista que nunca se candidatou, mas também esteve e está na linha de frente na luta por direitos da população negra: Lúcia Xavier.



Atualmente, Lúcia é coordenadora geral da ONG Criola, mas, desde os 14 anos, mantém sua participação em movimentos sociais, quando começou a auxiliar jovens em vulnerabilidade no estado do Rio de Janeiro.

Lúcia nasceu, em 1959, e viveu grande parte da vida na zona norte do Rio de Janeiro. Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984. Nos movimentos sociais, ela participou ativamente da consolidação do Partido dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro, e de 1991 a 1997 foi

assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Durante este último período, ano de 1992, fundou a ONG Criola. Auxiliou no Disque Defesa Homossexual (DDH) e Instituto de Pesquisas Negras.

Lúcia Xavier atuou em diferentes frentes de combate ao racismo e ao bem viver de nossa comunidade. Ela é sem dúvida uma figura a ser conhecida e reverenciada por nós. Vamos juntas.



8. BENEDITA DA SILVA

Na última quinta-feira (30 de junho), aconteceu, no Rio de Janeiro, o evento de comemoração aos 80 anos de uma figura importante nos movimentos de mulheres negras do Brasil: Benedita da Silva. E é dela que falaremos hoje na seção “Nossos passos vêm de longe”.

Benedita Sousa da Silva Sampaio nasceu, em 26 de abril de 1942, e viveu grande parte de sua vida no Morro Chapéu-Mangueira, no Leme. Antes de exercer cargos políticos, foi tecelã, empregada doméstica, auxiliar de enfermagem e assistente social. Foi, em 1982, que se candidatou e foi eleita à vereança pelo Partido dos Trabalhadores, sendo, nos anos seguintes, eleita a deputada estadual e deputada federal. Em 1994, tornou-se a primeira senadora negra do Brasil, elegendo-se com mais de dois milhões de votos. Em 1998, assumiu o cargo de vice-governadora do Rio de Janeiro, chegando a assumir como governadora do estado após a renúncia de Anthony Garotinho. Bené (como é carinhosamente apelidada) também assumiu o Ministério da Assistência e Promoção Social e Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Dentre seus principais projetos, está a autoria da PEC de Regulação do Trabalho Doméstico (1996) e Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (2020). Essa personalidade esteve na vanguarda ao lado de figuras como Lélia Gonzalez nos movimentos sociais negros e de mulheres no Brasil. Esperamos que sua caminhada continue a servir de referência para todas nós!



9. JUREMA BATISTA

A influência de Lélia Gonzalez na sociedade brasileira – principalmente na vida de mulheres negras – é imensurável. Muitas são as figuras que até hoje reverenciam a trajetória desta intérprete do Brasil. Entre essas personalidades, está **Jurema Batista**, ex-parlamentar que está na linha de frente no combate ao racismo.

Nascida em 9 de agosto de 1957, Jurema foi criada no **Morro do Andaraí, na zona norte do Rio de Janeiro e iniciou sua atuação política a partir da construção e presidência da Associação de Moradores do Morro do Andaraí**, após o assassinato de um homem negro da localidade por parte da polícia militar.

O reconhecimento de sua atuação foi se ampliando na mesma medida que auxiliava em questões centrais para a sobrevivência de sua comunidade, como, por exemplo, a movimentação para que o Morro do Andaraí tivesse luz elétrica e a construção da creche Winnie Mandela.

Entre as décadas de 1990 e 2000, Jurema se elegeu como Vereadora e Deputada, contribuindo fortemente em momento de extrema importância na cidade, como quando criou a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Chacina da Candelária na década de 1990. O alcance de seu trabalho foi tamanho que já **chegou a ser indicada ao Prêmio Nobel da Paz em 2005**. Uma curiosidade é que ela também foi uma das primeiras parlamentares negras a assumir seus cabelos naturais, fato que parece pequeno, mas é de tamanha importância ainda nos dias de hoje.

Jurema Batista merece honrarias e reconhecimento por sua trajetória de luta pelo bem viver da população negra brasileira!



10. REGINA SOUSA

Mesmo que os números ainda não sejam nada satisfatórios, são muitas as figuras de mulheres negras parlamentares no Brasil. Uma delas é Regina Sousa, a primeira governadora negra no estado do Piauí. Maria Regina Sousa nasceu em 4 de julho de 1950 na cidade de União, em Teresina.

Ainda na infância foi quebradeira de coco babaçu. Graduou-se em Letras (Português- Francês), em 1976, pela Universidade Federal do Piauí, mesma universidade a qual tornou-se professora posteriormente. Mas, antes disso, Regina já era bastante ativa no movimento sindical, visto que foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores no Piauí (CUT-PI) e Partido dos Trabalhadores em seu estado.

Na década de 2000, atuou em alguns governos e, em 2010, foi eleita como senadora suplente (a primeira mulher senadora no estado). Em 2018, lançou sua candidatura e foi eleita, tornando-se a primeira mulher e negra a estar nessa posição. Entre suas principais bandeiras, está a defesa pelos Direitos Humanos.

Você conhecia a história de Regina Sousa? Contem nos próximos encontros o que acham sobre as trajetórias de todas as mulheres mencionadas aqui em nossa seção “Nossos Passos Vêm de Longe”. Vamos Juntas!



11. MARIELLE FRANCO

Marielle Franco nasceu em 1979 no Complexo de Favelas da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. Sua trajetória foi marcada pelo ativismo, visto que trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brazil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré. **Marielle graduou-se em Ciências Sociais** pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio)

e concluiu o **Mestrado em Administração Pública** pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Para custear parte de seus estudos, trabalhou como vendedora ambulante e educadora infantil.

Em 2016, foi **eleita como Vereadora com mais de 46 mil votos no Rio de Janeiro** pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo na época **a segunda mulher vereadora eleita com maior número de votos do país**. Durante seu

mandato, presidiu a **Comissão de Defesa da Mulher** e também trabalhou na coleta de dados sobre a violência contra as mulheres. Contribuiu também na **formulação de dezesseis projetos de lei, tendo dois aprovados**. Seu mandato e vida foram brutalmente interrompidos pelo **assassinato em 14 de março de 2018**.

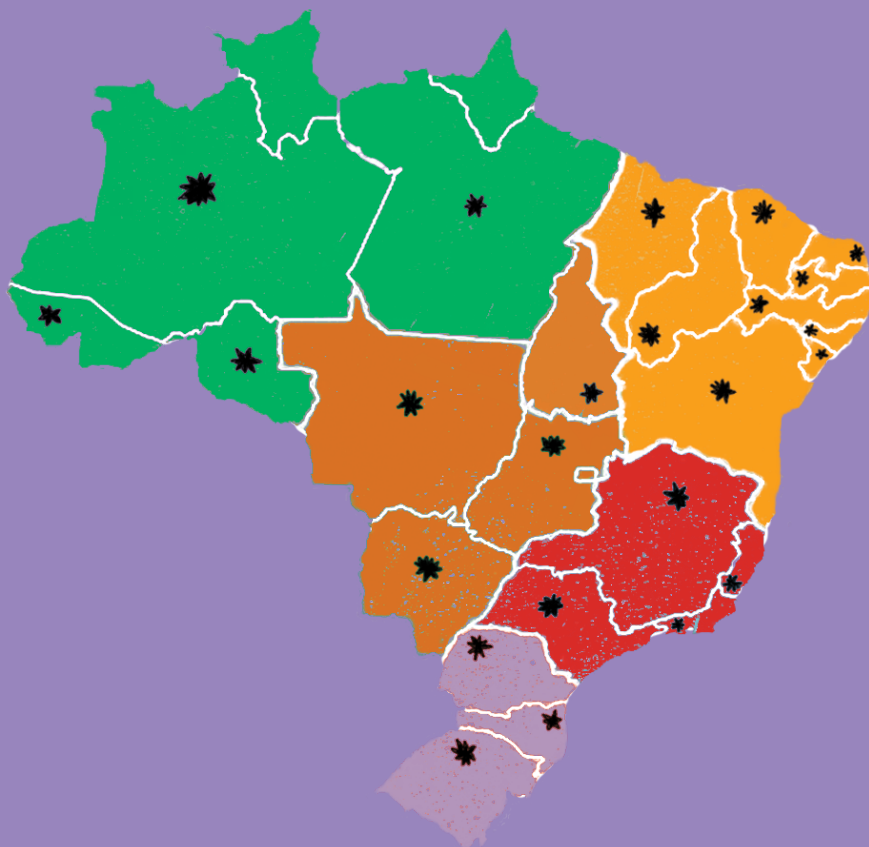
A repercussão do crime ganhou escalas internacionais e **os mandantes ainda não foram encontrados, mais de 4 anos após o incidente**. De toda forma, Marielle deixou muitas sementes e, de forma direta e/ou indireta, impulsionou a candidatura de outras mulheres negras no cenário político-parlamentar. O **Instituto Marielle Franco** foi pensado por sua irmã, Anielle Franco, no sentido de manter viva as contribuições de Marielle. O projeto Estamos Prontas é resultado de uma dessas ações (em parceria ao movimento Mulheres Negras Decidem) e segue o propósito de honrar a história e memória desta grande ativista pelos Direitos Humanos. Que continuemos mantendo seu legado vivo em nós!

Para mais informações sobre o legado das mulheres negras na política institucional, a equipe do **Estamos Prontas** desenvolveu a plataforma “Legado”² com um repositório narrativo da trajetória das atividades e suas contribuições setoriais às políticas e aos debates de conjuntura no país.

² Disponível em: <https://www.estamosprontas.org/legado>. Acesso em: 26 jun. 2024.



Anexo II



Entrevista com Vilma Reis

POR JHENIFFER RIBEIRO

Vilma Maria dos Santos Reis (Salvador, 1969) é uma socióloga e ativista brasileira. Defensora dos direitos humanos, das mulheres, negros e LGBT. De 2015 a 2019, por dois mandatos, ocupou o cargo de Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Em dezembro de 2019, anunciou sua pré-candidatura à prefeitura de Salvador-BA pelo Partido dos Trabalhadores, enunciando a importância das candidaturas de mulheres negras. Entretanto, a candidata escolhida pelo partido foi a Major Denice Santiago, policial militar e psicóloga. Em 2022, Vilma candidatou-se à Deputada Federal da Bahia, recebeu 60.949 votos e ficou como suplente. A entrevista abaixo foi realizada pela coordenadora de comunicação do Estamos Prontas e jornalista, Jennifer Ribeiro, em 27 de julho de 2022, data em que participamos de um encontro de mulheres negras brasileiras com a recém eleita vice-presidente da Colômbia, Francia Márquez, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela data, também ocorreu o lançamento do monumento em homenagem a Marielle Franco, no Buraco do Lume, espaço histórico da esquerda do Rio de Janeiro e ponto de encontro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). É nesse contexto que essa entrevista acontece.



Jhennifer Ribeiro: Vilma, como você acha que a vitória da Francia na Colômbia influencia a candidatura de mulheres negras aqui no Brasil?

[Vilma Reis] Saudações a todas as companheiras do Mulheres Negras Decidem, do Instituto Marielle Franco por esse momento que a gente viveu aqui. O que eu falei hoje pela manhã durante a nossa sessão de diálogo com a companheira, irmã, França Márquez, para mim é muito real.

É de uma potência tão grande essa vitória coletiva de Frância Márquez, porque nós acumulamos durante quarenta anos para chegarmos a essa vitória. Quando eu falei que 19 de junho, para nós, pode virar dia de celebrar a América, eu estava lembrando o pensamento de Lélia Gonzalez, a gente está no Rio de Janeiro, uma cidade que guarda a alma de Lélia Gonzalez por tudo o que ela ergueu nessa cidade. É lembrar que, quando eu falei em América, eu falo exatamente da possibilidade dessa aliança secular entre os povos originários e nós, aquelas que fomos sequestradas do continente africano e que, na diáspora, no contexto das Américas, foi possível a gente fazer a sexta região africana no mundo. Olhar para Frância Márquez nesse momento e ver esse feito na Colômbia.

Quando eu puxei ali o nome das comunidades, falei das comunidades garífunas da Costa do Pacífico e da reação das mães nas cidades de Kali, Bogotá, em Calco que é o território de Frância, lembrando que essas mulheres, nossas lutas são muito parecidas, nossos desafios são muito parecidos, pois nosso povo também no Brasil saiu com uma mão na frente e a outra atrás no processo da abolição. Também o nosso povo, nesse contexto da Colômbia, quando a gente olha o enfrentamento pela vida dos filhos e a situação de abandono absoluto da vida das mulheres negras, é muito parecido os desafios que nós enfrentamos cá e lá.

Quando a gente olha para Frância Márquez, ela carrega os sinais daquelas que o racismo quer esmagar, quer tirar da face deste mundo e, por isso, é tão importante que ela percorra o continente como um espelho, como o abebé mesmo de Oxum para refletir nas nossas, por tantos lugares como o Brasil, como o Peru. Para outros lugares, mesmo quando a gente for para o Caribe, para o Haiti, para a República Dominicana, para a Jamaica, para Barbados, para outros lugares, nossas irmãs olharem para Frância Márquez e lembrarem “é possível, é tudo absolutamente possível!” porque nós somos as mulheres que o racismo tentou esmagar, retirar desse mundo.

Se tentou secularmente a eliminação física, cultural, política e econômica e nós sobrevivemos a todos os colonizadores. Sobrevivemos a todos e, nesse momento, a possibilidade de sairmos e rompermos com a asfixia política nas Américas passa por nós. Seja nos Estados Unidos, onde a própria vitória de Joe Biden só foi possível graças a ação da Esquadra constituída por mulheres negras, Stacy Abrams, Latosha Brown, Alexandra Ocasio-Cortez e todas as outras que se articulam a partir de Nova Iorque ou da Geórgia.

E o que Stayce Abrams enfrentou quando ela buscou ser governadora da Geórgia. Saber que 53 mil inscrições foram canceladas para que um homem branco mais uma vez ganhasse a eleição na Geórgia, o que elas levantaram de movimento, o Black Votes Matter (Votos Negros Importam), quando elas ergueram

esse movimento e, em um prazo de dois anos, conseguiram uma reviravolta e credenciaram 800 mil. Isso é uma grande resposta.

Desses 800 mil, 49% são jovens. Meninos e meninas que se rebelaram contra aquela ordem colonial que tentava governar o sul dos Estados Unidos. É, a partir dessa vitória de Stay Abrams e do Black Votes Matter, que a gente constitui e também pavimenta o caminho para Kamala Harris. Então, essa vitória na Geórgia e essa constituição da vitória de Francia Márquez é a junção de uma batalha que nós fazemos há 40 anos nesse continente.

É por isso que eu comparei com a vinda de Mandela: a saída de Mandela da prisão e a vinda dele ao Brasil. E com espelhos de ser uma mulher negra, de ser Frância Márquez Lina e dela anunciar e chamar pelo nome dos ancestrais: ela chamar os Manjacos, os Kom, os Congo, ela chamar todos os povos que chamou nesta manhã aqui e lembrar que efetivamente nossos passos vêm de longe.

Enquanto Francia Márquez falava, todas nós nos arrepiamos naquela sala, porque nós sabemos que ela estava falando sobre nós e de uma revolução que está acontecendo nesse continente que só se realiza com a força e a potência das mulheres negras. Quem pensar que é possível ganhar as eleições, governar o Brasil, governar a Colômbia ou qualquer outro país nesse continente sem contar com a nossa presença e o nosso feito político está absolutamente enganado. Antes dessa vitória de Francia, a Colômbia já se mobilizava. As mulheres desplazadas, aquelas despejadas, ao longo de 30 anos, peitaram a brutalidade das forças do governo que perseguia, ocupava e garantia os territórios para os que já tinham dinheiro.

Quando a primeira resposta veio com a eleição da prefeita de Bogotá, nós temos uma Colômbia que está mobilizada, em cada grupo, cada coletivo de mulheres que se levantou em Kali contra o genocídio dos seus filhos, cada mulher que se levantou em Cartagena, cada mulher que se levantou em Calco, cada mulher que se levantou em qualquer ponto daquele país, nós estávamos mandando mensagens e agora há essa possibilidade de um espelho.

Nós tivemos um momento que foi possível a gente ver um Ernesto Che Guevara rodar um continente. Isso teve um efeito e pertencia a um tempo. A gente viu toda essa situação de líderes socialistas que se ergueram nesse continente. Agora, nós não tínhamos visto ainda a possibilidade de uma mulher socioambientalista, de uma mulher negra, quilombola, de uma mulher que percorreu todos os caminhos que o racismo impôs para nós.

De passarmos pelo trabalho doméstico nas condições em que ele acontece no continente Americano, de nós experimentarmos toda essa jornada e chegarmos a esses lugares de comando de nossas nações. É irreversível, nós vamos dirigir todos

os países da América Latina e do Caribe. Nós vamos dirigir o Brasil, nós vamos dirigir todos esses lugares, porque nós constituímos as maiorias de nossos países e, por mais que seja retardada essa possibilidade, é inevitável, porque é o tipo de organização política que nós erguemos nesse continente.

Claro que a gente viveu uma realidade, em 1972, com Angela Davis candidata a vice presidente dos Estados Unidos pelo partido comunista e depois Angela Davis procurada como número um do FBI. A gente viu a reação de um massacre a Shakur, a gente viu, no Brasil e juntando as américas, a reação de Luíza Bairros e o que foi a sua presença nesse Planalto Central de coordenar a nossa vitória pelas cotas, impor uma derrota a direita brasileira de dez a zero no STF, de percorrer cada gabinete, é esse o tamanho da nossa competência política e foi sobre isso que França Marques falava para nós nesta manhã. Eles dizem que nós não temos competência, que nós não temos o trato nem a caminhada na administração pública e nós estamos aqui para dizer que todos eles falharam em nos dirigir. Os homens brancos falharam em nos dirigir e nós estamos aqui dizendo: “olha, se vocês pensam que é possível dirigir os nossos países sem nós, sem a nossa energia criativa, sem a força das ancestrais, não é possível, porque nosso povo está largado nas periferias, nosso povo está jogado nos bairros populares, nas quebradas, nas favelas sem nenhum direito. O nosso direito não pode ser essa situação absurda e violenta de nós termos uma polícia armada contra nós”.

Estamos aqui quando a gente vê os companheiros organizando programas de governo e pensando é possível pensar em políticas de segurança pública com cidadania aqui a gente cola, porque o próximo ciclo de poder no Brasil, na Colômbia, em outros lugares das Américas não é possível sem pensar nas políticas de drogas. Nós precisamos, em um próximo ciclo de poder do Brasil, abrir as cadeias, nosso compromisso com o desencarceramento é deste tamanho. Precisamos abrir as cadeias, precisamos cuidar da reforma agrária, precisamos cuidar da titularização dos territórios quilombolas, cuidar de demarcar as terras indígenas, precisamos cuidar de vinte e um anos botando juventudes negras, travestis, trans, de imigrantes, nossos parentes indígenas nas universidades e, quando a gente olha o serviço público, ele parece que é na Dinamarca ou na Suécia. Nós temos quadros para ocupar e dirigir as universidades e ocupar o andar de cima do serviço público. Formamos em 21 anos uma geração inteira e o racismo não permite.

Claro, se Luíza Bairros tivesse mais tempo, se Dilma Rousseff tivesse conseguido concluir aquele salto... O golpe se desenha no Brasil exatamente naquele momento em que Dilma, junto com aquelas mulheres ministras: Luíza Bairros; Yossef Freire e quem deu segmento ao trabalho de Yossef Freire; Teresa Campelo;

Mira Belchior e todas que viriam. O que acontece, no início da jornada de 2013, porque no início eram jornadas populares e aquela jornada de 2013 clamava por serviços públicos de qualidade.

Naquele momento, Dilma consegue elaborar o “Mais Médicos” junto com aquelas mulheres, consegue direcionar todos os programas sociais focado nas mulheres negras, nas mulheres periféricas, nas empobrecidas. É importante dizer que Marielle Franco, em 2016, escreveu um artigo chamado “Eu mulher negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma” que está no livro “O golpe na perspectiva de gênero”, organizado por Linda Rubim, Fernanda Argolo na Bahia, na UFBA e publicado um dia após o assassinato de Marielle, em pleno Fórum Social Mundial, quem estava em Salvador sabe disso. E Marielle, naquele texto, escreve sobre nossa presença na política. Eu penso que é fundamental que a gente olhe para esses textos, olhe para esses escritos e compreenda que nós estamos no meio de uma revolução. A revolução Marielle seria inevitável.

Marielle, assim como cada uma de nós, lembrando Lélia que “onde estiver uma de nós estamos representadas”. Uma posicionada, né? Não estamos falando de gente mansa, de gente que vai para um acordo rapidinho. A gente está falando de pessoas posicionadas, aguerridas, com uma consciência de esquerda, com uma consciência internacionalista, anticapitalista. Essas são as bases de sustentação. E sabendo que, para nós, são três princípios que nos orientam: ancestralidade, identidade e resistência. O quarto princípio é a esperança e essa esperança nos move. O verbo esperar que a gente tanto busca em Paulo Freire, para nós, está espalhado em uma perspectiva muito anterior. As mães de santo e as mulheres das irmandades espalharam esse verbo para nós há muito tempo e a gente viu essa revolução nos olhos de Marielle Franco e, por isso, eu digo: é fundamental que no próximo ciclo de poder a gente faça justiça colocando as mulheres na centralidade das políticas públicas.

Assim, a gente tira do meio esse grupo de homens brancos identitários en-simesmados em seus poderes. Não cabe ser porque nós entendemos que não cabe ser de esquerda e não ser antirracista. Não cabe ser de esquerda e não compreender a agenda feminista que está sobre a mesa. Não cabe ser de esquerda se a gente não preparar o terreno para que as crianças e a juventude possam viver.

Essa cidade do Rio de Janeiro conviveu com algo inacreditável: no mesmo tempo em que se tinha nove delegados especiais para um caso absolutamente inaceitável do assassinato de uma criança branca, nove delegados especiais para investigar um caso, três crianças negras na rua do meio em Belford Roxo não tiveram direito sequer da filmagem do trajeto que elas fizeram. Durante 100 dias não tinha uma autoridade policial para olhar aquilo.

A gente está falando disso. A gente está falando de justiça racial. A gente está falando em justiça de gênero. A gente está falando do nosso direito de existir em um país onde nós somos a maioria absoluta. Então, vida longa para nós, vida longa para a luta e que a nossa chegada aos espaços de poder no Parlamento ou no poder executivo seja de uma geração de cabeça erguida, bicando a diagonal, nome e sobrenome, posicionadas e sabendo quem somos nós. Sem ter vergonha de dizer que a gente é de candomblé, sem ter vergonha de dizer que a gente é LGBT, sem ter vergonha da potência que somos nós. Nossas identidades nos fortalecem e não podemos deixar que nossos adversários usem as nossas identidades contra nós.

Jhennifer Ribeiro: Obrigada, Vilma. Posso fazer só mais duas perguntinhas?

Vilma Reis: Pode, nem tô cobrando.

Jhennifer Ribeiro: Qual o principal acúmulo desse encontro com a Francia Márquez hoje principalmente para a candidatura de mulheres negras aqui no Brasil?

Vilma Reis: Perfeito, minha irmã. Dizer que Francia Márquez, quando percorre o território, ela vai ligando os pontos e faz a gente retomar ao que foi a preparação da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, de Durban, que desembocou nas políticas de ações afirmativas. Mas, contemporaneamente, o que esse nosso encontro com Francia Márquez provoca é: nós estamos diante de um novo fenômeno. Tem uma geração inteira de mulheres, de meninas, de meninos e também de homens negros que já captaram, além de um segmento da população branca antirracista que pratica o antirracismo.

E ela está ligando os pontos, porque, ao mesmo tempo em que Francia ganha as eleições para nós, na Colômbia, a Colômbia assume uma face internacionalista e essa vitória é internacional. Ela é uma vitória professora, é uma vitória que nos forma e que nos joga para uma agenda que nós levantamos também no Brasil. O Instituto Marielle Franco; o Mulheres Negras Decidem; a Rede de Mulheres Negras na Política; o GT Eleitoral da Coalizão; o Eu Voto em Negra, a Campanha Nacional da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras, nós estamos aqui conectando os pontos, todas as organizações estavam aqui hoje.

O trabalho anterior de tudo isso que eu estou falando, o trabalho incessante do Geledés e do Criola, que nossas irmãs fizeram. Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Suelaine, né? Todo esse trabalho que nossas irmãs fizeram, como

a Eliane Cavalleiro, o trabalho que Luíza fez e liderou todas nós na Bahia com Valdecir e com tantas outras é fundamental. Nesse momento, o que nós estamos fazendo é ligar os pontos

As companheiras que estão olhando da Bolívia em que pese a gente ainda olha e fala “cadê as mulheres negras?” mas, por exemplo, Suzana Parra que está lá no Peru e é uma grande lutadora, Fran Martins que está em Buenos Aires e é uma grande lutadora, essas mulheres todas estão sob o impacto dessa vitória de Frância Márquez. Ela vir conversar com a gente no Brasil com a profunda compreensão de que o que acontecer também aqui irá repercutir em todo o continente, e não com uma postura imperialista, porque o Brasil não deve ter uma postura imperialista perante os movimentos, na relação entre nós movimentos nas américas e muito menos entre os governos.

Quando Francia diz: “A gente tá aqui, a gente conversando com Lula” e tem um próximo ciclo de poder e ela dizendo “é preciso que se faça um próximo governo marcado pela justiça racial. E essa justiça racial se traduz em justiça econômica, em justiça política. Essas questões, essa agenda que não pertence mais nem à Colômbia e nem ao Brasil é uma agenda que está para o continente. É um tipo de trânsito que, por exemplo, por todas as dificuldades, a gente não conseguiu viver quando Alice Campbell se tornou vice presidenta da Costa Rica, mas a gente está podendo pelo formato, por nós estarmos na fronteira, pela possibilidade e autonomia que os movimentos têm muito mais hoje e as condições que a gente está criando das próprias organizações como o Instituto Marielle Franco, como o Mulheres Negras Decidem e outros coletivos de nós promovermos o debate sem atravessadores, sem tutela. Aqui, há autonomia política dos movimentos. A gente se dirigiu desde o dia 1º de março para falar com Frância Márquez, não teve governo atravessando.

Então, diante de um momento desse que é de crise política brutal no Brasil, nossas organizações se levantaram. E o que nós temos de possibilidade de ruptura com a asfixia política imposta para nós no Brasil. Exatamente construir essas alianças com as nossas que se movimentam no continente. Frância está conectada com isso.

A nossa relação com a CIDH, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, dentro do continente também foi nesse sentido. Quando a gente denuncia as violações de direitos chamando o PCN da Colômbia com Sofia Garzón Valencia para vir junto com a coalizão, junto com o Instituto Marielle Franco e as outras organizações para constituir as denúncias. Quando Francia, Sofia e as outras denunciaram as violações dentro da Colômbia, os assassinos das defensoras de direitos humanos, as mulheres que estão nos territórios

tradicionais, nós estávamos construindo a vitória de Francia Márquez. Então, isso, para nós, tem muita potência e essa é a energia que a gente precisa para dentro do Brasil.

Então, isso que Natalia [referindo-se a Nathalia Carlos] faz de se deslocar de um ponto para outro e “Vamos lá”. Tem que conversar, tem que evidenciar, botar a cara na tela. Ajudar uma companheira que está lá no Norte, a companheira que está no Centro-Oeste, a companheira que está no Nordeste, conectar os pontos com o Sudeste do Brasil e entender que a potência de uma Talíria, a potência de uma Renata Souza, de uma Benedita da Silva, de uma Mônica Francisco de uma Dani Monteiro é para conectar e a gente fortalecer uma Jô Cavalcanti lá em Pernambuco. E a gente fazer esses links, tudo isso parece caótico, mas é fantástico.

Jhennifer Ribeiro: Vilma, uma entrevista sua em que você fala, você usa um livro da mãe Estela de Oxóssi, *O Meu Tempo É Agora*. E aí eu queria que você falasse, acho que agora é o tempo das mulheres negras nas eleições e queria que você dissesse o que o Brasil ganha elegendo mulheres negras para todos os cargos políticos?

Vilma Reis: Como a gente diz em baianês: “veja bem”. Eu falei sobre o texto que Marielle escreveu para o livro “O Golpe na Perspectiva de Gênero”, se ocupando, nesse texto, de dizer qual o sentido da nossa presença na política. A nossa presença vem sempre com a agenda coletiva. A importância de eleger mulheres negras nesse momento é a gente chegar no orçamento público de verdade. Focalizadas com políticas como, por exemplo, quando Marielle pensou no Espaço Coruja, que faz parte da agenda Marielle aqueles nove projetos que se espalharam pelo Brasil a partir de 2020, já nas eleições de 2020. A gente tentou ali, em 2018, mas antes Marielle estava ali conversando ainda com a gente, nós estávamos sob um impacto muito violento.

Em 2020, a gente foi arrumando as ideias e entendendo as questões pelas quais Francisca Trindade foi embora aos 36 anos do Piauí com uma parlamentar. Ali, naqueles anos 1990, quando a gente olha para o processo e, quando a gente lembra qual o caminho e lembra daquele discurso de Marielle na Casa das Pretas horas antes de ser assassinada, entendemos que nós não podíamos mais esperar uma década. O sentido de eleger mulheres negras é a gente constituir essa resposta de uma questão que Marielle estava colocando ali na sua última noite neste plano.

Na hora em que a gente elege mulheres negras, a agenda do que a gente está falando da creche, da renda básica, porque ninguém pode começar do zero

muito menos as mulheres negras que não herdou herança de ninguém. Nós não podemos partir do zero. E a nossa presença na política, nos espaços de poder, é para viabilizar essa agenda. A agenda que está na carta da Marcha de Mulheres Negras de 2015. Essa agenda que nós erguemos e que é fruto de muito acúmulo só vai se realizar nos espaços de poder com a nossa presença, porque a máxima que a gente repete: quem dorme com os olhos dos outros não acorda na hora que quer.

E nós não vamos entregar o nosso papel da representação para outro e para outra: nossa companheira, mulher branca, que está experimentando a um tempo estar nos espaços de poder. Lembrando Cida Bento, quando Cida lá em um debate com Ibirapitanga nos diz “opa, nada disso. Os homens brancos tão tentando colocar as mulheres brancas para serem o colchão amortecedor e a gente não pressionar”. Nós não vamos aceitar esse jogo, nós não vamos e as mulheres brancas que são antirracistas também não vão aceitar esse jogo. A gente está batalhando para que entrem as mulheres brancas, as mulheres negras e as nossas parentes indígenas. E a gente vai ali fazendo o caminho: as refugiadas, as ciganas, entrando todas nós, porque a gente não vai combinar com esse jogo. Então, quando a gente chega também a gente tem que trazer as nossas regras, uma questão que França trouxe com muita propriedade hoje pela manhã. E qual é a nossa regra? Chegar no espaço de poder você chega com agenda coletiva.

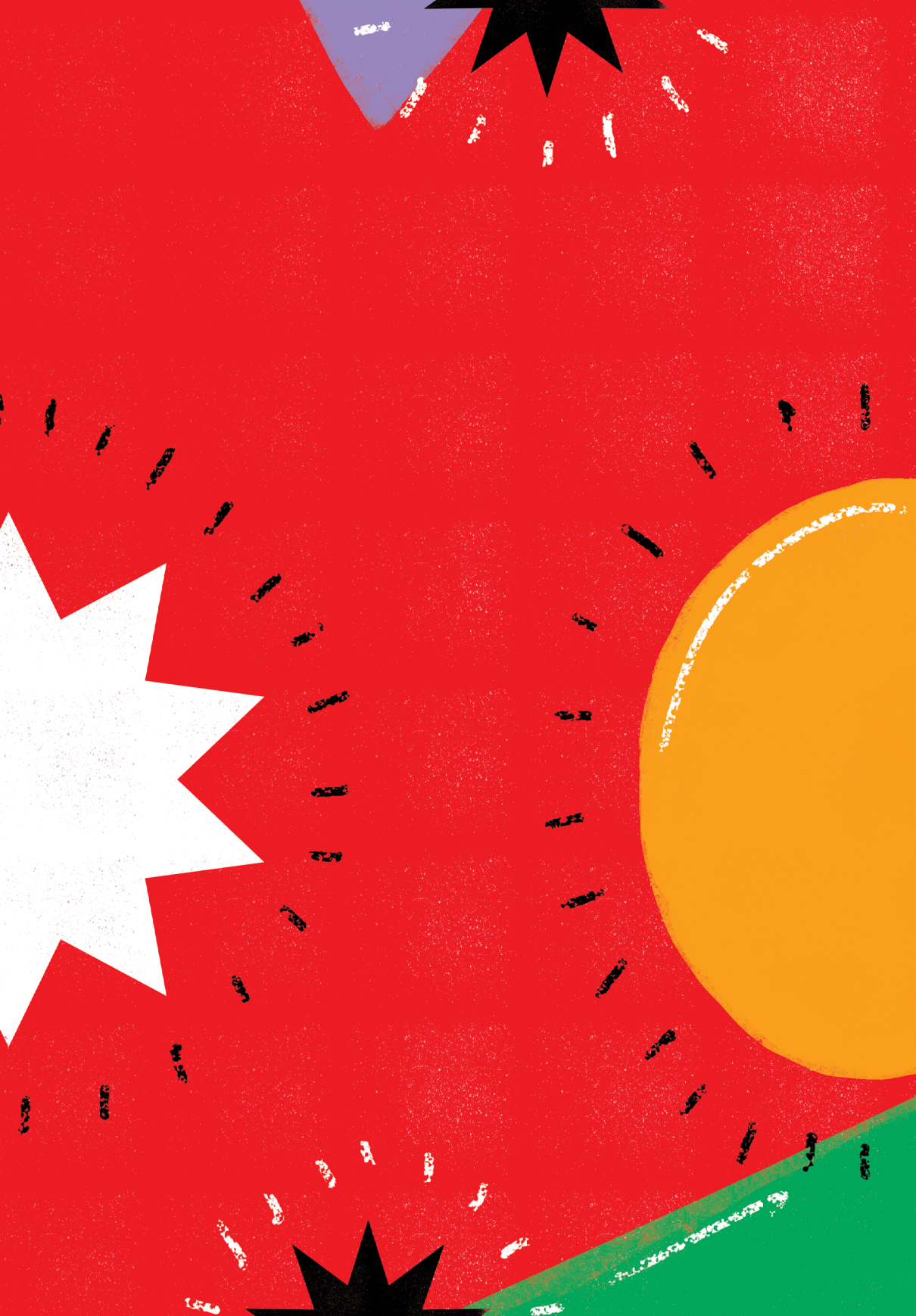
A gente está interferindo no orçamento público, dizendo que ele precisa ser sensível a gênero e raça, mas não é para fazer políticas transversais. Nosso entendimento é que, em qualquer secretaria que nós chegarmos, nós precisamos ter políticas finalísticas para que elas efetivamente aconteçam na vida de quem mais precisa e quem mais precisa nesse país são as mulheres negras e as mulheres indígenas que são aquelas secularmente vilipendiadas pela institucionalidade.

Então, nos bancos de fomento, se a gente não chegar nos espaços de poder a gente não mexe com BNDES. A gente não faz com que o dinheiro do BNDES saia de proporcionar que a Friboi se torne o maior frigorífico do mundo? Ora, nós queremos que as mulheres façam o beneficiamento do camarão da pesca artesanal do peixe, do marisco da pesca artesanal com o dinheiro do BNDES. Eu não quero que o dinheiro do banco de fomento seja grana para os grandes hotéis fazerem reforma, se adequarem para todos os enfrentamentos que tiver. O dinheiro dos bancos de fomento precisa chegar lá no banco da Maré. Precisa chegar onde nós estamos erguendo todo dia empreendimentos e não me venha falar de ser empreendedor e empreender do zero. Para empreender, a gente tem que ter acesso à grana e a grana no Brasil está toda na mão dos brancos. O dinheiro no Brasil está todo na mão dos brancos, a gente precisa interromper essa

hegemonia, nós precisamos interromper essa trajetória do dinheiro. Se nós não fizermos isso, a gente não resolve as coisas no Brasil.

No SUS, a gente viveu a PEC 95. Não tem nenhum outro grupo que vá dar fim à PEC 95 que congelou por vinte anos os investimentos em saúde, educação e políticas sociais. Nós, no congresso, vamos pôr fim à PEC 95 nem que a gente tenha que tomar e manter a sessão por 24 horas se eles não puderem derrubar a sessão, a gente vai ter que por fim à PEC 95. Só de 2016 a 2020, eles desfinanciaram em 23 bilhões o SUS, e se não fosse a COVID 19, e olha que eles conseguiram tirar mais dezessete bilhões. São quarenta bilhões agora de desfinanciamento do SUS. Ou a gente faz isso ou a gente não vai sobreviver, porque nós queremos é o SUS e o que nós temos é o SUS. E o que salvou, inclusive, os brancos ricos e alienados nesse país foi o SUS. Então, são questões decisivas em nossa vida. Quando a gente vê, em uma cidade como Salvador, uma mulher negra ir para um vergonhoso sorteio de uma vaga de creche com mais 150 mulheres e o poder público dizer que aquele estudante para ele custa R\$3.000,00 por mês, mas, quando a mãe não consegue, quer dar R\$68,00 para mãe viabilizar a creche. Quer dizer, ele, o governo, precisa de R\$3.000,00 para manter uma criança negra empobrecida na creche um mês, a mãe pode fazer isso com R\$68,00? Nós não aceitamos! Então, ou tem a gente ou o jogo não vira. A nossa presença é para isso!







Índice

Agradecimientos 128

Prólogo | El futuro político de Brasil: una renovación liderada por Mujeres Negras
Anielle Franco 132

Presentación | Un nuevo llamado para organización política de las Mujeres Negras brasileñas

Fabiana Pinto | Tainah Pereira 136

¡Las 27 líderes colectivas que han hecho realidad Estamos Prontas! 144

Mujeres Negras en las Elecciones de 2022: transformando la política y redefiniendo la democracia en Brasil y Latinoamérica 162

Fabiana Pinto | Tainah Pereira

La política se hace en el territorio: articulación y movilización para el fortalecimiento de Mujeres Negras en las Elecciones de 2022 en Brasil

Nathalia Carlos 166

Comunicación en campañas políticas y el Movimiento de Mujeres Negras

Adriane Primo | Jheniffer Ribeiro 176

Desarrollo de habilidades

Beatriz Amparo | Stephane Ramos 186

El movimiento afrodescendiente en Chile

Milene Molina 202

Epílogo | “¡Estamos siempre listas!”

Benedita da Silva 210

Anexo I | Nuestros pasos vienen de lejos: Mujeres Negras que marcaron la historia política en Brasil 216

Anexo II | Entrevista con Vilma Reis

por Jheniffer Ribeiro 228





Agradecimientos

Es con inmensa gratitud y profundo aprecio que expresamos nuestro agradecimiento a todos los que hicieron posible este proyecto. Estamos *Prontas Mujeres Negras Líderes Colectivas en las Elecciones de 2022 en Brasil* no es sólo un libro; es un poderoso testimonio, una narrativa colectiva que se hace eco de voces, resistencias y logros.

Queremos expresar nuestro sincero agradecimiento a la Fundación Rosa Luxemburg, cuyo compromiso con la justicia social y la promoción de ideas transformadoras permitió que este libro viera la luz. El apoyo inquebrantable de Christiane Gomes, que no sólo hizo posible la publicación de este libro, sino que fortaleció y sigue fortaleciendo día a día la causa que representa.

A *Diálogos Insubmisos*, nuestra más profunda admiración por transformar palabras e historias en una obra que trasciende las páginas. La dedicación de Dayse Sacramento y Luana Souza a la publicación de narraciones que desafían, inspiran y provocan la reflexión es evidente en cada detalle de este libro. Gracias por ser catalizadoras de voces a veces marginadas, pero que tienen el poder de transformar el mundo.

Al equipo que trabajó con nosotros a lo largo de 2022 para materializar esta iniciativa, Adriane Primo, Beatriz Amparo, Fabiana Pinto, Nathalia Carlos, Tainah Pereira, Stephane Ramos, Jheniffer Ribeiro, Weyni Rodrigues, Marianne Rocha, nuestra inmensa gratitud por todo el camino recorrido. También queremos dar las gracias a nuestras estrategias territoriales, Karine Corrêa, Leila Cantuária, Aniely Mirtes, Stella Carvalho, Romilda Pizani, Ludmila Almeida, Joa Assumpção, Priscila Trindade y Shayene Ferreira.

Queremos dar las gracias a las autoras de este libro y a todos los que han contribuido a él: Adriane Primo, Nathalia Carlos, Jhennifer Ribeiro, Beatriz Amparo y Stephanie Ramos, Milene Molina Arancibia, Anielle Franco, Benedita da Silva y Vilma Reis.

A la agencia SILVA, especialmente a Clarice Roza, que transformó nuestra imaginación en una identidad visual impactante que dio forma a nuestra iniciativa y que ahora se materializa en este libro.

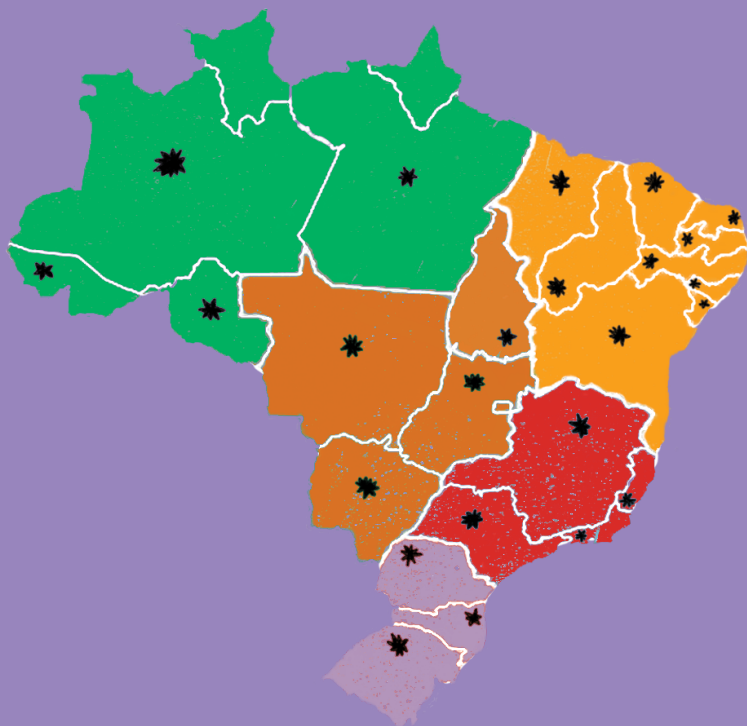
A todos los financiadores, socios, apoyadores del Instituto Marielle Franco y del Movimiento Mujeres Negras Deciden que han contribuido a concretar esta iniciativa y a solidificar el proyecto colectivo que representamos.

No podemos dejar de reconocer, celebrar y dar las gracias a los incansables equipos del Instituto Marielle Franco y del Movimiento Las Mujeres Negras Deciden. Su dedicación a la causa de los derechos humanos, especialmente de las mujeres negras, es un faro de esperanza en un mundo que muchas veces no hace caso a las voces de quienes más necesitan ser escuchadas. Les damos las gracias por su resiliencia, su pasión y el impacto que tienen en la construcción de un futuro más igualitario.

Este libro es una celebración, una oda a la fuerza, la resistencia y la determinación colectivas. Por encima de todo, damos las gracias a nuestras 27 lideresas colectivos por compartir con nosotros sus historias, visiones y luchas. Que este libro sea un faro que inspire a las futuras generaciones de mujeres negras en la política.



PRÓLOGO



EL FUTURO POLÍTICO DE BRASIL: UNA RENOVACIÓN LIDERADA POR MUJERES NEGRAS

ANIELLE FRANCO

Desde el 14 de marzo de 2018, día en el que arrebataron a Marielle de mi familia y de la sociedad brasileña, he dedicado cada minuto de mi vida a luchar por justicia, defender su memoria, multiplicar su legado y regar las semillas de mi hermana. En este camino, fueron las mujeres negras quienes sostuvieron mi mano y ayudaron a dar sentido a tanto dolor, y por eso, nada tendría más sentido para mí, ya en las primeras elecciones, desde el asesinato de mi hermana, que trabajar para fortalecer a más mujeres negras en el poder, y eso fue lo que hicimos en 2022. Este trabajo colectivo es lo que simboliza este libro.

El libro “Estamos Prontas” puede ser entendido como un manual de habilidades, un libro de memorias o incluso como un documento que se convertirá en histórico. Fabiana Pinto, del Instituto Marielle Franco, y Tainah Pereira, del movimiento Mulheres Negras Decidem (Mujeres Negras Deciden), lideraron una iniciativa que fue soñada por muchas mentes y construida por las manos de mujeres negras. Tuve el gran orgullo de formar parte, en diversos momentos, de este sueño colectivo.

A principios de 2022, incluso antes de que el proyecto comenzara, los equipos del Instituto Marielle Franco y del Movimiento Mujeres Negras Deciden estuvieron en Colombia y Chile para conectar con las experiencias latinoamericanas. En Colombia, la entonces candidata a vicepresidenta, Francia Márquez, estaba en la recta final de su campaña electoral y reunía a partidarios, incluidos movimientos rurales. Aprovechamos ese momento para visitar organizaciones y movimientos en las periferias, además de conectar con líderes negros para comprender el camino que se estaba trazando y que llevaría al hito histórico en Colombia: tener por primera vez en la historia del país una vicepresidenta negra. En Chile, Gabriel Boric asumía como el presidente más joven elegido en la historia, y nos conectamos con movimientos de jóvenes feministas que fueron clave para impulsar esa victoria que parecía imposible al principio.

El año 2022 fue decisivo para la recuperación de la democracia brasileña, y los movimientos de mujeres negras fueron fundamentales para que esto ocurriera. Durante la segunda vuelta de las elecciones de ese año, en un momento en el que todas las encuestas indicaban cuál sería el resultado real - una pequeña diferencia porcentual entre los dos principales candidatos y una gran diferencia entre los proyectos políticos que representaban - activistas de favelas y del movimiento de mujeres negras organizaron un evento que quedaría marcado en la historia de las elecciones: la visita de Lula al Complexo do Alemão, en Río de Janeiro. Este evento también sería crucial para definir los proyectos políticos que cada uno de los candidatos representaba.

De un lado, un presidente que se conecta con la población más representativa de uno de los mayores colegios electorales del país, que va a las calles, escucha a líderes

importantes de esos territorios y se compromete con sus electores. Del otro lado, un candidato cobarde que intenta asociar a los residentes de favelas con la criminalidad, mostrando claramente el racismo y el clasismo de alguien incapaz de escuchar a los más pobres. La persecución que siguió a ese acto histórico simbolizó lo que sucede con los liderazgos negros, de favelas y de las periferias todos los días. Intentan de todas maneras deslegitimar o neutralizar el poder transformador de nuestra existencia, pero no retrocedemos y no retrocederemos.

Con la victoria de nuestro campo, la recuperación de un gobierno democrático y popular en Brasil y la invitación del presidente Lula para que asumiera como la primera Ministra de la Igualdad Racial, afirmé con el corazón abierto y con plena conciencia del tamaño del desafío que se me confiaba: sí, estoy lista para cambiar la realidad de la población negra brasileña. Esta victoria y este compromiso fueron sembrados para asegurar la responsabilidad del Estado en la promoción de los derechos de las personas negras, que representan el 56% de la población brasileña. Hoy, Brasil crece y se fortalece como nación cuando la memoria del pueblo negro y la lucha por la igualdad racial se convierten en un compromiso colectivo en los espacios donde se toman las decisiones que cambian la vida de las personas.

Como Ministra de la Igualdad Racial de Brasil y recientemente afiliada al Partido de los Trabajadores (PT), me enorgullezco de reconocer que toda la construcción realizada hasta este momento, tan bien representada por las 27 líderes cuyas historias y lecciones de campaña se comparten en este libro, refleja los desafíos que enfrentamos las mujeres negras todos los días. Si por un lado los resultados electorales, por más grandiosos que hayan sido, no capturan completamente la potencia de las campañas de cada una de estas compañeras; por el otro, avanzamos un paso más en el debate público que reconoce que la solución a las crisis más profundas de nuestra joven democracia proviene de las manos de mujeres negras.

Sueli Carneiro, en una entrevista, señaló el papel y la función del movimiento de mujeres negras dentro de los partidos y la política institucional. Ella dijo: “Nosotras tenemos un lado y nuestra función es empujar a la izquierda hacia la izquierda”. La radicalización de un proyecto político para Brasil ocurre gracias a las mujeres negras. Si el mundo en el que queremos vivir es uno donde todas las personas tengan igual derecho y oportunidades para ser felices, con libertad, respeto mutuo, paz, armonía, justicia y dignidad, ya es hora de dejar de repetir fórmulas fracasadas que no ofrecen nada de esto. Un proyecto de país en el cual una mujer negra pueda acceder y permanecer en diferentes espacios de toma de decisiones de la sociedad sin ser interrumpida ni violentada. Un proyecto de país en el cual una madre de un joven negro no viva con el temor diario de si su hijo regresará a casa, porque corre el riesgo de ser asesinado por el propio Estado. Un proyecto de país en el cual nuestros jóvenes

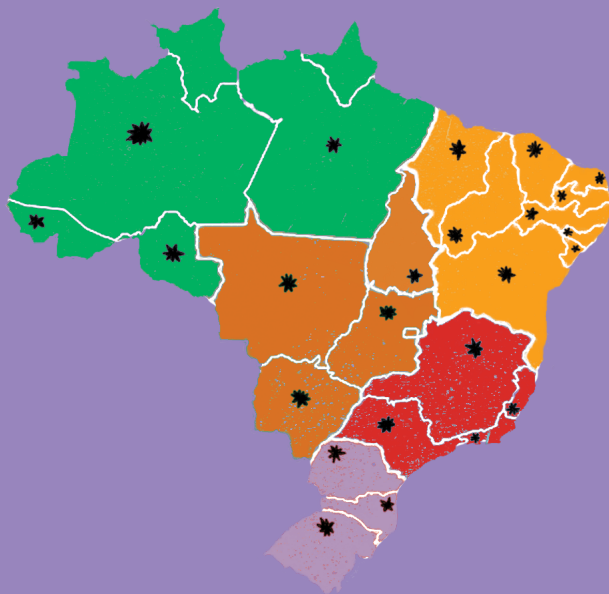
negros puedan acceder a una educación pública, gratuita y de calidad, a través de escuelas, universidades y servicios públicos que les permitan soñar y construir otras posibilidades de futuro.

Fabiana y Tainah organizan, en este libro, en un momento de elecciones municipales, importantes lecciones de la campaña electoral que marcó la historia de nuestro país. Ellas presentan la reafirmación del compromiso político que todas tenemos con las mujeres negras en la política institucional. Estamos listas para hacer política para la población brasileña que desea vivir y soñar. Estamos listas porque nuestra ancestralidad nos ha llevado hasta este momento y sabemos, como pocas personas, cómo pensar e implementar políticas públicas para aquellos que, al igual que nosotras, saben cómo la política transforma vidas. Estamos listas porque soñamos todos los días con un futuro de dignidad y seguridad para nuestros niños, con justicia reproductiva y respeto para las mujeres negras cis, trans y travestis. Pero más que soñar, estamos listas porque sabemos cómo darle materialidad a ese futuro que deseamos. El futuro que queremos lo estamos construyendo con nuestras propias manos. Por eso, seguimos avanzando.

Anielle Franco es Ministra de la Igualdad Racial de Brasil, periodista, profesora, madre de Mariah y Eloah, hija de Marinete y Antônio, hermana de Marielle Franco y tía de Luyara Franco.



Presentación



Un nuevo llamado para organización política de las Mujeres Negras brasileñas

FABIANA PINTO | TAINAH PEREIRA

El libro “Estamos Prontas” es una vívida expresión de los retos y logros de las mujeres negras en la política brasileña durante el ciclo electoral de 2022. Este libro no es sólo una colección de historias, sino un testimonio del poder de transformación que reside en la comunicación política y comunitaria, la educación política y la resiliencia colectiva. A través de un enfoque multifacético, el libro despliega el recorrido del proyecto “Estamos Prontas”, una iniciativa que se posicionó en el centro de los desafíos políticos y sociales que enfrentan las mujeres negras en la política.

Nuestra iniciativa es una expresión más de la fructífera colaboración entre el Instituto Marielle Franco (IMF) y el movimiento Mujeres Negras Deciden (MND). El IMF es una organización de derechos humanos fundada por la familia de Marielle Franco, la concejala asesinada el 14 de marzo de 2018, cuya misión es inspirar, conectar y empoderar a las mujeres negras, las personas LGBTQIA+ y las de la periferia para seguir moviendo las estructuras de la sociedad hacia un mundo más justo e igualitario. El MND es un movimiento que actúa a partir de la cualificación y promoción de la agenda liderada por las mujeres negras en la política institucional para fortalecer e innovar la democracia brasileña, utilizando la estrategia de superar la falta de representación de las mujeres negras - el mayor grupo demográfico de la población brasileña - en posiciones de poder.

El Instituto Marielle Franco y el movimiento Mujeres Negras Deciden se han atrevido a desarrollar una iniciativa realmente comprometida con la cobertura nacional y la superación de las jerarquías regionales que comúnmente dan más peso y centralidad al Sudeste en detrimento del Norte, Nordeste y Centro-Oeste. Apoyar a una líder en cada uno de los 27 estados del país fue un gran desafío, pero también una gran oportunidad para probar la capilaridad del proyecto político de las Mujeres Negras en todo Brasil. Para abrir camino a las reflexiones provocadas por la experiencia de Estamos Prontas, empezamos por recordar el carácter ancestral de nuestra lucha y algunos hitos importantes en la historia del movimiento brasileño de mujeres negras.

La lucha de las mujeres negras en Brasil se remonta al comercio transatlántico que trajo una multitud de pueblos africanos a este continente. Aunque el colonialismo invirtió deliberadamente en la fragmentación social e histórica de estos pueblos, conseguimos preservar muchas tradiciones y dar continuidad histórica a nuestras luchas (Nascimento, 2018). Muchas de las antepasadas que desembarcaron aquí ya habían luchado en batallas contra la violencia del colonialismo en África. Estas mujeres no solo preservaron tradiciones y formas de combatividad, sino que también desarrollaron nuevas estrategias y técnicas de resistencia y poder.

Somos las herederas de un pueblo que creyó en la libertad, incluso cuando este proyecto parecía una ficción. Somos fruto de la tradición de mujeres negras

guerreras en su lucha diaria por la supervivencia. Somos descendientes de las centenarias hermandades religiosas femeninas negras que lucharon por su propia libertad y liberaron a las nuestras. Somos herederas directas de la hermandad de la Buena Muerte, somos hijas, nietas y bisnietas de la Madre Estela de Oxóssi, Makota Valdina y tantas otras líderes religiosas del Candomblé que resistieron al Estado con el silencio o el conjuro. Somos un proyecto de lucha continua por la libertad. (Fórum Marielle de Salvador, 2020)¹

A pesar de no ser reconocidas, nuestras formas de organización política preceden y trascienden lo que la narrativa hegemónica de la izquierda y del feminismo hegemónico suele destacar como la lucha de las mujeres y de la clase trabajadora. A pesar del recurrente silenciamiento, las mujeres negras continúan disputando la dirección de la lucha política (Carneiro, 2019). En la década de 1980, esta disputa se hizo aún más significativa porque, según Sueli Carneiro (2018, p. 180), “las mujeres negras brasileñas encontraron su camino hacia la autodeterminación política, desataron sus voces, lucharon por la representación y se hicieron presentes en todos los espacios de importancia para el avance de las cuestiones de la mujer en la actualidad”.

Desde entonces, el surgimiento de diversas organizaciones de mujeres negras y nuestro protagonismo en foros y eventos nacionales e internacionales ha repercutido en la formulación de las banderas de lucha de los movimientos sociales y también se ha convertido en un tema de las políticas públicas. Un ejemplo fue el protagonismo de la Articulación de Organizaciones de Mujeres Negras Brasileñas, coordinada por Criola (Rio de Janeiro), Geledés - Instituto da Mulher (São Paulo) y Maria Mulher (Rio Grande do Sul), en la Tercera Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Intolerancias Conexas, realizada en Durban, Sudáfrica, en 2001.²

¹ Extracto del Manifiesto del Foro Permanente para la Formación y el Fortalecimiento Político de las Mujeres Negras Marielle Franco, lanzado en Salvador en 2020.

² Sobre el protagonismo de las mujeres negras y la densidad de los debates en la Conferencia, sugerimos el artículo La batalla de Durban, en el que Sueli Carneiro (2019, p. 189) subraya: “En muchos sentidos, podríamos, sin exagerar, hablar de la batalla de Durban”. En ella, el problema racial/étnico afloró en toda su extensión a escala internacional, lo que condujo a la casi imposibilidad de alcanzar un consenso mínimo entre las naciones para abordarlo. Lo que sonaba a retórica de activistas antirracistas se manifestó en Durban como lo que realmente es: las cuestiones étnicas, raciales, culturales y religiosas, y todos los problemas en los que se desenvuelven -racismo, discriminación racial, xenofobia, exclusión y marginación social de grandes contingentes de personas consideradas “diferentes”- tienen el potencial de polarizar el mundo contemporáneo”.

También queremos destacar la importancia de la Primera Marcha de Mujeres Negras contra el Racismo y la Violencia y por el Buen Vivir, que tuvo lugar el 18 de julio de 2015.

Organizada a través de comités locales que desarrollaron una serie de estrategias y tácticas de articulación y movilización política, así como un fuerte liderazgo de la Red de Mujeres Negras del Nordeste, la Marcha reunió a aproximadamente 50.000 mujeres negras de todos los rincones del país en Brasilia.

En esa ocasión, el Movimiento de Mujeres Negras (MMN) presentó al país un programa político consistente que se viene desarrollando y profundizando desde hace cerca de 10 años. Como resultado, el 25 de julio - Día de la Mujer Negra Latinoamericana y Caribeña, que en Brasil también se conmemora como el Día de Tereza de Benguela - ha ganado cada vez más peso e importancia en la agenda nacional de las luchas de los movimientos sociales.

Especialmente desde 2016, muchas mujeres negras lideresas de colectivas se lanzaron a la lucha electoral. Las elegidas llevaron nuestras conquistas históricas a las cámaras legislativas y lo hicieron utilizando nuevas formas de construir mandatos. Un ejemplo es la Mandata de la concejala Marielle Franco en Río de Janeiro, que en apenas un año de mandato consiguió grandes cosas y movió las estructuras del ayuntamiento y del poder local hasta tal punto que fue objeto de una emboscada que acabó con su vida y la de su chófer, Anderson Gomes. Sabemos que, al acabar con la vida de Marielle Franco, esperaban interrumpir el ciclo de progreso que ella representaba. Se equivocaron, porque a pesar de la creciente inseguridad política y de la violencia racista cotidiana, no hemos retrocedido en las “formas político-culturales de resistencia que hoy nos permiten continuar una lucha multisecular por la liberación.” (GONZALES, 2018, p. 316).

A pesar del auge de la extrema derecha, las elecciones de 2018 y 2020 fueron un paso adelante para el Movimiento de Mujeres Negras. En todo el país, tuvimos candidatas que ampliaron el alcance de nuestras agendas y muchas salieron victoriosas, presentando proyectos colectivos radicales. Sin embargo, las barreras impuestas por el racismo y el sexismo persisten, dificultando e inviabilizando el aumento de la representación femenina negra en las cámaras legislativas y en los puestos de decisión.

No nos hacemos ilusiones sobre los espacios de poder de la política institucional. Sabemos que se construyeron para perpetuar el racismo y servir a los intereses del capital. Somos plenamente conscientes de que nuestra liberación no vendrá de ahí, y esto nos plantea nuevas contradicciones y nuevos retos. “Queremos construir un nuevo modelo de participación política para que el aislamiento no sea el distintivo y un desincentivo para nuestras acciones”, y sabemos que ocupando la política institucional creamos nuevos instrumentos para un proceso mucho más amplio de

resistencia y poder. Un proceso que ha sido gestado por el Movimiento de Mujeres Negras, pero también por las muchas mujeres negras anónimas que llevan a cabo la lucha diaria en sus familias y territorios. Según Lélia Gonzalez (2018, p. 51):

Pero es sobre todo la mujer negra anónima, el apoyo económico, emocional y moral de su familia, quien, en nuestra opinión, desempeña el papel más importante. Precisamente porque con su fuerza y su valiente capacidad de lucha por la sobrevivencia nos transmite a nosotras, sus hermanas más afortunadas, el impulso para no negarnos a luchar por nuestro pueblo. Pero sobre todo porque, como en la dialéctica del amo y el esclavo de Hegel, a pesar de su pobreza, de su soledad respecto a un compañero, de su aparente sumisión, es portadora de la llama de la liberación, precisamente porque no tiene nada que perder.

El 14 de marzo de 2018 marcó la historia del Movimiento de Mujeres Negras en Brasil y cambió definitivamente el rumbo de lo que serían las iniciativas de la sociedad civil brasileña en torno a la agenda de fortalecimiento de liderazgos y renovación de cuadros políticos en el campo de la izquierda. El MND y el IMF, que lideraron la iniciativa *Estamos Prontas en 2022*, estuvieron en el centro del reposicionamiento de las acciones políticas desarrolladas para enfrentar el avance de la extrema derecha en Brasil, en la respuesta a la pandemia del Covid-19 y en la construcción de condiciones más justas para la disputa electoral durante el ciclo 2020.

Recuperando esta relación, en 2020, en medio de la crisis del Covid-19, elaboramos la encuesta “*Para Onde Vamos*”, que presentó el papel crucial de las mujeres negras activistas en la respuesta a la pandemia del Covid-19. El estudio aportó datos de 245 mujeres activistas negras para garantizar que sus experiencias y contribuciones fueran reconocidas y valoradas, desafiando la idea de que sólo son beneficiarias de programas de emergencia y demostrando que, de hecho, son creadoras y ejecutoras de soluciones en contextos de emergencia.

Ese mismo año, con el objetivo de transformar las estructuras del sistema político brasileño mediante elecciones antirracistas, el Instituto Marielle Franco y el movimiento Mujeres Negras Deciden, junto con la Coalición Negra por los Derechos y Educafro, presionaron al Tribunal Superior Electoral (TSE) y consiguieron que se aprobara la consulta de la diputada federal Benedita da Silva. La consulta aprobada pedía que se garantizara la distribución proporcional de la financiación de las campañas y del tiempo de publicidad en radio y televisión para las candidaturas negras en las elecciones de ese año.

En 2021, Anielle Franco y Ana Carolina Lourenço lanzaron un libro *Radical Imaginación Política de las Mujeres Negras Brasileñas*, una contribución al proceso

de visibilización de las respuestas y soluciones emprendidas por las mujeres negras brasileñas ante el actual contexto de crisis social, política y económica. Y en el mismo año, nuestro estudio “Para Onde Vamos” se convirtió en una serie de televisión que, a través de entrevistas con Anielle Franco, Áurea Carolina, Elaine Ferreira do Nascimento, Paula Beatriz de Souza Cruz y Vilma Reis, respondimos de dónde viene el movimiento de mujeres negras brasileñas, cómo estamos actuando en este momento y, finalmente, hacia dónde vamos. Parece que esta respuesta se materializó en las elecciones de 2022.

Con la certeza de que las acumulaciones aprendidas desde las campañas electorales de 2016 necesitaban ser puestas al servicio de las mujeres negras que, como Marielle Franco y tantas otras, se ponían a disposición de la disputa política, lanzamos “Estamos Prontas”, con el objetivo de fortalecer liderazgos colectivos de mujeres negras en todo el país. Entre los prerrequisitos fundamentales para sumarse a esta iniciativa estaba ser líder colectiva y estar asociada a un movimiento social y político en su territorio, municipio o estado. En otras palabras, las protagonistas de este libro son, sobre todo, mujeres que entienden y actúan para cambiar sus realidades locales.

El libro está dividido en secciones temáticas, cada una de las cuales ofrece una mirada en profundidad sobre diversos aspectos de este viaje que marcó el período previo a las elecciones más importantes de nuestras vidas y la recuperación democrática de nuestro país, después de cuatro años de un gobierno de violaciones, pero también de grandes enfrentamientos. La sección inicial presenta un análisis de la situación de la democracia en Brasil y del superciclo electoral en Latinoamérica, destacando los avances y retrocesos del campo de la izquierda en la política institucional y las contribuciones del movimiento afrolatinoamericano a la consolidación de una agenda política. A continuación, abordamos el camino de las estrategias políticas adoptadas por nuestra red de organizadoras políticas durante y después del año electoral. El siguiente capítulo aborda el papel de la comunicación y el marketing político durante las elecciones, con lecciones y experiencias tanto de las campañas electorales de los 27 líderes como de la propia comunicación de nuestro proyecto antes y durante el proceso electoral. Cerrando la sistematización de la experiencia de nuestra iniciativa se encuentra un inspirador relato de nuestro ciclo de desarrollo de competencias. En un contexto en el que la formación política ocupaba un lugar privilegiado, decidimos dar una nueva mirada a la construcción de relaciones con los precandidatos. En formato de apéndice, el libro también presenta registros, entrevistas y discursos que nos hablan de la grandeza de la acción política del Movimiento de Mujeres Negras de Brasil y de las principales ideas que nos guiaron.

Este libro fue escrito inmediatamente después de los resultados de la primera vuelta de las elecciones generales de 2022. Con la segunda vuelta presidencial

prevista y un resultado poco alentador en las cámaras legislativas y el Congreso de Brasil, sabíamos que contar la historia de este proyecto y compartir las lecciones aprendidas durante las elecciones de nuestras vidas sería fundamental para pensar en los retos que nos esperan.

El final de las elecciones de 2022 trajo una victoria histórica para la izquierda y los grupos minoritarios en Brasil, con la elección de Lula como presidente y el anuncio de líderes negros e indígenas al frente de varias carteras, como Anielle Franco, como ministra de Igualdad Racial; Margareth Menezes, como ministra de Cultura; Marina Silva, como ministra de Medio Ambiente y Cambio Climático; Silvio de Almeida, como ministro de Derechos Humanos y Ciudadanía, y Sônia Guajajara, como ministra de Pueblos Indígenas. Al mismo tiempo, el año del retorno a la democracia comenzó con un episodio que quedará marcado para siempre en nuestra historia: el 8 de enero de 2023, grupos de extremistas, aliados al expresidente Jair Bolsonaro, llevaron a cabo un ataque sin precedentes contra el Palacio del Planalto y la Plaza de los Tres Poderes, símbolo de la democracia brasileña tras el proceso de redemocratización y constitucionalización de Brasil. En aquel momento, en los primeros días del año, la toma de posesión de los ministros de Estado se desarrollaba en un ambiente festivo; el día 8, solo faltaban dos ministros por tomar posesión, la ministra de Igualdad Racial, Anielle Franco, y la ministra de Pueblos Indígenas, Sônia Guajajara.

En los días siguientes a los actos golpistas en Brasilia, se decidió que los ministros jurarían sus cargos juntos en el Palacio de Planalto. Así, el 11 de enero de 2023, sólo tres días después de los atentados de Brasilia, “¡El turbante y el tocado toman posesión hoy!” y, en presencia del Presidente Lula, los ministros pronunciaron discursos y celebraron. En su discurso de investidura, Anielle Franco (2023) afirmó el compromiso político de las mujeres negras de honrar a sus antepasados y firmar un pacto político para recuperar el poder.

Tenemos que reconocer que este país se construyó sobre jerarquías raciales, consecuencias del colonialismo esclavista, políticas eugenistas y narrativas basadas en la desigualdad racial. Aquí es donde se desarrolló el “racismo brasileño”, negando nuestra historia y distorsionando nuestra memoria en favor de la farsa de la democracia racial. El racismo merece un derecho de respuesta efectiva y nos gustaría invitar a todos, todas y todes, blancos y negros, a formular y poner en práctica esta propuesta en conjunto.

En aquel momento, el mensaje simbólico y político era nítido: el nuevo gobierno no toleraría ataques a la democracia; y más que eso, el movimiento de mujeres

negras, representado en aquel momento por la ministra Anielle Franco, no retrocedería ni un centímetro en la lucha por una sociedad libre de racismo y sexismo, y donde las mujeres negras tuvieran voz y voto.

Decidida a dar una respuesta necesaria a los innumerables obstáculos a los que se enfrentaron en aquel periodo las líderes negras del campo progresista para llegar a ser elegidas, y segura de que, aunque el resultado de las elecciones legislativas de 2022 fuera insuficiente para la magnitud de nuestros esfuerzos, aquel año nos enseñó valiosas lecciones. Este libro no pretende ser una guía para hacer campaña, sino más bien un conjunto de pistas sobre los principales obstáculos y estrategias utilizados en una iniciativa de ámbito nacional. Queremos que los esfuerzos realizados en el proyecto Estamos Prontas sirvan de faro para otras iniciativas de fortalecimiento de líderes progresistas en todo Brasil.

En este sentido, Estamos Prontas es fruto del salto organizativo y del potencial transformador que ha despertado una verdadera primavera de rosas negras. La creciente autoorganización y el ejercicio de la autodeterminación de las mujeres negras se nos imponen y nos desafían a seguir perfeccionando nuestras estrategias de articulación y disputa del imaginario social sobre la participación política de las mujeres negras brasileñas, y eso es lo que pretendemos entregar en este libro a ustedes que lo leen.

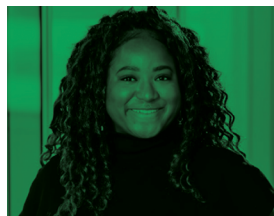
Esperamos que este libro inspire y encienda el potencial transformador, además de ayudar a reconocer que las mujeres negras están más que preparadas para ocupar su lugar como protagonistas en la disputa democrática de Brasil. ¡Nuestro tiempo es ahora!

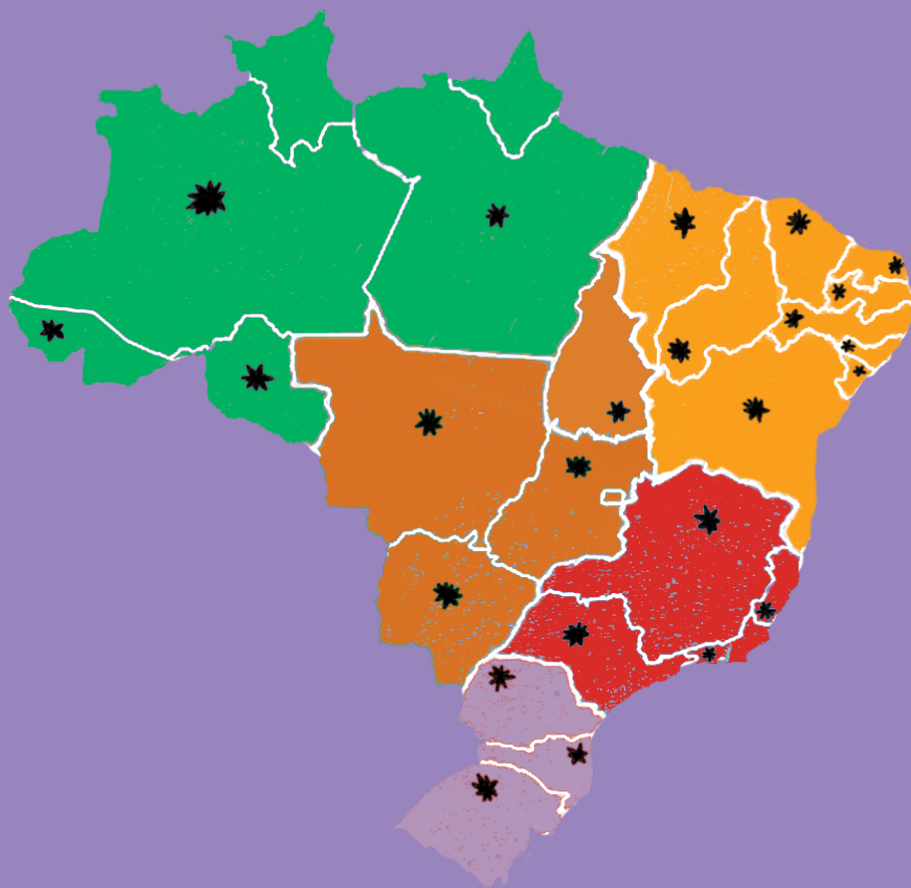
¡Feliz lectura!



Fabiana Pinto es especialista en salud pública, licenciada en Salud Colectiva por la Universidad Federal de Río de Janeiro y máster en Salud Infantil y de la Mujer por la Fundación Oswaldo Cruz. Trabajó como Coordinadora de Incidencia e Investigación en el Instituto Marielle Franco y fue co-coordinadora de la iniciativa Estamos Prontas (2022). Hoy es Coordinadora de Desarrollo de Liderazgo y Cuidados Colectivos del Movimiento Mujeres Negras Deciden, del que forma parte desde su fundación en 2018.

Tainah Pereira es afroamericana, nacida y criada en el suburbio de Río de Janeiro en los mejores días. Es licenciada en Relaciones Internacionales, máster en Ciencias Políticas y doctora en Economía Política Internacional. Desde 2018 forma parte del Movimiento Mujeres Negras Deciden, del que llegó a ser Coordinadora Política en 2022. También fue co-coordinadora de Estamos Prontas.





**¡Las 27 líderes
colectivas que han
hecho realidad
Estamos Prontas!**



ACRE

Nombre: Kelly Cristina

Partido: PSB

Biografía: Quele Cristina Oliveira da Silva tiene 43 años, está casada, es madre de 4 hijos y natural de Porto Velho - RO, vive en Cruzeiro do Sul - AC. Es diplomada en técnica de enfermería y trabaja como peluquera especializada en cabello afro y rizado. Fue candidata a concejala en 2020. Activista en la lucha étnico-racial, es miembro de la Asociación de Mujeres Negras de Acre y fue

presidenta del Consejo Municipal de Promoción de la Igualdad Racial (COMPIR). Fundadora y creadora del proyecto Meu Cabelo Minha Identidade (Mi Cabello Mi Identidad), que se ha desarrollado en escuelas y territorios de su ciudad, es precandidata a diputada estatal por el PSB.

Red social: @kellyquele

AMAPÁ

Nombre: Suane Brazão

Partido: SOLIDARIDADE

Biografía: Suane Brazão es quilombola y mantiene un intenso diálogo con 5 de los 62 territorios quilombolas de Amapá. Su hermana fue asesinada (feminicidio) en 2016 y tuvo que alejarse del territorio para lidiar con su luto. Viviendo en São Paulo, fundó Amazonizando y, a partir de este trabajo, amplió su red y apoyó otras iniciativas de mujeres negras amazónicas quilombolas y ribereñas, siempre con el territorio de Amapá como referencia. Se ha convertido en una referencia en el tema de la “Amazonia Negra” e incluso ha recibido el título de utilidad pública en el estado de São Paulo.

Red social: @suane_brazao/

Agendas: derechos de los quilombolas, derechos de las mujeres y justicia ambiental/preservación de la Amazonia.



AMAZONAS



Nombre: Coletiva Bancada Amazônica o Coletiva das MNYAMA - lengua zulú = Mujeres negras. Francy Júnior (líder del PE), Florismar Ferreira, Elisiane Andrade, Luzarina Varela, Marinete Almeida, Mariana Ferreira

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografías:

Francy Júnior nació en Manaus, tiene 55 años y es lesbiana. Tiene un hijo de 35 años y educa a cuatro nietos, por consanguinidad y por consideración.

Vive en las afueras de la Zona Norte de Manaus, en una ocupación (Bairro Monte das Oliveiras) fundada por una monja, una mujer negra. Comenzó su activismo tras un episodio de violencia sexual contra una mujer que vivía en su entorno. A partir de entonces, empezó a organizarse con el Centro de Educación Popular de la UFAM y el PT. Fundó la Asociación de Habitantes de su comunidad, para la que presentó una propuesta de urbanización al ayuntamiento. Movimento Comunitário Vida e Esperança (MCVE) - educación para mujeres y niñas, trabajo escolar y misionero. En 2002, fue asesora de proyectos sociales de Cáritas en Manaus. En 2006, fundó el Foro Permanente de Mujeres de Manaus y profundizó en el ecofeminismo. En la Red de Educación Ciudadana (RECID), fue educadora de la Región Norte y formó parte de la comisión política y de la línea de Derechos Humanos de las Mujeres.

Florismar Ferreira tiene 59 años, es alfabetizadora, educadora popular, feminista y fundadora del Partido de los Trabajadores en Amazonas. Nació en Porto Velho, pero llegó a Amazonas de niña con sus padres y hermanos, instalándose en el municipio de Itacoatiara, donde vivió su infancia y juventud. Es viuda, madre de cuatro hijos, hija de madre ama de casa y padre viajante de comercio, y la segunda mayor de ocho hermanos.

Profesora Elisiane, mujer, negra, que vive en las afueras de la ciudad, la tercera de una familia de 10 hermanos. Me convertí en madre cuando aún era adolescente, y tengo tres hijos a los que he asumido la responsabilidad de educar sola. Soy la jefa de

familia, como muchas mujeres valientes y valerosas que asumen la responsabilidad de mantener el hogar, criar y educar a sus hijos. Me siento honrada de que la historia de mi vida se cruce con la de muchas mujeres pobres de la periferia que, como yo, afrontan la adversidad con entereza, siguen adelante y continúan ayudando a los demás y luchando por una sociedad más justa.

Desde 2005, formó parte del personal docente del Departamento Municipal de Educación (SEMED), donde impartí clases de educación infantil y de educación de jóvenes y adultos (EJA). En las clases de EJA, siempre he impartido charlas centradas en los jóvenes y la violencia contra las mujeres, así como actividades de promoción de la cultura popular y afrobrasileña. Desde entonces, me he unido al Movimiento de los Profesores, me he implicado en las luchas y, junto con otros colegas, hemos organizado grandes acciones en defensa de la valorización de los profesionales de la educación y en defensa de una educación pública de calidad.

La historia de mi vida también me llevó al Movimiento de Mujeres y al activismo partidario. Milito en el Partido de los Trabajadores desde 2008 y fui Secretaria Estatal de la Mujer del PT de 2017 a 2019. He profundizado en las luchas en defensa de los derechos de las mujeres y en la lucha contra todas las formas de violencia y exclusión. He unido fuerzas con las compañeras de la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM), movimiento del que soy miembro. La agenda de las mujeres, la agenda antirracista y la agenda de la juventud han formado parte de mi vida de lucha y de mi vida académica. Soy miembro del Grupo de Estudio, Investigación y Observatorio Social: Género, Política y Poder (GEPOS) de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM). En este grupo, vengo perfeccionando mis estudios sobre las diversas cuestiones que rodean la vida de las mujeres en los diversos espacios de la sociedad.

Mariana Ferreira Pinto nació en el campo de Uruapiara. Es hija del profesor João Andrades Pinto, de la partera Maria Raimunda Ferreira da Silva y nieta del curandero y sanador Luiz Marques da Silva. Crecí en el municipio de Humaitá, Amazonas, y hoy, con 43 años, soy madre de João Mariano y Sophia Alexandra. Estoy divorciada desde hace tres años, trabajo en el distrito y lucho por terminar la carrera de Ingeniería Civil en el Instituto Federal de Amazonas (IFAM). Mi andadura política empezó en 2004, participando en reuniones y programas de formación. He sido candidata a diputada estadual en dos elecciones y candidata a concejala una vez. Ha sido un honor haber contribuido con los compañeros.

Red social: @francyjunior53/

Agendas: Derechos de la población negra, indígena y LGBTQIA+.

PARÁ



Nombre: Bia Caminha

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Bia Caminha es la concejala más joven de la historia del municipio de Belém. Feminista negra y mujer bisexual, es vicepresidenta del PT Pará y líder de la bancada del PT en el Ayuntamiento de Belém. Hija de militantes y fundadores del Partido de los Trabajadores de Pará, es estudiante de Arquitectura y Urbanismo en la UFPA, donde fue elegida dos veces coordinadora general del mayor DCE de Brasil en número de

estudiantes. Dirigiendo la organización, lideró las acciones de #EleNão en su estado y fundó el Movimiento Joven Popular a nivel nacional, un colectivo organizado de jóvenes del PT, feministas, antirracistas y LGBTQIA+.

Red social: @beatrizcaminha

RONDÔNIA

Nombre: Léo Simão

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Léo Simão tiene 53 años, es profesora y está a punto de jubilarse. Actualmente cumple su segundo mandato como presidenta del Sindicato de Trabajadores de la Enseñanza del Estado de Rondônia (SINTERO). Procede del interior de Rondônia, de Cacoal, donde fue secretaria del PT. Actualmente vive en Porto Velho. También es militante del Movimiento Negro, del Grupo Unión y Conciencia Negra. Participó en el trabajo pastoral (niños, jóvenes), donde pasó por la formación Fe y Política y comenzó a trabajar en cuestiones relacionadas con el derecho a la tierra.

Red social: @leosimao_ro



RORAIMA



Nombre: Sirdennys Silva

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Sirdennys Silva es una mujer de descendencia negra e indígena wapixana, tiene dos hijos y es profesora de escuela pública en el municipio de Boa Vista. Es miembro del PT desde 2010 y se presentó como candidata a concejala en 2020. Es activista y líder en la lucha de los profesionales de la educación de su región. Construye el Núcleo de Mujeres de Roraima (NUMURR).

Red social: @professorasirdennys/

TOCATINS

Nombre: Ana Cleia Kika

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Ana Cleia Kika, mujer, negra, feminista, activista, investigadora, esposa, madre de Samuel y Matheus Felipe. Cientista social. Estudiante de Máster en Comunicación y Sociedad/UFT. Defensora de los Derechos Humanos. Defensora Popular. Consejera del Consejo Municipal de la Juventud de Porto Nacional. Militante del Movimiento Negro Unificado/TO. Integrante del Colectivo Movimiento de Mujeres de Porto Nacional y del Movimiento de Mujeres Negras y Populares. Participa en ALAGBARA - Articulación de Mujeres Negras y Quilombolas de Tocantins. Es profesora invitada en el curso de Ciencias Sociales del Campus de Porto Nacional de la UFT. Fue candidata a concejala en el municipio de Porto Nacional en 2020. Actualmente es presidenta del Partido de los Trabajadores (PT) de Porto Nacional y precandidata a diputada estatal/PT.

Red social: @anacleiakika/





ALAGOAS

Nombre: Débora Marcolino

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Débora Marcolino es una dirigente del MST, afincada en el municipio de Flexeiras. Tiene 45 años y dos hijas, una de 25 y otra de 14 años. Tiene descendencia indígena. Su madre es negra y su padre indígena de la aldea Valcir Cocal. Ingresó al MST a finales de 1997 y milita en el PT desde 1998. Ha sido

dos veces candidata a concejala en el municipio de Flexeiras por el PT (2016 y 2020). Fue dirigente nacional del MST en Alagoas, y su candidatura está siendo orientada por la base del MST en la región.

Redes sociales: @deboramarcolino77

BAHIA

PRETAS POR BAHIA



(Marcia Ministra es la líder EP – izquierda)

(Cleide Coutinho es la que encabeza del grupo – derecha)

Nombre: Pretas por Bahia – Marcia Ministra, Cleide Coutinho, Dulce e Iracema Santos

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Márcia Ministra (líder EP) es coordinadora de un quilombo educativo. Es licenciada en Ciencias Sociales por la UFBA, extrabajadora doméstica y ahora trabaja como educadora en Odara - Instituto de la Mujer Negra y es organizadora del Foro de Marielles en Bahía. También trabaja en un proyecto de Comunicación y Derechos Humanos en las escuelas. Se unió al Movimiento de Mujeres Negras de Salvador, donde trabajó con Vilma Reis. Es la décima de once hermanos. Es una mujer de Candomblé. Activista por los derechos humanos, también trabaja con un grupo de mujeres víctimas de la violencia estatal y en el tema de la violencia doméstica.

Cleide Coutinho es líder nacional del Movimiento de Lucha por la Vivienda.

Red social: @pretaspelabahia

CEARÁ

Nombre: Adriana Geronimo

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Es concejal en Fortaleza, Ceará. Es trabajadora social, residente en la comunidad de Lagamar y cofundadora de FavelAfro, cooperativa de mujeres de la periferia de Lagamar. Es miembro del Grupo Jóvenes en Busca de Dios (JBD), del Frente de Lucha por una Vivienda Digna, del Campamento Popular por el Plan Director y del Foro Popular por la Seguridad Pública.

Red Social: @adriana_geronimovs/ @nossacaramandata/
@Adrianageronim/2020Nossa



MARANHÃO



Nombre: Creuzamar de Pinho

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Nacida en el municipio de Codó y adoptada a los 13 años por el municipio de São Luís, comenzó su activismo en los grupos juveniles de la Pastoral da Juventud de Meio Popular. Fundó el Grupo de Mujeres Negras Maria Firmina, la Cooperativa de Vivienda Zumbi dos Palmares, la Unión de Vivienda Popular del Estado

de Maranhão y el Centro Educativo y Profesional Coroadinho. Licenciada en Trabajo Social, fue Subsecretaria de Derechos Humanos y Participación Popular del Estado de Maranhão. Es coordinadora de la Unión Estatal de Apoyo a la Vivienda Popular y miembro de la Coordinación Nacional de la Unión Nacional de Vivienda Popular. Afiliada al Partido de los Trabajadores desde el 1 de noviembre de 1990, fue candidata a diputada estatal en 2018 y a concejala en 2020, lo que le valió ser concejala suplente por la capital de São Luís.

Red Social: @creuzamardepinho

PARAÍBA

Nombre: Bianca Quilombola

Partido: RED Sustentabilidad

Biografía: Bianca Quilombola nació y creció en Cruz da Menina y tiene dos hijos, uno de 19 y otro de 8 años. Empezó su activismo a los 12 años, en defensa de la comunidad quilombola. Se presentó a concejala en 2016 y también en 2020. Lucha por el reconocimiento de su comunidad y por políticas públicas y servicios para los quilombos. Ella ha promovido el proceso de auto-reconocimiento como quilombos negros y restantes, pero todavía no tienen su territorio demarcado. También tuvieron contacto con el Movimiento de Apoyo Popular (MAP), donde formaron un grupo de danza afro. A partir de este



grupo, formado por chicos y chicas adolescentes, la comunidad ganó protagonismo. También es miembro del MNU y del colectivo de mujeres del CONAQ.

Redes Sociales: @bianca.jussie @biancaquilombolaoficial/

PERNAMBUCO



Nombre: Elaine da Silva (Pretas Juntas)

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Pretas Juntas es una candidatura colectiva que actualmente ocupa un puesto de concejala en la ciudad de Recife. Elaine da Silva, mujer negra, madre, antiprohibicionista y organizadora de la Red Nacional de Feministas Antiprohibicionistas (RENFA), se presentará como candidata a la Asamblea Legislativa de Pernambuco. Elaine fue la segunda mujer del nordeste en obtener una

orden de habeas corpus por cultivo de cannabis y tiene un fuerte programa antirracista, feminista y antiprohibicionista.

Redes Sociales: @elacristiina/ @maeantiproibicionista/ @maesind

PIAUI

Nombre: Rosalina Quilombola

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Maria Rosalina dos Santos es un referente en la lucha por los derechos de los quilombolas. Conocida en su tierra natal como Maria do Povo, es también dirigente sindical, ex concejala, trabajadora rural, coordinadora estatal de las Comunidades Quilombolas de Piauí y miembro de la Coordinadora Nacional de Articulación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas (CONAQ). Rosalina, mujer quilombola, agricultora y activista de movimientos sociales, vive en el quilombo de Tapuio. En su



trayectoria política en el Partido de los Trabajadores (PT), ha sido candidata a alcaldesa, concejala y diputada estatal. Se presentó como candidata a la alcaldía de Queimada Nova en 2004, fue elegida concejala en dos mandatos, de 2008 a 2016, y fue candidata a diputada estatal en 2014 y 2018. Maria Rosalina es fundadora del Sindicato de Trabajadores Rurales de Queimada Nova, coordinadora ejecutiva del CONAQ, miembro de la Coordinadora Estatal de Comunidades Quilombolas de Piauí (CECOQ) y secretaria de formación del Directorio Municipal del PT.

Red Social: @rosalinaquilombogm

RIO GRANDE DO NORTE

Nombre: Tati Ribeiro

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Tatiane Ribeiro tiene 33 años y es una mujer negra bisexual. Es educadora popular desde hace casi 10 años. Es estudiante de periodismo y activista feminista y antirracista. Nacida en São Paulo, comenzó su activismo en el movimiento estudiantil. Se trasladó a Natal, en RN, para construir la Red Emancipa, de la que es coordinadora nacional. Se presentó a concejala en 2020 y fue suplente. Actualmente es Presidenta del PSOL en Natal. Además de luchar por la educación, desarrolla un trabajo de protección de los animales a través de su participación en la ONG Amor por Toda a Vida.

Red Social: @tateribeiro/



SERGIPE

Nombre: Iya Ligia de Exú (Mãe Lígia)

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Ligia Borges (Iya Ligia de Exú) es una ialorixá, iniciada en el candomblé hace 20 años. Vive en Aracaju, pero es de Maceió - AL. Tiene dos hijas y un nieto de 7 años. Está casada desde hace 30 años. Es artesana y procede del movimiento cultural negro. Fue presidenta de un bloque afro en Aracaju. Fundó el Foro Estatal de Mujeres Negras, el Foro de Pueblos Tradicionales de Origen Africano de Sergipe y el Movimiento de Artesanos Negros. Organizó paquetes de alimentos con el Ministerio Público (MP) en el contexto más



agudo de la pandemia. Es la organizadora de la Marcha por Oxalá contra la discriminación religiosa. La decisión de presentarse como candidata fue colectiva, tomada dentro del terreiro y articulada con los líderes del pueblo gitano, la Iglesia Presbiteriana Renovada, la Universidad Federal y el Movimiento Quilombola (Quilombo Maloca, el primer quilombo urbano de Sergipe). Es miembro de la Red de Mujeres Negras del Nordeste. Es miembro de Eu Voto em Negra.

Red Social: <https://www.instagram.com/b.ligia/>

DISTRITO FEDERAL

Nombre: Mariana Almada

Partido: Partido Verde (PV)

Biografía: Mariana Almada es de Brasilia, donde vive y trabaja en los campos de las Artes Visuales (fotografía y educación artística), la Teología, el Psicoanálisis y las Constelaciones Sistémicas. Realizó sus estudios primarios en escuelas públicas y estudió en la Escuela de Música de Brasilia. Licenciada en Teología y Artes Visuales, especializada en Historia del Arte, Arte y Tecnología y Psicoanálisis (salud mental), conciencia y Constelaciones Sistémicas. Sus abordajes se centran en los cambios intra e interpersonales, la imagen y su despliegue, el ser humano y sus perspectivas de vida, las competencias socioemocionales, la autoestima y las razones para vivir. La prevención es la mejor manera de acertar en la vida.



Red Social: @profmariana.almada



GOIÁS

Nome: Lucilene Kalunga

Partido: Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Biografía: Lucilene Kalunga. Lucilene Santos Rosa (el apellido Kalunga hace referencia al quilombo en el que vive) tiene 40 años, un hijo de 11 y se desplaza entre la capital, Goiânia, y su territorio en el municipio de Cavalcante, el quilombo Kalunga. Considerado el mayor quilombo de Brasil en cuanto a superficie, Kalunga reúne a tres

comunidades quilombolas con unas 600 familias. Al principio, organizó el Grupo de Mujeres Negras de Malunga, que trabaja con la salud de las mujeres, la anemia falciforme y la salud reproductiva. Licenciada en Turismo, empezó a trabajar en el SEBRAE, donde lideró el proceso de organización de su territorio para generar desarrollo económico a través del turismo. En 2004, el Quilombo de Kalunga fue elegido por el entonces presidente Lula para lanzar el proyecto Brasil Quilombola. Fue Secretaria Municipal de Igualdad Racial en Cavalcante - Goiás (2009 - 2010). En 2010, organizó el I Encuentro de Cultura Negra Kalunga en el municipio de Cavalcante. Trabajó con la concejala Cristina Lopes, del PSDB. Fue coordinadora de la Comisión de Derechos Humanos del Ayuntamiento de Goiânia y coordinó el proyecto Parlamento Juvenil.

Red Social: @lucilenekalunga

MATO GROSSO DO SUL

Nombre: Profesora Bartô

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: La profesora Bartô tiene 59 años: Es viuda y tiene un hijo de 18 años. Es profesora del máster profesional en profesional en la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul (UEMS). Activista desde finales de la década de 1980, fue sindicalista

y ha actuado como gestora de políticas públicas. Está afiliada en el PT desde 1997. A partir de la década de 2000, empezó a construir el Movimiento Negro, convirtiéndose en Presidenta del grupo TEZ (primer grupo del movimiento). Fue candidata a concejala en Campo Grande - MS, en 2020.

Red Social: @ProfessoraBarto





MATO GROSSO

Nome: Profesora Graciele

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Se licenció en Pedagogía por la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT). Primera de su familia en cursar estudios superiores, fue madre a los 15 años y su hijo tiene ahora unos 20 años. Cofundadora de la Central Única das Favelas en Sinop. En su juventud participó activamente en la cultura hip hop. En 2008, se acercó al movimiento negro y al movimiento estudiantil. Participó en la creación del Centro de Referencia de Derechos Humanos, coordinó un proyecto llamado Jóvenes Agentes de Derechos Humanos y trabajó durante cinco años en el proyecto Sinop Para Elas, que acoge a mujeres que sufren violencia.

Redes Sociales: @profagraciele

ESPÍRITO SANTO

Nombre: Camila Valadão

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Camila Valadão es concejala en Vitória - ES. Es Trabajadora Social y Doctora en Política Social por la Universidad Federal de Espírito Santo (UFES).



Es feminista, negra, madre y militante del Partido Socialismo y Libertad (PSOL). Trabajó en el movimiento estudiantil de la UFES, fue presidenta del Consejo Regional de Servicios Sociales (CRESS) y miembro del Consejo Estatal de Derechos Humanos (CEDH). Su activismo se dedica a la lucha en defensa de las mujeres, los negros, los jóvenes y los derechos humanos. Fue candidata a concejala en 2016, a gobernadora en 2014 y a diputada estatal en 2018. En 2020 fue elegida la segunda concejala más votada de la capital con 5.626 votos feministas, antirracistas, antifascistas

y anti-LGBTfóbicos. Es concejala con su colectivo Mandato Ilma Viana, diseñado por mujeres y hombres que quieren una ciudad democrática, participativa, transparente, feminista, antirracista, pluralista y solidaria. **Red Social:** @camilavaladaopsol

MINAS GERAIS

Nombre: Mulheres Negras Sim – Tainá, Lauana e Juhlia (Candidatura Coletiva)

Partido: Partido Socialismo y Libertad (PSOL)

Biografía: Mulheres Negras Sim se construye en colaboración con el Círculo Palmarino la Juventud Manifiesta, el Movimiento Terra Trabajo y Libertad (MTTL) y Mujeres Negras Deciden. Lauana, Juhlia y Tainá comparten trayectorias y luchas semejantes. Madres, activistas y mujeres de



terreiro, se reconocen como cuerpos disidentes y juntas en su militancia tienen la lucha antirracista y anti-LGBTfóbica como punto de partida de su acción social. Sus agendas nacen de sus propias historias, cuerpos y territorios, en torno a la afirmación de los derechos de las mujeres, de la población negra y de la población LGBTQIA+, del derecho a la ciudad para todas las personas y de la diversidad como valor para la cultura como valor para la superación de la opresión. Lauana Chantal es Asistente Social, especialista en Gestión Estratégica en Políticas Públicas, mujer de axé, madre de Caio Zulu y Odara, doula y activista por la humanización del parto. Activista de hip hop desde la década de 2000, empezó como MC cantando rap y organizando eventos. Desde entonces, es defensora de los derechos humanos, de la mujer, de la juventud y de la negritud. Juhlia Santos es una mujer negra trans, quilombola del Quilombo Manzo, mujer de tradición, que vivió la mayor parte de su infancia y juventud en Ribeirão das Neves, activista artística que utiliza el arte como forma de discutir el disenso por motivos de raza, clase, género y, sobre todo, la condición de la humanidad, licenciada en comunicación e investigadora de género desde hace trece años, consejera en el Quilombo Manzo, trabaja también como agitadora cultural en diversos escenarios de la ciudad de Belo Horizonte, activista autónoma LGBT con foco en las causas trans, trabajó y trabaja en la reanudación del carnaval callejero de Belo Horizonte, componiendo varias cuadras en la ciudad, miembro de Pretas Em Movimento, colectiva antirracista, formó parte de MUITAS pela Cidade que Queremos (MUCHAS por la Ciudad que Queremos) en la que se presentó en las últimas elecciones estatales, con una importante votación. Fue asesora parlamentaria, trabajando directamente con los territorios, y actualmente es miembro del colectivo Mujeres Negras Sí.

Red Social: @mulheresnegrassim

RIO DE JANEIRO

Nombre: Rafaela Albergaria

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Rafaela Albergaria es oriunda de la Baixada, organizadora política del movimiento Mujeres Negras Deciden y activista por el derecho a la vida de las personas negras y periféricas. Como Asistente Social con un Máster en Servicio Social por la UFRJ, Rafaela lucha por el derecho a la ciudad a través de la lucha por la seguridad, la accesibilidad, la dignidad y la gratuidad de los viajes en los trenes metropolitanos de Río de Janeiro; por la construcción de políticas públicas de reparación para las poblaciones negras y por la reconstrucción de la ley y el acceso a la justicia que alcance a los grupos históricamente criminalizados y marginados. También lucha contra el encarcelamiento masivo, las detenciones ilegales, la tortura y los tratos crueles en las cárceles e instituciones de reclusión y por políticas de vida para las mujeres. Rafaela tiene especialización y experiencia de gestión en política de mujeres, sistema judicial, garantías jurídicas y políticas de acción afirmativa. También es precandidata a diputada estatal por Río de Janeiro. **Red Social:** rafaalbergaria

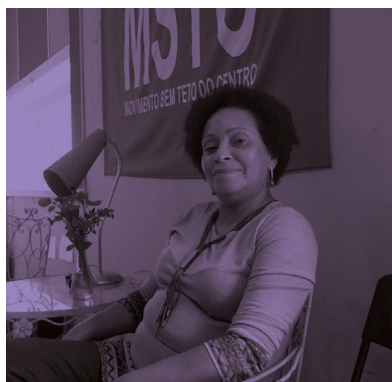


SÃO PAULO

Nombre: Carmen Silva

Partido: Partido Socialista Brasileño (PSB)

Biografía: Carmen Silva es dirigente del Movimiento de los Sin Techo del Centro (MSTC), madre de 8 hijos y profesora del Núcleo de Mujeres y Territorios del Insper. Abandonó Bahía en 1994. En São Paulo vivió en la calle y luego en un albergue. En 2000 fundó el MSTC con otras mujeres. Se presentó a concejala en 2020. Actualmente es suplente en el Ayuntamiento, actuando en la Región Centro con 5 ocupa-



ciones. **Red Social:** @carmensilvamstc

PARANÁ

Nombre: Juliana Mittelbach

Partido: Partido de los Trabajadores

Biografía: Juliana Mittelbach está casada y tiene dos hijos (de 11 y 9 años). Nació en Porto Alegre - RS, pero se mudó a Paraná de niña y vive en Curitiba. Es enfermera y trabaja con pacientes con cáncer en el Hospital das Clínicas. Hija de un militar, ha vivido en varios estados del país. Es doctoranda en Salud Pública por la Fiocruz. Estudia la violencia obstétrica. Fue miembro del sindicato de profesionales de la salud y consejera municipal de salud. Participó en el colectivo de mujeres de la CUT y en los colectivos feministas (marxistas) de la universidad. Sigue participando en la construcción de la Marcha Mundial de las Mujeres y es miembro de la Red de Mujeres Negras de Paraná. Es consejera estatal de Derechos Humanos y vicepresidenta del Consejo Nacional de Promoción de la Igualdad Racial.

Redes Sociais: @julianamittelbach



SANTA CATARINA

Nombre: Cirene Cândido, Vanda Pinedo y Marlinda (Candidatura Coletiva)

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Cirene Cândido tiene 51 años y es madre de una hija de 22 años. Nació en Londrina, Paraná, y desde muy joven fue trabajadora rural en plantaciones de algodón. Ha trabajado como agente de salud comunitaria y también como diarista. Es licenciada en Gestión Medioambiental y asistió a un curso de Fiocruz sobre Salud de los Trabajadores y Movimientos Sociales. Milita en el PT, partido por el que fue candidata a concejala en Florianópolis y ahora es suplente, y es organizadora de la Economía Solidaria. Forma parte de la construcción del 8M. Es miembro del Bloco Cores de Aidê, formado por 80 mujeres activistas.

RIO GRANDE DO SUL

Nombre: Laura Sito

Partido: Partido de los Trabajadores (PT)

Biografía: Laura es una joven negra y periodista, madre de Pedro, hija de una trabajadora doméstica y de la periferia de Porto Alegre. Comenzó su lucha muy pronto, a los 13 años, en el Movimiento Negro y en el Movimiento Estudiantil. Fue presidenta del Grêmio do Julinho, una escuela pública con una fuerte historia política, y directora de Derechos Humanos de la UNE, cuando luchó por la la efectividad de políticas de acción afirmativa y acompañó su implementación en Brasil. En 2016, se presentó como candidata a concejal y fue suplente, teniendo la oportunidad de presentar proyectos de ley dirigidos a enfrentar la violencia contra las mujeres, generar ingresos para las mujeres negras y acoger a niños y adolescentes. En 2020 fue elegida concejala, siendo el miembro más joven del ayuntamiento y formando parte de la primera bancada negra de la ciudad. Desde entonces, ha hecho aprobar dos proyectos de ley: uno que obliga a las oficinas públicas a ofrecer salas de lactancia y otro que establece el Programa de Adquisición de Alimentos en el Ayuntamiento de Porto Alegre, como parte de la lucha contra el hambre, una prioridad de su mandato.



Redes Sociales: @laura.sito





Mujeres Negras en las Elecciones de **2022:** transformando la política y redefiniendo la democracia en Brasil y Latinoamérica

FABIANA PINTO | TAINAH PEREIRA

El panorama político de Brasil se configura de forma significativa en 2022, marcando un capítulo crucial en la democracia del país. Ante la proximidad de las elecciones, la atmósfera política está cargada de debates muy polarizados, que reflejan la búsqueda de orientaciones políticas que marcarán el futuro. Este momento se enmarca en un contexto más amplio, ya que Latinoamérica se enfrenta a un superciclo electoral que influye en la dinámica política de varios países de la región.

Diversos países enfrentan a elecciones cruciales, contribuyendo a un cambio significativo en la dinámica regional. La interconexión de los acontecimientos políticos crea un ambiente en el que las decisiones de un país repercuten en otros, influyendo en la geopolítica y las relaciones internacionales. En particular, las experiencias de Chile y Colombia tuvieron una gran influencia en el desarrollo del proyecto Estamos Prontas. Entre febrero y marzo de 2022, una delegación de organizaciones negras brasileñas visitó ambos países para seguir la toma de posesión del presidente electo Gabriel Boric y la campaña preelectoral de la actual vicepresidenta Francia Márquez.

Como se ha visto en las elecciones colombianas, la participación política de las mujeres negras se revela como un elemento clave en la composición del marco electoral brasileño. Del mismo modo, en Chile, las mujeres afrochilenas y las inmigrantes negras traen la importancia de reconocer sus identidades y reivindican una participación en la redacción de la nueva Constitución.

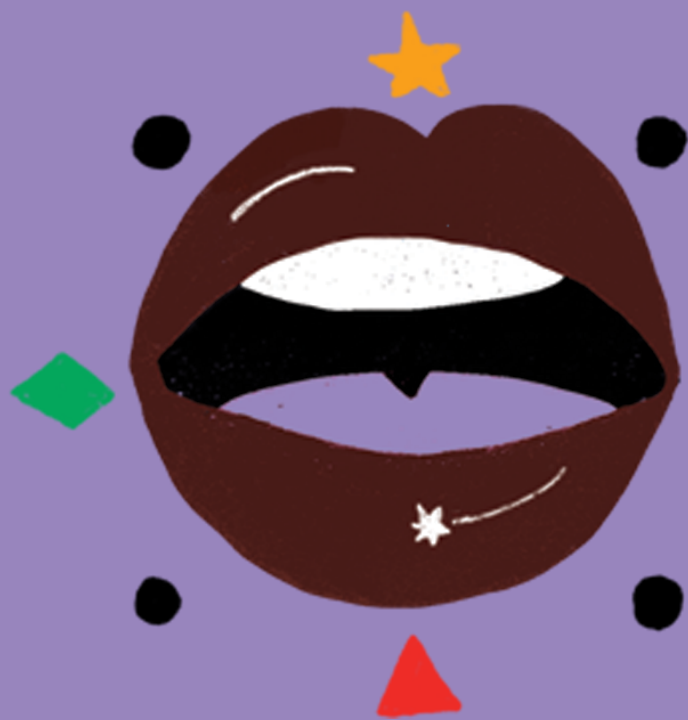
Enfrentándose a barreras históricas y estructurales, las mujeres negras se han destacado como agentes de cambio. En este sentido, Estamos Prontas refuerza no sólo la presencia sino también el liderazgo de estas mujeres, reflejando la diversidad y riqueza de voces que buscan la transformación social en Brasil, Latinoamérica y el mundo. Al analizar los resultados de las elecciones, es fundamental señalar los avances y los retos a los que se enfrentan las mujeres negras. El aumento de la participación es evidente, pero siguen existiendo obstáculos, como la violencia política basada en el género y la raza, la distribución desproporcionada de recursos y tiempo publicitario y el desajuste entre la legislación electoral, los partidos y una parte significativa del electorado y la mejora de la política institucional que ha hecho posible el mayor grupo demográfico de Brasil: las mujeres negras.

El papel de las mujeres negras en la política institucional está en el centro de las expectativas políticas. El ascenso de estas líderes colectivas no sólo redefine la representatividad, sino que también transforma la agenda política. Iniciativas como Estamos Prontas son catalizadores de este proceso, haciendo hincapié en la necesidad de profundizar la democracia participativa, que es un requisito

previo para la implementación de políticas públicas que aborden la interseccionalidad de raza y género y, por lo tanto, sean más capaces de promover cambios estructurales.

Los impactos políticos del ciclo electoral de 2022 incluyen la revitalización del debate en torno a la lucha contra la violencia sistémica (en particular la pobreza extrema, el racismo, la misoginia y la LGBTQIA+fobia), la defensa de los derechos humanos y la necesidad de innovar la democracia dado el persistente ambiente de desconfianza en las instituciones democráticas. Las mujeres negras emergen como agentes de cambio capaces de proyectar horizontes radicales de transformación y guiar a las masas hacia una democracia más inclusiva y participativa.

En resumen, las elecciones de 2022 y el superciclo electoral en Latinoamérica convergen en un momento crucial. Las mujeres negras no sólo están participando activamente en este proceso, sino que también están subvirtiendo las narrativas y direcciones políticas. Las prácticas de las mujeres negras desafían paradigmas y ayudan a construir un futuro basado en el Buen Vivir. Este es un capítulo importante de la historia política, en el que el motor de una sociedad más justa, solidaria, pacífica y democrática es la presencia de las mujeres negras como líderes colectivas.





La política se hace en el territorio: articulación y movilización para el fortalecimiento de Mujeres Negras en las Elecciones de 2022 en Brasil

NATHALIA CARLOS

Este artículo resume la experiencia desarrollada por el equipo de Articulación Política y Territorial de la iniciativa Estamos Prontas. La dimensión territorial de Estamos Prontas nos permitió tener un diagnóstico amplio de las barreras impuestas, pero también de las estrategias de resistencia, incidencia y articulación política de las mujeres negras en los diferentes territorios. En esta producción, presentamos las acumulaciones generadas a través de nuestra estrategia de acompañamiento continuo, basada en la acogida y la tutoría, nuestra estrategia de movilización y nuestra incidencia política ante los partidos políticos y en los territorios. Es importante destacar que este trabajo sólo fue posible invirtiendo en la formación de un equipo nacional de estrategias que trabajan en todas las regiones de Brasil.

El primer desafío para este frente de articulación fue la búsqueda de un equipo de estrategias territoriales. Como sabemos que la organización y la historia de acción del movimiento se iniciaron principalmente en el Sudeste, entendimos desde el principio que la contribución de compañeros de otras regiones del país era esencial. La búsqueda activa de organizadores y movilizados con experiencia y conocimiento de la situación política de sus regiones garantizó que Estamos Prontas pudiera cumplir su compromiso de apoyar y fortalecer por igual a todos los dirigentes y a sus grupos políticos. Como dijo uno de nuestros líderes en la reunión de clausura del proyecto en diciembre de 2022: “No hay jerarquías territoriales. En Estamos Prontas, todos son igual de importantes”.

El cuidado y la hospitalidad como práctica política

Un rasgo distintivo de Estamos Prontas fue el acompañamiento continuo, cuidadoso y personalizado de cada uno de los líderes, lo que significó, entre otras cosas, establecer un vínculo profundo a través de intercambios y establecer una confianza mutua que nos permitió conocer y valorar la trayectoria de cada uno. De esta manera, pudimos dialogar con las particularidades de las realidades de nuestros líderes y de la situación política y electoral de sus respectivos estados. En los primeros meses, este acompañamiento fue realizado por la Coordinación Política y Territorial, con el apoyo de la Coordinación General del proyecto. Debido al alcance nacional y a las particularidades territoriales, nos dimos cuenta de la necesidad de contar con un equipo amplio y de alcance nacional. Para ello, buscamos activamente organizadores y movilizados políticos con experiencia y familiarizados con la realidad y la situación política de las cinco regiones del país. De este modo, formamos un equipo de nueve estrategias regionales, lo que nos permitió mantener un contacto diario y, en algunos estados, estar directamente presentes en el día a día de las campañas. Bajo la coordinación de

Nathalia Carlos, los estrategas se encargaron de acompañar y apoyar el proceso de construcción de liderazgos, pensar estrategias de movilización, incidencia y articulación política y asegurar que llegaran al final del proceso electoral fortalecidos, movilizados y bien posicionados en sus respectivos estados.

Cuadro 1 – Equipo de estrategias regionales

Región	Nombre completo	Estado	Ciudad	Estados para acompañar
Norte	Karine Corrêa	Tocantins (TO)	Palmas	TO/RR/PA/AP
	Leila Cantuária	Amazonas (AM)	Manaus	AC/RO/AM
Nordeste	Aniely Mirtes	Paraíba (PB)	João Pessoa	PB/MA/PI/RN/CE
	Stella Carvalho	Sergipe (SE)	Aracaju	BA/SE/AL/PE
Centro-Oeste	Romilda Pizani	Mato Grosso do Sul (MS)	Campo Grande	MS/MT
	Ludmila Almeida	Goiás (GO)	Goiânia	GO/DF
	Joa Assumpção	Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro	MG/SP
Sudeste	Priscila Trindade	Rio de Janeiro (RJ)	São Gonçalo	RJ/ES
Sul	Shayene Ferreira	Santa Catarina (SC)	Brusque/SC	PR/RS/SC

Fuente: elaborado por la autora.

El periodo preelectoral y la influencia política en los partidos y los actores estratégicos

La Coordinación de Articulación Política y Territorial, junto con el equipo de estrategias regionales, trabajó en el monitoreo y seguimiento de cada etapa del proceso electoral de 2022, lo que resultó fundamental para prever e influir en las crisis que pusieron en riesgo a los líderes y sus candidaturas. Intervenimos ante los partidos para garantizar la ratificación de las candidaturas y los estrategas regionales supervisaron la celebración de las convenciones de los partidos. De este modo, pudimos asegurarnos de que los 27 líderes fueran candidatas y pudimos analizar cómo se posicionaba cada uno en los partidos. Como resultado, pudimos desarrollar estrategias de articulación y fortalecimiento.

El proceso de homologación de las candidaturas de nuestros líderes estuvo marcado por diversas complicaciones y episodios de violencia política de género y racial perpetrados por los propios partidos políticos. Estamos Prontas fue llamado a trabajar con los partidos políticos para garantizar la ratificación de sus candidaturas, así como las condiciones necesarias para hacer campaña en los estados de Acre, Amapá, Amazonas, Minas Gerais, Tocantins, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso y Santa Catarina.

El calendario electoral, normalmente divulgado a principios de año por el Tribunal Superior Electoral (TSE), fue la guía para el trabajo de nuestro equipo durante el período preelectoral. Nuestro seguimiento de las etapas de precampaña fue importante para identificar que algunos dirigentes corrían el riesgo de que sus candidaturas no fueran homologadas. Hubo muchos casos en los que los dirigentes fueron acosados por los líderes de los partidos para que renunciaran a su candidatura, y se les disuadió de presentarse con los argumentos habituales de inviabilidad electoral. Conscientes de la importancia de sus proyectos políticos y apoyados por nuestra iniciativa, todos ellos se mantuvieron firmes y llegaron al final de las elecciones sabiendo que, aunque no fueran elegidos, al final del camino serían más fuertes y sus proyectos políticos más sólidos. Entre los casos emblemáticos de este proceso, destacamos algunos a continuación, cuidando de no identificar a los líderes.

En el Nordeste, fuimos contactados por una dirigente durante el período de precampaña, cuando dirigentes del Partido de los Trabajadores (PT) intentaban hacer inviable su candidatura. En aquel momento, ocupaba un cargo en la administración estatal y su jefe la había estado acosando para que renunciara a su candidatura y apoyara la de un hombre blanco. El partido tampoco había cumplido acuerdos anteriores de subvencionar y apoyar al grupo político de la dirigente. Nos reunimos con la dirección del partido en ese estado para posicionar y reforzar a la precandidata, lo que dio lugar, según la propia dirigente, a un cambio de actitud por parte de su jefe y otros dirigentes. Además, nuestra labor de promoción contribuyó a que la campaña recibiera una parte importante -aunque insuficiente- del fondo electoral.

En el Norte, uno de nuestros dirigentes tuvo dificultades para que su candidatura fuera ratificada por el Partido Socialista Brasileño (PSB). Nuestra estratega, Leila Catuário, con su profunda experiencia en el interior de la dirección del partido, proporcionó ayuda y apoyo para afrontar esta posibilidad de que su candidatura fuera desmontada. En contacto diario con la dirección, analizó todos los movimientos del partido y les asesoró sobre algunas de las brechas y trampas de esta etapa, como las orientaciones confusas o a veces erróneas sobre

el ajuste de cuentas con el Tribunal Electoral y los pasos necesarios para aprobar las candidaturas.

Durante este periodo, la capacidad política del liderazgo quedó patente, ya que creó estrategias para reubicarse dentro del partido. Sin embargo, un día antes de la convención del partido, los dirigentes le comunicaron que se presentaría como candidata a diputada federal. Esta maniobra autoritaria dejó al equipo de articulación política de Estamos Prontas en alerta ante la intención de convertirla en candidatura “naranja” y destinar su parte del fondo electoral al candidato del partido al Senado. Una vez más, el estratega regional tuvo un papel decisivo, acompañando y reflexionando cada paso con el liderazgo para evitar la inviabilidad de la campaña y la apropiación de los fondos. Apoyada y fortalecida por nuestra iniciativa, el liderazgo adoptó una postura firme y, como es común en el caso de las mujeres negras, ha sufrido represalias y aislamiento dentro del partido.

La dirección incluso organizó un movimiento con las otras precandidatas del partido, con la intención de denunciar la violencia política de género que las afectaba. Sin embargo, nos dimos cuenta de que las otras precandidatas no se comprometerían realmente con esta denuncia y nuestra líder quedaría aún más expuesta si seguía adelante sola. En este caso, nos dimos cuenta una vez más de lo común que es que se anime a las mujeres negras a enfrentarse solas a los problemas estructurales y de lo mucho que esto las expone a diferentes expresiones de violencia política basada en el género y la raza. En este contexto, nuestra dirección se vio muy debilitada. La acogida y el asesoramiento del equipo de Estamos Prontas fueron fundamentales. Como táctica de incidencia política, nuestro equipo, formado por la Junta Ejecutiva y la Coordinación General de las dos organizaciones, se reunió con la Secretaría Nacional de la Mujer del partido para mostrar preocupación y señalar que estábamos dispuestas a actuar con la candidata si el partido impidiera que su candidatura fuera aprobada y la campaña siguiera adelante.

Monitoreo de campañas y el fenómeno de la violencia política de género y raza

Durante años, el movimiento de mujeres negras ha denunciado la falta de financiación como uno de los mayores obstáculos a los que se enfrentan las campañas electorales de las mujeres negras. Aunque nuestras campañas se caracterizan por el desarrollo de estrategias para hacer frente a la escasez y falta de infraestructura, en muchos casos la ausencia e insuficiencia de recursos hacen

inviabiles campañas muy prometedoras. Las elecciones de 2022 comenzaron con el acuerdo del TSE para la distribución equitativa de la financiación de las campañas y el tiempo de publicidad. Pero, lamentablemente, terminaron marcadas por la constatación de que las estructuras partidarias, incluso del campo progresista, han desarrollado una serie de estrategias para incumplir la ley y subvertir este avance.

Acompañando a las dirigentes de Estamos Prontas, hemos visto que la desfinanciación de las candidaturas de mujeres negras es una clara expresión de cómo opera el racismo institucional dentro de los partidos de izquierda y/o progresistas, debilitando o incluso haciendo inviables nuestras candidaturas. Hemos visto que en todos los partidos y en las diferentes regiones del país, la desfinanciación se justifica por supuestos análisis de viabilidad electoral, generalmente liderados por personas blancas que desconocen o no reconocen nuestras formas de lucha, nuestras tácticas de articulación política, nuestra capacidad de incidencia y la capilaridad de nuestro trabajo territorial.

Dentro de los partidos, las candidaturas de mujeres negras y LGBTQIA+ siguen siendo encuadradas como “votos de opinión”. Un encuadre reduccionista y equivocado que vacía nuestro proyecto político y nos reduce a lo que ellos consideran identitarismo. Sin embargo, sabemos que utilizan esta distorsión para mantener el supremacismo blanco dentro de las instituciones. Esto expone la urgencia de contar no sólo con candidatas y parlamentarios negros, sino también con dirigentes en todos los órganos del partido.

En cuanto a la distribución equitativa del Fondo Especial de Financiación de Campañas (FEFC), Estamos Prontas, cuando se activó, tuvo un impacto directo en el apoyo a los siguientes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro y São Paulo. Al final del ciclo electoral, encuestamos a los 27 líderes sobre la distribución de los fondos de campaña. De los 27 líderes, 8 consideraron que los fondos asignados eran satisfactorios y 19 consideraron que la cantidad era insatisfactoria e incompatible con la proporción de la campaña. Entre los aspectos identificados en las campañas electorales, los más frágiles fueron: (1) falta de recursos para transporte, circulación y agendas de reuniones; (2) falta de recursos para cumplir con los protocolos de seguridad ante amenazas e incidentes; (3) falta de recursos para contar con equipos profesionalizados y garantizar una buena estrategia de comunicación; (4) falta de recursos para producir y distribuir material divulgativo.

Para enfrentar la falta de financiación de las campañas, utilizamos la estrategia desarrollada colectivamente en el Encuentro Nacional de Mujeres Negras

“Radicalizando el Imaginario Colectivo y Político de la Izquierda”, realizado en Salvador en abril de 2022, con el apoyo de la Fundación Rosa Luxemburg. En esa ocasión, debatimos agendas estructurantes para el sistema político brasileño y lanzamos una carta dirigida a las direcciones de los partidos, problematizando el desfinanciamiento de las campañas negras y señalando que, a lo largo del año, estaríamos vigilantes y combativas para garantizar la distribución equitativa del FEFC.

La estrategia de incidencia política desarrollada en el marco de nuestra iniciativa se desplegó a lo largo del año electoral 2022 en diversas tácticas, como el análisis de la situación electoral en cada uno de los estados; la recopilación de datos sobre elecciones anteriores, como el número de candidatas negras y el número de elegidas a las cámaras legislativas; la racialización de los votos de los partidos y su comparación con la distribución de los recursos del FEFC. Además, mantuvimos reuniones con dirigentes estatales y nacionales de todos los partidos a los que teníamos afiliadas dirigentes; enviamos cartas indicando que la precandidata era una dirigente apoyada por el Instituto Marielle Franco y por el movimiento Mujeres Negras Deciden, además de enviar la carta lanzada en el Encuentro Nacional de Mujeres Negras “Radicalizando el Imaginario Colectivo y Político de la Izquierda”, que señalaba a los partidos que todas las organizaciones firmantes exigían el cumplimiento de la nueva legislación sobre la distribución del FEFC. Finalmente, como táctica, también está el mapeo de los criterios partidarios adoptados para monitorear la distribución de los recursos y cuestionar a los líderes partidarios sobre los valores y atrasos en la transferencia de estos recursos.

El Instituto Marielle Franco y el movimiento Mujeres Negras Deciden trabajan con la categoría de violencia política de género y raza porque entienden que, además del sexismo y el machismo, el racismo es un factor determinante en la experiencia de las mujeres negras en los espacios de poder. El Instituto Marielle Franco (2023) enfatiza este aspecto:

Demarcar la dimensión de la raza es esencial debido a la forma en que el racismo se presenta en la operacionalización de la violencia política basada en el género y la raza, un fenómeno histórico que estructura las bases de la formación de nuestro país.

En este sentido, Estamos Prontas fue diseñado para apoyar a los líderes que han sido víctimas de la violencia política basada en el género y la raza, que fue una característica del año electoral 2022. Ante el ascenso de la extrema derecha y una contienda mayoritaria polarizada, supusimos que los liderazgos tendrían

que hacer frente a amenazas, desinformación, discursos de odio e incidentes de seguridad, y así resultó ser. Entre los líderes que declararon haber sufrido al menos un tipo de violencia política basada de género y raza y que llamaron al equipo de Estamos Prontas para obtener orientaciones sobre amenazas de opositores de partidos de derecha, destacamos líderes de los estados de Maranhão, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Amapá y Paraná.

Cabe resaltar que nuestro monitoreo continuo de estas líderes nos ha mostrado que la mayoría de los casos de violencia política de género y racial sufridos por candidatas no se han restringido a opositores y también han provenido de “aliados”, miembros de sus partidos y movimientos sociales, y no de opositores de extrema derecha. Este diagnóstico nos planteó el desafío de acomodar y orientar muchas situaciones de acoso y silenciamiento que llevaron a la enfermedad y fragilización de las líderes y también de otras mujeres negras que integraban los grupos políticos que construyeron las 27 campañas. Además, quedó claro que el desfinanciamiento es una expresión sistemática de la violencia política de género y raza que opera en las estructuras partidarias para mantener la supremacía blanca e imposibilitar el fortalecimiento de las mujeres negras como líderes colectivas.

La experiencia de Estamos Prontas pone de relieve el papel vital del trabajo territorial en la política, especialmente en la lucha de las mujeres negras en Brasil. A través de un acompañamiento continuo y de un equipo de estrategias regionales, pudimos no sólo comprender, sino también enfrentar las barreras impuestas a estas mujeres, destacando la importancia de la resistencia y de la articulación política.

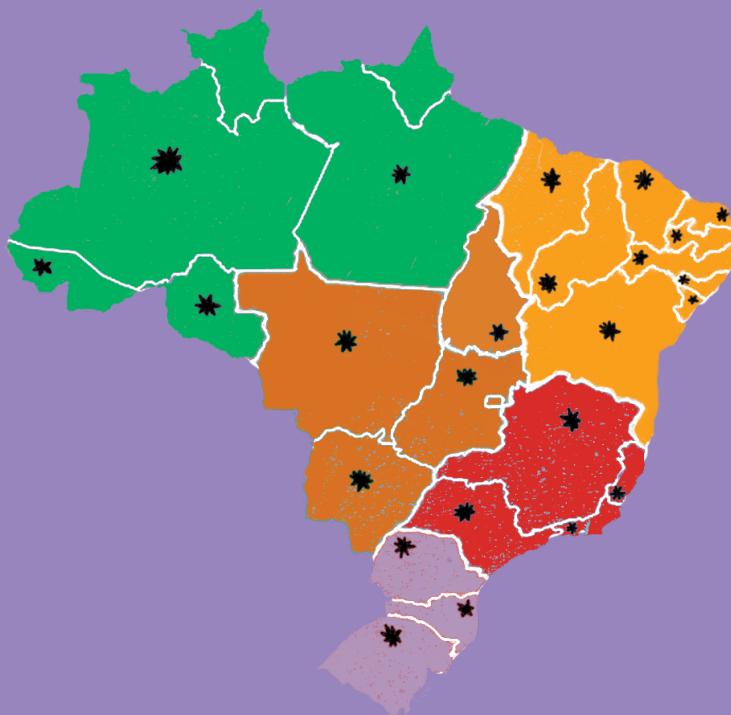
Este recorrido de retos y logros subraya un futuro esperanzador, marcado por la resiliencia y la capacidad de superación. Las mujeres negras, apoyadas por una red de solidaridad y estrategia política, demuestran que, incluso frente a importantes obstáculos, es posible avanzar en la construcción de un panorama político más inclusivo y representativo. Por lo tanto, dejo esto no sólo como un registro de experiencias y estrategias, sino como un manifiesto de optimismo y determinación, reforzando que las mujeres negras, unidas y bien articuladas, están más que preparadas para dar forma a un futuro político más justo y equitativo en Brasil.

¹ Investigación Violencia Política de Género y Raza en Brasil: dos años de la Ley 14.192/2021, desarrollada y publicada por el Instituto Marielle Franco en 2023. Disponible en: <https://www.violenciapolitica.org/2023>. Consultado el: 10 de junio de 2024.



Nathalia Carlos es Trabajadora Social con un Máster en Desarrollo Regional por la UFF, donde también impartió clases en la Escuela de Trabajo Social. Ha trabajado como gestora de políticas públicas y movimientos sociales. Ha desarrollado proyectos para la aplicación de la Ley 10.639/2023 y cofundadora del Colectivo Alagbara, que promueve la organización política y la autonomía financiera de las mujeres negras y periféricas. Actualmente es Coordinadora de Articulación Política y Movilización del Instituto Marielle Franco y articuladora política del movimiento Mujeres Negras Deciden.





Comunicación en campañas políticas y el Movimiento de Mujeres Negras

ADRIANE PRIMO | JHENIFFER RIBEIRO

Construir una forma de comunicación que pueda influir o transformar las percepciones de la gente sobre debates y temas de interés público es uno de los resultados más esperados en el campo de la comunicación política. Como tal, la comunicación es una de las herramientas más desafiantes y un elemento clave a utilizar en el desarrollo de una campaña electoral para las mujeres negras. Hay dos razones obvias para ello: las limitaciones presupuestarias y el giro semiótico hacia la construcción de nuevos imaginarios sociales.

La primera es un reflejo de la burocratización del sistema democrático a través de la lógica partidista, que requiere, entre otras cosas, la instrumentación de las candidatas para **apropiarse de los códigos** de comunicación política. Esta preparación requiere financiación suficiente para crear un equipo multicultural, atento y especializado que debe trabajar antes, durante y después del proceso electoral. La segunda razón requiere no sólo competencias técnicas y un marco financiero, sino también un enfoque orientado a **dar sentido** a la importancia de que las mujeres negras ocupen espacios de poder dentro de la política institucional, tan erosionada ya por los esquemas de la blanquitud.

En la Comunicación Estamos Prontas, afrontamos estos dos retos de forma descentralizada, en mayor o menor medida, con los 27 líderes de todos los estados brasileños que componían la iniciativa, al tiempo que nos ocupábamos de construir el valor del propio proyecto para los públicos implicados. Durante seis meses, produjimos contenidos de autor para multimedia, perfeccionamos tácticas para impulsar a los líderes del proyecto en sus territorios y fomentamos espacios para prácticas autónomas y colaborativas. Así actuamos en medios digitales, a través de las redes sociales, la página web y el boletín informativo; y en medios offline, con la organización del “Encuentro Nacional Estamos Prontas” y el gabinete de prensa.

Las métricas de evaluación obtenidas mediante el análisis del compromiso, el interés, los comentarios de referencia, el sentimiento, el feedback, las tasas de conversión y el alcance de las acciones de comunicación nos dieron resultados positivos. Desgraciadamente, no fueron suficientes para elegir el número de líderes que esperábamos: sólo fueron elegidas Laura Sito, de Rio Grande do Sul, y Camila Valadão, de Espírito Santo. Sin embargo, cualificó, reforzó y amplió las actividades políticas de todos los líderes participantes, tanto en sus territorios de origen como a escala nacional. También reforzó la importancia de las organizaciones de la sociedad civil en el proceso electoral para garantizar el Estado democrático de derecho, mediante la promoción de proyectos como Estamos Prontas.

Retos y enseñanzas de la comunicación política descentralizada

En un momento en que Brasil vivía bajo la óptica del conservadurismo y de la política de genocidio de poblaciones vulnerables del gobierno Bolsonaro, **Estamos Prontas** era necesaria para frenar estos avances. En este sentido, la comunicación desempeñó un papel fundamental en el fomento de una contranarrativa más amplia, con el desafío de destacar a las mujeres negras con un proyecto político progresista y comprometidas con la reducción de la violencia estatal.

En este sentido, el mensaje central del que debíamos hacernos eco como respuesta para fortalecer a las compañeras que se jugaron el pellejo en la violenta disputa electoral y para dar esperanza a la población era aparentemente sencillo:

“No puede haber democracia plena sin la energía de las mujeres negras y sin el protagonismo de estas mujeres en la política institucional”.

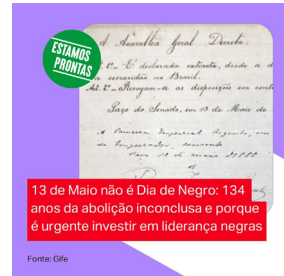
Comenzamos el proceso de planificación perfilando los enfoques de los frentes de trabajo en el ámbito de la Comunicación, con estrategias de incidencia online y offline, centrándonos en la producción de contenidos que promovieran conexiones simbólicas y rompieran con los valores informativos obsoletos aún arraigados en los medios de mayor audiencia. Online, optamos por la red social del proyecto, utilizando la plataforma Instagram; un sitio web institucional y un boletín semanal. Offline, creamos un encuentro presencial, el “Encuentro Nacional Estamos Prontas”, y un gabinete de prensa.

Comunicación online y redes sociales

La creación de la página de Instagram del proyecto (@estamosprontas) fue esencial para impulsar el contenido producido por los líderes. Tanto las que ya tenían una red estructurada como las que no, así como para implementar la voz del proyecto durante el proceso electoral. Al fin y al cabo, el activismo político de las mujeres negras se ha visto profundamente afectado por el auge de las redes sociales en las últimas décadas. Significativamente, las plataformas digitales se han convertido en poderosas herramientas durante los procesos electorales en diferentes contextos políticos.

Entendemos que, al mismo tiempo que proporcionan un espacio para la movilización política, con la posibilidad de compartir información, narrativas y datos relacionados con cuestiones de género y raza, existe una dinámica en el funcionamiento de las redes sociales que acaba privilegiando ciertas narrativas sobre otras. Por eso no podíamos dejar de utilizar una herramienta tan poderosa.

En este sentido, compartimos información, narrativas y datos relacionados con cuestiones de raza y género en tiempo real, llegando a una audiencia nacional. A través de hashtags, vídeos en directo y campañas virales, pudimos llamar la atención sobre cuestiones urgentes, desde denunciar la violencia política de género durante el proceso electoral hasta volver a centrar la atención social en la necesidad de elegir a mujeres negras para los puestos en disputa. Todo ello permitió sensibilizar a la opinión pública y presionar a los partidos para que actuaran con más cautela.



Aunque Instagram es más rápido y fácil de acceder, no podíamos dejar de lado la página web del proyecto (www.estamosprontas.org). Esto se debe a que, por mucho que nos esforzáramos en crear una línea narrativa en las redes sociales, sabemos que el contenido llegó de forma fragmentada debido a la propia dinámica de la plataforma. Además, nuestra comunicación era descentralizada y había una gran competencia por la participación y la audiencia en las redes en ese momento. Por ello, la página web institucional se presentó como una herramienta capaz de condensar y alinear toda la información que el electorado necesitaba para apoyar el proyecto y a los líderes, especialmente a aquellos más débiles en la comunicación de campaña por falta de financiación adecuada.

En el sitio web, reunimos el contenido institucional del proyecto, destacando hechos históricos sobre la participación de las mujeres negras en la política institucional, el legado dejado por las que vinieron antes y la deconstrucción de algunos mitos electorales que rondan el imaginario social sobre la actuación de las mujeres negras en política. También pudimos incluir las biografías de las líderes que integraban el proyecto, para que el electorado pudiera acceder a cada una de ellas y seguir sus actividades. También enlazamos a una serie de artículos que se publicaron en la prensa latinoamericana sobre el proyecto, los puntos de vista y los temas que defendían las líderes.

Este movimiento/estrategia se llevó a cabo en vista de una serie de contenidos que se estaban difundiendo en aquel momento y que consideramos importantes para fortalecer a los líderes del proyecto. En este sentido, también necesitábamos un canal de comunicación más directo con los liderazgos para mantenerlos informados de todo lo que se estaba planteando, debatiendo y construyendo por parte de los activistas, intelectuales y el Movimiento Negro. De esta forma, enviamos un boletín mensual con un curador centrado en linealizar a los liderazgos sobre los temas que se destacaban durante la semana y también recapitulando las actividades que habíamos realizado en los ciclos de formación, mejor descritos más adelante en el capítulo sobre la experiencia del Ciclo de Desarrollo de Competencias, que fue el responsable de esta acción.

Comunicación offline y prensa

La comunicación offline se materializó en forma de actividad presencial y relaciones con la prensa. El encuentro nacional “Estamos Prontas: Mulheres Negras na Política” resultó fundamental para reforzar la relación que llevábamos meses construyendo entre el equipo, entre las líderes y entre el equipo y las líderes.

El evento tuvo lugar en la sede nacional de Ação da Cidadania, en Río de Janeiro, en septiembre, y contó con la presencia de Anielle Franco, directora ejecutiva del Instituto Marielle Franco, y de algunos miembros de la familia de Marielle Franco. También asistieron la diputada federal Tálria Petrone (PSOL); el diputado estatal Benny de Briolly (PSOL); la vicepresidenta del Patronato del Ibase, Wania Sant’anna; la activista Jurema Batista; la ex coordinadora de la Comisión Pro Equidad de Género, Raza y Etnia de la Casa de la Moneda de

1 El evento completo puede verse en www.youtube.com/@InstitutoMarielleFranco

Brasil durante el gobierno de Dilma Rousseff, Helena Theodoro; y la líder del Quilombo Ferreira Diniz Glória Rio de Janeiro, Érida Ferreira. Hubo también la participación virtual de la codiputada estadual Robeyonce Lima (PSOL) y de la presidenta nacional del PT, Gleisi Hoffmann.

Dividida en dos partes, la mañana del encuentro estuvo repleta de afecto e intercambios de experiencias entre los líderes tras meses de actividad online. Masaje, maquillaje, grabación de vídeo, dinámica de bienvenida y entrega del kit de autocuidado. Por la tarde, la actividad oficial del evento comenzó con una actuación musical y la mesa redonda “Mujeres negras y políticas públicas en Brasil: contribuciones para un futuro gobierno”, que contó con la participación de Wania Sant’anna, Érida Ferreira, Helena Theodoro y la mediación de Fabiana Pinto, coordinadora del proyecto Estamos Prontas. También escuchamos discursos inspiradores de los invitados y conocimos mejor a cada uno de los líderes del proyecto, que tomaron el micrófono para expresar sus ideas políticas.¹

La creación de valor informativo también fue un punto importante para el proyecto. Por eso, la actividad del gabinete de prensa fue esencial, ya que la circulación de noticias sobre la participación de las mujeres negras en la política institucional seguía (sigue) muy ligada a la ausencia y a la violencia. Sobre todo, dimos a conocer nuestras luchas por un espacio de norte a sur del país, pero también nuestros proyectos por una legislatura justa, respetuosa y defensora de las causas prioritarias para la reconstrucción de la democracia; dijimos que no esperaríamos más; hablamos de cultura, medio ambiente, salud, maternidad y de la política inherente a estas cuestiones.

No fue fácil conseguir que la prensa se sumara a estos debates. En primer lugar porque existe una cultura editorial arraigada que refuerza el pacto de blancura (Cida Bento, 2022) y que desatiende la importancia de las mujeres negras en el proceso electoral. Esta práctica repercute más en la difusión de noticias vinculadas a la violencia sufrida por las mujeres negras que buscan espacios de poder en la política institucional que en las noticias que abordan sus proyectos políticos. Es decir, hay un intento de los medios tradicionales de mantener una mirada monocromática que refuerza el imaginario social de que la política es cosa de hombres y de blancos, otorgando espacios discursivos más destacados a estos perfiles que, a su vez, refuerzan una visión del mundo en quiebra.

Es un campo muy disputado que requiere delicadeza y tacto. Afortunadamente, los medios de comunicación “independientes” han estado con nosotros, permitiendo que nuestras historias fueran cubiertas a lo largo del proyecto. Estos medios, que están fuera del eje hegemónico de dominación multimedia en Brasil, pero que con el tiempo llegan a un público cada vez mayor

de personas interesadas en rupturas radicales, fueron esenciales, sobre todo, para perpetuar contranarrativas sobre la participación de las mujeres negras en el proceso electoral. En ellos, pudimos no sólo contar las historias de estas mujeres, sino valorizar sus visiones del mundo para la construcción de un país democrático.



I. Comunicación comunitaria en tiempos de desinformación

Incluso con todas las estrategias que desarrollamos, éramos conscientes de que no alcanzaríamos las 27 regiones implicadas en el proyecto con la misma intensidad. Por eso el equipo de movilización y articulación fue esencial para la comunicación. Con él, pudimos mapear y movilizar a los medios de comunicación locales y a las personas influyentes para que enviaran material de prensa aportado por los organizadores locales que se sumaron al proyecto.

Nos dimos cuenta de que la comunicación comunitaria seguía (sigue) siendo la mejor manera de acercarse al electorado. Además de fomentar las redacciones centradas en lo local, donde podemos comunicarnos de - a - con. El famoso mano a mano tiene su poder. Y es que de nada sirve montar una súper estructura de comunicación online (página web, red social, etc.) si no hay humanidad nagô (Muniz Sodré, 2017), porque no podemos perder de vista que estamos hablando con, para y sobre las personas. Esto significa que estamos tratando con un campo vasto y subjetivo: anhelos, ansiedades, deseos, fe, esperanza... sentimientos que sobre

todo requieren la práctica radical del afecto. Pero ¿cómo promover el afecto en pleno proceso electoral?

Muchas líderes ya lo sabían, pero nosotras siempre destacamos que la práctica radical del afecto era uno de los activos de la imaginación política radical de las mujeres negras brasileñas (Ana Carolina Lourenço y Anielle Franco, 2021). En la práctica, hablábamos sobre la escucha. Y esta escucha podía hacerse en reuniones con líderes comunitarios, mujeres, madres, encuentros con jóvenes, personas LGBTQIAP+, visitas a espacios religiosos, sindicatos... Todo esto forma parte de la comunicación comunitaria, que es la base para construir una buena candidatura. Y aunque no garantiza una elección, sí garantiza que el mensaje llegue a las bases y, sobre todo, garantiza una comunicación ética, incluyente y responsable para promover la democracia y el desarrollo social.

No estamos romantizando nada. Lo que decimos es que las informaciones que se difunden durante el proceso electoral no llegan a todos de la misma manera, especialmente a las poblaciones vulnerables que están lejos de los grandes centros urbanos. Existe la cultura en los medios de minimizar informaciones, ocultar datos importantes para los votantes y hacer más visibles a unos candidatos que a otros, lo que genera desinformación y malos votos.

Este fue (y es) uno de los puntos cruciales para nosotras, porque, con la experiencia de las elecciones de 2018 que culminaron con el bizarro ensayo fascista por el poder, existía la preocupación de combatir la proliferación de fake news que pusieran en riesgo no solo la candidatura de las líderes, sino su reputación como mujeres negras comprometidas con los derechos humanos. Este intento llegó a atormentarnos por un momento con la candidata por el estado de Pará, Bia Caminha, entonces la concejal más joven de Belém. Bia fue objeto de fake news sobre su comportamiento entre bastidores políticos, pero no se amilanó y consiguió el apoyo de su partido, que entendió que era víctima de racismo institucional y persecución de género. El caso quedó demostrado durante su campaña para un escaño en la legislatura, cuando recibió amenazas de muerte. Pero Bia no se detuvo (¡ni se detendrá!).

Cuando fuimos informados de la situación de la dirigente, el departamento de comunicación activó la red para que estuviera al tanto de lo que estaba ocurriendo con una candidata que sería la primera mujer, joven, negra, defensora de los derechos humanos, LGBTQIAP+, del norte del país en ocupar la asamblea legislativa de Pará como diputada. ¡Había mucho en juego!

II. Victorias políticas y victorias electorales en las campañas

Aunque Bia Caminha no haya sido elegida, podemos decir que fue una de las líderes que más se destacó en Estamos Prontas. Con una comunicación digital

dirigida a jóvenes y universitarios de Pará, Bia consiguió 16.000 votos y una buena proyección para las próximas elecciones, tanto si continúa como concejala como si es diputada.

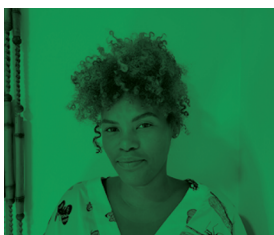
Lo mismo ocurrió con otros líderes que estuvieron con nosotros. Lucilene Kalunga, líder quilombola de Goiás, obtuvo votos significativos (10.703.000) incluso en un territorio donde el agronegocio tiene una fuerte presencia. Carmen Silva, líder paulista del Movimiento de los Trabajadores sin Techo del Centro (MSTC), con una fuerte base comunitaria en el centro de São Paulo, hizo una campaña de comunicación bien estructurada, pero tuvo dificultades en un territorio donde las elecciones son muy disputadas, como la capital paulista. Aun así, obtuvo 24.829 votos.

Otros ejemplos son Elaine Cristina, dirigente de Pernambuco, una madre atípica que planteó el debate sobre el antiprohibicionismo y el acceso a la sanidad pública en el Nordeste. Con un mandato colectivo de Pretas Juntas, Elaine no llegó a diputada -obtuvo 2.965 votos-, pero asumió la concejalía junto a Débora Aguiar tras la ronda de escaños en el Ayuntamiento de Recife. Y hoy, ambas tienen una gran articulación política en su territorio. También hay que mencionar a Laura Sito, una joven dirigente de Rio Grande do Sul que aportó el importante debate sobre el hambre durante la pandemia. Laura fue elegida con 36.000 votos y fue la primera diputada estatal negra en ocupar un escaño en la legislatura de Rio Grande do Sul, asumiendo también la presidencia de la Comisión de Derechos Humanos de la Asamblea Legislativa. Un gran avance para la población local y nacional, que ha visto su dedicación a la lucha contra el trabajo esclavo en la región.

También contamos con Rosalina Santos, líder quilombola del estado de Piauí, que planteó el debate sobre la democratización de la conectividad. Durante el proyecto, Rosalina fue la que más “sufrió” la falta de acceso a los medios digitales, perdiéndose importantes facilitaciones y conversaciones. Pero, al mismo tiempo, nos recordó que, independientemente de estar conectada, no hay garantía de nada en la política institucional, excepto de que, al reunirnos y compartir nuestras experiencias, nuestro devenir de mujeres negras (bell hooks, 2022) en el mundo, convergen nutrientes de inteligencia colectiva para poder imaginar y elaborar nuevas formas de hacer política.

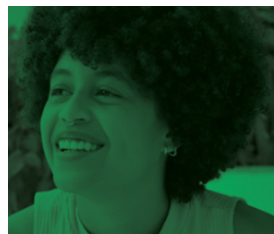
Las campañas en las que trabajamos, a pesar de enfrentarse a retos como la desinformación y la resistencia de las estructuras políticas tradicionales, consiguieron no sólo aumentar la visibilidad de las mujeres negras en política, sino también reforzar sus posiciones en sus territorios y en la escena nacional. Este avance subraya la importancia de una comunicación estratégica y adaptativa, capaz de conectar y movilizar a las comunidades respetando sus singularidades; y de aquí en adelante,

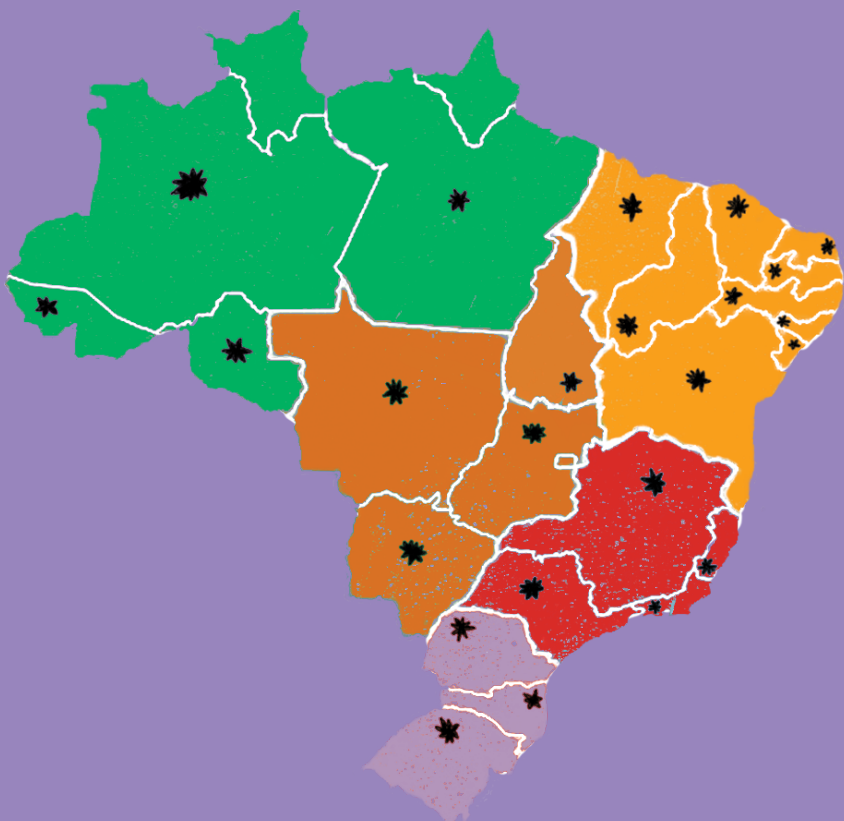
seguimos dispuestas a seguir disputando el campo democrático brasileño y haciendo de la política un espacio verdaderamente representativo.



Adriane Primo nació en Ilhéus, en el sur de Bahía, en 1987. Ha trabajado como periodista para organizaciones públicas y privadas en los ámbitos de la política y la cultura, como la Secretaría de Cultura del Estado de Bahía, el Instituto Marielle Franco, el movimiento Mujeres Negras Deciden, Productora Portátil y el periódico A Tarde, entre otros. Es licenciada en Comunicación Social con especialización en Periodismo por la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia, y actualmente estudia comunicación desde una afroperspectiva

Jheniffer Ribeiro es periodista e historiadora por la Universidad Federal de Río de Janeiro. Ha publicado varios artículos en la prensa sobre las mujeres negras en la política y las agendas relacionadas con la mitigación de las desigualdades de raza y género en el contexto brasileño. Tiene una amplia trayectoria en organizaciones de la sociedad civil y movimientos sociales como Reporteros sin Fronteras, el Instituto Marielle Franco, el movimiento Black Women Decide y el GEMAA (Grupo de Estudios Multidisciplinarios sobre Acción Afirmativa del IESP-UERJ). En 2023, coordinó la campaña “Mujer Negra ya”, que pedía el nombramiento de una mujer negra para el Tribunal Supremo, convirtiéndose en un hito de las campañas de comunicación estratégica eficaz.





Desarrollo de habilidades

BEATRIZ AMPARO | STEPHANE RAMOS

Por no hablar de que saben más de solidaridad que de competencia, de colectivismo que de individualismo. En este contexto, hay mucho que aprender (y sobre lo que reflexionar) de estas mujeres negras que, desde lo más profundo de su anonimato, han dado pruebas elocuentes de su sabiduría (GONZALEZ, 2020, p.269)

INTRODUCCIÓN

Entre el 26 de abril y el 30 de julio de 2022, realizamos un Ciclo de Capacitación para 27 líderes de colectivos de mujeres negras con el objetivo principal de fortalecer sus capacidades y conexiones. Tanto las líderes seleccionadas como sus grupos políticos pudieron acceder a información sobre temas esenciales para el proceso electoral brasileño y el legado histórico de la participación de las mujeres negras en la política institucional, desde una perspectiva teórico-metodológica.

El ciclo de desarrollo de capacidades abarcó una concepción analítica interseccional, reconociendo el protagonismo y las conquistas históricas de las organizaciones negras brasileñas y latinoamericanas - incluyendo las de las propias líderes - en la agenda política, con un abordaje participativo, inter y multidisciplinario, poniendo en diálogo contenidos teóricos simultáneamente con prácticas y experiencias territorializadas, contextos regionales y saberes locales, y con respeto y valoración de las diversidades.

Al llevar a cabo este tipo de formación, no desplazamos las particularidades de los contextos de estos líderes, sino que, por el contrario, reconocimos y valoramos sus historias, conformadas por sus identidades, territorios y trayectorias políticas. Estas características individuales no sólo fueron reconocidas, sino que también se utilizaron como puntos de partida para establecer vínculos entre las experiencias de los liderazgos, así como para compartir herramientas y desarrollar estrategias para hacer frente a los obstáculos emergentes. Entre estos retos se encuentran: la escasez de recursos para las campañas, la desvalorización de sus esfuerzos y discursos, así como la presencia de acoso y violencia en el ámbito político.

La propuesta es que en este capítulo podamos dar cuenta de los resultados del reconocimiento de estas producciones intelectuales presentes en diferentes formas y plataformas. La metodología de aprendizaje involucró encuentros expositivo-dialogados, sincrónicos y asincrónicos. El Ciclo se dividió en dos partes: un eje estructurante y sincrónico, compuesto por 18 módulos, y otro de temas electorales específicos, y asincrónico, compuesto por 4 módulos. Lo que

podemos ver es que, más que un ciclo de formación, a partir de estas conversaciones se formó una red de mujeres negras para fortalecer y ampliar su repertorio de tecnologías de movilización, comunicación y articulación en los territorios y otros temas. Inspiradas en voces que resuenan en nuestras luchas desde hace décadas, como las de Lélia Gonzalez, Benedita da Silva y bell hooks, nos embarcamos con la intención de crear un espacio en el que el conocimiento no se haga sólo unilateralmente, sino que se construya y comparta constantemente de forma colectiva. Al explorar las historias de mujeres negras líderes colectivas de diferentes generaciones, territorios e identidades de género, fuimos testigos de cómo estas voces entrelazadas enriquecieron los debates y fortalecieron el tejido de la red. A continuación, movilizaremos algunas de las reuniones para destacar momentos importantes de nuestro Ciclo.

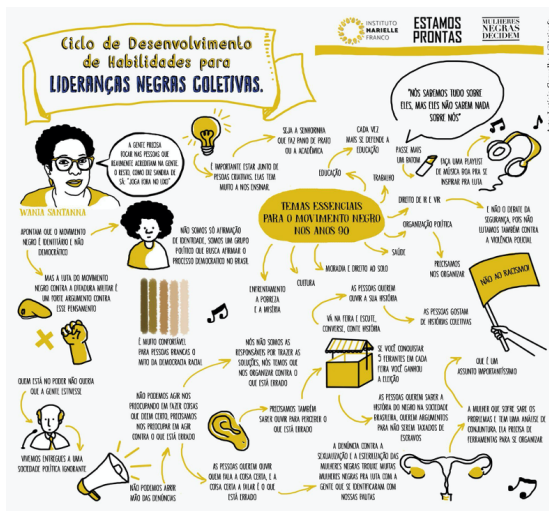
El ciclo de Desarrollo de Competencias

La elección de todas las personas invitadas a dirigir nuestras reuniones se diseñó siguiendo una narrativa cohesiva para la construcción de una campaña política. No fue casualidad que la conductora que abrió el trabajo con las líderes fuera la historiadora y activista del movimiento de mujeres negras Wania Sant'anna, que tiene una amplia experiencia de trabajo junto a grandes nombres de la política nacional. Las aportaciones de la historiadora sobre las posibilidades de incidencia de estas líderes fueron fundamentales para marcar la pauta del enfoque adoptado por el Ciclo.

La interacción entre Wania y todos los participantes -incluso miembros del equipo Estamos Prontas- fue muy intensa. Además de contarnos un poco sobre su trayectoria como activista por el Buen Vivir de las mujeres negras, destacando episodios importantes en el contexto post-redemocratización, la historiadora nos trajo reflexiones sobre el enfrentamiento al racismo y estrategias para ampliar nuestra participación político-partidaria. Tras el encuentro, Wania nos entregó un texto titulado “Sí, estamos prontas, pero podemos prepararnos más”, que incluía dos artículos sobre el enfrentamiento al racismo en la sociedad brasileña desde una perspectiva interseccional. El material complementario fue muy bien recibido por todos. Al principio, también contamos con la importante presencia de Letícia Carvalho para construir el informe gráfico de algunas de nuestras sesiones, que también sirvió como material de apoyo para aquellos interesados en recordar los temas tratados. No cabe duda de que la idea de comenzar las reuniones con un informe y un intercambio como éste animó a las futuras candidatas

a sentirse más tranquilas al hablar de sus propias experiencias y de cómo éstas serían fundamentales para consolidar la victoria de sus respectivas campañas.

Figura 1 – informe gráfico de la reunión con Wania Sant’anna



Fuente: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mulheres Negras Decidem (2022)

Descripción de imágenes: La figura, que forma parte del “Ciclo de Desarrollo de Habilidades para el Liderazgo Negro Colectivo” promovido por el Instituto Marielle Franco, Estamos Prontas y el movimiento Las Mujeres Negras Decidem, destaca los temas tratados en el ciclo, además de presentar frases clave del Movimiento Negro de los años 90 para inspirar y formar a nuevos líderes. Con citas impactantes y temas como el derecho a ir y venir, la organización política, la salud, la cultura y la lucha contra la pobreza, la tarjeta subraya la importancia del conocimiento mutuo, la lucha contra la desigualdad y la valoración de las historias negras. La tarjeta resume frases inspiradoras e información importante de la reunión, como: “Nosotros lo sabemos todo de ellos, pero ellos no saben nada de nosotros”; “No somos sólo una afirmación de identidad, somos un grupo político que pretende afirmar el proceso democrático en Brasil” y “Tenemos que centrarnos en las personas que realmente creen en nosotros”. Elementos visuales, como ilustraciones de mujeres negras, puños en alto y megáfonos, complementan la figura, reforzando la necesidad de educación y organización colectiva entre las líderes negras.

Es fundamental destacar que el movimiento de mujeres negras no se reduce a espacios formales de producción de conocimiento y estrategias políticas. Por el contrario, su fuerza reside en la presencia y el fortalecimiento de espacios alternativos, históricamente conformados y liderados por ellas. Estos espacios no sólo sirven como arenas para el intercambio de experiencias, sino también como

fuentes cruciales para la producción de conocimiento crítico y la elaboración de estrategias de acción que reflejen las realidades específicas de las comunidades involucradas.

La ruta Estamos Prontas

Tras la reunión de apertura, el recorrido comenzó con dos encuentros dedicados al Derecho Electoral, en colaboración con el Instituto de Referencia Negra Peregum. Expertos como Paula Bernardelli, abogada especializada en Derecho Público, y Mariane Almeida, abogada con maestría en Derecho Constitucional y Electoral, compartieron reflexiones sobre permisos y restricciones durante la precampaña y campaña, estrategias de recaudación de fondos, restricciones, rendición de cuentas y otros puntos que se relacionan con los derechos de cada candidato. Para apoyar a los líderes sobre los procesos legales que acompañan las elecciones de 2022, el equipo de Neisser & Bernardelli Advocacia ha organizado un folleto con las orientaciones más importantes para la campaña electoral de 2022¹, con una visión general de la legislación y el proceso electoral, sus principales requisitos, criterios, plazos y prohibiciones para las elecciones..

A continuación, Nina Valentini, que durante los últimos 15 años se ha dedicado a construir la transformación social en Brasil, creando nuevas soluciones de impacto social para que las personas, las empresas y las organizaciones sociales puedan empoderarse para resolver los desafíos de la actualidad, compartió algunas lecciones sobre la recaudación de fondos para las campañas electorales. Fue un importante intercambio sobre planificación, construcción de narrativas que permitan alcanzar recursos financieros, puntos de referencia y algunos consejos sobre rendición de cuentas a los donantes.

Las tres reuniones se celebraron en colaboración con el Instituto Peregum, lo que nos permitió compartir ideas con un grupo más amplio de candidaturas.

El ciclo también abordó el tema crucial de la violencia política basada en el género y la raza con Daniele Duarte y Fabiana Pinto. Daniele compartió reflexiones sobre la Defensoría de los Derechos Humanos y cómo las concepciones de protección integral deben ser vistas como una dimensión de los Derechos Humanos. Fabiana habló sobre los tipos de violencia política y sobre la Ley 14.192/21, que establece normas para prevenir, reprimir y combatir la violencia

¹ Neisser Bernardelli Advocacia. Elecciones 2022: directrices para campañas y partidos. São Paulo, 2022. Disponible en: https://www.nebadvocacia.com.br/wp-content/uploads/2022/07/eleicoes2022_nb.pdf Consultado el: 26 de junio de 2024.



política contra las mujeres; y modifica la Ley 4.737, de 15 de julio de 1965 (Código Electoral), la Ley 9.096, de 19 de septiembre de 1995 (Ley de Partidos Políticos), y la Ley 9.504, de 30 de septiembre de 1997 (Ley de las Elecciones). 504, de 30 de septiembre de 1997 (Ley Electoral), para disponer los delitos de difusión de hechos o vídeos de contenido no verídico durante el periodo de campaña electoral, tipificar la violencia política contra las mujeres y garantizar la participación de las mujeres en los debates electorales en proporción al número de candidatas en las elecciones legislativas, con sus avances y limitaciones.

Entre las ideas clave que se debatieron había la protección contra la violencia política como forma de autocuidado. Los materiales puestos a disposición en esta reunión proporcionaron insumos para el debate, con estadísticas actuales sobre violencia y datos electorales, los avances y limitaciones de la legislación brasileña, así como perspectivas sobre la situación actual. La investigación sobre la violencia política basada en el género y la raza, llevada a cabo por el Instituto Marielle Franco, también fue destacada durante el debate. Nuestra intención aquí fue centralizar las discusiones sobre la violencia política desde una perspectiva institucional.

Sobre comunicación política, el Estamos Prontas contó con la participación de Luna Costa² y Rithyelle Dantas³ que explicaron sobre la planificación estratégica de la comunicación para campañas activistas, construcción de narrativas, cuidados con las redes sociales, materiales de campaña y métodos de organización de los equipos de campaña.

² Comunicadora Social, con extensión en Medios de Comunicación, Violencia y Derechos Humanos en la UFRJ, estudiante de maestría en Cultura y Territorialidades en la UFF e investigadora del Grupo de Estudios Comunicación, Cultura y Sociedad. Actualmente es responsable de comunicación del Ministerio de Igualdad Racial.

³ Periodista, graduada por la FACHA y jefa de comunicaciones del Ministerio de Igualdad Racial.

Esta fue una de las clases disparadoras para la elaboración de los diagnósticos de redes sociales de cada uno de los liderazgos apoyados por Estamos Prontas. El mapeo con recomendaciones fue realizado por el equipo de comunicación del proyecto y compartido con los participantes, para que pudieran impulsar sus redes sociales en el período de precampaña y posteriormente las redes sociales fueran un importante canal de diálogo con los electores y de presentación de propuestas para establecer sus plataformas políticas.

Aún en el tema de la comunicación, Rose de Paula - en aquel momento Responsable de Comunidades del Movimiento de Mujeres Negras Deciden, licenciada en Ciencias y Humanidades y Políticas Públicas, Larissa Santos⁴ e Rafael Rezende⁵, compartieron metodologías y estrategias para campañas electorales, a partir de sus experiencias en la gestión de comunidades de movimientos de mujeres negras y en la captación de contactos y aprendizaje de campañas abiertas.

La introducción del Canvas Electoral, bajo la dirección de Dandara Rudsan⁶, trajo un abordaje práctico y metodológico para diseñar y sistematizar estrategias de campaña. Además de esta clase, Dandara Rudsan hizo varias reuniones regionales más con las participantes (en grupos) para que pudieran diseñar sus estrategias y resolver algunas de las dudas sobre los planes y principios de campaña.

El encuentro sobre Formación de Red y Articulación Política contó con la presencia de Mônica Oliveira. En este encuentro, Mônica compartió los principios básicos del trabajo en red, como: la democracia, la horizontalidad, el respeto y la transparencia. También presentó los niveles de articulación y las estrategias de articulación política para campañas electorales. Vea el informe gráfico con lo más destacado de las principales reflexiones del encuentro, por Letícia Carvalho.

⁴ Licenciada en Literatura, cofundadora del Club de Lectura de Mozambique y gestora comunitaria de la Red Semilla del Instituto Marielle Franco

⁵ Gestor de sustentabilidad y cuidados colectivos del Instituto Marielle Franco.

⁶ Licenciado en Derecho, especializada en Métodos Consensuados para la resolución de conflictos socioambientales. Dandara es defensora de los derechos humanos socioambientales e investigadora en la Amazonia Pará.

Figura 2 – Informe gráfico del encuentro con Mônica Oliveira



Fuente: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mujeres Negras Decidem (2022)

La figura titulada “Trabajo en red y articulación territorial” del Instituto Marielle Franco, Estamos Prontas y el movimiento Mujeres Negras Decidem presenta ilustraciones y textos que destacan las estrategias de movilización y alianza de las mujeres negras. La pregunta movilizadora de la tarjeta es: “¿Qué estrategias de movilización, articulación y compromiso desarrolláis en vuestras organizaciones y territorios?”. Incluye citas e ilustraciones de Mônica Oliveira y Luiza Bairros sobre la importancia de la concentración y la preparación en la lucha contra las desigualdades. Las imágenes incluyen un apretón de manos, un megáfono, una lista y una balanza, que simbolizan las alianzas, el protagonismo, la organización y el apoyo jurídico. La tarjeta ofrece consejos prácticos, cómo participar en las actividades existentes, relacionarse con los jóvenes, utilizar las redes sociales, estar en la calle y crear listas de simpatizantes y puntos de apoyo, haciendo hincapié en la unidad y la creación de redes estratégicas.

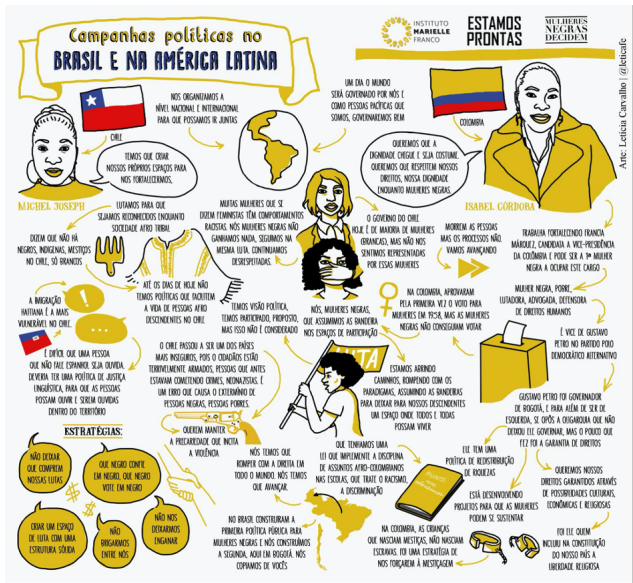
Campañas políticas en Latinoamérica

El 29 de mayo se celebró la primera vuelta de las elecciones presidenciales en Colombia. Gustavo Petro (Pacto Histórico) y Rodolfo Hernández (independiente) fueron elegidos para competir en la segunda vuelta por la presidencia. Estas elecciones estuvieron marcadas por debates sobre la economía, las condiciones sociales de la población y la lucha contra la corrupción. La lista del ex

guerrillero Petro también representó la posibilidad de que Colombia tuviera la primera mujer negra vicepresidenta del país.

Antes de la segunda vuelta de las elecciones colombianas (29 de junio), en la que resultaron elegidos Gustavo Petro y Francia Márquez - activista ecologista y símbolo de la lucha antirracista; que proviene de la ciudad de Suárez, en el estado de Cauca, región de mayoría negra y con una propuesta radical de gobierno en Colombia-, estuvimos con Isabel Córdoba, colombiana, abogada, defensora de los derechos humanos y activa en la campaña de Francia Márquez a la vicepresidencia de Colombia, y con Michel Ange Joseph, mujer negra haitiana, inmigrante en Chile desde hace más de siete años y activista afrofeminista. En este encuentro hablamos sobre las campañas políticas en Latinoamérica para promover la agenda programática de las mujeres negras. Esta reunión también contó con la presencia de Tainah Pereira, quien trajo algunos aspectos destacados de la escena electoral brasileña. Los temas principales se han registrado en el informe gráfico que figura a continuación.

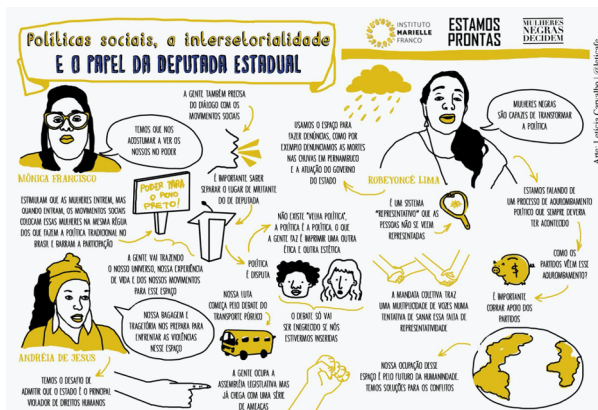
Figura 3 – Informe gráfico de la reunión sobre las campañas políticas en Brasil y Latinoamérica⁷



⁷ Como la lengua materna de los invitados a este encuentro es el español, contamos con el apoyo de tres semillas de la Red de Semillas del Instituto Marielle Franco, Rita, Marcia y Lu Mattos, que se encargaron de la traducción simultánea del evento.

acoger y apoyar las demandas de los movimientos sociales y de la sociedad civil. Este encuentro, fue facilitado por Letícia Carvalho y terminamos el momento de diálogo y escucha con la convicción de que nosotras, las mujeres negras, tenemos el poder de transformar la política.

Figura 4 – Facilitación gráfica de la reunión de 2022 con Diputadas Estaduales



Fuente: Instituto Marielle Franco; Estamos Prontas; Mujeres Negras Deciden (2022)

Descripción de imágenes: Sobre el tema de las políticas sociales, la intersectorialidad y el papel de la Diputada Estadual, nos acompañaron las Diputadas Andréia de Jesus (PT-MG), Mônica Francisco (PSOL-RJ) y Robeyoncé Lima (PSOL-PE) para presentar las herramientas de incidencia que las Diputadas Estaduales tienen a su alcance para La figura titulada “Políticas sociales, intersectorialidad y el papel de la diputada estatal” presenta ilustraciones de las diputadas estatales Mônica Francisco, Robeyoncé Lima y Andréia de Jesus, acompañadas de sus reflexiones sobre el papel de la mujer negra en la política. Destacan la importancia del diálogo con los movimientos sociales, la necesidad de separar el activismo de la función legislativa y la capacidad de las mujeres negras para transformar la política. Lo más destacado de la intervención de Mônica Francisco es: “tenemos que acostumbrarnos a ver a los nuestros en el poder”, entendiendo que “también necesitamos el diálogo con los movimientos sociales”. Card apunta a los discursos de Robeyoncé, destacando lo siguiente: “las mujeres negras son capaces de transformar la política”; “un sistema ‘representativo’ en el que las personas no se ven representadas”; “estamos hablando de un proceso de aquilombamento político que debería haber ocurrido siempre”. Por último, destacan los argumentos de Andréia de Jesus: “nuestra formación y trayectoria nos prepara para enfrentarnos a la violencia en este espacio” “tenemos el reto de admitir que el Estado es el principal violador de los derechos humanos”. Las ilustraciones y citas hacen hincapié en retos como el reconocimiento del Estado como violador de los derechos humanos y la lucha por la representación y la inclusión en la política.

Cuidados integrales

Centrado en el momento especial de acogida y afecto, sobre todo en un periodo próximo a la campaña electoral, el ciclo de habilidades añadió dos dimensiones de cuidado. Los cuidados digitales como tema más conectado al contexto comportamental de la seguridad digital, buscando cambiar la cultura de entendimiento sobre la importancia de este tema en la vida cotidiana de las personas, y las estrategias de salud mental y autocuidado durante la campaña electoral.

En el frente de los cuidados digitales, nos hemos asociado con el Instituto Da Hora, una organización dirigida por Nina da Hora⁸ y Gustavo Souza⁹. Sobre el tema de Cuidados Digitales, Nina y Gustavo dirigieron cuatro reuniones que tuvieron como eje el autocuidado y el cuidado colectivo como herramientas importantes en el proceso de cambio de perspectivas sobre lo digital.

Para abordar el autocuidado, invitamos Ingrid Farias¹⁰ y Iyá Mônica¹¹. Ese encuentro no fue grabado para garantizar la privacidad de los intercambios entre los liderazgos.

Recaudación de fondos

Durante los encuentros, fueron mapeadas las principales dudas de los liderazgos sobre el crowdfunding. A continuación, dimos la bienvenida a Larissa Novais¹², de Benefactoría, para un taller extra sobre Comunicación en Crowdfunding. Larissa trajo elementos de construcción de fondos de financiación, así como consejos sobre storytelling¹³ y el mapeo de donadores posibles. Además de la parte teórica, este encuentro incluyó la elaboración de mensajes de donación por parte de los liderazgos y una revisión de la comunicación sobre crowdfunding electoral por parte del especialista.

⁸ Científico informático, investigador, hacker antirracista centrado en la emancipación de los derechos digitales y fundador del Instituto da Hora.

⁹ Investigador y gestor de proyectos en el Instituto da Hora.

¹⁰ Activista negra feminista, integrante de la RENFA y de la Coalizão Negra por Direitos, investigadora sobre participación política y violencia de género y raza y entonces coordinadora de formación del Instituto Update Brasil.

¹¹ Educadora, máster en educación, Psicomotricista y Terapeuta Holística.

¹² Comunicadora y productora cultural. Sócia y directora de Comunidades de la Benefactoría.

¹³ Storytelling es un término inglés. “Story” significa historia y “telling” significa contar. Más que una narración, el storytelling es el arte de contar historias, utilizando técnicas inspiradas en guionistas y escritores para transmitir un mensaje de forma única e impactante.

Agenda de la vida real

El último taller-reunión tuvo lugar el 21 de julio de 2022. En esta reunión se propuso discutir la agenda prioritaria de las líderes de los colectivos de mujeres negras en los estados y elaborar un documento de compromiso de Estamos Prontas. Los insumos de esta discusión fueron organizados en la herramienta Slice por las líderes y el equipo de Estamos Prontas y contribuyeron a la Agenda Marielle Franco 2022.



Descripción de imágenes: El “Taller sobre la Agenda de la Vida Real” destaca las prioridades regionales en Brasil, con especial atención a la seguridad pública, la salud, la educación y el trabajo. Entre las regiones, el Norte incluye temas como seguridad pública, salud, educación, trabajo e ingresos, entre otros; el Nordeste también aborda seguridad pública, salud, trabajo e ingresos, con énfasis en las prácticas locales; el Centro-Oeste destaca cuestiones de seguridad alimentaria, defensa de la tierra y otros aspectos locales; el Sudeste hace hincapié en seguridad pública, salud, educación, entre otros; y el Sur se centra en seguridad pública, antirracismo, educación, salud, entre otros. Los aspectos más específicos de las agendas tienen algunos puntos presentados por las regiones. En el Norte, hay un llamado a la seguridad pública para fortalecer la demarcación de las tierras indígenas y quilombolas, divulgar las prácticas y protocolos de la PM, así como poner en la agenda la lucha por la tierra, indicando el 20% del presupuesto anual para desastres ambientales. El Nordeste enfatiza la necesidad, en educación, de enfrentar el abandono de las escuelas tras la pandemia y garantizar el piso salarial de los educadores; también indica el fortalecimiento de las cooperativas periféricas y de mujeres como forma de generar trabajo e ingresos. El Centro-Oeste coloca en el centro de la agenda sanitaria la descentralización de la salud y la atención a las enfermedades comunes a la población negra, y en la lucha por la tierra, indica como cruciales la promoción de la agricultura familiar y la protección de los derechos territoriales, discutiendo la regularización de los territorios quilombolas. En el Sudeste, el antirracismo está en la agenda, con la Secretaría de Estado de Promoción de la Igualdad Racial, y la generación de empleo y renta con el programa de incentivo al primer empleo. En el Sur, están en la agenda las políticas de salud dirigidas a la población negra, así como el reconocimiento de la educación étnico-racial y las directrices de la educación quilombola. Cada región requiere enfoques específicos para hacer frente a sus desafíos y promover el desarrollo sostenible. Promover una agenda con demandas y propuestas prioritarias para el desarrollo sostenible e inclusivo de las diferentes regiones de Brasil subraya la importancia de un enfoque local y específico para abordar los retos socioeconómicos y medioambientales, promoviendo la equidad y la justicia social.

Además de los encuentros celebrados en vivo entre abril y julio, el ciclo de formación difundió una serie de 4 lecciones en vídeo, con los siguientes contenidos:

1 – Estructura de las Asambleas Legislativas

El primer contenido disponible versó sobre la Estructura de las Asambleas Legislativas con Nathalia Sant’anna.¹⁴

Nathália compartió información entre bastidores sobre el funcionamiento de las Asambleas Legislativas brasileñas y las funciones y rutina de un diputado estatal. En esta videoclase, los líderes pudieron profundizar en los siguientes aspectos: la estructura de una Cámara; las principales funciones de un diputado estadual; cómo se estructura un Proyecto de Ley (PL); qué es la Comisión de Ética; cómo se dialoga y acompaña la actuación del Ejecutivo estadual. Además de conocer otros aspectos de la actividad parlamentaria, que también estaban recogidos en el material de apoyo sobre la legislatura elaborado por el especialista.

2 – Comunicación de datos para su campaña electoral

La directora de contenidos de Género y Número -una organización de periodismo de datos que trabaja sobre tres ejes: raza, género y derechos en Brasil y Latinoamérica- compartió algunas estrategias para el uso de datos en campañas y cómo los datos pueden convertirse en una herramienta para la plataforma política de las campañas. Además del vídeo, Maria Martha compartió una presentación con varias referencias a fuentes y formas de comunicar datos. para compartilhar as notícias das lideranças coletivas, a memória e o legado de mulheres negras.

3 y 4 - Inspirar: experiencias de movilización para campañas electorales

Se produjeron dos vídeos sobre este tema: el primero con Danúbia Gardênia, que es socióloga y formó parte del equipo de mandato de la entonces diputada federal Áurea Carolina (PSOL-MG). En este vídeo, comparte ejemplos reales y

¹⁴ Abogada con Máster en Derecho por la UFRJ y amplia experiencia en advocacy en el tercer sector. En su trayectoria profesional, fue pasante, asesora y coordinadora de mandatos parlamentarios en Río de Janeiro, especializándose en proceso legislativo y articulación política.

prácticos que pueden servir de inspiración para la movilización electoral. Hay muchos ejemplos: Banquinha Agroecológica - Marquito Florianópolis, Frerção - Bancada activista em SP, Café da Cida na Rua - BH, Marco fotográfico creativo con Mônica Francisco y muchos más.

En el segundo vídeo, Dani Assis, periodista y analista de redes y medios de la ONG NOSSAS, compartió algunas experiencias internacionales que pueden aplicarse en contextos brasileños. Los ejemplos van desde campañas en Estados Unidos a Latinoamérica, Zambia e India.

Trabajo participativo y colectivo para promover más mujeres en política

Durante el ciclo de desarrollo de habilidades, que tuvo lugar entre abril y julio, contamos con el apoyo y la colaboración de muchas personas. En esta sección, queremos dar las gracias a todos, sin los cuales no habría sido posible llegar tan lejos.

A las/los expertas/os invitadas/os: Dandara Rudsan; Danielle Assis; Danielle Duarte; Danúbia Gardênia; Diputada Andréia de Jesus; Diputada Mônica Francisco; Co-diputada Robeyonce Lima; Gustavo Souza; Ingrid Farias; Isabel Córdoba; Iyá Monica Ferreira; Larissa Novais, de Benfeitoria; Larissa Santos; Luna Costa; Maria Martha, de Género e Número; Mariane Almeida; Michel Ange Joseph; Natália Sant'anna; Nina da Hora; Nina Valentini; Paula Bernardelli; Rafael Rezende; Rithyelle Dantas; Rose de Paula y Wania Sant'anna. A los socios: Instituto da Hora, en el ciclo de cuidados digitales; Instituto Peregum en los encuentros de derecho electoral y recaudación de fondos; Neisser & Bernardelli advocacia con apoyo y orientación jurídica; y Rede A Ponte con datos y revisión de plataformas políticas. También con ActionAid y la (Rede de Sementes) Red Semilla del Instituto Marielle Franco, que facilitaron una plataforma y traductores de español, respectivamente, para el encuentro internacional con compañeros de Chile y Colombia: ¡muchas gracias!

ESTAMOS PRONTAS: más allá del ciclo formativo

Incluso con el fin de las reuniones semanales del ciclo de formación, continuaron el fortalecimiento y el apoyo, las actividades de incidencia, la articulación política y territorial y la comunicación (prensa y audiovisual).

En el grupo de WhatsApp, los informes del calendario electoral y otros avisos pertinentes al período electoral fueron comunicados a las líderes colectivas. Y se amplió y revisó el alcance del boletín informativo: pasó a ser público y mensual

para compartir noticias de las líderes del colectivo, la memoria y el legado de las mujeres negras.

Por último, el 5 de agosto de 2022, se celebró el “Encuentro Nacional Estamos Prontas: Mujeres Negras en Política” en la sede nacional de Acción de Ciudadanía en Río de Janeiro. El evento marcó el final de la primera etapa del proyecto “Estamos Prontas”. Además de las precandidatas que forman parte del proyecto, asistieron al encuentro otras personalidades políticas del campo democrático, intelectuales mujeres negras y activistas que contribuyen a la política brasileña. La retransmisión íntegra del acto está disponible en canal de youtube do Estamos Prontas.

Al final, el Ciclo de Desarrollo de Habilidades no fue sólo un curso, sino una llamada a la acción, una respuesta a la urgencia de transformar nuestro escenario político. Fue una afirmación colectiva de que nosotras, las mujeres negras, estamos listas para ser protagonistas en todas las esferas, listas para dar forma a políticas que reflejen nuestra diversidad y nuestros deseos. Nuestro camino continúa, nuestras voces resuenan y nuestros pasos firmes nos conducen hacia un Brasil más justo e igualitario.



REFERENCIAS

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

hooks, bell. Vivendo de amor. **Portal Geledés**. Trad. Maísa Mendonça. São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 26 jun. 2024.



Beatriz Amparo

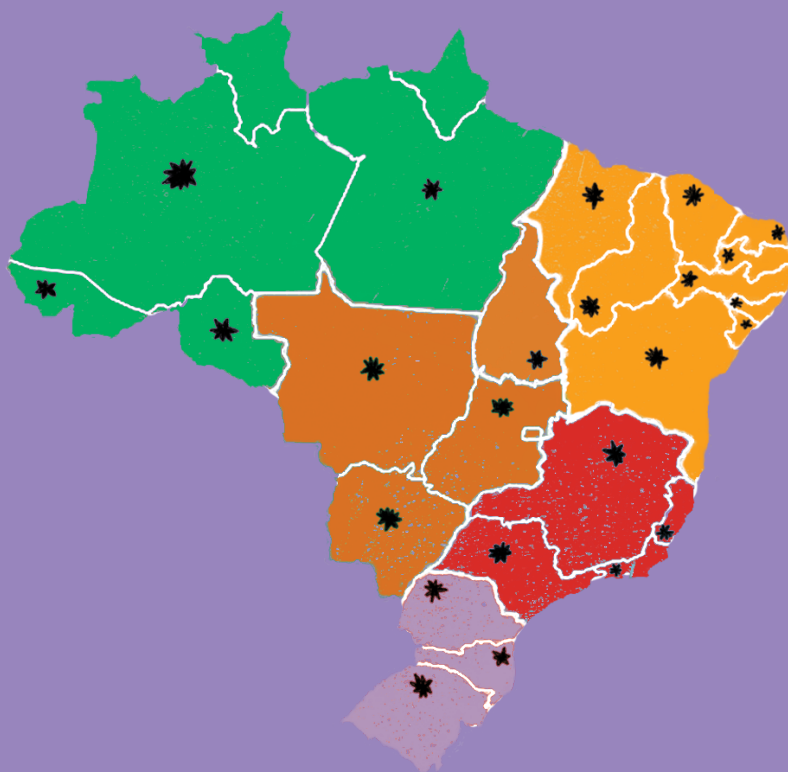
Socióloga, investigadora y organizadora política. Estudiante de posgrado en ciencias humanas y pensamiento decolonial en la PUC SP. Actualmente es gestora de campañas en el Instituto Marielle Franco y consejera del movimiento Mujeres Negras Deciden. Se dedica a los siguientes temas: la sociedad, la política y la atención digital, con énfasis en la estrategia, los datos y las narrativas.

Stephane Ramos es doctoranda en Historia Social por la Universidad de Brasilia y posee un máster y una licenciatura en Historia por la Universidad Federal de Río de Janeiro. Por Harvard University (2022-2023), ella posee diversos artículos relacionados a la Historia de la educación negra en Brasil y archivos familiares.

Tiene experiencia profesional en organizaciones como Mujeres Negras Deciden, Redes Maré, Iniciativa Pipa, Proyecto NICA, además de trabajar como consultora de investigación, intérprete y profesora de historia.

Es organizadora política del movimiento Mujeres Negras Deciden y miembro de la Red de Historiadorxs Negrxs.





El movimiento afrodescendiente en Chile

MILENE MOLINA

El Movimiento Afrodescendiente en Chile se comienza a pensar a fines del año 2000, materializándose en abril de 2001 con la creación de la Ong Oro Negro. Desde sus inicios, este movimiento fue liderado mayormente por mujeres, situación que se sigue manteniendo hasta estos días. Considero muy necesario destacar la figura de Sonia Salgado Henríquez, mujer afro chilena que transitó por espacios políticos, logrando ser elegida como alcaldesa en la comuna de Camarones.

Algunos miembros de Oro Negro ya habían leído la contingencia de finales del siglo XX en esa misma clave. Sonia Salgado, la alcaldesa de Camarones, comuna suscrita a la I Región de Tarapacá en aquel entonces –hoy XV Región de Arica y Parinacota-, ya planteaba sus inquietudes frente a su condición identitaria, desde el espacio político institucional: “...Este es un país racista, altamente discriminador, desconfiado y poco pluralista (...) Yo no estoy donde estoy por simpatía, sino porque tuve la oportunidad de estudiar y fui luchadora, estuve siempre en los primeros lugares y me gané los espacios...” –refiriéndose a su rol como alcaldesa y dirigente política-.

Sonia, quien ocupaba el cargo de edil comunal de Camarones desde 1994, a finales del año 2000 formaría, junto a varios miembros de su familia, la organización Oro Negro, espacio desde el cual se buscaba articular a quienes se sentían parte de dicha identidad afrodescendiente y junto con ello reconocer y estimar cuántos de ellos existían en Chile y en la región. Al mismo tiempo, sus propósitos buscaban abordar, desde un punto de vista global, la problemática del racismo, la discriminación y la xenofobia en Chile:

“Proceso Político del Pueblo Tribal Afrodescendiente Chileno siglo XXI”
Oficina de Desarrollo Afrodescendiente / Ilustre Municipalidad de Arica

Segunda edición versión digital, 2020.

Hasta ese momento la afrodescendencia no era un tema de interés ni de diálogo en los espacios sociales. No había aún una conciencia afrodescendiente de interés público en la comunidad de Arica ni en la comuna de Camarones y mucho menos en Chile. Es Sonia Salgado Enríquez quien parte con el movimiento afro chileno. Durante el ejercicio de su cargo como alcaldesa, conoce a líderes internacionales afrodescendientes, y es ahí cuando comienza a tener un accionar político sobre la afrodescendencia. Junto a sus hermanas Marta y Olga participan en lo que fue la Cumbre de las Américas, evento que se realizó en Santiago de Chile el año 2000.

“...Somos un grupo orgulloso de ser negros. Por mucho tiempo sentimos que no éramos ni de aquí ni de allá. Fuimos postergados, borrados del mapa, pero nunca perdimos la alegría de vivir...”, expresaba la alcaldesa de Camarones en aquellos años, Sonia Salgado, a la prensa nacional.

Durante esos días, la capital del país congregaba a diversos actores sociales, los cuales participaban de la “Conferencia ciudadana contra el racismo, la xenofobia, la intolerancia y la discriminación”, instancia en la cual se abrían al debate en torno a tales temáticas, conforme frenar su preponderancia latente en Chile y en el continente. En dicha instancia, y junto a representantes de los pueblos indígenas del norte, centro y sur del país, los afrodescendientes tendrían un lugar de relevancia, en parte gracias al percance vivido por la máxima autoridad gubernamental, el presidente Ricardo Lagos, quien, al preguntársele si en Chile existían poblaciones afrodescendientes, respondió raudamente que no. Frente a tal negación, los representantes del pueblo afro alzarían su voz, circunstancia que reforzaría su sentido de identidad social y cultural, lo cual les llevaría asumir su propia conciencia étnica. “Entramos negros y salimos afrodescendientes”, dirían los dirigentes presentes en dicha conferencia tras su finalización.

“Proceso Político del Pueblo Tribal Afrodescendiente Chileno siglo XXI”
Oficina de Desarrollo Afrodescendiente / Ilustre Municipalidad de Arica
Segunda edición versión digital, 2020.

Es en la Cumbre de las Américas, donde se toma el acuerdo de que a partir de ese día sería la palabra AFRODESCENDIENTE la que utilizaría para nombrar a los descendientes de las personas africanas. Este momento y este espacio no estuvo exento de polémicas, de disputas, de discusiones, ya que las propuestas de cómo nos teníamos que nombrar, eran variadas. Siendo la palabra Afrodescendientes la que termina imponiéndose sobre otras propuestas. Lo que el Mundo afrodescendiente o descendientes de personas africanas buscaba era que no se nos siguiera llamando como nos había nombrado el esclavizador; (Negras, Negros).

Es en este momento de la historia cuando comienza a despertar una conciencia Afrodescendiente a nivel local. Poco a poco van naciendo otras organizaciones donde se repite la activa presencia femenina, ya que son las mujeres quienes van teniendo un evidente y constante activismo.

Hoy podemos decir que en la ciudad de Arica y Parinacota existen 54 organizaciones enfocadas en diferentes áreas como: políticas, sociales, culturales, espirituales, deportivas, gremiales, feministas, etcétera, y una de las características que debemos resaltar es que la dirección de estas organizaciones está a cargo en su gran mayoría de mujeres.

Han transcurrido 22 años desde que se creara la primera organización afrodescendiente de Arica. Actualmente esto se replica a nivel nacional, existiendo muchas organizaciones que se definen como afrodescendientes en distintas ciudades a lo largo de Chile y se sigue manteniendo una notoria presencia de mujeres activando y liderando.

Cómo nos relacionamos entre nosotras y nosotros

Con el pasar de los años el movimiento afrodescendiente chileno ha ido experimentando diferentes etapas. Colocando mucha fuerza y trabajo en la visibilización de la afro descendencia en Chile lo cual no está exento de negacionismo, ya que el Estado chileno y la sociedad chilena en general, solo ve o solo considera la afro descendencia desde sus imaginarios coloniales y llenos de racismo mirándolo como algo ajeno a este país. Desde donde se asocia con las personas de piel muy oscura y con rasgos africanos muy marcados, situación que no se da en la afro chilenidad.

El trabajo que hemos llevado las mujeres y algunos compañeros, en sus inicios se nutrió de relatos orales de nuestras familias, luego lo fuimos reforzando con antecedentes históricos y científicos. Hemos realizado la visibilidad desde la danza, desde lo cultural, siendo la artesanía, las comidas, los tambores, algunas de las tantas formas de ir fortaleciendo también la identidad de afrodescendientes y que la sociedad nos vea como lo que somos, desde dónde nos paramos y cómo nos definimos: **Afrodescendientes o Afro chilenas**, merecedores de Derechos Colectivos.

Desde nuestra condición humana lamentablemente vivimos en un constante debate interno por busca de protagonismo y creo que más que el protagonismo es la necesidad de ser aceptadas por el otro. Por quien administra el poder. Por quien tiene los recursos económicos. Y nos vemos deslumbradas, a veces, cuando ese otro nos comienza a tomar en cuenta. Nos invitan a lugares bonitos, nos invitan a tomar la palabra en los actos públicos... Pienso que es en esos momentos cuando nosotras caemos en confusiones y en lugar de pensar que son espacios que debemos aprovechar para instalar nuestras demandas políticas, sociales, económicas, culturales y de mujeres afrodescendientes, más bien los utilizamos para fortalecer las figuras individuales, ya que terminamos siendo seducidas por el neoliberalismo que saca a flote nuestras carencias y potencia nuestro ego. Incluso comenzamos a sentir que somos más importantes o mejores que nuestras hermanas afrodescendientes, olvidando nuestra lucha antirracista y anti colonial. Lamentablemente, queremos o no, terminamos convirtiéndonos en instrumentos de las estructuras de poder, las cuales nos dividen y nos impiden avanzar con el ritmo que necesitamos avanzar. Damos dos pasos hacia adelante y un paso hacia atrás y a veces hasta dos pasos hacia

atrás, porque nos nublan los placeres del sistema neoliberal y no logramos darnos cuenta que somos la cuota de diversidad en los espacios políticos y sociales origen y estructura colonial. No nos invitan porque nos crean inteligentes, ni mucho menos capaces. No nos invitan por eso, nos invitan para cumplir con sus cuotas sociales y poder verse más humanos.

¿Cuándo vamos a entender que nosotras somos la cuota? La cuota que está en los espacios de blancos o blancas, la cuota que puede tomar un micrófono y hablar, la cuota que está en las organizaciones o los partidos políticos. ¡Somos la cuota! Esa cuota la cual es usada para decir: ¿ven que nosotras trabajamos o nosotros también trabajamos con las personas afrodescendientes? “Ven que buenas y buenos somos?”, “Ven cómo les damos espacio a las diversidades?” ,” Cómo les abrimos el camino para que puedan dar sus mensajes?”.

Todo esto termina por dividirnos. Todo esto se va transformando en una carga pesada que nos va desgastando porque estamos constantemente tratando de mantenernos en nuestros espacios, donde están los focos alumbrándonos y queremos que nos vean, pero no hacemos la reflexión de que somos la cuota. Que en realidad no les importamos. Que en realidad nuestras penas o alegrías no les interesan. Nuestros pueblos no les interesa. Somos las marginadas, las que venimos de la periferia, las que miramos el centro y queremos llegar a ese centro para que los focos nos alumbrén. Somos las empobrecidas por el sistema. Somos las esclavizadas históricamente, esclavizada por el sistema, como dijo Frank Fanon: “somos las condenadas de la tierra”.

Pero no por eso dejaremos de pensar y decir que somos merecedores de todo lo que queremos tener. Nos merecemos todo lo que se nos ha negado. Tenemos que buscar la forma de poder, algún día, vivir y gozar de todo lo que se nos ha negado por nuestros orígenes, por nuestro color de piel, ya que las riquezas o gran parte de las riquezas del mundo se han construido sobre nuestras espaldas, sobre nuestras vidas.

A Disputar el Poder

En Chile como en El Mundo, existe un pequeño grupo de personas que históricamente administran el poder, como de la misma forma existe un sector mayoritario que no les gusta hablar del poder.

A veces pienso que se nos ha enseñado, o concientizado a ser subalternas y marginadas. A ver el poder como algo negativo, que solo el nombrar la palabra nos cuesta o nos lleva a cuestionarnos y a sentirnos malas personas, seguramente porque el

poder lo asociamos con la ambición o con otras tantas cosas negativas, pero resulta que tenemos que disputar el poder.

Tenemos que lograr, en algún momento, ser nosotras quienes también administremos el poder y yo no digo que hay que sacar a algunas para que se pongan otras, porque El Mundo no es solo de un color. Es de muchos colores y entre esos seres de muchos colores, debemos administrar el poder. Como una acuarela con matices y no de un solo color, como es actualmente.

Tenemos que fortalecer a las mujeres Afrodescendientes. Tenemos que educarnos para poder disputar el poder. Si nosotros no llegamos a esos espacios, difícilmente vamos a lograr políticas públicas, acciones afirmativas en pro de las personas afrodescendientes o personas negras. Debemos trabajar duro para que nuestros hermanos afrodescendientes y nosotras mismas, estemos capacitadas para dar esa pelea, que es la disputa del poder. Algunas probablemente podemos quedar en el camino, otras podemos llegar, pero que no se nos olvide, cuando lleguemos a administrar el poder, el por qué estamos ahí. Esa es una más de nuestras estrategias de sobrevivencia, la disputa del poder.

Actualmente, En Chile hemos logrado ir avanzando en esos espacios de poder, que tampoco fue fácil asumir que era un camino por el cual debíamos transitar. Y las primeras que en algún momento decidimos transitar por esos caminos, fuimos criticadas y rechazadas por nuestros entornos. Incluso el hecho de hablar de feminismo, también provocó rechazo en nuestros entornos. Ahora comprendo el por qué las personas afrodescendientes reaccionaban de esa forma. Porque se nos ha educado de tal manera que asumimos que la administración del poder le corresponde a otras y no a nosotras y querer llegar ahí era y es visto como algo pecaminoso. Actualmente en Chile contamos con compañeras, hermanas afrodescendientes en espacios de poder. Quizás, todavía son espacios muy pequeñitos, pero hay que ir caminando de a poco. Esos espacios pequeñitos nos han ido permitiendo visibilizarnos un poco más. Debemos sacudirnos esos estigmas de que las mujeres negras solo servimos para los trabajos domésticos, que los hacemos muy bien, porque es parte de la vida de las mujeres, en general. Que solo servimos para preparar una rica comida o que solo servimos o estamos destinadas a hacer el placer de otros o de otras. No ha sido fácil poder cambiar esas miradas hacia nosotros. No puedo afirmar que actualmente ya no nos miren de esa manera, pero sí que hoy es posible decir: las mujeres afrodescendientes también son médicas, profesoras, científicas, ingenieras, deportista, empresarias, políticas, etcétera, haciendo el camino hacia esos espacios de poder.

El feminismo será antirracista o no será

A menudo me cuestiono si es que quiero o no quiero ser llamada feminista o si es que los espacios feministas son espacios cómodos o buenos o sanos para nosotras,

las mujeres afrodescendientes, ya que también creo que, en esos espacios somos la cuota que sirve al feminismo hegemónico, un feminismo poco amable con nosotras las mujeres afrodescendientes. Les voy a compartir algo que escribí hace algún tiempo para una revista de izquierda acá en Chile haciendo una reflexión sobre lo que es para mí el 8 de marzo.

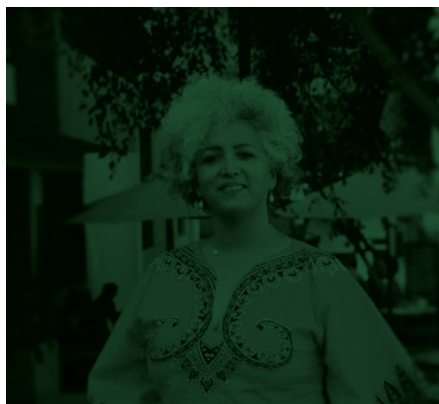
¿En qué mujeres piensas el 8 de marzo?

Como cada año desde 1910, conmemoramos un nuevo 8 de marzo donde nuestras acciones y pensamientos se centran en los derechos de las mujeres, niñas y adolescentes. Y es en este punto donde me detengo y pregunto: ¿En qué tipo de mujeres pensamos el 8 de marzo? ¿Pensamos en las trabajadoras, en todas las trabajadoras? ¿O solo en las que han podido educarse y por eso son conscientes que tienen derechos y que estos derechos son históricamente vulnerados por el patriarcado? ¿Pensamos en la mal llamada dueña de casa o en las trabajadoras de casa particular o en la casera de la feria que se levanta casi todos los días a las 4 de la mañana para tener las verduras frescas para nuestras familias o en las que cumplen la labor de aseo en los grandes edificios y que en la actualidad en su mayoría son migrantes, o la mujer que mantiene el aseo en jardín o colegio de nuestros hij@s, o la dependiente de la tienda o aquellas mujeres que trabajan en los locales nocturnos etc.? Definitivamente creo que en éstas no pensamos y que de manera inconsciente no las integramos a las luchas y demandas que levanta el feminismo; nuestra vista no alcanza para poder verlas. No creo que sea nuestra culpa el no verlas ya que el feminismo como teoría no nace en esos sectores populares donde habitamos la mayoría de las mujeres, pero sí creo firmemente, que es en esos territorios donde se vive el feminismo con mayor fuerza. Es ahí donde las mujeres debemos aprender a cuidarnos desde pequeñas para no ser abusadas, trabajar desde muy chicas cuidando a nuestros hermanas y hermanos mientras la madre sale a trabajar fuera del hogar para poder traer el alimento a casa, donde no hay tiempo para enfermarse ni dinero para sanarse. Es en esos espacios donde nos organizamos con las ollas comunes para dar de comer a quien lo necesite, pero son precisamente esas mujeres, quienes en su mayoría desconocen el origen del 8 de marzo y la lucha feminista e incluso la existencia de algo llamado patriarcado o feminismo y que este último se esfuerza en desplazar el orden social y económico instaurado por el patriarcado, para lograr avanzar hacia la equidad entre géneros, a lo que también agregaría, la equidad entre mujeres.

Hoy, seguramente celebraremos en las calles el avance en términos de derechos políticos, la gran ansiada paridad en la convención, donde no puedo dejar de mencionar que el pueblo tribal afrochileno, reconocido legalmente por la ley 21.151, fue

arbitrariamente excluido del proceso constituyente al negársele su legítimo derecho a un escaño reservado en la discusión parlamentaria.

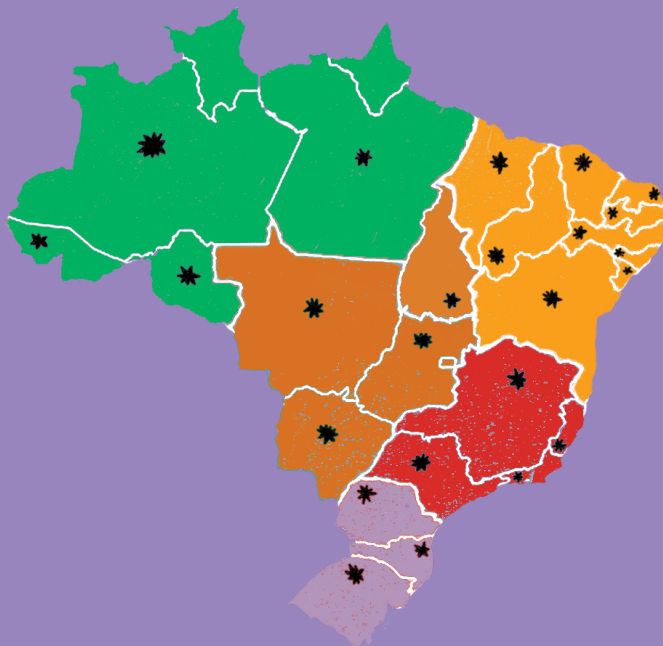
No estamos todas, faltamos las afrodescendientes.



Milene Molina Arancibia

Activista, feminista antirracista, representante de la Colectiva de Mujeres Afrodescendientes Luanda, Coordinadora Cono Sur Red MAAD, Frente de Mujeres Afro políticas

Epílogo



“¡Estamos siempre listas!”

BENEDITA DA SILVA

Me da mucha honra escribir el epílogo del libro “Estamos Prontas: Lecciones de Liderazgos Colectivos de Mujeres Negras en las Elecciones Brasileñas”, organizado por Fabiana Pinto y Tainah Pereira, quienes también escribieron la Introducción.

En un año de elecciones municipales, en medio de un contexto de polarización con la extrema derecha, que no cesa en su intento de devolver un gobierno antidemocrático, misógino, racista y homofóbico, el lanzamiento de este libro, con relatos valiosos de experiencias de mujeres negras en las elecciones, puede también servir como un verdadero guión para la lucha. Es este enfoque práctico para nuestro movimiento lo que destaco en este importante libro.

¿Pero qué movimiento es este que ha resistido durante varios siglos de opresión, discriminación y de intentos de silenciamiento e invisibilidad, los cuales, sin embargo, siempre han sido frustrados por nuestra resistencia?

Las raíces del movimiento de mujeres negras se encuentran en la lucha por la libertad de nuestras ancestras que, al igual que Tereza de Benguela y Dandara dos Palmares, resistieron la esclavitud cuidando de la vida en las senzalas y huyendo de allá para establecer, junto con los negros esclavizados, numerosos quilombos. La fuerza inagotable del movimiento de mujeres se nutre de la resistencia secular de nuestras ancestras.

Este papel central como referencia familiar y defensora de la vida de las mujeres negras esclavizadas continuó después de la llamada abolición. Desde entonces, las mujeres han actuado como jefas de familia y organizadoras sociales en las favelas y periferias, defendiendo la vida y la cultura. Las mujeres negras han cumplido y todavía cumplen este papel de proveedoras con empleos como trabajadoras domésticas, mal remuneradas y sin ningún derecho laboral. Es una relación laboral humillante y sobreexplotada, herencia directa de la esclavitud.

Es en este punto que me gustaría hablar de mi experiencia de vida, que, en todos los aspectos, desde los peores hasta los mejores, sigue el guión de vida de las innumerables generaciones de mujeres negras que siempre han sufrido el triple prejuicio: racismo, género y origen social.

Trabajé desde niña, no pude estudiar a tiempo y pasé hambre junto con mis hijos. Aunque siempre enfrenté la discriminación por ser negra, mujer y vivir en una favela, mi naturaleza nunca me permitió bajar la cabeza y conformarme con esta situación de ciudadana de segunda o incluso tercera clase, impuesta por una sociedad racista y machista.

Puedo afirmar que no elegí la política, como suele decirse. Como muchas mujeres en las mismas condiciones, la política me fue impuesta porque no aceptaba

la situación de miseria social en la que vivía con mi familia y en mi comunidad, en el Morro do Chapéu Mangueira.

Fue participando en la Asociación de Vecinos que descubrí la inmensa fuerza de la mujer cuando toma conciencia de su situación. Fue entonces cuando creé el primer departamento femenino de una Asociación de Vecinos, aún en los tiempos difíciles de la dictadura militar.

A pesar de los avances logrados en la etapa final de la dictadura, especialmente contra la política de desalojo de favelas, sentía que no éramos escuchadas y que continuábamos sin tener oportunidades ni voz.

En 1979, al escuchar sobre la organización de un partido político de los propios trabajadores, dirigido por un obrero metalúrgico, yo y otros líderes comunitarios nos involucramos rápidamente para ayudar a construir este partido donde realmente estaríamos representados. Fue en esta gran experiencia de lucha y organización que vi toda la fuerza y potencialidad de los movimientos negro y de mujeres.

Desde el movimiento comunitario, sentí la discriminación machista. Al participar en la construcción del Partido de los Trabajadores y Trabajadoras, vi la necesidad de actuar simultáneamente como mujer y negra, fusionando en una misma lucha la lucha contra el racismo, el machismo y la desigualdad social, las tres llagas sociales que siempre van de la mano en el capitalismo brasileño.

Después de todo, nuestra lucha como mujeres negras oprimidas y discriminadas es una parte esencial de la profunda conexión entre raza, género y clase, en la cual no hay espacio para jerarquías, ya que todos sus términos se entrelazan con igual importancia en el horizonte de la lucha común.

Vimos eso en la práctica durante la actuación de la bancada negra en la Constituyente, en la elección de Lula en 2002, y con su gobierno (incluyendo el actual) creando los ministerios de promoción de la igualdad racial y de género, la política de cuotas y programas sociales donde la mujer era la titular del beneficio.

Lo vimos durante el gobierno de la presidenta Dilma con la aprobación de la PEC de las Domésticas, que igualó los derechos laborales de los trabajadores domésticos, en su mayoría mujeres negras. Pero también vimos el retroceso de todos estos logros con la victoria del golpe de Estado contra la presidenta Dilma en 2016, porque las mujeres y el pueblo consciente no tuvieron fuerzas para impedirlo.

Entiendo que el movimiento negro y de mujeres lograron estos avances porque, junto con sus movimientos específicos, se unieron a la lucha general del pueblo por democracia, soberanía, inclusión social y combate al racismo y la discriminación de género. Considero este punto esencial para nosotras, mujeres

negras: cuanto más fuerte, amplio y arraigado sea nuestro movimiento, más peso tendremos en la lucha general del pueblo y de los partidos de izquierda que eligen a sus representantes.

Lo hicimos en mi partido, el PT, cuando, con la presión de las mujeres, logramos la paridad en todos sus órganos de dirección.

Intentaron detener la lucha de la mujer negra en 2018 con el brutal asesinato de la concejala Marielle Franco, pero la derecha fascista no esperaba la gran reacción popular, que no solo exigió el castigo de los autores intelectuales, sino que también eligió a varias mujeres negras para la Cámara de Diputados y las Asambleas Legislativas.

Reforzando esta tendencia positiva y contando con la presión del movimiento negro, en colaboración con Educafro, presenté una consulta al TSE que fue aprobada y resultó en la garantía de una distribución proporcional de financiamiento de campaña y tiempo de propaganda en televisión y radio para candidaturas negras.

Este debe ser el foco de nuestra lucha: incrementar constantemente nuestra representación política en todas las instancias del poder en la República. Al fin y al cabo, nosotras, mujeres conscientes, pretendemos representar a la mayoría de la población brasileña, que está compuesta por mujeres, pero dentro de ella, la presencia de mujeres negras tiene un peso demográfico muy grande.

Para concluir, quisiera citar una vez más a Angela Davis quien, refiriéndose a las mujeres negras en Estados Unidos (pero también en Brasil) como el sector más explotado, oprimido y discriminado de la población trabajadora, afirmó que ellas representan la clave para el cambio social, porque:

“Cuando la mujer negra se mueve, toda la estructura de la sociedad se mueve con ella”.



Licenciada en Enfermería y Trabajo Social, Benedita da Silva cumple actualmente su sexto mandato como diputada federal por el Partido de los Trabajadores en Río de Janeiro. Su trayectoria de luchas y logros ha roto todos los tabúes de las esferas políticas en Brasil, ya que fue: -la primera mujer negra en ocupar el cargo de concejal en el municipio de Río de Janeiro;

- diputada federal en la Asamblea Constituyente de 1988;
- primera senadora negra elegida en la República, primera senadora negra electa de la República; - vicegobernadora del Estado de Río de Janeiro;
- gobernadora del Estado de Río de Janeiro;
- ministra de la Secretaría Especial de Trabajo y Asistencia Social (en el primer gobierno del Presidente Lula);
- presidenta de la Comisión de Cultura de la Cámara de Diputados; coordinadora general de la Secretaría de la Mujer de la Cámara de Diputados.

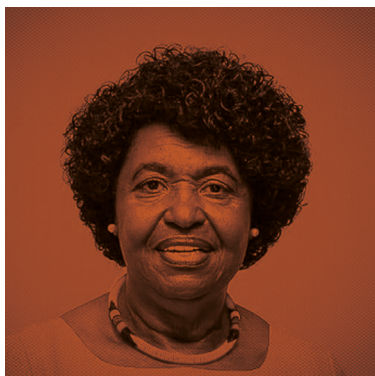
Entre los principales logros de Benedita da Silva figuran:

- La PEC das Domésticas, que garantizaba derechos laborales a las trabajadoras domésticas.
- Transformó el 20 de noviembre en el Día Nacional de la Concienciación Negra.
- Zumbi dos Palmares fue incluido en el Panteón de los Héroes y Heroínas Nacionales.
- Como presidenta de la Comisión de Cultura de la Cámara de Diputados en 2019, actuó en defensa de la cultura brasileña en el primer año de la guerra cultural impuesta por el gobierno Bolsonaro, creando el Partido de la Cultura como forma de acordar alianzas en defensa de todo el sector cultural en el parlamento brasileño.
- - En esa ocasión, fue relatora de la CPI Rouanet, para la construcción del informe que regula el Sistema Nacional de Cultura y del informe VOD, que propone la regulación del streaming para los medios de transmisión y difusión de la producción audiovisual brasileña.
- Fue autora del Proyecto de Ley que crea un nuevo marco regulatorio para las políticas de promoción cultural (Proyecto de Ley 3905/2021). Todas las propuestas están aún en trámite en la Cámara de Diputados.
- - Fue autora del proyecto de ley que dio origen a la Ley de Emergencia Cultural Aldir Blanc, creada durante la pandemia del Covid y que cambió el panorama cultural, tanto por la audacia de la propuesta que distribuyó para apoyar al sector cultural.

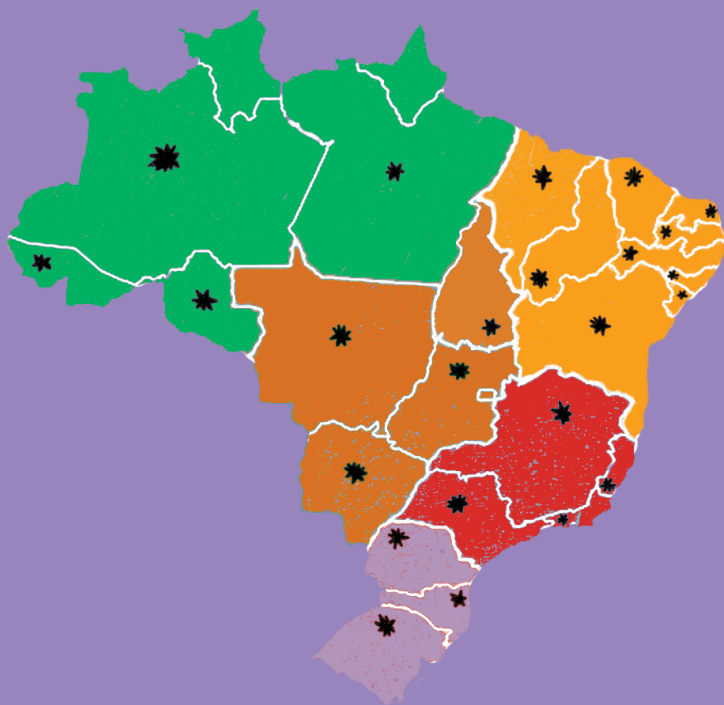
- Gracias a su consulta con el TSE, las candidaturas de personas negras ganaron la redistribución del fondo del partido y el tiempo de publicidad electoral en 2020, lo que ya ha permitido una mayor representación de la población negra en la política.

En 2022, a los 80 años, Benedita da Silva fue reelegida diputada federal con más de 113.000 votos y es uno de los grandes nombres de la lucha en defensa de la clase trabajadora, de la democracia, de la soberanía de nuestro país y de la lucha por la reconstrucción del país junto al Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

En 2022, a los 80 años, Benedita da Silva fue reelegida diputada federal con más de 113.000 votos y es uno de los grandes nombres de la lucha en defensa de la clase trabajadora, de la democracia, de la soberanía de nuestro país y de la lucha por la reconstrucción del país junto al Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Anexo I



Nuestros pasos vienen de lejos: Mujeres Negras que marcaron la historia política en Brasil

Durante el ciclo de formación, movilizamos las trayectorias de algunas de las activistas negras que marcaron la historia de la política en Brasil. Este breve repositorio narrativo de las trayectorias fue un elemento importante de comunicación y conexión con las líderes y activistas que participaron en el proyecto ante un contexto electoral desafiante para el mejoramiento y fortalecimiento de la democracia. A continuación, compartimos estas 11 trayectorias de mujeres negras brasileñas, en el mismo orden y estructura narrativa compartida con las líderes en los boletines.



1. LÉLIA GONZALEZ

No podíamos dejar de estrenar sin la presencia de una de las mayores contribuyentes al pensamiento social brasileño: Lélia Gonzalez (1935-1994).

Lélia es ampliamente conocida como una de las mayores pensadoras del siglo XX, y sus obras abordan la cuestión de la interseccionalidad a través de sus reflexiones sobre raza, género y clase en las sociedades americanas. Como destaca la historiadora Raquel Barreto (2018), Lélia es una “intérprete negra de Brasil” y construye un concepto de “Amefricanidad”, herramienta clave para entender las experiencias negras en el continente americano en un sentido de aproximación a una unidad inspirada en modelos africanos.

Además, lo que a veces no mencionamos son sus contribuciones a los procesos electorales, ya que estuvo afiliada tanto al Partido de los Trabajadores (PT) como al Partido Democrático Laborista (PDT). En el primero se presentó a Diputada Federal y en el segundo a Diputada Estatal. En ambos quedó como suplente. En este sentido, mencionamos aquí un fragmento de la investigación “Violencia Política de Género y Raza en Brasil - 2021”, del Instituto Marielle Franco, en el que tenemos acceso al proceso de desafiliación de Lélia del Partido de los Trabajadores.

La carta de desafiliación de Lélia Gonzalez volvió a circular entre los grupos de activistas en octubre de 2021, después de que la publicación de una fotografía del ex presidente Lula con la bancada del PT en la Cámara de Diputados

revelara lo que todo el mundo ya sabía: aunque el partido es ahora una de las mayores bancadas progresistas de la Cámara y representa, en gran medida, los intereses de los trabajadores y de los grupos minoritarios, cuando se trata de la representación de la población negra, no parece haber avanzado tanto como podría haberlo hecho. Esta cuestión ya había sido señalada por Lélia en 1985 en su carta y artículo “Racismo por omisión”, publicado años antes, en 1983, en el que criticaba el programa electoral de televisión del partido en un momento en el que, según la activista:

Trató los problemas más graves del país, excepto uno, que fue “olvidado”, “descartado”, “invisibilizado”, reprimido. Esto es precisamente lo que se conoce como racismo por omisión. Y esto no es más que uno de los aspectos de la ideología del blanqueamiento, que nos colonizó haciéndonos creer que somos un país racialmente blanco y culturalmente occidental, eurocéntrico. Junto a la noción de democracia racial, está ahí, no sólo definiendo la identidad de los negros, sino también determinando su lugar en la jerarquía social; no sólo “componiendo las mentes” de las llamadas élites pensantes, sino también de los líderes políticos que quieren ser populares, revolucionarios. (GONZALEZ, 2018, p. 180)

Benedita da Silva, al hablar de las discusiones que tuvieron lugar en 1989 sobre la posibilidad de proponer su nombre para la vicepresidencia de Lula en aquel año, señala que dentro de la tendencia en la que estaba organizada en aquel momento “era difícil que consiguiéramos mucho apoyo, porque nuestras tendencias ni siquiera priorizaban la cuestión racial”. Además, dijo que, aunque consideraba que la decisión era la correcta para la época, reconocía que el movimiento para disputar qué agendas debían estar en el centro de una candidatura presidencial había sido llevado a cabo esencialmente por los hombres y mujeres negros del partido, en detrimento de lo que la dirección y otras tendencias creían esencial en aquel momento: la causa de los trabajadores.

Más de 30 años después, una situación similar ha vuelto a sacudir las estructuras del partido político de Benedita. Esta vez, impulsada por la precandidatura a la alcaldía de Salvador de Bahía de la socióloga y activista Vilma Reis. La precandidatura, lanzada en abril de 2019 durante el Día de la Independencia de Bahía con el apoyo de los movimientos sociales de Salvador, fue vetada por la dirección del partido municipal del PT. Para el partido, todavía no era el momento para

¹ GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

una candidatura proveniente esencialmente de los movimientos sociales y, en particular, del movimiento de mujeres negras de Salvador. La disputa interna hizo surgir el movimiento “Agora é Ela” en apoyo a la candidata. Esto no fue suficiente, e incluso con el movimiento de base, el partido decidió proponer a un mayor de la policía militar como candidato a la alcaldía. La candidata era también una mujer negra, la mayor Denice Santiago, y a pesar de sus contribuciones a la lucha de las mujeres y al combate a la violencia contra las mujeres, la mayor Denice estaba lejos de la representación política defendida por los movimientos feminista y negro de Salvador, incluyendo activistas del propio partido.

2. ANTONIETA DE BARROS

Esta semana vamos a hablar de una personalidad que, además de sus grandes contribuciones en el campo de la educación, estuvo a la vanguardia del movimiento en favor de las candidaturas de femeninas y de mujeres negras: Antonieta de Barros. En 1934, fue elegida diputada del Estado de Santa Catarina, lo que la convirtió



en la primera mujer negra en conseguir esta hazaña en todo el país. Su victoria se produjo dos años después de que las mujeres obtuvieran el voto mediante el Decreto 21.076 de 1932.

Hija de una esclava liberada, Antonieta nació en la entonces ciudad de Desterro (actual Florianópolis) y, desde muy joven, consideró que la lucha contra el analfabetismo era fundamental para el desarrollo del país. Ella, que había tenido la oportunidad de alfabetizarse, empezó a enseñar a los 17 años, cuando creó el proyecto privado “Antonieta de Barros” y, poco después, enseñó en algunas de las escuelas más destacadas de la época.

Las contribuciones de esta activista también llegaron a las páginas de los periódicos, ya que escribió cientos de artículos en medios de comunicación, la mayoría de ellos sobre el tema de la educación. También en esta línea, tras su victoria en las elecciones, Antonieta resignificó la fecha de la primera ley de educación de Brasil (que determinaba un plan de estudios y espacios escolares diferentes para niños y niñas) para aprobar una ley que creaba el Día del Maestro el 15 de octubre, que aún hoy se celebra.

Antonieta vivió entre 1901 y 1952, pero aún hoy es un gran ejemplo de activismo en favor de la educación y los derechos de la mujer. La trayectoria de activismo de Antonieta nos enseña mucho y puede servirnos de referencia para caminar con la certeza de que nuestros pasos vienen de muy lejos.



3. KÁTIA TAPETY

Si hoy tenemos el privilegio de elegir a personalidades como Erica Malunginho y Érika Hilton, también tenemos que dar las gracias a quienes han estado en la vanguardia de este movimiento, y una de ellas es sin duda Kátia Tapety.

Nacida el 24 de abril de 1949, Kátia fue la primera mujer trans elegida para un cargo político, como concejala en el municipio de

Colônia do Piauí, al sur del estado de Teresina. Antes de eso, había completado su educación básica por correspondencia e hizo un curso técnico para convertirse en Auxiliar de Enfermería, lo que la hizo destacarse aún más en el municipio donde vivía. En el ámbito electoral, sus victorias se produjeron en 1992, 1996 y 2000 y siempre se destacó como la más votada. Kátia también fue alcaldesa entre 2001 y 2002 y fue elegida teniente de alcalde en 2004. Aún hoy es una referencia en la lucha LGBTQIA+ y en la lucha contra el VIH/SIDA, manteniendo su activismo por las reivindicaciones sociales.

Para más información sobre esta importante personalidad que merece mucha atención, recomendamos también la película documental titulada “Kátia”, producida en 2013, dirigida y guionizada por Karla Holanda, en la sección ver, leer y escuchar de nuestra newsletter. La película es el resultado de 20 días pasados con ella en su pequeño pueblo del interior de Piauí.

El Instituto Internacional Raza e Igualdad lanzó la Escuela de Formación Política Kátia Tapety. La Escuela de Formación Política tiene como objetivo preparar a las mujeres (negras, LBTI, indígenas y quilombolas) para participar en el proceso electoral de forma segura y democrática. Para que puedan hacer frente a la violencia política y electoral de género, las organizaciones - la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA), la Articulación Brasileña de Lesbianas (Rede ABL) y la Red Nacional de Personas Negras LGBT (Red

Afro LGBT) - se encargarán de nominar a mujeres de sus redes para que participen en la Escuela de Formación Política. La Clase Inaugural de la Escuela de Participación Política Kátia Tapety está disponible en YouTube en el Instituto Race and Equality.

4. SUELI CARNEIRO

En la columna de hoy, vamos a hablar de una de las personalidades que tenemos el privilegio de honrar en vida. Se trata de Sueli Carneiro, una mujer negra que está en el pensamiento social brasileño a través de sus producciones intelectuales.



Aparecida Sueli Carneiro nació el 24 de agosto de 1950 y se dedicó a luchar por los derechos y el bienestar de la población negra de Brasil. En la década de 1980, trabajó en organizaciones gubernamentales de São Paulo y Brasília para hacer más visibles los debates sobre el feminismo negro, los derechos políticos y las violaciones de los derechos humanos.

Su tesis en Filosofía, titulada “ A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (La construcción del otro como no-ser como fundamento del ser)”, defendida por la Universidad de São Paulo en 2005, no fue el único trabajo de Sueli. Su trabajo puede encontrarse en “Mulher negra: Política governamental e a mulher”, de 1985 (en coautoría con Thereza Santos y Albertina de Oliveira Costa), “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”, de 2011, y “Escritos de uma vida”, de 2018. En 1988, Sueli fue también la fundadora de “Geledés: instituto de la mujer negra”, organización que aún hoy es una referencia, además de ser elegida Personalidad Literaria del Año por la 64ª edición del Premio Jabuti.

Hoy y siempre, le agradecemos su perseverancia y sus muchas enseñanzas





5. TERESA FRANCO

El 14 de marzo está marcado por el nacimiento de personalidades como Carolina Maria de Jesus y Abdias do Nascimento, figuras importantes para entender la historia de nuestro país. Pero la mujer de la que vamos a hablar hoy también pertenece a este grupo de personas que nacieron en esta fecha y se destacaron social y políticamente. Esta semana hablaremos de una figura que estuvo entre las primeras

mujeres negras que llegaron a ocupar un cargo político en nuestro país. Teresa Franco fue elegida concejala de Porto Alegre en 1997, y hasta 2020 había sido la única mujer negra elegida para este cargo como titular.

Nacida en 1938 en la ciudad de Rio Pardo, en Rio Grande do Sul, Teresa trabajó durante muchos años en la calle, hasta que se acercó a los movimientos sociales y a su carrera como locutora, en la que su fama creció considerablemente. Se apropió de su apodo “Nega diaba” incluso cuando era parlamentaria. Teresa falleció el 2001, pero su trayectoria nos sirve de lección hasta el día de hoy.

6. THEODOSINA ROSÁRIO RIBEIRO

Theodosina Rosário Ribeiro nació en 1930 en la ciudad de Barretos, São Paulo. Tras estudiar Literatura, empezó a trabajar como profesora en la capital paulista. La futura parlamentaria también trabajó como directora de escuela y abogada, pero de todos los cargos que ocupó, fue el de concejala el que más le llamó la atención. Teodosina fue la primera mujer negra elegida concejal por el Movimiento



Democrático Brasileño (MDB) en São Paulo en 1968. Dos años más tarde fue elegida diputada estatal, cargo que ocupó hasta 1983.

Entre sus principales temas estaban la educación y la raza. Según ella: “Sería bueno que más profesores siguieran una carrera política, ya que tienen una buena idea de la realidad del país”. Aunque fue parlamentaria durante un periodo en el que Brasil estaba bajo régimen militar, Teodosina afirma que, incluso en tiempos arbitrarios, nunca dejó de preocuparse por las cuestiones sociales, raciales y de género.

En 2020, la ex parlamentaria nos dejó, pero hasta los últimos años de su vida no dejó de participar y organizar conferencias para movilizar la presencia de las mujeres -con especial atención a las mujeres negras- en la política.

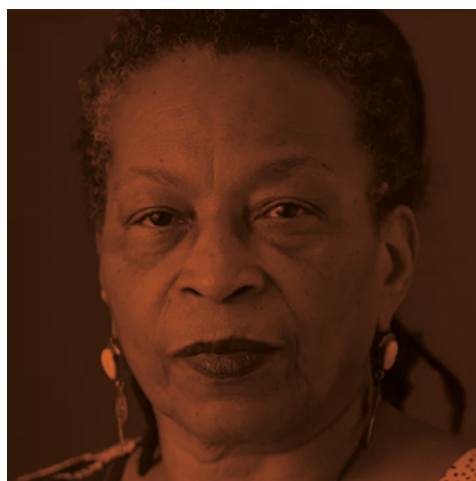
¿Conocías a esta importante figura de la historia de nuestro país? Es una confirmación más de que nuestros pasos vienen de lejos y conocer estas experiencias nos anima a seguir adelante.

7. LUCIA XAVIER

La mayoría de las veces, esta sección presenta a mujeres negras que tienen relación con la política como parlamentarias. Pero hoy hablamos de una destacada activista que nunca se presentó a las elecciones, pero que estuvo y está en primera línea en la lucha por los derechos de la población negra: Lúcia Xavier.

Lúcia es actualmente coordinadora general de la ONG Criola, pero lleva implicada en movimientos sociales desde los 14 años, cuando empezó a ayudar a jóvenes vulnerables en el estado de Río de Janeiro.

Lúcia nació en 1959 y vivió la mayor parte de su vida en el norte de Río de Janeiro. Se licenció en Trabajo Social por la Universidad Federal de Río de Janeiro en 1984. En los movimientos sociales, participó activamente en la consolidación del Partido de los Trabajadores en Río de Janeiro, y de 1991 a 1997 fue asesora parlamentaria en la Asamblea Legislativa del Estado de Río de Janeiro. Durante este último periodo, en 1992, fundó la ONG Criola. Colaboró en la Línea de Defensa de los Homosexuales (DDH) y en el Instituto Negro de Investigación.



Lúcia Xavier ha trabajado en diferentes frentes para combatir el racismo y por el bienestar de nuestra comunidad. Es, sin duda, una figura que debemos conocer y venerar. Vayamos juntos.

8. BENEDITA DA SILVA



El pasado jueves (30 de junio) tuvo lugar en Río de Janeiro un acto de celebración del 80 cumpleaños de una importante figura del movimiento de mujeres negras en Brasil: Benedita da Silva. Y de eso hablaremos hoy en el apartado “Nuestros pasos vienen de lejos”.

Benedita Sousa da Silva Sampaio nació el 26 de abril de 1942 y vivió gran parte de su vida en Morro Chapéu-Mangueira, en Leme. Antes de ocupar cargos políticos, fue tejedora, trabajadora doméstica, auxiliar de enfermería y trabajadora social. Fue en 1982 cuando se postuló para un cargo y fue elegida concejal por el Partido de los Trabajadores, y en los años siguientes fue elegida diputada estatal y diputada federal. En 1994, se convirtió en la primera senadora negra de Brasil, siendo elegida con más de dos millones de votos. En 1998 asumió el cargo de vicegobernadora de Río de Janeiro, convirtiéndose en gobernadora del estado tras la dimisión de Anthony Garotinho. Bené (como la llaman cariñosamente) también asumió el Ministerio de Asistencia y Promoción Social y la Secretaría de Estado de Asistencia Social y Derechos Humanos. Entre sus principales proyectos se encuentra la autoría de la PEC para la Regulación del Trabajo Doméstico (1996) y la Ley de Emergencia Cultural Aldir Blanc (2020). Esta personalidad estuvo al frente junto a figuras como Lélia González en los movimientos sociales negros y de mujeres en Brasil. ¡Esperamos que tu viaje siga sirviendo de referencia para todos nosotros!



9. JUREMA BATISTA

La influencia de Lélia Gonzalez en la sociedad brasileña -especialmente en la vida de las mujeres negras- es inconmensurable. Muchas figuras veneran aún la trayectoria de esta intérprete de Brasil. Entre estas personalidades se encuentra **Jurema Batista**, ex parlamentaria que está a la vanguardia de la lucha contra el racismo.

Nacida el 9 de agosto de 1957, Jurema creció en Morro do Andaraí, al norte de Río de Janeiro, y comenzó su labor política creando y presidiendo la Asociación de Vecinos de Morro do Andaraí, tras el asesinato de un negro de la localidad a manos de la policía militar.

El reconocimiento de su trabajo creció a medida que colaboraba en cuestiones fundamentales para la supervivencia de su comunidad, como el movimiento para conseguir electricidad en Morro do Andaraí y la construcción de la Guardería Infantil Winnie Mandela.

Entre las décadas de 1990 y 2000, Jurema fue elegida concejala y diputada, contribuyendo con fuerza en momentos de extrema importancia en la ciudad, como cuando creó la Comisión Parlamentaria de Investigación sobre la masacre de Candelária, en la década de 1990. El alcance de su trabajo fue tal que fue nominada para el Premio Nobel de la Paz en 2005. Curiosamente, también fue una de las primeras parlamentarias negras en llevar el pelo natural, un hecho que parece nimio, pero sigue siendo tan importante hoy en día.

¡Jurema Batista merece honores y reconocimiento por su lucha por el bienestar de la población negra de Brasil!

10. REGINA SOUSA

Aunque las cifras disten mucho de ser satisfactorias, hay muchas parlamentarias negras en Brasil. Una de



ellas es Regina Sousa, la primera gobernadora negra del estado de Piauí. Maria Regina Sousa nació el 4 de julio de 1950 en la ciudad de União, en Teresina.

De niña, fue cortadora de coco babasú. Se licenció en Letras (portugués-francés) en 1976 por la Universidad Federal de Piauí, la misma en la que más tarde se convirtió en profesora. Pero antes de eso, Regina ya era muy activa en el movimiento sindical, pues fue una de las fundadoras de la Central Única de los Trabajadores de Piauí (CUT-PI) y del Partido de los Trabajadores de su estado.

En la década de 2000, formó parte de algunos gobiernos y, en 2010, fue elegida senadora suplente (la primera mujer senadora del estado). En 2018, lanzó su candidatura y fue elegida, convirtiéndose en la primera mujer negra en ocupar este cargo. Entre sus principales banderas está la defensa de los derechos humanos.

¿Conocías la historia de Regina Sousa? Cuéntanos en los próximos encuentros qué te parecen las trayectorias de todas las mujeres aquí mencionadas en nuestra sección “Nuestros pasos vienen de lejos”. ¡Sigamos juntas!



11. MARIELLE FRANCO

Marielle Franco nació en 1979 en el Complejo de favelas de Maré, al norte de Río de Janeiro. Su carrera estuvo marcada por el activismo, ya que trabajó para organizaciones de la sociedad civil como Brazil Foundation y el Centro de Acción Solidaria de Maré. Marielle se licenció en Ciencias Sociales por la Pontificia Universidad Católica (PUC-Rio) y cursó un máster en Administración

Pública en la Universidad Federal Fluminense (UFF). Para pagarse parte de sus estudios, trabajó como vendedora ambulante y educadora infantil.

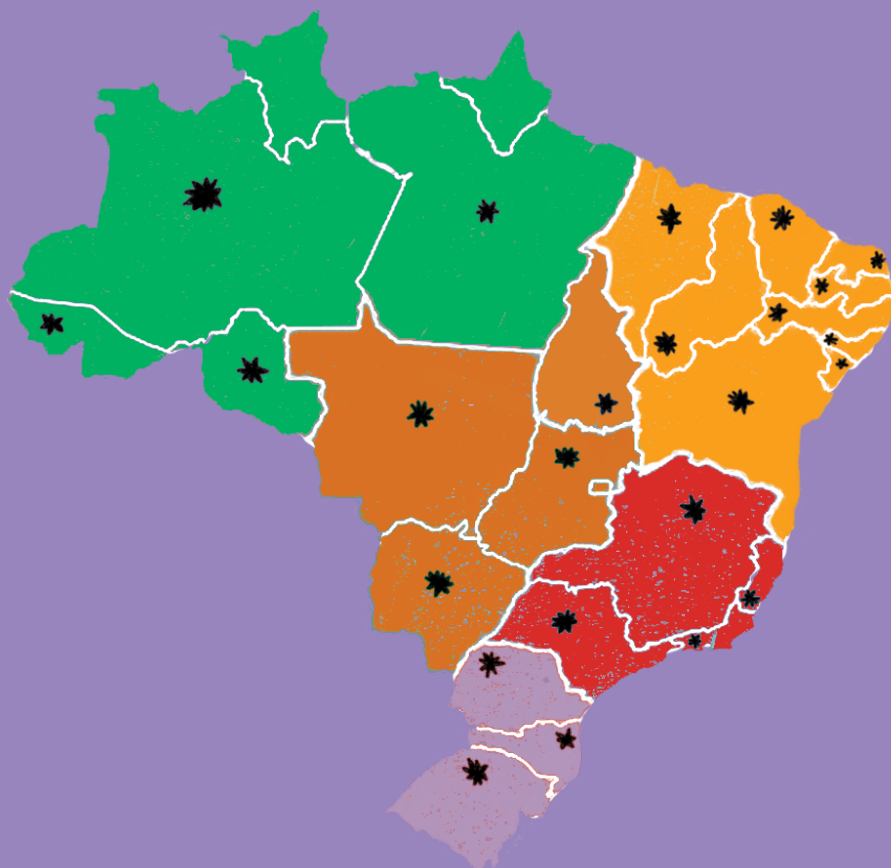
En 2016 fue elegida concejala con más de 46.000 votos en Río de Janeiro por el Partido Socialismo y Libertad (PSOL), lo que la convirtió en la segunda mujer concejala elegida con más votos del país. Durante su mandato, presidió la Comisión de Defensa de la Mujer y también trabajó en la recopilación de datos sobre la violencia contra las mujeres. También contribuyó a la formulación de dieciséis proyectos de ley, dos de los cuales fueron aprobados. Su mandato y su vida se vieron brutalmente truncados por su asesinato el 14 de marzo de 2018.

Las repercusiones del crimen han alcanzado niveles internacionales y todavía no se ha encontrado a los autores, más de cuatro años después del incidente. En cualquier caso, Marielle dejó muchas semillas y, directa y/o indirectamente, impulsó la candidatura de otras mujeres negras en la escena político-parlamentaria. El Instituto Marielle Franco fue creado por su hermana, Anielle Franco, para mantener vivas las contribuciones de Marielle. El proyecto Estamos Prontas es el resultado de una de estas acciones (en colaboración con el movimiento Mujeres Negras Deciden) y sigue el propósito de honrar la historia y la memoria de esta gran activista de los derechos humanos. ¡Que sigamos manteniendo vivo en nosotras su legado!

Para más información sobre el legado de las mujeres negras en la política institucional, el equipo de Estamos Prontas ha desarrollado la plataforma “Legado” con un repositorio narrativo de la trayectoria de las actividades y sus contribuciones sectoriales a las políticas y debates en el país.



Anexo II



Entrevista con Vilma Reis

POR JHENIFFER RIBEIRO

Vilma Maria dos Santos Reis (Salvador, 1969) es una socióloga y activista brasileña. Defiende los derechos humanos, los derechos de las mujeres, los derechos de los negros y los derechos LGBT. De 2015 a 2019, durante dos mandatos, ocupó el cargo de Defensora General de la Defensoría Pública del Estado de Bahía. En diciembre de 2019, anunció su precandidatura a la alcaldía de Salvador-BA por el Partido de los Trabajadores, afirmando la importancia de las candidaturas de mujeres negras. Sin embargo, la candidata elegida por el partido fue la Mayor Denice Santiago, policía militar y psicóloga. En 2022, Vilma se presentó como candidata a diputada federal de Bahía, obtuvo 60.949 votos y fue suplente. La entrevista a continuación fue realizada por la coordinadora de comunicación y periodista de Estamos Prontas, Jennifer Ribeiro, el 27 de julio de 2022, cuando participamos en un encuentro de mujeres negras brasileñas con la recién elegida vicepresidenta de Colombia, Francia Márquez, en la ciudad de Río de Janeiro. En esa fecha, también se inauguró el monumento en homenaje a Marielle Franco en el Buraco do Lume, espacio histórico de la izquierda en Río de Janeiro y punto de encuentro del Partido Socialismo y Libertad (PSOL). Es en este contexto en el que tiene lugar esta entrevista.



Jhennifer Ribeiro: Vilma, ¿cómo crees que la victoria de Francia en Colombia influirá en la candidatura de las mujeres negras aquí en Brasil?

[Vilma Reis] Saludos a todas las compañeras de Mujeres Negras Deciden, del Instituto Marielle Franco por este momento que hemos vivido aquí. Lo que dije esta mañana durante nuestra sesión de diálogo con la compañera, hermana, Francia Márquez, es muy real para mí.

Esta victoria colectiva de Francia Márquez es tan poderosa, porque acumulamos cuarenta años para alcanzar esta victoria. Cuando dije que el 19 de junio, para nosotros, podría convertirse en un día para celebrar América, estaba recordando el pensamiento de Lélia Gonzalez, estamos en Río de Janeiro, una ciudad que guarda el alma de Lélia Gonzalez por todo lo que ella levantó en esta ciudad. Y recordar que cuando hablo de América, hablo justamente de la posibilidad de esta alianza secular entre los pueblos originarios y nosotros, aquellos que fueron secuestrados del continente africano y que, en la diáspora, en el contexto de las Américas, hicieron posible que seamos la sexta región africana del mundo. Mirando a Francia Márquez en ese momento y viendo este logro en Colombia.

Cuando traje los nombres de las comunidades, hablé de las comunidades garífunas de la Costa del Pacífico y la reacción de las madres en las ciudades de Kali, Bogotá, Calco, que es el territorio de Francia, recordando que estas mujeres, nuestras luchas son muy parecidas, nuestros desafíos son muy parecidos, porque nuestro pueblo en Brasil también salió con una mano adelante y la otra atrás en el proceso de abolición. Nuestro pueblo, también, en este contexto de Colombia, cuando miramos la lucha por la vida de sus hijos y la situación de abandono absoluto de la vida de las mujeres negras, los desafíos que enfrentamos aquí y allá son muy parecidos.

Cuando miramos a Francia Márquez, ella lleva los signos de aquellos que el racismo quiere aplastar, quiere borrar de la cara de este mundo, y por eso es tan importante que ella haya recorrido el continente como un espejo, como el propio abebé de Oxum para reflejarse en el nuestro, en tantos lugares como Brasil, como Perú. Para otros lugares, incluso cuando vamos al Caribe, a Haití, a República Dominicana, a Jamaica, a Barbados, a otros lugares, para que nuestras hermanas miren a Francia Márquez y recuerden “¡es posible, es absolutamente posible!” porque somos las mujeres que el racismo ha intentado aplastar, eliminar de este mundo.

Han intentado durante siglos eliminarnos física, cultural, política y económicamente, y hemos sobrevivido a todos los colonizadores. Hemos sobrevivido a todos ellos y, en este momento, la posibilidad de salir y romper con la asfixia política en las Américas está en nosotras. Ya sea en Estados Unidos, donde la victoria de Joe Biden solo fue posible gracias a la acción de mujeres negras, Stacy Abrams, Latosha Brown, Alexandra Ocasio-Cortez y todas las demás que se organizan desde Nueva York o Georgia.

Y a lo que se enfrentó Stayce Abrams cuando intentó ser gobernadora de Georgia. Sabiendo que fueron anuladas 53.000 inscripciones para que un

hombre blanco volviera a ganar las elecciones en Georgia, lo que levantaron como movimiento, Black Votes Matter (votos negros importan), cuando levantaron ese movimiento y, en dos años, consiguieron darle la vuelta y acreditar 800.000. Es una gran respuesta.

De esos 800.000, el 49% son jóvenes. Chicos y chicas que se rebelaron contra el orden colonial que pretendía gobernar el sur de Estados Unidos. Es a partir de esta victoria de Stay Abrams y Black Votes Matter que constituimos y también pavimentamos el camino para Kamala Harris. Así que esta victoria en Georgia y esta constitución de la victoria de Francia Márquez es la unión de una batalla que hemos estado librando durante 40 años en este continente.

Por eso lo comparé con la salida de Mandela: la salida de Mandela de la cárcel y su llegada a Brasil. Y con los espejos de ser mujer negra, de ser Francia Márquez Lina y de que ella anuncie y llame los nombres de sus antepasados: llame a los Manjacos, a los kom, al Congo, llame a todos los pueblos a los que ella ha llamado esta mañana y recuerde que nuestros pasos sí vienen de lejos.

Mientras Francia Márquez hablaba, todos nos hemos tenido escalofríos en la sala, porque sabemos que hablaba de nosotros y de una revolución que está ocurriendo en este continente y que sólo puede realizarse con la fuerza y el poder de las mujeres negras. Quien piense que es posible ganar las elecciones, gobernar Brasil, gobernar Colombia o cualquier otro país de este continente sin contar con nuestra presencia y nuestros logros políticos está absolutamente equivocado. Antes de la victoria de Francia, Colombia ya se estaba movilizand. Las mujeres desalojadas, las que llevaban 30 años desalojadas, se enfrentaron a la brutalidad de las fuerzas gubernamentales que perseguían, ocupaban y garantizaban los territorios a los que ya tenían dinero.

Cuando llegó la primera respuesta con la elección del alcalde de Bogotá, tenemos una Colombia movilizada, en cada grupo, cada colectivo de mujeres que se levantó en Kali contra el genocidio de sus hijos, cada mujer que se levantó en Cartagena, cada mujer que se levantó en Calco, cada mujer que se levantó en cualquier parte de ese país, estábamos enviando mensajes y ahora existe esta posibilidad de un espejo.

Tuvimos un momento en el que era posible ver a un Ernesto Che Guevara recorriendo un continente. Eso tuvo un efecto y perteneció a una época. Vimos toda la situación de los líderes socialistas surgiendo en este continente. Ahora, todavía no habíamos visto la posibilidad de una mujer socioambientalista, una mujer negra, quilombola, una mujer que ha recorrido todos los caminos que el racismo nos ha impuesto.

Que pasemos por el trabajo doméstico en las condiciones en que ocurre en el continente americano, que experimentemos todo este camino y lleguemos a estos lugares de comando de nuestras naciones. Es irreversible, vamos a liderar todos los países de Latinoamérica y el Caribe. Vamos a liderar Brasil, vamos a liderar todos estos lugares, porque somos las mayorías de nuestros países y, por más que esta posibilidad se demore, es inevitable, porque es el tipo de organización política que hemos construido en este continente.

Por supuesto, vivimos una realidad, en 1972, con Angela Davis postulándose para vicepresidenta de los Estados Unidos por el Partido Comunista y luego Angela Davis siendo buscada como número uno por el FBI. Vimos la reacción de una masacre a Shakur, vimos, en Brasil y en todas las Américas, la reacción de Luísa Bairros y lo que fue su presencia en este Planalto Central, coordinando nuestra victoria por las cuotas, imponiendo una derrota de diez a cero a la derecha brasileña en el Tribunal Supremo, pasando por todos los gabinetes, ese es el tamaño de nuestra competencia política y de eso nos hablaba Frância Marques esta mañana. Dicen que no tenemos la competencia, que no tenemos la preparación o el andar de la administración pública, y estamos aquí para decirles que todos ellos han fracasado en liderarnos. Los hombres blancos han fracasado a la hora de dirigirnos y estamos aquí para decirles: “Mirad, si creéis que es posible dirigir nuestros países sin nosotros, sin nuestra energía creativa, sin la fuerza de nuestros ancestros, no es posible, porque nuestra gente está tirada en las periferias, nuestra gente está tirada en los barrios populares, en las quebradas, en las favelas sin ningún derecho. Nuestro derecho no puede ser esta situación absurda y violenta en la que tenemos a la policía armada contra nosotros.

Estamos aquí cuando vemos compañeros organizando programas de gobierno y pensando que es posible pensar en políticas públicas de seguridad con ciudadanía, porque el próximo ciclo de poder en Brasil, Colombia y en otras partes de las Américas no es posible sin pensar en políticas de drogas. En el próximo ciclo de poder en Brasil, necesitamos abrir las cárceles, nuestro compromiso con el descarceramiento es así de grande. Tenemos que abrir las cárceles, tenemos que ocuparnos de la reforma agraria, tenemos que ocuparnos de la securitización de los territorios quilombolas, tenemos que ocuparnos de demarcar las tierras indígenas, tenemos que ocuparnos de veintiún años de poner juventudes negras, travestis, trans, inmigrantes, nuestros parientes indígenas en las universidades y, cuando miramos el servicio público, parece que está en Dinamarca o en Suecia. Tenemos los cuadros para ocupar y dirigir las universidades y ocupar la planta superior de la función pública. Hemos formado a toda una generación en 21 años y el racismo no lo permite.

Por supuesto, si Luíza Bairros hubiera tenido más tiempo, si Dilma Rousseff hubiera podido completar ese salto... El golpe se produjo en Brasil exactamente en aquel momento en que Dilma, junto con aquellas ministras: Luíza Bairros; Yossef Freire y la que continuó la obra de Yossef Freire; Teresa Campelo; Mira Belchior y todas las que vendrían. Lo que pasó al inicio de la jornada de 2013, porque al inicio eran jornadas populares y esa jornada de 2013 era clamor por servicios públicos de calidad.

En ese momento, Dilma fue capaz de elaborar el programa “Más Médicos” junto con esas mujeres, fue capaz de dirigir todos los programas sociales hacia las mujeres negras, las mujeres periféricas, las mujeres empobrecidas. Es importante decir que Marielle Franco, en 2016, escribió un artículo que se llama “Yo, mujer negra, favelada y parlamentaria: resistir es un pleonasma” que está en el libro “El golpe desde una perspectiva de género”, organizado por Linda Rubim, Fernanda Argolo en Bahía, en la UFBA y publicado el día después del asesinato de Marielle, en pleno Foro Social Mundial, cualquiera que haya estado en Salvador lo sabe. Y Marielle, en ese texto, escribe sobre nuestra presencia en la política. Creo que es esencial que miremos esos textos, que miremos esos escritos y nos demos cuenta de que estamos en medio de una revolución. La revolución de Marielle sería inevitable.

Marielle, como cada una de nosotras, recordando a Lélia que “allí donde hay una de nosotras, estamos representadas”. Una posicionada, ¿verdad? No estamos hablando de gente mansa, de gente que llega rápidamente a un acuerdo. Hablamos de gente que se posiciona, que es dura, con conciencia de izquierdas, con conciencia internacionalista, anticapitalista. Esas son las bases de apoyo. Y sabiendo eso, para nosotros hay tres principios que nos guían: ascendencia, identidad y resistencia. El cuarto principio es la esperanza, y esta esperanza nos impulsa. El verbo “esperanzar” que tanto buscamos en Paulo Freire, para nosotros, está disperso en una perspectiva muy anterior. Las madres de santo y las mujeres de las hermandades nos contagiaron esta palabra hace mucho tiempo y vimos esta revolución en los ojos de Marielle Franco, por eso digo: es fundamental que en el próximo ciclo de poder hagamos justicia poniendo a las mujeres en el centro de las políticas públicas.

De esta manera, nos deshacemos de este grupo de identidades masculinas blancas enquistadas en sus poderes. No encaja porque entendemos que no encaja ser de izquierdas y no ser antirracista. No se puede ser de izquierdas y no entender la agenda feminista que hay sobre la mesa. No se puede ser de izquierdas si no se prepara el terreno para que vivan los niños y los jóvenes.

Esta ciudad de Río de Janeiro ha vivido algo increíble: al mismo tiempo que había nueve delegados especiales para un caso absolutamente inaceptable de asesinato de un niño blanco, había nueve delegados especiales para investigar un caso en el que, a tres niños negros de la calle del medio, en Belford Roxo, ni siquiera se les permitía filmar su trayecto. Durante 100 días no hubo ninguna autoridad policial para investigarlo.

Estamos hablando de esto. Estamos hablando de justicia racial. Estamos hablando de justicia de género. Hablamos de nuestro derecho a existir en un país donde somos mayoría absoluta. Así que viva nosotros, viva la lucha y que nuestra llegada a los espacios de poder en el Parlamento o en el ejecutivo sea una generación con la cabeza bien alta, picoteando en diagonal, con nombre y apellidos, posicionados y sabiendo quiénes somos. Sin avergonzarnos de decir que somos Candomblé, sin avergonzarnos de decir que somos LGBT, sin avergonzarnos del poder que somos. Nuestras identidades nos hacen más fuertes y no podemos dejar que nuestros adversarios utilicen nuestras identidades contra nosotros.

Jhennifer Ribeiro: Gracias, Vilma. ¿Puedo hacerte dos preguntas más?

Vilma Reis: Puedes, ni siquiera te voy a cobrar.

Jhennifer Ribeiro: ¿Cuál es la principal conclusión de este encuentro de hoy con Francia Márquez, especialmente para la candidatura de las mujeres negras aquí en Brasil?

Vilma Reis: Perfecto, mi hermana. Hay que decir que Francia Márquez, cuando recorre el territorio, une los puntos y nos retrotrae a los preparativos de la Tercera Conferencia Mundial contra el Racismo de Durban, que desembocó en las políticas de acciones afirmativas. Pero, en contemporáneo, lo que provoca nuestro encuentro con Francia Márquez es: estamos ante un fenómeno nuevo. Hay toda una generación de mujeres, niñas, niños y hombres negros que ya lo han comprendido, así como un segmento de la población blanca antirracista que practica el antirracismo.

Y está uniendo los puntos, porque al mismo tiempo que Francia gana las elecciones en Colombia, Colombia adquiere un rostro internacionalista y esta victoria es internacional. Es una victoria profesoral, es una victoria que nos capacita y nos lanza a una agenda que también estamos planteando en Brasil. El Instituto Marielle Franco; las Mujeres Negras Deciden; la Red de Mujeres Negras en Política; el GT Electoral de la Coalición; Eu Voto em Negra, la Campaña Nacional de la Articulación Nacional de Organizaciones de Mujeres

Negras, estamos aquí conectando los puntos, todas las organizaciones estuvieron aquí hoy.

El trabajo previo de todo esto que estoy hablando, el trabajo incesante de Geledés y Criola, que hicieron nuestras compañeras. Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Suelaine, ¿no? Todo ese trabajo que han hecho nuestras hermanas, como Eliane Cavalleiro, el trabajo que hizo Luíza y que nos llevó a todos en Bahía con Valdecir y tantas otras es fundamental. En este momento, lo que estamos haciendo es conectar los puntos.

Las compañeras que están mirando desde Bolivia, aunque todavía miramos y decimos “¿dónde están las negras?” pero, por ejemplo, Suzana Parra que está en Perú y es una gran luchadora, Fran Martins que está en Buenos Aires y es una gran luchadora, todas estas mujeres están bajo el impacto de esta victoria de Francia Márquez. Ella vino a hablar con nosotros en Brasil con la profunda comprensión de que lo que sucede aquí también tendrá repercusiones en todo el continente, y no con una actitud imperialista, porque Brasil no debe tener una actitud imperialista con los movimientos, en la relación entre nosotros los movimientos en las Américas y mucho menos entre los gobiernos.

Cuando Francia dice: “Estamos aquí, estamos hablando con Lula” y hay un próximo ciclo de poder, dice: “Necesitamos un próximo gobierno caracterizado por la justicia racial”. Y esta justicia racial se traduce en justicia económica y justicia política. Estos temas, esta agenda que ya no pertenece a Colombia o a Brasil, es una agenda que es para el continente. Es una especie de tránsito que, por ejemplo, por todas las dificultades, no pudimos vivir cuando Alice Campbell llegó a la vicepresidencia de Costa Rica, pero sí por el formato, por estar en la frontera, por la posibilidad y la autonomía que hoy tienen mucho más los movimientos y las condiciones que estamos creando para que organizaciones como el Instituto Marielle Franco, Mujeres Negras Deciden y otros colectivos promuevan el debate sin intermediarios, sin tutelados. Aquí los movimientos tienen autonomía política. Desde el 1 de marzo, vamos a hablar con Francia Márquez, y no ha habido ninguna interferencia del gobierno.

Entonces, frente a este momento de crisis política brutal en Brasil, nuestras organizaciones se han levantado. Y lo que tenemos es la posibilidad de romper con la asfixia política que se nos impone en Brasil. Es precisamente construyendo estas alianzas con nuestras organizaciones en el continente. Francia está relacionada con esto.

Nuestra relación con la CIDH, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, dentro del continente también ha ido en esta línea. Cuando denunciábamos violaciones de derechos, llamamos al PCN de Colombia con Sofía

Garzón Valencia para que venga junto con la coalición, junto con el Instituto Marielle Franco y las demás organizaciones a hacer las denuncias. Cuando Francia, Sofía y las demás denunciaron las violaciones dentro de Colombia, los asesinatos de defensores de derechos humanos, de las mujeres que están en territorios tradicionales, estábamos construyendo la victoria de Francia Márquez. Así que, para nosotras, esto tiene mucha fuerza y esta es la energía que necesitamos en Brasil.

Así que eso es lo que hace Natalia, ir de un punto a otro y “vamos”. Tienes que hablar, tienes que destacar, poner tu cara en la pantalla. Ayudar a un compañero del Norte, a un compañero del Centro-Oeste, a un compañero del Nordeste, a conectar los puntos con el Sudeste de Brasil y entender que el poder de una Talíria, el poder de una Renata Souza, de una Benedita da Silva, de una Mônica Francisco o de una Dani Monteiro es conectar y podemos fortalecer a una Jô Cavalcanti en Pernambuco. Y hacer estos enlaces, todo parece caótico, pero es fantástico.

Jhennifer Ribeiro: Vilma, en una entrevista contigo, utilizas un libro de la Madre Estela de Oxóssi, *Mi tiempo es ahora*. Y entonces quería que dijeras, creo que ahora es el momento de las mujeres negras en las elecciones y quería que dijeras ¿qué gana Brasil eligiendo a mujeres negras para todos los cargos políticos?

Vilma Reis: Como decimos en baianés (lenguaje de Bahia): “mira bien”. Hablé del texto que Marielle escribió para el libro “O Golpe na Perspectiva de Gênero” (El Golpe desde una Perspectiva de Género), en el que hablaba del significado de nuestra presencia en política. Nuestra presencia siempre viene acompañada de una agenda colectiva. La importancia de elegir mujeres negras en este momento es que llegamos al verdadero presupuesto público. Enfocadas en políticas como, por ejemplo, cuando Marielle pensó en el Espaço Coruja, que es parte de la agenda de Marielle - esos nueve proyectos que se extienden por todo Brasil a partir de 2020, ya en las elecciones de 2020. Lo intentamos allí, en 2018, pero antes de que Marielle siguiera allí hablando con nosotros, estábamos bajo un impacto muy violento.

En 2020, ordenamos nuestras ideas y entendimos las razones por las que Francisca Trindade dejó Piauí a los 36 años con una parlamentaria. Allí, en aquellos años 90, cuando miramos el proceso y, cuando recordamos el camino y recordamos el discurso de Marielle en la Casa das Pretas horas antes de ser asesinada, nos damos cuenta de que no podíamos esperar una década más. El

sentido de elegir mujeres negras es dar respuesta a una pregunta que Marielle se hacía en su última noche en este plano.

Cuando elegimos a mujeres negras, la agenda de lo que hablamos es de guarderías, renta básica, porque nadie puede empezar de cero, y menos las mujeres negras que no han heredado de nadie. No podemos empezar de cero. Y nuestra presencia en la política, en los espacios de poder, es para hacer viable esta agenda. La agenda planteada en la carta de la Marcha de las Mujeres Negras de 2015. Esta agenda que hemos armado y que es fruto de mucha acumulación sólo se hará realidad en los espacios de poder con nuestra presencia, porque la máxima que repetimos: quien duerme con ojos ajenos no despierta cuando quiere.

Y no vamos a ceder nuestro papel de representación a otra persona: nuestra compañera, una mujer blanca, que está experimentando estar en los espacios de poder. Recordando a Cida Bento, cuando Cida allí en un debate con Ibirapitanga nos dice “oh, nada de eso. Los hombres blancos están intentando que las mujeres blancas sean el cojín y no vamos a presionarlas”. No vamos a entrar en ese juego, no vamos a entrar en ese juego, y las mujeres blancas que son antirracistas tampoco van a entrar en ese juego. Estamos luchando para que entren las mujeres blancas, las mujeres negras y nuestros parientes indígenas. Y nos estamos abriendo camino: las refugiadas, las gitanas, todas nosotras, porque no vamos a entrar en ese juego. Así que, cuando llegamos, también tenemos que traer nuestras reglas, una cuestión que Frância planteó muy bien esta mañana. ¿Y cuáles son nuestras reglas? Llegas a un espacio de poder con una agenda colectiva.

Estamos interfiriendo en el presupuesto público, diciendo que tiene que ser sensible al género y a la raza, pero no para hacer políticas transversales. Nuestro entendimiento es que, en cualquier secretaría que lleguemos, necesitamos tener políticas definitivas para que realmente ocurran en la vida de quienes más las necesitan, y quienes más las necesitan en este país son las mujeres negras y las mujeres indígenas, que son las que han sido vilipendiadas por las instituciones durante siglos.

Entonces, en los bancos de desarrollo, si no llegamos a los espacios de poder, no nos metemos con el BNDES. ¿No podemos conseguir que el dinero del BNDES se destine a hacer de Friboi el mayor frigorífico del mundo? Bueno, queremos que las mujeres procesen gambas de la pesca artesanal, pescado, marisco de la pesca artesanal con el dinero del BNDES. No quiero que el dinero del banco de desarrollo sea dinero para que los grandes hoteles se renueven, se adapten a todos los retos a los que se enfrentan. El dinero de los bancos de desarrollo tiene que llegar al banco de Maré. Tiene que llegar a donde estamos construyendo

empresas todos los días, y no me hablen de ser empresario y empezar de cero. Para emprender, hay que tener acceso al dinero, y el dinero en Brasil está todo en manos de los blancos. Necesitamos interrumpir esta hegemonía, necesitamos interrumpir esta trayectoria del dinero. Si no lo hacemos, no resolveremos las cosas en Brasil.

En el SUS, vivimos la PEC 95. No hay otro grupo que vaya a poner fin al PEC 95, que congeló la inversión en salud, educación y políticas sociales durante veinte años. Nosotros, en el Congreso, vamos a acabar con el PEC 95, aunque tengamos que tomar el poder y celebrar la sesión durante 24 horas -si no pueden tumbar la sesión, tendremos que acabar con el PEC 95-. Solo de 2016 a 2020 han desfinanciado el SUS en veintitrés mil millones, y si no hubiera sido por el COVID-19, habrían podido llevarse otros diecisiete mil millones. Son cuarenta mil millones de desfinanciación para el SUS. O hacemos esto o no sobreviviremos, porque lo que queremos es el SUS y lo que tenemos es el SUS. Y lo que salvó incluso a los blancos ricos y alienados de este país fue el SUS. Así que estas son cuestiones decisivas en nuestras vidas. Cuando vemos, en una ciudad como Salvador, a una mujer negra yendo a una lotería vergonzosa para una plaza de guardería con otras 150 mujeres y el gobierno diciendo que ese estudiante cuesta R\$3.000,00 al mes, pero cuando la madre no puede conseguirlo, quiere darle R\$68,00 a la madre para hacer posible la guardería. Es decir, él, el gobierno, necesita R\$3.000,00 para mantener a un niño negro empobrecido en la guardería durante un mes, ¿puede la madre hacerlo con R\$68,00? ¡No aceptamos eso! Así que o nos tienen o el juego no cambia. ¡Por eso estamos aquí!



